

Dina Sofia Neves Sebastião

Mário Soares e a Europa:
pensamento e acção

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dina Sofia Neves Sebastião

Mário Soares e a Europa:
pensamento e acção

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2010

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais, especialidade em Construção Europeia e Relações Internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor António Martins da Silva.

Índice

Siglas	4
Introdução	5
I – O político e a relação com a Europa	7
1 - O início de um pensamento político – primeiras e eternas referências	7
2 - A Europa a Leste – a alternativa credível na luta oposicionista	9
3 - A Europa Ocidental como referência	14
3.1 - A descoberta da “terceira via” – socialismo democrático e a sedução pela Europa Ocidental	14
4 - Na Companhia da Europa - crescimento político e construção da estratégia de oposição	17
4.1 - A ASP e o trampolim para os palcos europeus	17
4.2 - A Europa como Referência Ideológica - um padrão económico e político. O início da construção de uma ideia para Portugal	21
4.3 - Uma nova oposição, na e pela Europa – a política externa não oficial de Portugal	24
4.3.1 - Os contactos com a Internacional Socialista e o apoio das congéneres europeias - da ASP ao PS	26
4.3.2 - Os Contactos com o Movimento Federalista e o Movimento Europeu, mas a ausência da ideia federalista	34
4.3.3 - Os contactos com o Conselho da Europa e a Comunidade Europeia ..	37
4.3.4 - Na Europa a 100% - contraposição à política externa do Estado Novo Europa vs África ou nem tanto?	39
4.4 - E a revolta contra a Europa?	47
5 - A concretização da estratégia – os amigos da Europa	54
5.1 - A revolução e o reconhecimento da notoriedade europeia de Soares	54
5.1.1 - Continuidade na mudança: a oportunidade de passar da ideia à prática	55

5.1.2 - Uma política de abertura – Europa na mira	
Mercado Comum sim, mas não já!	58
5.1.3 - A Nato e a defesa ocidental - sentido pragmático sobrepõe-se à ideologia	62
5.1.4 - Em conclusão: notoriedade europeia de Soares credibiliza a revolução na Europa. Europa credibiliza Soares em Portugal.....	66
5.2 - “Orgulhosamente Acompanhado”	
O PREC e o combate de Mário Soares em duas frentes: a Europa em Portugal e Portugal na Europa	69
5.2.1 - A cartada de Helsínquia - Soares beneficia do sistema bipolar	74
5.2.2 - A difícil tarefa de convencer Washington: os amigos europeus intercedem pela causa de Soares junto de Kissinger	76
5.2.3 - A escalada para o 25 de Novembro – a Europa na retaguarda	81
5.2.4 - A retaguarda europeia foi determinante para o 25 de Novembro?	84
6 - “A Europa Conosco”	87
6.1 - Integração europeia: visão política sobrepõe-se a desvantagem económica ...	87
6.2 - A visão europeia de Soares e a ruptura histórica de Portugal	91
II – A Ideia de Portugal e de Europa: uma simbiose política	96
1 - A Europa - o futuro de Portugal e o complemento da ideia de Pátria	97
1.1 - Uma “ideia de Pátria”	97
1.1.1 - Inspiração histórica para recuperar uma vocação universalista	98
1.1.1.1 - Recuperar a herança atlântica de Portugal para exercer o universalismo	100
1.2 - Integração europeia - cumprir uma identidade euro-atlântica	105
1.2.1 - A alternativa à política além-mar e o regresso às fronteiras naturais ..	106
1.2.2 - Com a Europa, no Atlântico - reforço de uma identidade natural	108
1.2.2.1 – Portugal -o centro nevrálgico do triângulo Europa, África, América Latina	110
1.2.3 - Portugal com uma identidade singular na Europa e no Mundo	111
1.3 - Integração europeia – a consolidação do fim do ciclo do império	114
2 - Portugal – o complemento à ideia da Europa do futuro	117
2.1 - Político português – pensador europeu: humanismo e utopia, novos tempos antigas armas	118
2.2 - A Europa do futuro e a necessidade federal	121
2.2.1 - Uma Europa não eurocêntrica	121

2.2.1.1 - A Queda do Muro de Berlim e a expansão das fronteiras da Comunidade	121
2.2.1.2 – Europa - a protagonista do “diálogo Norte-Sul”	123
a) Portugal - alavanca europeia para o “diálogo Norte-Sul”.....	125
2.2.2 – Europa - balança geopolítica Mundial	127
2.2.2.1 - Um atlantismo sem subalternidades da Europa	129
2.2.2.2 - Uma resposta ao mundo globalizado	130
2.2.3 - Uma “Europa dos Cidadãos” é uma Europa Política	131
2.2.3.1 - Uma Europa política é uma federação de estados nação	135
2.3 – Federação: nem escolha, nem imposição. É necessidade!	138
2.3.1 - Que modelo de federação?	139
2.4 - Inspiração nos “pais fundadores” – a contraposição à actualidade	141
2.5 - Uma Europa quase messiânica e uma elite de valores	142
Conclusão	144
Fontes e Bibliografia	150
Fontes	150
Bibliografia	167

Siglas

ASP – Acção Socialista Portuguesa

CDE - Comissão Democrática Eleitoral

CEE – Comunidade Económica Europeia

CED – Comunidade Europeia de Defesa

CEM - Comissão Eleitoral Monárquica

CEUD - Comissão Eleitoral de Unidade Democrática

COPCON – Comando Operacional do Continente

CSCE - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

DDS - Directório Democrato-Social

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre

FLA – Frente de Libertação dos Açores

IS – Internacional Socialista

JC – Juventudes Comunistas

MC - Mercado Comum

MFA – Movimento das Forças Armadas

MFE - Movimento Federalista Europeu

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista.

OECE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos

PCP – Partido Comunista Português

PDR - Programa para a Democratização da República

PREC - Processo Revolucionário em Curso

PSD - Partido Social Democrata

RML - Região Militar de Lisboa

RR - Resistência Republicana

Introdução

É conhecido por todos os portugueses que Mário Soares foi o rosto político que levou Portugal à integração europeia, com a adesão à CEE, em 1985. Um marco da história de Portugal, que ficou gravado na memória de todos quantos assistiram à assinatura do Tratado de Adesão, no Mosteiro dos Jerónimos, talvez o monumento mais simbólico da cultura nacional, evocativo da epopeia dos Descobrimentos, situado na beira de Portugal, como que a dar as boas-vindas ao mar. Por isso, o encontro da assinatura do Tratado de Adesão à CEE com este local, esculpido pela odisséia marítima portuguesa, leva-nos a questionar se não terá sido um contra-senso a escolha de tal sítio para consumir a viragem de país para a Europa. Ao consolidar a sua vertente continental na política externa, não estaria Portugal a cortar com um passado atlântico? Imediatamente, esta questão leva-nos a outra: o que significa a Europa para Soares e que lugar deve ela ocupar na política externa portuguesa?

São estas interrogações que nos impulsionam, ao longo das próximas páginas, a mergulhar no fundamento da ideia de Soares para a integração europeia de Portugal e no seu pensamento sobre a Europa. Ao entendermos as motivações ideológicas e políticas do socialista português para lançar a proposta e consumir a adesão de Portugal à CEE, iremos perceber se aquele dia 12 de Junho de 1985 terá representando a negação do simbolismo dos Jerónimos, isto é, uma ruptura com a identidade histórica e cultural nacional ou, pelo contrário, a sua continuidade da forma menos óbvia.

Para chegarmos a tais respostas, não basta cingir-nos aos anos da vida de Soares que circundaram a época da adesão. É necessário recuar aos tempos da sua juventude activista e atravessar com ele a oposição ditatorial, acompanhar a sua formação ideológica, para entrar na génese do seu pensamento, de modo a descortinar as suas motivações políticas. Com base nisto, iremos também tentar desmontar o alicerce ideológico da sua oposição ao Estado Novo, tentando perceber se o seu antagonismo político a Salazar se articula, de alguma forma, com o rumo europeu que imprimiu a Portugal após o 25 de Abril. Como intuito final, neste trabalho, além da dissecação da sua acção política, pretendemos aprofundar o seu pensamento ideológico sobre Portugal e a Europa.

A base científica deste trabalho assenta na análise de documentos institucionais e, maioritariamente, de discursos e textos escritos do próprio Mário Soares, assim como de outros políticos que com ele se cruzaram. Para cumprir o propósito desta dissertação, delineámos um limite temporal vasto para a análise documental, que vai desde a iniciação política de Soares no PCP, finais da década de 30, até à actualidade. Ressalve-se, porém, que a análise da sua acção política apenas se faz de forma exaustiva até às eleições de 1976, e em moldes mais sucinta até 1985, ano da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Porém, sendo uma das componentes importantes deste trabalho a caracterização ideológica do pensamento *soarista*, de modo a tentar perceber o fundamento da sua ideia de integração europeia, entendemos necessário continuar a avaliar o seu discurso posterior ao marco político da integração, dado que, após deixar os cargos executivos, nomeadamente na Presidência da República e depois de retirado da vida política activa, se sente mais liberto de uma estratégia política para ser fiel ao seu genuíno pensamento. Ora, estudar as suas palavras mais recentes, permite-nos fazer paralelismos históricos, de modo a melhor perceber as entrelinhas do seu discurso mais antigo e as intenções por detrás da sua estratégia política de oposição ao Estado Novo.

Com estes critérios de análise, pretendemos responder às interrogações que inicialmente estabelecemos, retirar conclusões sobre o papel de Mário Soares na evolução da história de Portugal, nomeadamente sobre a sua influência para o país que temos hoje. Trataremos tais conclusões de forma historicamente integrada - tentando perceber paralelismos e antagonismos de opções políticas ao longo da história nacional - mas também de um modo prospectivo, que encontre na explicação do passado, a base da opção política de um rumo futuro para o país.

Ao fazermos este cruzamento entre passado, presente e futuro, poderemos, finalmente, concluir se Soares conseguiu inscrever nas linhas arquitectónicas do Mosteiro dos Jerónimos o encontro da odisséia marítima portuguesa com a epopeia da Velha Europa. E se, nesse caso, o monumento mais emblemático dos lusitanos poderá ser, simultaneamente, a melhor porta europeia para o Atlântico.

I

O POLÍTICO E A RELAÇÃO COM A EUROPA

1 – O início de um pensamento político - primeiras e eternas referências

As influências ideológicas que determinaram o pensamento político de Mário Soares iniciaram-se no lar. Apesar de uma infância marcada pela “condição de um pai permanentemente ausente”¹ – com as atribulações da oposição à monarquia e ao *salazarismo*, que o levam a viver, a partir do 1926, dois anos depois do nascimento do filho, ora na clandestinidade, ora na prisão, ora deportado - Mário Soares não deixou de absorver os ideais liberais e republicanos do progenitor.

João Soares participou, activamente, nas conspirações que levaram aos movimentos do 28 de Janeiro de 1908 e do 5 de Outubro de 1910. Tendo assumido responsabilidades políticas na 1ª República, com a instauração da ditadura militar, é demitido de funções estatais, passando a viver entre a deportação e a clandestinidade, pelo seu envolvimento no Revirvalho.²

Com uma mãe omnipresente, que o educou na ausência do pai e o levava a encontrá-lo às fugidas, “quando vivia na clandestinidade, em automóveis furtivos, que apareciam a horas e em locais bizarros”³, Mário Soares cresceu sob uma aura de sacrifício pela liberdade. Em criança, visitou o pai na prisão do Aljube (onde, em 1948, viria a encontrar-se com ele) e foi vê-lo partir de Peniche, deportado, pela segunda vez, para os Açores.⁴ “São coisas que não se esquecem e que marcam uma infância.”⁵

Educado numa família liberal, compreende-se a classificação “congénita e visceral”⁶ da sua incompatibilidade com o regime salazarista. O pai foi uma personificação dos valores da primeira República, base ideológica do seu discurso de oposição ao Estado Novo. Movido pela exaltação aos ideais republicanos, fez a sua tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas sobre “As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo de Braga”, justificando a escolha por Teófilo, “ter sido o grande ‘teorizador’ do movimento republicano, no qual entroncam” as suas “raízes políticas e emocionais”.⁷

Contudo, Soares não cede a todas as influências paternas, particularmente às advertências quanto à sua aproximação ao partido de outra personalidade de referência da sua juventude. Conheceu Álvaro Cunhal quando este leccionava no colégio do pai e descreve-o com “admiração, pela inteligência e

¹ Mário Soares, *Memória Viva, Entrevista de Dominique Pouchin*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2003, p. 20.

² O Revirvalho assumia-se como um movimento que queria restaurar o regime Republicano e a Constituição e formar “um forte governo nacional composto por algumas dentre as mais competentes e honradas figuras da nação”, entre elas nomes conhecidos da política, do ensino e da literatura, como Jaime Cortesão, Raul Proença ou Sarmiento Pimentel. Ver Luís Farinha, *O Revirvalho – Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 34-38; 171-185; 270-278.

³ Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 20.

⁴ Um dos destinos mais frequentes de degredo dos que eram considerados mais perigosos do Revirvalhismo. Ver Luís Farinha, *O Revirvalho – Revoltas Republicanas [...] cit.*, pp.276-284.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁷ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura e Revolução*, entrevista a Mário Soares, Lisboa, Público, 1996, p. 106.

coragem”, reconhecendo que exerceu sobre si uma “determinada influência,”⁸ levando-o à militância no Partido Comunista Português (PCP), que, apesar de efémera, o fez descobrir o marxismo. Embora não tenha adoptado a ideologia de Marx através da via partidária, reclama-a durante toda a vida como um pilar de formação, subjacente à sua prática política, como instrumento de pensamento, uma “formação filosófica de base”, que assume, sobretudo, como “um método de investigação da realidade” e não um dogma.⁹

A este desvio à acepção dogmática da corrente de Karl Marx não terá sido alheia a influência de figuras republicanas, liberais e socialistas que vieram a predominar no seu pensamento. Por volta de 1953, Soares é um dos fundadores da Resistência Republicana, grupo que tentava ser uma alternativa à esquerda comunista, juntamente com Piteira Santos, Gustavo Soromenho e Magalhães Godinho, entre outros nomes, alguns dos quais igualmente desligados do PCP, que realizavam uma busca idêntica à sua, a de redefinição de ideais políticos. É em representação da Resistência Republicana que integra, o Directório Social Democrata, no qual conhece os *seareiros* António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes, de uma geração mais velha, que se tornou referência permanente no seu pensamento político, polvilhado assim do espírito opositor da *Seara Nova*.

Estas heranças político-ideológicas dotam Soares de uma permanente atitude de reformismo da mentalidade portuguesa, de combate pela mudança e de uma marcada identidade patriótica, confiante de que é a formação da opinião pública que poderá exigir reformas à hierarquia política. Tal espírito doutrinário rege o seu estilo discursivo na política, aprimorando uma capacidade oratória para persuadir e formar, não só enquanto opositor ao Estado Novo, mas também, e principalmente, na sua saga pela integração europeia de Portugal e pelo aprofundamento da União Europeia.

Considera, na longa entrevista a Maria João Avillez, algumas personalidades *seareiras* “como mestres da acção cívica”, com “uma moralidade sem mácula, um idealismo e desinteresse pessoal de excepção, humanistas e patriotas. Eram cidadãos do mundo (...).”¹⁰ Também Soares o é, não só pela sua experiência política internacional, mas também devido a uma visão global das problemáticas e respectivas soluções sociopolíticas, sobre as quais se debruça.

De todos, Jaime Cortesão foi a personalidade mais admirada e que mais marcou o seu pensamento. “O mais completo, o humanista no melhor sentido (...).”¹¹ Tal como Cortesão patenteia nas suas obras a importância do conhecimento da história para esboçar o futuro da sociedade,¹² também Soares adquire essa noção, fundamentando, nos seus discursos, as soluções que propõe para o futuro de Portugal e da Europa em raízes históricas, com uma constante conexão de futuro e passado. Soares procurou contribuir, desde sempre, para a consciência cívica dos cidadãos sobre a sua condição

⁸ In *Portugal – Quelle révolution? Entretiens avec Dominique Pouchin*, Paris, Calmann-Lévy, 1976, citado por Sergei Yastrzhembskiy, *Mário Soares e a Democracia Portuguesa Vistos da Rússia*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 29.

⁹ “Considero-me um Socialista de Formação Marxista”, entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008001, imagens 211-239.

¹⁰ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., pp. 108,109.

¹¹ In Isabel Soares (compilação), *Mário Soares, O Homem e o Político*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, citado por Sergei Yastrzhembskiy, cit., p.108.

¹² José Manuel Garcia, *O Essencial sobre Jaime Cortesão*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

histórica, cultural e geográfica, do que o enaltecimento do “humanismo universalista dos portugueses” é exemplo constante, numa recuperação da historicidade deste conceito.

Enquanto opositor ao regime de Salazar, Primeiro-ministro ou Presidente da República, a tática pautou, frequentemente, o seu discurso político, mas sempre lhe esteve subjacente uma profunda teorização dos seus projectos para Portugal e a Europa, em que o liberalismo, o humanismo e o socialismo se conjugam como elementos estruturantes do seu pensamento.

Os *seareiros*, entre outros vultos das letras portuguesas, como Antero de Quental, Fernando Pessoa e Alexandre Herculano, foram influências da formação intelectual e moral de Mário Soares, o que determinou os princípios do homem cidadão e político. Ao longo das próximas páginas, teremos a oportunidade de detalhar a sua acção e pensamento, que atestarão a transversalidade destas influências à sua vida. “Em geral, as posições sociopolíticas do líder socialista, que se formaram nos anos 50 e têm a ver com os princípios, não evoluíram significativamente e, mesmo que tenham sofrido algumas modificações, foi antes sob influência das causas externas e não em resultado de uma reformulação interior.”¹³

Já fruto de uma profunda reformulação interior foi a troca da admiração efémera pelo comunismo para a adopção permanente do socialismo democrático. Tendo exercido uma militância activa no PCP, terá Mário Soares chegado a perspectivar o comunismo como ideal de organização e governação de uma sociedade? Terá ele chegado a teorizar uma ideia para o futuro de Portugal e da Europa estruturada na acepção comunista? Como se explica esta incursão pelo partido, ao qual mais tarde vem a ser acérrimo opositor? No próximo capítulo, vamos tentar perceber como se sucederam estas opções partidárias e questionamentos ideológicos de Soares, que determinaram o futuro do político e a contribuição que teve para a História de Portugal, nomeadamente, na opção pela europeização da nação.

2 – A Europa a Leste – a alternativa credível na luta oposicionista

Foi no PCP que o jovem Soares iniciou um forte activismo político contra o Estado Novo, tendo chegado a ser um proeminente dirigente das Juventudes Comunistas (JC) e chamado a atenção de Álvaro Cunhal.

A sua entrada na Universidade de Lisboa, em 1941, para cursar Ciências Histórico-Filosóficas, proporcionou-lhe o exercício de uma oposição mais organizada. No meio estudantil, foi conhecendo pessoas ligadas ao partido comunista e estabelecendo contactos. Através de Borges de Macedo, é apresentado a Barradas de Carvalho, que o integra nas JC.

Assim se vê o jovem Soares a promover campanhas do PCP, a penetrar nas suas estruturas partidárias e a conviver com os seus activistas, como Fernando Piteira Santos, que o leva a proferir

¹³ Sergei Yastrzhembskiy, cit., p. 102.

palestras em clubes políticos e comissões de fábricas.¹⁴ O facto de o PCP continuar a ser o único pólo organizado de resistência antifascista angariava as simpatias estudantis e operárias, e o clima internacional, com a União Soviética a insurgir-se frente a Hitler, acalentava o sentimento de se estar do lado certo e a esperança na revolução de valores democráticos a leste. No ano da vitória dos aliados sobre o nazismo, Soares é escolhido para a direcção académica das JC. Entusiasmado com uma atmosfera internacional desfavorável a Salazar, respondia, essencialmente, ao apelo à acção, emergindo aqui a vertente pragmática comum a toda a sua carreira política. As dúvidas sobre o movimento comunista internacional, que lhe acercavam a mente, dissipavam-se com o clima geral de enaltecimento a Staline, que salvara a Europa do nazismo, e a aliança com Roosevelt e Churchill, a agoirar o derrube da ditadura portuguesa. As incógnitas relativas às questões de base comunistas “passavam para segundo plano, perante as exigências da luta contra a Ditadura.” E era nisso que “os comunistas eram únicos: combatiam sem medo e dedicadamente.”¹⁵

Assolado pelas incertezas, Soares não chegou sequer a preconizar uma solução para o futuro de Portugal assente numa base teórica dos valores políticos da Europa de Leste. É lógico que, enquanto militante do PCP, não se encontre nos seus escritos uma partilha dos valores políticos da Europa Ocidental, que dava os primeiros passos para a futura Comunidade Económica Europeia (CEE), mas tão-pouco se observa uma ideia alternativa comunista. Mário Soares limitava-se a seguir um caminho já traçado por outros, que mais tarde vem a conceber como desacertado.

Enquanto jovem comunista, é movido pela necessidade de acção antifascista, o que o leva a responder aos desafios do PCP e a ter declinado, à última hora, cedendo ao apelo de Cunhal para permanecer em Portugal, a proposta do pai – que o tentava afastar da militância comunista - para ir estudar na Suíça. Mas os argumentos e o carisma do líder do PCP prevaleceram. “Era a Personificação do partido da classe operária. (...) O facto de ser ele a dizer-me o que disse, fez crescer o meu sentido de responsabilidade. Galvanizou-me!”¹⁶, admitiu Soares.

Contudo, emergia nele o impulso para uma certa independência de acção, olhando estrategicamente para os campos onde podia diferenciar e intensificar as suas intervenções oposicionistas. Foi nesse ímpeto que, em 1945, se alistou, à revelia do partido, no MUD.¹⁷ Esta

¹⁴ Teresa de Sousa, *Os Grandes Líderes, Mário Soares*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988, p. 26

¹⁵ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 64.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 70.

¹⁷ O MUD surge após a II Guerra Mundial, numa altura de crise interna do regime salazarista, que, em prevenção de represálias diplomáticas dos regimes democráticos vencedores da guerra, concede uma folga de liberdade aos movimentos de oposição, permitindo a realização de uma reunião no Centro Republicano Almirante Reis, levando à criação formal e legalização do movimento, que constituiu comissões distritais, concelhias e até de freguesias. Numa altura em que o PCP pulverizava as acções antifascistas, nenhum dos 11 fundadores do MUD era comunista. A isto, não é alheio o facto de o movimento ter nascido das manifestações de desagrado da ala não comunista do MUNAF (ver nota 19), que queria contrariar a hegemonia do PCP na oposição, propondo como alternativa, para chegar ao poder, a disputa eleitoral com o governo. Todavia, à entrada de Soares no MUD, segue-se a de outros comunistas, que reforçam a presença do PCP no movimento. Perante a popularidade do MUD, Salazar resolve não correr riscos por uma mera demonstração aparente de abertura do regime e volta à carga repressiva, com detenções e a ilegalização do movimento, alegando ligações ao PCP, o que determina o fim do MUD em 1948. Ver Alfredo Ribeiro Santos, “A Oposição Democrática e a Política Colonial do Estado Novo”, in *Nova Renascença*, nº 52/53, 1994, pp.113-130; Ver também Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 634-637.

iniciativa individual¹⁸ de Soares não se coadunava com as regras partidárias comunistas, mas, em vez de o repreender, o partido aproveitou para o encarregar de missões no movimento, pois a possibilidade estratégica de o PCP aí ganhar peso político seria uma compensação da eminente perda de representatividade do MUNAF,¹⁹ já com indícios óbvios de desintegração.

Depois de Mário Soares, outros afectos ao comunismo entram para o MUD, “reforçando-se assim a representação do PCP”²⁰ naquela estrutura, de tal modo que o partido vem, posteriormente, a hegemonizar a nova comissão central do movimento, a qual Soares chega a integrar.²¹ É o grupo de comunistas do MUD que irá criar, sob a liderança de Soares, o MUD Juvenil, que resulta da autonomização de um movimento académico nascido no MUD, evidenciando uma certa busca de iniciativas independentes por parte dos jovens comunistas. Soares nunca chega a considerar o MUD Juvenil uma “pura emanção do Partido Comunista,”²² e o próprio Gustavo Soromenho, um dos fundadores do MUD, realça a autonomia do movimento. “Eles faziam o que deviam e não o que o Partido mandava.”²³

É através do MUD que Soares se aproxima da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República. Sendo nomeado secretário da candidatura e sem revelar que é comunista, vai agindo por iniciativa própria e contribuindo para o sucesso da campanha. O incremento deste sentido de independência de acção aumenta o mau estar no PCP, que prezava a continuação do MUD Juvenil, em discórdia com Soares, que não via sentido em continuar a defender um movimento filho daquele cuja ilegalização se tinha aceite. Além disso, Soares sentia-se “demasiado ‘adulto’ para continuar a participar, como até ali, em movimentos de juventude”²⁴, afastando-se assim do MUD Juvenil.

Após uma primeira reacção de negação às exigências do PCP de revelar a Norton de Matos que era comunista, Soares cede às directrizes do partido, mas esta será a sua última obediência, o que lhe trouxe a reacção negativa do general, a sua perda de credibilidade e o afastamento da campanha. Será o próprio general a desistir das eleições, por considerar que “não estavam reunidas as condições mínimas de democraticidade.”²⁵ Os vinte anos de Soares trazem-lhe novamente a prisão, a emergência de dúvidas relativamente ao comunismo e de certezas de que o regime português não mudaria pela via democrática. O clima internacional era propício a Salazar, com o esboço da Guerra Fria e com ela o

¹⁸ “Quando me apercebi do alcance que estava a ter a movimentação de adesões donde resultou o MUD, decidi integrar-me. Fui ao escritório do Lima Alves, na Rua do Ouro, para me inscrever, oferecendo-me para ajudar. Ninguém me conhecia, apresentei-me como estudante de Letras, sem dizer de quem era filho.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 54.

¹⁹ O MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista – foi uma organização clandestina, surgida em 1943, que aglutinava diversos sectores da oposição ao Estado Novo, com o objectivo de criar um consenso de unidade antifascista, que propusesse uma alternativa política ao Governo de Salazar. A presidência do Conselho Executivo do MUNAF pertencia ao general Norton de Matos. Embora abrangesse praticamente todos os movimentos da oposição, a presença do PCP era hegemónica e controladora do movimento. No entanto, em 1945, as divergências levam à desintegração de alguns sectores oposicionistas e o movimento vai perdendo a sua pujança, à medida que emergia o MUD. O restante fôlego do MUNAF ainda apoiará a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República, em 1948. Ver Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 637-639.

²⁰ “Há 50 Anos no Café Portugal - Fundação do MUD recordada por Gustavo Soromenho”, in *Público Magazine*, nº 291, 1995, pp. 36-46.

²¹ Mário Soares, “Um Mestre de Civismo”, discurso proferido no funeral do Prof. Mário de Azevedo Gomes, em 1965, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, Lisboa, Editorial Inquérito, 4ª edição, 1969, pp. 19-22.

²² In João Madeira, “O PCP e o MUD Juvenil”, *História*, Lisboa, Nova Série, nº 28, 1997, pp.35.

²³ “Há 50 anos no Café Portugal – Fundação do MUD recordada por Gustavo Soromenho”, in *Público Magazine*, nº 291, 1995, pp. 36-46.

²⁴ Mário Soares, *Portugal Amordaçado* [...] cit., p. 177.

²⁵ Fernando Rosas; J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, cit., pp. 553-555.

apadrinhamento à ditadura portuguesa, cuja permanência era mais favorável ao Ocidente do que a possível eclosão de instabilidade política, que podia revelar-se oportuna ao leste comunista. Além disso, os Açores já tinham revelado aos EUA a sua importância geoestratégica, sendo necessário manter Portugal como um aliado do Ocidente.

Contudo, apesar dos dissabores com o PCP, as manifestações políticas de Soares iam-se mantendo fiéis à linha partidária comunista. Quando discursou, em 1951, no Centro Republicano António José de Almeida, em Lisboa, Soares “criticava o Pacto do Atlântico, como um instrumento bélico, e sugeria, sem hesitações, que o campo da paz e da democracia se situava no bloco leste.” Reconhece, mais tarde, “que era um discurso maniqueísta, segundo o esquema da época, sem ambiguidades nem nuances.”²⁶ Era o reflexo do desfecho da II Guerra Mundial, de uma intelectualidade académica dominada pelo marxismo, em que o modelo político soviético se apresentava como a alternativa mais credível face ao salazarismo e ao emergente imperialismo capitalista norte-americano.

Este clima internacional, em conjunto com a posição dominante do PCP na oposição portuguesa, propiciou a manutenção de Soares durante vários anos, do lado comunista. A social-democracia que se desenhava na Europa Ocidental, e cuja “importação” ideológica para Portugal se pode atribuir a Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais, era, na altura, por ele ignorada. De modo que, era da alternativa marxista e da organização partidária do PCP que advinha a sua luta contra a ditadura.²⁷

É importante frisar que nunca, nesta fase de ligação ao PCP, Mário Soares teorizou uma ideia para Portugal, o que é indiciador de que o comunismo não se havia incorporado como ideologia estruturante do seu pensamento, como vem a ser, mais tarde, o socialismo democrático. A permanência no PCP não era apenas “a assunção de uma ideologia”, mas era, essencialmente, a admiração pelo “valor moral do sacrifício de posições de privilégio, de um certo conforto e facilidade de vida”, tendo-lhe inculcido a conduta da “solidariedade”, da “disciplina e empenhamento em favor de uma maior justiça social.”²⁸ Soares nunca terá chegado a assumir o comunismo como a ideologia base de uma solução para o futuro de Portugal, como indiciam as manifestações oposicionistas da sua militância comunista, que foram mais na ordem prática do que teórica. A atracção pelo PCP era ditada pela sua vertente organizacional e motivadora - “havia qualquer coisa de novo na metodologia comunista que me tocava profundamente e que não encontrara em nenhum outro lado: *o apelo à acção!*”²⁹

Em Portugal, o combate visível à ditadura era garantido pelo PCP, que liderava a oposição a Salazar, sendo a única estrutura verdadeiramente organizada como partido, com uma estratégia política, que se disseminava pelos vários sectores da sociedade portuguesa. Embora dúvidas constantes lhe atravancassem uma verdadeira entrega ideológica ao comunismo, a necessidade pragmática de oposição

²⁶ Mário Soares, *Portugal Amordaçado* [...] cit., p. 183.

²⁷ “O PC foi para mim a assunção de uma ideologia, de um sistema coerente de explicações do mundo e das relações sociais, entre os meus 17 e 25 anos.” In Maria João Avelaz, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 99.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Mário Soares, *Portugal Amordaçado* [...] cit., p. 29. A falta de alternativa oposicionista impelia os jovens para o PCP: “Na Universidade, nessa altura, a única presença oposicionista organizada era a das juventudes comunistas. Aí encontrava-se a oferta de um caminho. Discutível, nas suas múltiplas implicações, mas um caminho!” Idem, *ibidem*.

manteve Soares cerca de oito anos ligado ao PCP. Se as suas hesitações ideológicas cresciam, também as do partido relativamente a ele, perante os seus ímpetos de independência de acção, nomeadamente depois das divergências acerca do MUD Juvenil. Em 1951, a expulsão de Mário Soares do PCP fica evidente, com a publicação de um artigo no *Avante*, apelidando-o de “oportunista” e “traidor”³⁰.

A iniciativa do partido comunista estimulou a resolução das dúvidas interiores que constantemente assolavam a mente do jovem Soares. Enquanto ligado ao PCP, e com os efeitos da Guerra Fria, tinha tido conhecimento da literatura que denunciava os crimes de Staline, como o livro *O Zero e o Infinito*, de Arthur Koestler³¹, assim como as denúncias de Rousset³² e Camus, mas também lera, “linha por linha, *A Grande Conspiração contra a URSS*, na qual se justificava toda a rigidez da política staliniana pela existência do cerco capitalista.”³³ Procurava um “terceiro caminho”, mas quando partilhava as dúvidas com os amigos, a alternativa oferecida era a do imperialismo. “Dividido por opções inelutáveis”, o seu “desejo seria não ter de escolher ou, pelo menos, poder adiar essa escolha inevitável.”³⁴

A opção vislumbra-se com a sua primeira viagem a Paris, quando se tornou assinante do *Nouvel Observateur*, que lhe aponta, afinal, um terceiro caminho, o “neutralismo”.³⁵ Inicia-se assim uma nova era na sua vida intelectual e política. A primeira viagem a Paris marca o início de uma intensa vivência francófona, representando o início da europeização do seu pensamento e de uma nova via oposicionista em Portugal. Assinala o começo de uma formação político-ideológica do homem que será o rosto de uma oposição nova ao Estado Novo, que oferecerá uma alternativa renovadora da política externa portuguesa e um esboço de uma ideia de futuro para o país.

Depois do corte com o PCP, Soares regressa à universidade para estudar Direito, iniciando um período de introspecção. Faz a “travessia no deserto”, como designa Teresa de Sousa³⁶ a época em que procurava internamente uma ala política à qual se agregar, tentando aproximações com alguns grupos partidários, buscando uma clarificação ideológica.

³⁰ Teresa de Sousa, cit., p. 35.

³¹ A obra retrata a experiência e os pensamentos de Rubachov, um homem aprisionado no prosseguimento dos Processos de Moscovo, que pretendiam aniquilar qualquer opositor de Staline, alegando conspiração com os poderes ocidentais para planear o assassinato do líder e instaurar o capitalismo. Os Processos de Moscovo terminaram com a execução de praticamente todos os membros do partido bolchevique. Ver Arthur Koestler, *O Zero e o Infinito*, Portalegre, Brasil, CELIDIS, Companhia Editora de Livros e Discos, 1961.

³² David Rousset foi um escritor e activista político francês (1912-1997), deportado pelos Nazis na II Guerra Mundial, que escreveu testemunhos essenciais sobre os campos de concentração nazi e soviéticos, como “L’Univers concentrationnaire”, 1945, e “Le Jours de notre mort”, (1990), Ver *Le Petit Robert de Noms Propres, Dictionnaire illustré*, Paris, Dictionnaire Le Robert, 2ª ed. revista, 1994, 2001.

³³ Mário Soares, *Portugal [...] cit.*, p. 168.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Teresa de Sousa, cit., pp. 37-52.

3 – A Europa Ocidental como referência

3.1 – A descoberta da “terceira via” – o socialismo democrático e a sedução pela Europa Ocidental

Procurando um caminho alternativo às opções políticas que encontrava em Portugal, no período que entremeia o seu afastamento do PCP e os inícios da década de 60, Soares vive mais “para si” e para a sua formação intelectual. Começou “a estudar os problemas de Portugal”, para os quais procurava “uma solução exequível, ao nível português”, mas sem se “abstrair das limitações próprias da conjuntura internacional.” Tentava “ultrapassar os esquemas teóricos” que até aí o haviam amparado, “como bordões pré-elaborados, muitas vezes para situações diversas (...)”³⁷ Para isso, muito contribuiu a descoberta do *France-Observateur*, que lhe apresentou uma linha neutralista, que influencia a construção de um pensamento autónomo e alternativo ao então dominante na oposição política portuguesa.

O jornal francês fizera-o reflectir sobre a ideia de abdicação das posições de Washington e Moscovo e da existência de um caminho alternativo. Num mundo bipolarizado, esta era uma posição política desafiadora e exigente de argumentação e análise social, mas que seduziu Soares e lhe abriu horizontes para o socialismo democrático. Embora desgoste da expressão “terceira via” para classificar esta posição ideológica, tratava-se, de facto, de uma nova opção perante aquelas duas dominantes. Tal implicava, por um lado, “demarcar uma fronteira clara entre a esquerda socialista e o totalitarismo comunista;” e, por outro, “o atlantismo anticomunista, à *outrance* (...)”³⁸ Assim se começa a delinear a sua formação política de centro-esquerda e de uma alternativa pacifista à rivalidade bipolar internacional, o que lança os alicerces para o seu entendimento da importância de mediação de uma zona política europeia.

Nesta senda intelectual, o futuro líder do PS não deixa, contudo, de ir tendo participação activa em grupos orientados para uma oposição mais cívica do que política, que resultam da reunião de pessoas que faziam a mesma busca interior e não se identificavam com o partido dominante da oposição. Com a comum descrença do dogmatismo doutrinário do PCP, Fernando Piteira Santos, Ramos da Costa e Francisco Salgado Zenha abandonam o partido pela mesma altura e, juntando-se com antigos membros desiludidos da União Socialista,³⁹ formam, por volta de 1953⁴⁰, a Resistência

³⁷ Mário Soares, *Portugal Amordaçado* [...] cit., p. 193.

³⁸ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p.104.

³⁹ Com a instauração da ditadura e os desentendimentos dos membros do Partido Socialista, constituído em 1875, por Antero de Quental e José Fontana, entre outros, os problemas agravam-se. Sem uma estratégia clara para fazer oposição no Estado Novo, o PS acaba mesmo por se dissolver. A União Socialista surge em 1944, como tentativa de reorganização das forças socialistas, com nomes como Mário Cal Brandão, José Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho e António Macedo, entre outros. A União Socialista esteve na origem do MUNAF, com o PCP. Ver Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (coord), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, [...], pp. 935-939; Cf. Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005, pp. 39-68.

⁴⁰ Nos vários documentos analisados, não foi possível encontrar uma data certa para a constituição da Resistência Republicana. É também o que constata Susana Martins, *ibidem*.

Republicana (RR), um grupo sem definição política, com uma atitude crítica às propostas do PCP e a visão de uma “necessidade imperiosa de redefinir uma esquerda, liberta de hipotecas paralisantes.”⁴¹

Com a intenção de criar uma frente comum de resistência ao regime, tal como apelam aos portugueses num comunicado lançado em 1957⁴², é evidente a emanação, neste grupo de caminheiros, dos valores republicanos. Num comunicado que assinala as comemorações do 5 de Outubro de 1910, a RR enaltece a “República Democrática”, considerando o 5 de Outubro como “a afirmação de resistência antifascista.”⁴³ Embora o socialismo democrático na Europa Ocidental já estivesse em ascensão, ainda não era manifesta em Soares uma opção doutrinária por essa corrente política, ultrapassando ainda “um fenómeno comum a todos os dissidentes,” com a ideia “não de constituir um Partido Socialista mas de contribuir para um comunismo de rosto humano.”⁴⁴

A RR entra para o Directório Democrato-Social (DDS), graças à insistência de Soares perante os companheiros, que viam o grupo como “uma coisa de ‘velhos’.” A sua estratégia era alargar a intervenção do DDS e da RR nas faixas de oposição não comunista, para competir com o PCP. Com a entrada para o DDS, “o ‘grupo’ passou a ter influência” em “toda a ampla faixa da Oposição não comunista”, reforçando a oposição “em absoluto autónoma do unitarismo de inspiração comunista. Foi importante para o futuro.”⁴⁵ De tal modo que, será desta base alargada da RR que nascerá a ASP – Acção Socialista Portuguesa - já uma repercussão evidente da social-democracia.

Ao tornar-se num grupo fundamental de apoio à candidatura de Humberto Delgado, o DDS abraça a oportunidade de encetar relações com o exterior e o grupo de Soares constata a necessidade de demarcação da ala comunista para ganhar apoio internacional e credibilidade na oposição ao Estado Novo no estrangeiro. No clima de curiosidade externa em torno da candidatura de Delgado, o DDS convida Aneurin Bevan, do Partido Trabalhista Inglês, e o francês Mendès France, líderes do socialismo europeu, para realizar uma conferência em Portugal. Tendo Bevan aceitado o convite e sido preparado todo o programa para a sua vinda, à última hora, quando o líder trabalhista inglês já tinha os bilhetes de avião, Salazar não o deixa entrar no país.⁴⁶

É com a progressiva sedução pelo socialismo democrático e com o contacto com o estilo de vida europeia, que Mário Soares se vai desmembrando do comunismo. A isto não é alheio um certo fascínio pessoal pelo estilo de vida europeu, com o qual tomava contacto durante os anos 50, com viagens a Espanha, França, Itália e Bélgica.⁴⁷

A RR e o DDS conciliaram velhas e novas aspirações socialistas, com esperança renovada pela candidatura de Delgado, que podiam importar o ímpeto de reformismo socialista europeu e implantá-lo

⁴¹ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 195.

⁴² “Aos Portugueses Patriotas”, comunicado assinado por um Grupo de Patriotas, 1957, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0005 001, imagens 72-77.

⁴³ “Cinco de Outubro de 1910. Cinco de Outubro de 1956”, comunicado da Resistência Republicana, 1956, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 2243 009, imagem 27.

⁴⁴ “Conservadores e Neoliberais não têm Soluções para o Futuro”, entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, *Diário de Notícias*, 19.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções* 8, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, p. 513-538.

⁴⁵ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 117.

⁴⁶ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 258.

⁴⁷ “Sentia-me frustrado e algo invejoso dos países da Europa Ocidental. Lia os jornais franceses e seguia a actualidade internacional através deles, como se vivesse por procuração.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 133.

em Portugal.⁴⁸ Dando um novo dinamismo ao DDS, a RR lidera a elaboração do Programa para a Democratização da República (PDR), lançado em 1960, que se assume como da oposição não comunista, ainda impregnado no espírito da I República. Mário Soares foi um dos principais redactores do referido programa, que, embora reunindo várias sensibilidades não comunistas e veiculando ainda um certo conservadorismo republicano, denota também a preocupação na projecção de uma imagem para o exterior, como se constata no capítulo XIII, sobre Política Externa:

“A política externa portuguesa, tendo como primeiro objectivo a cooperação internacional, dará particular relevância à posição de Portugal como país membro da Organização das Nações Unidas e vincular-se-á ao acatamento das obrigações resultantes das regras estabelecidas na respectiva Carta.”⁴⁹

Dá-se sinais de uma posição de abertura externa, contrária ao isolacionismo diplomático do Estado Novo e condicente com a política do bloco ocidental, em que a participação na ONU deve ter como consequência o “estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países nela integrados.”⁵⁰ Este posicionamento de abertura ao exterior será uma tendência crescente em Soares.

Com a dissolução do projecto de constituição da frente revolucionária e carente de massa humana, perante um contexto de indefinição, uma crescente visibilidade do socialismo democrático europeu e a pressão feita, essencialmente, pelos seus membros no exterior, a RR agrega o termo socialista, em 1963, passando a denominar-se Resistência Republicana Socialista. Ostenta, assim, a sua tendência à esquerda e demarca-se do conservadorismo republicano, afirmando-se como aglutinadora dos socialistas e sociais-democratas da época, proclamando-se uma organização de centro-esquerda.⁵¹

Desta forma, o grupo fica mais capaz de praticar uma oposição alternativa à comunista, de desenvolver relações diplomáticas, que já vinham timidamente a acontecer desde 1958, e de conquistar credibilidade internacional, cuja necessidade já se evidenciara desde a candidatura de Delgado. Mário Soares, representante da RR no interior, enceta alguns contactos, nomeadamente com representantes diplomáticos dinamarqueses e americanos.⁵² Enquanto isso, Piteira Santos, Ramos da Costa e Tito de Morais, exilados em França e na Argélia, encetam contactos com partidos socialistas estrangeiros, na busca de apoio. Estão lançados os pilares que, brevemente, levarão à constituição da ASP e do PS e à definitiva rendição de Soares a uma estratégia de oposição a Salazar, na e pela Europa.

⁴⁸ “A partir de 1958, em virtude de múltiplos factores - a que não foi estranha a desilusão que o comunismo, na sua formação estalinista, tem suscitado entre nós -, o movimento socialista começou a tentar implantar-se de novo nos meios operários.” In “Sou Socialista de Formação Marxista”, entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, 1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 001, imagens 211-239.

⁴⁹ *Programa para a Democratização da República*, 31 de Janeiro, 1961, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 323.2 (469) PRO.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 38.

⁵¹ Susana Martins, cit., pp. 86-93.

⁵² *Idem*, *ibidem*, p. 92.

4 – Na Companhia da Europa - crescimento político e construção de uma estratégia de oposição

4.1 – A ASP e o trampolim para os palcos europeus

A sete de Abril de 1964, num hotel em Genebra, reúnem-se Ramos da Costa, Tito de Morais, Piteira Santos e Mário Soares para constituir a ASP – Acção Socialista Portuguesa - que emana da Resistência Republicana e Socialista. Por ter de se posicionar com um pé em cada lado, a organização nasceu sem uma definição programática e ideológica clara. Por um lado, era preciso fazer a demarcação do PCP, para definir uma estratégia autónoma, capaz de convencer os apoios internacionais, por outro, a necessidade de acção no interior levava-os a continuar a apoiar a Frente Patriótica de Libertação Nacional, praticamente dominada pelo PCP.

Assim, a ASP situava-se entre simpatias pelo socialismo democrático e louvores à “revolução socialista soviética como um marco fundamental na história da humanidade”, defendendo um socialismo humanista e repudiando “os movimentos que dizendo-se socialistas ou social-democratas acabam por servir, deliberadamente ou de facto, os interesses do capitalismo internacional e do imperialismo.”⁵³ Servia-se assim a estratégia de Soares, de ‘pisar o olho’ à social-democracia europeia, sem dar trunfos de crítica ao PCP. “Pense que os comunistas nos queriam ‘arrumar’ pura e simplesmente à direita, para nos tirar qualquer poder de atracção sobre a juventude, que era então contestatária e esquerdista.”⁵⁴ Principal defensor⁵⁵ de uma não clarificação ideológica pela social-democracia, Soares podia assim aglutinar várias correntes socialistas do interior, conquistando terreno ao PCP.

A opção pela ambiguidade parece revelar também uma certa dúvida relativamente à plena incorporação ideológica da social-democracia no pensamento *soarista*. Não obstante intitular-se como socialista “que tomava como referência as posições de Brandt, de Palme e de Nenni” e ainda Aneurin Bevan e Mendès France, não estava totalmente rendido à corrente política. “Nenhuma delas me satisfazia totalmente. Mas apontavam um caminho – uma direcção – por onde entendia que Portugal, reconquistada a liberdade perdida, deveria seguir, com os inevitáveis reajustamentos que se impusessem. A tradição portuguesa, desde o século XIX, não era trabalhista nem social-democrata. Por isso, nos reclamávamos do socialismo democrático ou humanista, como dizia León Blum.”⁵⁶ Daí que, em vez de social-democracia, Soares sempre tenha adoptado o termo socialismo democrático.

Apesar das dificuldades que o conflito entre as questões pragmática e ideológica acarretaram, foi pela insistência de Mário Soares, já convicto do inconveniente de andar a reboque dos comunistas e da

⁵³ “Declaração de Princípios da ASP”, in *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC, pp. 5-10.

⁵⁴ Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 139,140.

⁵⁵ Susana Martins, cit., p. 97.

⁵⁶ In Maria João Avillez, *Soares* [...] cit., pp. 139,140.

vantagem do apoio europeu, que a ASP é constituída, em 1964, por si, Ramos da Costa e Tito de Morais. A acto sobrevive ao cepticismo de alguns, principalmente os membros do interior, como “Salgado Zenha, Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho”, que preferiam continuar nos moldes da Resistência Republicana e Socialista.⁵⁷ Soares forçou a constituição da ASP pela oportunidade da conjuntura internacional, “altamente favorável ao aparecimento de uma organização socialista em Portugal, dada a vitória dos trabalhistas ingleses e a circunstância dos socialistas estarem no poder em quase todos os países da Europa Ocidental.”⁵⁸

Enquanto Tito de Morais e Ramos da Costa, no exílio, ficaram responsáveis por desenvolver contactos com estruturas partidárias e movimentos políticos internacionais, Soares assegura o funcionamento da ASP no interior, recebendo em Lisboa, em 1966, dois anos após a sua constituição, o Secretário-geral da Internacional Socialista (IS), Albert Carthy.⁵⁹ Clandestinamente, o núcleo português da ASP organizou uma conferência de imprensa, “quebrando assim um isolamento de décadas,”⁶⁰ o que constitui um marco importante na história das relações externas da oposição à ditadura, pois além do PCP, a acção dos restantes movimentos de oposição estava confinada ao país.

É também um marco para Mário Soares, que irá iniciar uma jornada de projecção internacional da sua imagem, que vai progredindo, até ao 25 de Abril, como referência credível da oposição socialista portuguesa para a Europa. Ter assumido o papel de advogado da família de Humberto Delgado, na sequência do seu assassinato, alavancou também a sua internacionalização. Entre 1965 e 1968, as frequentes deslocações ao estrangeiro permitiram-lhe o contacto “com destacadas personalidades do movimento socialista europeu”⁶¹, através do qual começou a destronar a campanha de Salazar no exterior, em como o comunismo era a única força opositora ao regime.

Foi o próprio Salazar que lhe deu mais uma oportunidade de projecção internacional, com a deportação para S. Tomé, criando a ideia de um mártir, que despertou a indignação internacional. Tito de Morais, a partir de Itália, com o apoio de dois advogados italianos, forma o Conselho Internacional de Juristas e Advogados que apelaram à sua libertação, realizando conferências de imprensa e dirigindo uma carta a Marcelo Caetano. Para Soares, foi esse movimento internacional que esteve na base da sua libertação.⁶²

Com o regresso a Portugal e a expectativa ante a “Primavera Marcelista”, Soares incrementa a sua estratégia de consolidar uma oposição demarcada do PCP, de inspiração ideológica socialista, que aglutinasse os vários sectores oposicionistas não comunistas. Fruto deste esforço, elabora o “Manifesto à Nação, aprovado por vários signatários, assumidos “como socialistas”, que ambicionam apresentar ao país “um programa de alternativa que estará presente na sua plataforma eleitoral”, que “não aceitam o

⁵⁷ “Apostavam na luta interna e eram cépticos em relação à importância dos apoios internacionais. (...) Ninguém morreu de entusiasmo pela ASP, no início. Foi preciso fazer um trabalho difícil e lento. Mas, enfim, eu forcei e consegui.” In Idem, *ibidem*, p. 142, 143.

⁵⁸ Acta da Reunião da Fundação da ASP em Portugal, 22 de Novembro de 1964, Arquivo Fundação Mário Soares, 0524 000, imagem 39.

⁵⁹ B. Diaz Nosty, *Mário Soares, o Chanceler Português*, Queluz de Baixo, Liber, s/d, p. 80.

⁶⁰ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 539.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 533.

⁶² In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 201.

‘socialismo totalitário’, que, aliás, consideram não apresentar perigo para Portugal, na conjuntura presente.”⁶³ Com a intenção de pôr Marcelo Caetano à prova, o documento consolida a ideia de organização de uma força opositora socialista, capaz de ombrear com a comunista. Cresce no futuro líder do PS a necessidade de construir uma oposição capaz de angariar simpatias europeias. Ao “Manifesto à Nação”, segue-se o “Manifesto ao País”, revelando a perda de esperança num reformismo *marcelista*, com os portugueses a assistir a um “salazarismo sem Salazar”.⁶⁴

As eleições para a Assembleia Nacional, em 1969, são mais uma oportunidade de afirmação da existência de uma oposição socialista. Apesar da intenção do II Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro⁶⁵, de constituir uma lista eleitoral única, as divergências imperaram, com as contestações comunistas à ASP e a Soares e este a querer demarcar-se do PCP.⁶⁶

A ASP forma assim listas próprias, com a constituição da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), que concorre às eleições com a CDE (Comissão Democrática Eleitoral, de influência comunista) e a CEM (Comissão Eleitoral Monárquica). A recusa dos socialistas em embarcar numa lista unitária, marca “a clara autonomia estratégica relativamente ao PCP”, concertando-se com uma intenção de chamar a atenção da Europa. “Conseguimos mobilizar a opinião de esquerda e centro-esquerda e podemos contar com o apoio, pela primeira vez, explícito, da social-democracia europeia.”⁶⁷

Soares dá, assim, seguimento à estratégia de propaganda europeia da força socialista da oposição portuguesa, o que será um trunfo para o futuro da ASP. No mês anterior às eleições de Outubro, a IS decidia, em Londres, formar uma comissão de observação da campanha eleitoral e das eleições em Portugal, pelo facto de “os socialistas, sob a liderança de Mário Soares terem decidido concorrer às eleições (...)”⁶⁸ A campanha europeia da oposição socialista já começava a dar frutos, ao ponto de o próprio Hans Janitschek, Secretário-Geral da IS (1969-1976) se deslocar ao país, integrado na comissão de observação das eleições, fazendo a sua terceira visita a Portugal. Contudo, a comitiva da IS é expulsa três dias depois de ter chegado a Lisboa, facto que contribuiu para a credibilização europeia da campanha dos socialistas portugueses contra o regime.

Não obstante o desastre eleitoral da CEUD⁶⁹, a experiência permite uma clara constatação da ideia de Soares – a necessária campanha do socialismo português na Europa e a demarcação do PCP. A vinda do Secretário-Geral da IS havia despontado o interesse pela ASP, quebrando o isolamento da oposição não comunista em Portugal e tornando-a conhecida na Europa. O trabalho de bastidores de Soares e dos companheiros no exílio começava a dar frutos, pois, até então, eles eram praticamente desconhecidos pela social-democracia europeia:

⁶³ “À Nação” (Dezembro de 1968), in Mário Soares, *Escritos Políticos*, Editorial Inquérito, Quarta Edição, Lisboa, 1969, pp. 209-228.

⁶⁴ “Ao País” (Maio de 1969), in Idem, *ibidem*, pp. 229-242.

⁶⁵ Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986, pp.163-173.

⁶⁶ “Os socialistas não estão dispostos a deixarem-se comandar por um sector que se pretende hegemónico e que se serve de elementos que não declaram a sua filiação partidária, para obter maiores fictícias e assim impor o seu predomínio.” Carta de Mário Soares a Armando Bacelar, publicada na revista *Vida Mundial*. Citado por Manuel Braga da Cruz *Monárquicos e [...] cit.*, p.166.

⁶⁷ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...] cit.*, p. 224.

⁶⁸ Hans Janitschek, *Mário Soares, Portrait of a Hero*, George Weidenfeld & Nicolson Limited, London, 1985, p. 9.

⁶⁹ A CEUD consegue 5,8% dos votos, enquanto a Comissão Democrática Eleitoral 18,5%, a Comissão Eleitoral Monárquica 0,8% e, obviamente, a União Nacional a maioria, com 75% dos votos. Ver Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (coord), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 288-291.

“Quando me encontrei pela primeira vez com Mário Soares, em 1969, ele tinha 44 anos. Dez anos mais novo do que eles, eu tinha acabado de ser eleito Secretário-geral da Internacional Socialista, que realizava o seu 11º Congresso, em Eastbourne, Inglaterra, ao qual estávamos a assistir. Ele foi com os seus companheiros, Tito de Morais e Ramos da Costa, como observadores. Os delegados prestaram-lhes pouca atenção, enquanto Andreas Papandreaou, líder da oposição contra o regime militar na Grécia, foi tratado como uma estrela. Mas, Mário Soares e os seus amigos actuaram nos bastidores, cumprimentando uma delegação após outra e pedindo a sua ajuda. (...) Quando o Mário Soares me foi apresentado, no recanto escuro do salão do Congresso (...) eu mal conseguia ver a sua cara. Mas, imediatamente senti a afabilidade da sua personalidade e a sinceridade do seu aperto de mão. (...) Ele convidou-me para ir a Portugal, o mais breve possível. ‘Precisamos da sua ajuda’, disse ele. ‘Podemos fazer grandes coisas juntos’.”⁷⁰

Era preciso trilhar um caminho. Construir o nome de um líder credível para a oposição portuguesa, à luz da ideologia política da Europa Ocidental, aceitável como alternativa ao regime vigente. Mas era, igualmente, necessário construir e divulgar uma ideia política sobre o país e a Europa.⁷¹ Era necessário destronar a ideia criada pela campanha estrangeira de Salazar de que a oposição em Portugal era dominada por comunistas.

Soares perdeu as eleições de 1969, mas ganhou a percepção de uma necessidade prometedora: destronar a propaganda salazarista na Europa, sobre a inexistência de uma oposição não comunista. Já o havia começado a fazer no Congresso da IS, em Eastbourne, em Agosto, com um discurso revelador do regime opressivo português e da existência de “uma ampla corrente que se reclamava das ideias do socialismo democrático”⁷², mas era preciso mais. O interesse da comunidade internacional, confirme também a tese da necessidade de demarcação do PCP, dá-lhe alento para continuar a estratégia de cativar apoio europeu, lançando assim as bases para uma verdadeira campanha na e pela Europa. Era na Europa que era preciso começar a actuar e fazer a oposição que não era possível na sua terra natal.

“Sempre pensei que uma das razões da longa permanência do salazarismo, resultou da situação de isolamento internacional das forças democráticas (...). A oposição democrática, isolada de todos os contactos com a Europa, inteiramente desconhecida no estrangeiro, viveu, até há muito pouco tempo, numa espécie de gueto político. (...) as únicas ligações, no plano político, que se foram estabelecendo entre a Oposição Portuguesa e os meios democráticos e progressistas europeus seguiam normalmente os canais comunistas ou para-comunistas.”⁷³

Era preciso então quebrar esse isolamento, iniciando uma verdadeira campanha na e pela Europa. Na Europa, porque era aí que estavam as oportunidades, os acontecimentos, os organismos e os líderes que poderiam vir a apoiar os socialistas portugueses. Pela Europa, porque estava em causa, para a construção de uma ideia credível para Portugal, alternativa à do regime vigente, a identificação com os valores políticos e sociais europeus. De modo que, também, ao longo destes últimos anos, ainda

⁷⁰ Hans Janitschek, cit., p. 7.

⁷¹ “Nessa altura, não havia muita gente fora de Portugal que soubesse muito sobre o país, excepto que tinha, juntamente com Espanha, ajudado a evitar a derrota dos outros poderes fascistas, Alemanha e Itália, e que foi aceite na NATO, nas Nações Unidas e na EFTA.” Idem, *ibidem*, pp. 6,7.

⁷² In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 224.

⁷³ Mário Soares, *Portugal [...]* cit., p. 534.

antes de ter saído de Portugal para o exílio em França, os discursos de Soares já reflectem claramente uma identificação com os padrões europeus, como vamos observar seguidamente.

4.2 – A Europa como referência ideológica – um padrão económico e político.

O início da construção de uma ideia para Portugal

A década de 60 traz para a Europa mudanças políticas que vão sarando as feridas da II Guerra Mundial e renovando a esperança num futuro próspero, acalentada pelas repercussões do Tratado de Roma - com a institucionalização da CEE, que cria a Política Agrícola Comum e abole as pautas aduaneiras. Por esta altura, começa a evidenciar-se nas manifestações escritas e discursivas de Soares, as suas ideias acerca do projecto europeu, vendo na Europa padrões de vida aplicáveis e exemplares para Portugal, o que se converterá num dos seus argumentos fortes contra o regime.

O nível de vida europeu é o fundamento mais objectivo, frequentemente invocado como referência e a título de contraposição com Portugal. O grau de desenvolvimento económico da Europa é referido em vários documentos analisados, como comparativo positivo, oposto à situação proporcionada pelo Estado Novo. A influência das instituições europeias faz-se sentir, na fonte de dados estatísticos para sustentar a sua crítica ao baixo nível de vida português, referindo dados do “L’Observateur de l’OCDE” e o estudo, ‘Portugal em face dos níveis sociais europeus’, no qual o país “apresenta a taxa de mortalidade infantil mais elevada da Europa (...)”⁷⁴ Soares responsabiliza o Estado Novo pelo nível de vida de Portugal, “dos mais baixos da Europa (...)”⁷⁵

O advento da nova Europa económica evidenciaria ainda mais o atraso da indústria portuguesa.⁷⁶ Neste aspecto, a sua argumentação é totalmente baseada em dados objectivos, os económicos, utilizando a Europa como uma bitola para medir a situação económica nacional. Esta perspectiva revela-se um argumento poderoso com a sucessão de Salazar. Para sustentar a crítica à permanência de valores governamentais, Soares alude às “dificuldades económicas, tradicionais num país subdesenvolvido (com o mais baixo nível de vida da Europa)”, que “parecem estar a avolumar-se por forma alarmante”, sendo que as esperanças, nascidas com a substituição de Salazar, revelam-se “meramente ilusórias.”⁷⁷ No manifesto “À Nação”, volta a denunciar, sobre Portugal, o “vexatório subdesenvolvimento, com os mais baixos índices de nível de vida da Europa.”⁷⁸ No ano seguinte, na comemoração do 31 de Janeiro, no Coliseu do Porto, volta à carga.⁷⁹

⁷⁴ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projecto”, abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

⁷⁵ “Uma Entrevista que não foi publicada”, entrevista de Raul Rego a Mário Soares, 1968, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00003100, imagens 66-80. Foi a primeira tomada de posição oficial de Soares, depois do regresso de S. Tomé.

⁷⁶ Mário Soares, “A Oposição e o Governo em Portugal”, 11.06.1967 (artigo sem referência de publicação ou situação de discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 113-117.

⁷⁷ Mário Soares, “As Eleições de Outubro e o Futuro Incerto de Portugal”, 27.12.1969, (artigo sem referência de publicação ou situação de discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 200-205.

⁷⁸ “À Nação”, redigido por Mário Soares e subscrito por vários socialistas, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, cit., pp. 209-228.

⁷⁹ “(...) e o nosso País, com os mais baixos índices de vida da Europa, precisa urgentemente de uma política de desenvolvimento!” Mário Soares, “O 31 de Janeiro”, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, cit., pp. 131-143.

Só na década de 60 se começa a registar a frequência destas críticas nos seus discursos, o que coincide com a sua trajectória política, que até finais de 50 estava ainda com um pé no PCP. É com a desvinculação total da doutrina comunista, a descoberta da social-democracia, o conhecimento da Europa e o contacto com as suas democracias, que adopta o padrão europeu como referência para Portugal, deixando antever uma certa crença no Mercado Comum e no modelo de desenvolvimento que a CEE traçava.

“A expansão económica da Europa Ocidental (que tem aproveitado até países como a Jugoslávia ou a Grécia) toca-nos por uma forma ínfima. E todo o nosso sistema económico-político é repulsivo das concepções dominantes na Europa Ocidental. Não só a falta de liberdades públicas tornam o ar do nosso pobre País verdadeiramente irrespirável. O próprio sistema corporativo, que em boa parte é responsável pela anquilose da economia portuguesa, é completamente inaceitável pela Europa do Mercado Comum.”⁸⁰

Na implícita simpatia pelo paradigma económico europeu, subentende-se a necessidade de mudança de regime, por razões económicas, enquadrando-se a ausência de democracia como causa do subdesenvolvimento português. Soares sabe que as questões concretas do quotidiano tocam mais à população do que a veiculação de ideologias. Por isso, agarra-se ao argumento económico, numa primeira fase, deixando subjacente a carência de um sistema político democrático, mas advertindo que não o pretende sobrevalorizar, perante necessidades básicas. “(...) Não quero com isto dizer que o problema da liberdade seja mais importante – na hierarquia de valores e das necessidades sociais – do que as exigências do pão, para todos, e a reivindicação de padrões de vida dignos e europeus nos domínios fundamentais da educação, da assistência, da previdência e seguros sociais, do trabalho, da repartição de rendimento e da organização da propriedade.”⁸¹ Salvaguardando a permanência dos valores socialistas, procurando conquistar terreno aos comunistas, Soares logo constrói a relação de dependência do ideal com o concreto, da democracia com a economia: “Pretendo tão só, significar que a liberdade se me afigura como prioritária, ou melhor dito, como um instrumento necessário, embora não suficiente, para a realização de uma política seriamente concebida de desenvolvimento económico acelerado.”⁸²

A previsível entrada da Inglaterra para a CEE passa a ser um coadjuvante nestas alegações. Sendo o país britânico membro da EFTA e parceiro privilegiado do comércio português, também integrante da organização, Soares vê na entrada da Inglaterra para a CEE o agravar da situação económica portuguesa.⁸³ E é nesta argumentação que levanta o véu da necessidade de integração europeia, pois “Portugal precisa, para sobreviver, do auxílio económico e político da Europa. 58% do comércio externo metropolitano é feito com a Europa Ocidental (25% com o mercado comum e 23% com a

⁸⁰ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projecto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

⁸¹ Mário Soares, “Qual é hoje o Principal Problema da Sociedade Portuguesa?”, resposta ao inquérito do *Diário de Lisboa*, 15.08.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 86,87.

⁸² Idem, *ibidem*.

⁸³ “Nesse sentido, a eventual adesão da Inglaterra ao Mercado Comum pode criar ao País problemas complicadíssimos”, Mário Soares, “Quarenta Anos de Estado Novo”, 1966, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 115-123. Desconhece-se destino do discurso ou artigo.

EFTA). E se a Inglaterra, como parece, vier a associar-se ao Mercado Comum, mais uma razão para o nosso País se preparar rapidamente para viver a sua “hora europeia”.⁸⁴

A década de 60 traz ao seu discurso o início do vislumbamento de um rumo mais concreto para Portugal, não sendo apresentadas apenas ideias soltas e abstractas de oposição ao regime, mas em que já se desbrava um caminho concreto. Com base na necessidade económica, Soares vai construindo um raciocínio causal que leva à lógica da integração de Portugal no Mercado Comum (MC). O padrão de valores de referência europeu está presente, como uma bitola para Portugal.

“Com efeito, sem uma reforma profunda das estruturas, das mentalidades e dos hábitos, e sem uma larga preparação do país ao ritmo europeu, o que implica, desde logo, a supressão do sistema corporativo, com o seu dirigismo económico e os múltiplos condicionalismos, a existência de sindicatos livres e o reconhecimento da livre iniciativa sem protecctionismos a certos monopólios (conseguidos à sombra do poder político) como, sem isso, Portugal poderá integrar-se, ou por qualquer forma associar-se aos países democráticos e de economia liberal que constituem o mercado comum?”⁸⁵

A transformação do pós-guerra tornou a Europa numa referência não só em termos económicos, mas também ideológicos. É uma “nova Europa”, à qual está subjacente a edificação de novos valores políticos, do socialismo democrático, e que “nada tem a ver com a Europa dos anos 30, de Hitler e de Mussolini.”⁸⁶ Num abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, Soares combate o ideário político salazarista e demarca-se do PCP, assumindo a existência de forças políticas na oposição, “perfeitamente identificadas com as correntes da democracia europeia”⁸⁷, tornando implícita a concepção futura de Portugal enquadrado nos valores da Europa. Assim vai germinando uma profunda contraposição ideológica a Salazar, cuja “política ultra não só não tem futuro na Europa de hoje, como será verdadeiramente desastrosa para o desenvolvimento económico do País, conduzindo-o ao impasse.”⁸⁸

Este enquadramento europeu de Portugal implicaria também o restabelecimento de relações diplomáticas ocidentais. Partidário da auto-determinação das colónias, denuncia que tem sido a política colonialista portuguesa em boa parte responsável pelo isolamento do país. “Quem não sente quão nocivo é esse isolamento e que ele não pode durar indefinidamente?”⁸⁹ O isolacionismo do Estado Novo é uma questão de fundo na oposição de Soares. “Urge acabar com o isolamento ensimesmado em que nos confinamos e que tanto nos diminui aos olhos do estrangeiro,” o que só se contraria com o restabelecimento de “instituições verdadeiramente democráticas (...).”⁹⁰ Na base da crítica à política externa de Salazar, que deixa Portugal “de costas voltadas para a Europa”⁹¹, reside a crença de inevitabilidade do futuro do país passar pela política europeia, pois “não há outro caminho mais viável,

⁸⁴ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projecto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

⁸⁵ *Idem, ibidem.*

⁸⁶ *Idem, ibidem.*

⁸⁷ “Uma Entrevista que não foi publicada”, entrevista de Raul Rego a Mário Soares, 1968, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00003100, imagens 66-80.

⁸⁸ *Ibidem.*

⁸⁹ Mário Soares, “Política Externa”, resposta ao inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000032 00, imagens 51,52.

⁹⁰ *Idem, ibidem.*

⁹¹ “Nos 40 Anos de Estado Novo – Um Projecto”, abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

nem que possa poupar ao Povo Português tantos sacrifícios.”⁹² Esta convicção baseia-se também na expectativa de que seja a própria proliferação do espírito europeu e dos seus valores um dos motores da mudança.⁹³

No entanto, se é óbvia a admiração de Soares pelo modelo político da Europa Ocidental e a proposta de adopção do seu quadro de valores como solução para Portugal, não é explicitado em que termos ele a entende. Até onde deve ir essa abertura do país à Europa? Na década de 60, tudo fica no ar. Pressupõe-se uma integração apenas económica ou também política? Se Soares já tem estas respostas, não as revela, o que se deduz ser uma estratégia premeditada. Estaria a população portuguesa preparada para encarar uma tal proposta de transição de um regime ditatorial, que podia ser vista como uma nova subalternização? Terão sido estas as cautelas de Soares, que, perspicaz no diagnóstico à opinião pública, terá, tacticamente, guardado algumas ideias para si?

Concluimos que a década de 60 foi um crescendo de convicções no seu pensamento, o que coincide com a consolidação do seu afastamento do PCP e a aproximação à ideologia da Europa Ocidental. Foi uma espécie de solidificação de pensamento, de concretização de projectos, de abertura ao estrangeiro e da divulgação de uma ideia nova para o futuro de Portugal, que marca o início da sua profunda oposição à política externa de Salazar.

É a partir da década de 70 que Soares será mais explícito e concreto na afirmação destas ideias. Por um lado, porque ele próprio as vai amadurecendo e, por outro, porque vai incrementando a sua estratégia de oposição, dirigindo-se a outros públicos, aos políticos europeus, para os quais é necessário promover, acima de tudo, a ideia de que ele e a ASP têm planos para Portugal, que se encaixam no quadro político da Europa. O início dos anos 70 acolhem uma enxurrada de formação e de vivências políticas, que o levam a conviver com os principais líderes europeus e também a acumular experiência nos palcos políticos da Europa. É essa fase que vamos destrinçar de seguida.

4.3 – Uma nova oposição, na e pela Europa - uma política externa não oficial de Portugal

O desfecho das eleições de 1969 acarretou a perda de esperanças de mudar o regime dentro de Portugal. Trouxe a percepção de que aí seria difícil fazê-lo, sem uma ASP bem estruturada, que pudesse prosseguir para uma verdadeira organização partidária, capaz de ombrear com o PCP na oposição ao regime. Soares percebera que diante de si “estava uma travessia no deserto, e que no país, o horizonte se fechara,” e que os socialistas talvez estivessem “a ter pouca audição internacional (...).”⁹⁴

⁹² Mário Soares, “Resposta ao Inquérito do *Diário de Lisboa*”, 15.08.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 86,87.

⁹³ “A evolução da Europa, o espírito da época, (que trabalha sectores importantes da inteligência e da tecnologia), a falta de mão-de-obra provocada pelo êxodo migratório, a tomada de consciência das classes trabalhadoras, as necessidades de desenvolvimento em contradição com as exigências cada vez mais pesadas da guerra, a revolta da juventude, a incapacidade patente da equipa de Marcelo Caetano de formular uma política de alternativa para o imobilismo salazarista – tudo parece apostado em empurrar o regime para uma situação singularmente difícil, em que os pontos de rotura estão à vista.” Mário Soares, “As Eleições de Outubro e o Futuro Incerto de Portugal”, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 200-205. Desconhece-se o destino do artigo ou discurso.

⁹⁴ In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., p. 228.

Contudo, não o esperava uma travessia no deserto, mas uma travessia na Europa, acima de tudo, porque já não havia deserto de ideias. Além de já saber qual o campo ideário que o guiaria, estava também convicto da necessidade de tornar a ASP conhecida na Europa. A consciência de que se fechavam os horizontes em Portugal culminava na crença da utilidade em projectar a oposição para fora do país, pois cria que era também o isolamento das forças de oposição que contribuía para a longevidade do *salazarismo*. O impulso para partir para o exílio é-lhe dado pela própria PIDE, quando, em 1970, vindo de Itália, onde escrevia *Portugal Amordaçado*, para o funeral do pai, é confrontado com uma ordem de prisão, “a qual só não seria executada se abandonasse o país, nesse dia mesmo.”⁹⁵

Este contra-senso, de perante a existência de um mandado de captura se dar a oportunidade de fugir, é revelador da consciência que o próprio Governo já tinha da sua notoriedade internacional. Ele emergia como um líder de uma oposição credível na Europa Ocidental, que já despertava a atenção dos meios de comunicação internacionais. A nota oficiosa publicada pela PIDE, informando sobre a abertura do procedimento criminal contra o líder da ASP, tinha tido eco em vários jornais franceses.⁹⁶ Além do mais, a deportação para S. Tomé já havia demonstrado que Soares não era um anónimo na Europa. O antigo Secretário-geral da IS faz a mesma interpretação. “O governo encontrou-se perante um dilema. Por um lado, achava necessário acusá-lo de acções conspiratórias no estrangeiro; por outro, pesadas medidas contra ele tornar-se-iam embaraçosas, porque levariam a tensões com os governos que colhiam a simpatia de Soares.”⁹⁷

Se a candidatura da CEUD às eleições de 1969 quebrou o isolacionismo dos socialistas portugueses, o exílio de Soares em França torna a logística dos contactos muito mais fácil, com encontros mais frequentes com as lideranças europeias, a IS, o Conselho da Europa e os vários partidos e presidentes da social-democracia.⁹⁸ Dora em diante, a sua atitude, a lógica articulação do seu discurso na e sobre a Europa, evidenciarão que nada foi feito ao acaso, reflectindo antes uma clara estratégia executada em várias frentes: desconstruir a imagem que Salazar tinha pintado de Portugal no estrangeiro, assumir a existência da força socialista portuguesa como oposição credível ao regime e demonstrar que ela estava na linha do pensamento europeu.

“Este anos foram também o início do fim do isolamento de Portugal no mundo.”⁹⁹ Não só foram o fim do isolamento de Portugal, como possibilitaram a Soares a observação, de perto e por dentro, do funcionamento das democracias, do jogo político em clima de liberdade. Assim, ao mesmo tempo que dava cumprimento à sua estratégia oposicionista ao Estado Novo, o exílio possibilita-lhe uma auto-formação como político moderno, que sabe dar importância estratégica ao discurso e à presença mediática, através da convivência nas mais altas esferas políticas europeias.

⁹⁵ Mário Soares, “Carta Aos Meus Amigos”, escrita em Agosto de 1970 e distribuída, clandestinamente, em Portugal. Foi publicada na Revista Ibérica, 15.09.1970, e referida pelo *Le Monde*, 6.8.1970, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 49.54.

⁹⁶ “Em começos de Maio de 1970, vários jornais franceses fizeram eco da nota oficiosa publicada pela Direcção Geral de Segurança (ex-PIDE), segundo a qual havia sido aberto procedimento criminal contra mim. Em resposta enviei ao *Le Monde* a nota que ora reproduzo, e que foi transcrita no número 6 de Maio de 1970.” Introdução de Mário Soares ao documento “Nota Enviada a *Le Monde*”, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 46,47.

⁹⁷ Hans Janitschek, cit., p. 29.

⁹⁸ “A partir de 1969, Mário Soares e os seus amigos próximos tornaram-se visitantes frequentes nos encontros da Internacional Socialista. Soares descreve estas aventuras no mundo lá fora, como ‘uma política de risco calculado’.” Idem, *ibidem* pp. 28,29.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p.29.

Uma das frentes de estratégia será, ao mesmo tempo que afirmar a ASP como uma representante da social-democracia na oposição em Portugal, angariar apoio para a própria organização, para que se possa criar uma verdadeira estrutura partidária. Em 1967, num artigo para uma publicação inglesa, já revela que a melhor “chance” para as várias forças de oposição portuguesas “seria conseguirem, com o apoio internacional das correntes congéneres europeias, o direito a uma existência legal.”¹⁰⁰ O exílio será o tempo derradeiro da busca de apoios. A estratégia consistia simultaneamente em construir um partido de credibilidade aos olhos do modelo político ocidental e tentar retirar a base de apoio dos aliados ao regime português, que beneficiava da condescendência proporcionada pela Guerra-Fria. “Para derrubar o salazarismo, nós precisávamos de isolá-lo dos movimentos políticos dominantes na Europa democrática e nos EUA (...).”¹⁰¹

4.3.1 – Os contactos com a Internacional Socialista e o apoio das congéneres europeias – da ASP ao PS

Até 1970, a ASP vai tentando solidificar-se, ganhar notoriedade internacional, com as dificuldades inerentes a uma organização cuja maioria dos membros está enclausurada num regime que lhes anula a liberdade de expressão. Ainda assim, e graças aos membros então no exílio, a organização consegue ir estabelecendo alguns contactos com o exterior.¹⁰²

Apesar dos manifestos apoios, a ASP não deixa de ser ainda uma estrutura politicamente frágil, sobrevivendo com deficiências organizativas e a falta de uma rede de membros que lhe dêem suporte humano e expressão política, para que não se resumisse a uma mera agremiação de intelectuais que, embora com ideias políticas estruturadas e aceitáveis para as instâncias europeias, não alcançariam assim só a credibilidade e a força exigíveis para virem a tornar-se num forte grupo de oposição interna ao Estado Novo. A situação começa a dar sinais de se alterar com a notoriedade que Mário Soares começa a ter no estrangeiro, com o processo Humberto Delgado e a deportação. As eleições de 1969, com a CEUD, projectam a ASP na Europa, mas já antes os colegas de Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, vinham fazendo um trabalho de angariação de membros, constituição de núcleos e estabelecimento de relações europeias, nomeadamente com a Internacional Socialista.¹⁰³

¹⁰⁰ Mário Soares, “A Oposição e o Governo em Portugal”, artigo escrito para a revista inglesa *Government and Opposition*, a *Quarterly of Comparative Politics*, a pedido do professor Leonard Schapiro, da London School of Economics and Politics. Redigido em Novembro de 1967, chegou a ser traduzido para inglês, mas, ao que parece, não foi publicado em virtude da conseqüente prisão do autor e devido à escrupulosa amizade do citado professor, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, cit., pp. 73-98.

¹⁰¹ “Conservadores e Neoliberais não têm soluções para o futuro”, entrevista a Mário Soares, realizada por Mário Mesquita, *Diário de Notícias*, 19.04.1993; in Mário Soares, *Intervenções* 8, cit., pp. 513-538.

¹⁰² Descrevem-se contactos com europeus, mas também com a América do Norte, Canadá, África, Ásia e Jugoslávia. Ver “A Situação Política Portuguesa e a ASP”, in *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

¹⁰³ Em 1965, Tito de Morais muda-se para Itália, assegurando aí a representação da ASP e assumindo funções no Partido Socialista Italiano (PSI), que passa a financiar a publicação “Portugal Socialista”, a partir de 1967. Em 1969, responsáveis do PSI vêm a Portugal para contactar com os socialistas portugueses. Em 1966 começam os contactos com o Partido Social-Democrata Sueco e, no ano seguinte, o secretário internacional do partido visita Portugal. Posteriormente, Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais retribuem a visita, sendo recebidos pelo presidente do partido, Tage Erlander, e pelo Ministro das Comunicações, Olof Palm, numa visita que resulta na concessão de apoio financeiro à ASP, o que se efectiva no ano seguinte. Também em

O passo determinante para alavancar a ASP e Mário Soares para as esferas do socialismo democrático europeu foi o seu discurso no Congresso de Eastbourne, da IS, em 1969, ainda antes do seu exílio. Com os camaradas Tito de Moraes e Ramos da Costa, Soares assiste ao congresso para o qual tinha sido convidado e vive o seu primeiro grande momento de exposição europeia, proferindo um discurso no qual divulga as suas ideias, tenta construir a sua credibilidade e a da ASP. A mensagem centrou-se em dar a conhecer os socialistas portugueses e a denunciar o Estado Novo, tendo causado bastante impressão nos presentes.¹⁰⁴

Esta linha discursiva irá manter-se em intervenções posteriores, vincando a existência de uma oposição portuguesa inspirada na social-democracia. Ao denunciar os atentados da ditadura à democracia, transpõe a causa da oposição portuguesa para a Europa, instigando-a a torná-la também como sua – “a luta pela democracia e pelo socialismo é indivisível.”¹⁰⁵

Perante as suas palavras, “os delegados levantaram-se e aplaudiram-no durante vários minutos,”¹⁰⁶ um momento que, além de inaugurar a projecção da imagem de Soares e marcar o início da credibilização do movimento socialista português no estrangeiro, incitou os camaradas europeus à acção, com a aprovação de uma resolução que apelava à solidariedade de todos os partidos membros para com a luta dos socialistas portugueses. “Isto foi claramente o momento da verdade”, pois a IS foi além da resolução ao decidir “enviar uma equipa de observadores ao país, para seguir a última fase da campanha.”¹⁰⁷ Como já referido, a comitiva não chegou a presenciar o acto eleitoral português, tendo sido expulsa três dias após ter chegado ao país, o que fez ecoar novamente o nome de Soares nos “jornais de todo o mundo.”¹⁰⁸ Mas esta acabou por ter um lado positivo, o de atestar a veracidade da denúncia acerca do regime, com “os grandes líderes do socialismo democrático a chegarem à conclusão de que Mário Soares era o ‘seu homem’”, com “milhões de membros partidários a acordarem para o desafio de Portugal.”¹⁰⁹ Por isso, quando parte para França, em 1970, Soares não vai como mais um exilado político anónimo, mas já como um socialista conhecido na Europa.

A partir de Paris, as viagens e participações em eventos na Europa são frequentes, quer através de convites das organizações, quer de encontros com partidos socialistas europeus, promovidos por

1966, começam os intentos de aproximação ao Partido Social Democrata alemão (SPD), com Ramos da Costa e Soares a deslocarem-se a Bona, para conferenciar com responsáveis do partido, mas a recepção é um pouco fria, mantendo-se assim o relacionamento até 1969, ano em que o SPD e a Fundação Friedrich Ebert convidam Soares e Ramos da Costa para uma reunião, na qual seriam discutidas as formas de apoio à ASP, o que se concretiza com a concessão de bolsas de estudo. Ver Susana Martins, cit., pp.188-195. O próprio Soares reconhece o trabalho precursor dos amigos: “Nunca é demais reconhecer o trabalho realizado por Francisco Ramos da Costa e por Manuel Tito de Moraes: um autêntico trabalho pioneiro, de verdadeiros cabouqueiros do socialismo democrático português. Foi Ramos da Costa quem entrou, primeiro em contacto com a Internacional Socialista e, designadamente, com Willy Brandt e com Olof Palm. (...) Abriram-se as portas dos contactos internacionais, antes de eu chegar ao exílio, foram eles que me levaram ao Congresso de Eastbourne, em 1969, e depois de me fixar em Paris, a partir do Verão de 1970.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 245.

¹⁰⁴ “No seu discurso, ele seguiu uma linha familiar: ‘Em Portugal, os socialistas têm vivido num gueto político. Isto explica a ausência de contactos internacionais entre os socialistas portugueses e os seus camaradas (...)’ E, de seguida, começou a protestar contra a ditadura, chamando-lhe ‘um regime de terror e silêncio’, como nunca o tinha feito antes, em frente a uma audiência majestosa. Terminou com um apelo emocionado para a eliminação do estado corporativo, o regresso às liberdades civis, à auto-determinação das colónias e a retoma das relações diplomáticas com o resto do mundo. Ele lançou um claro apelo a uma acção conjunta contra todos os ditadores fascistas europeus e avisou a audiência de que ‘a luta pela democracia e pelo socialismo é indivisível.’” Hans Janitschek, cit., p 31.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.32.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*.

contactos estabelecidos pelo núcleo socialista no estrangeiro. Em 1971, discursa no Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, denunciando as falsas mudanças anunciadas por Marcelo Caetano e apelando à ajuda dos socialistas europeus, “que não podem ser os confidentes dos regimes totalitários.”¹¹⁰

Ainda nesse ano, assistiu ao Congresso da União dos Socialistas franceses,¹¹¹ em Epinay-sur-Seine, no qual François Mitterrand foi eleito líder do Partido Socialista francês, acontecimento que elogia.¹¹² Em 1972,¹¹³ assistiu à Convenção Socialista de Suresnes, a convenção nacional do Partido Socialista francês, em que se perspectivavam as eleições de 1973, mais uma oportunidade de convívio com dirigentes socialistas europeus, como o Secretário-geral da IS. Apesar de estar presente apenas como observador, experiências como esta dão-lhe a oportunidade de ver de perto a ideologia de centro esquerda europeia e a estratégia política a funcionar. São ocasiões que vão constituindo a sua auto-formação como político e uma forma de ir demonstrando um pensamento crítico acerca da política europeia, participando dela, opinando e promovendo-se a personalidades de referência, como Willy Brandt e François Mitterrand, “as duas grandes figuras” que, à época, mais o “impressionaram.”¹¹⁴ Tentava também promover estas personalidades no seu país, divulgando a social-democracia europeia, com o envio de artigos para publicações portuguesas.

Estas andanças políticas, nomeadamente em França, repercutir-se-ão na arquitectura do seu pensamento político e, nomeadamente, na influência que o socialismo europeu terá na sua visão geopolítica do Ocidente. Por exemplo, o discurso do Congresso de Suresnes – em que se aborda a questão de “um novo internacionalismo”, reflectindo-se sobre o futuro do Pacto do Atlântico e perspectivando-se “estabelecer um pacto de segurança colectiva, que implique a dissolução simultânea do Pacto do Atlântico e do de Varsóvia (...)”¹¹⁵ – está na base do papel de estabilização que confere à Europa. A assiduidade em reuniões e contactos com líderes europeus,¹¹⁶ permite-lhe ir-se doutrinando sobre o sistema internacional de então, sobre a CEE e, igualmente, absorvendo práticas do funcionamento partidário em democracia, ensinamentos pertinentes para a sua actuação política futura. Willy Brandt, Olof Palme, Bruno Kreisky, François Mitterrand, Pietro Nenni e De Martino foram personalidades de frequente convivência,¹¹⁷ que se tornaram referências.

¹¹⁰ Discurso proferido por Mário Soares, no VIII Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, 1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006.003, imagens 82-86.

¹¹¹ “Durante os dias 11, 12 e 13 de Junho, realizou-se, em Epinay sur Seine, nos arredores de Paris, o congresso dito de unidade dos socialistas. A imprensa mundial deu um certo destaque ao acontecimento – que, efectivamente, o merece. Contudo, preocupada com as querelas pessoais, de mera circunstância, não definiu, em termos políticos e com precisão, o alcance do congresso.”, Mário Soares, “O Congresso da Unidade”, artigo sobre o congresso de união dos socialistas franceses, 15.06.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 127-138.

¹¹² Idem, *ibidem*.

¹¹³ Mário Soares, “A Convenção Socialista de Suresnes”, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 153-160, (desconhece-se destino de artigo ou discurso).

¹¹⁴ In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., p. 241.

¹¹⁵ Mário Soares, “A Convenção Socialista de Suresnes”, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 153-160, (desconhece-se destino de artigo ou discurso).

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹¹⁷ “A partir dos anos 70-71, relacionei-me igualmente com De Martino, que lhe sucedeu (a Pietro Nenni) na liderança do Partido Socialista Italiano e a quem visitei, em Roma, várias vezes. E Mitterrand, claro ... A partir de Paris, passei a ir aos Congressos dos partidos socialistas ou social-democratas: a Inglaterra, à Suécia, à Alemanha, a Itália, à Áustria. Entretanto aprendia e fiquei a saber como era. Foi uma experiência única.” In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., pp. 239-240.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 240.

A sua presença nestes eventos políticos conferia também representatividade à ASP, projectando-a na política europeia, o que servia a sua estratégia de incrementar no estrangeiro a oposição socialista portuguesa ao Estado Novo e diminuir a base de apoio internacional a Marcelo Caetano.¹¹⁸ Este insistente caminho, de Mário Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, torna a ASP, apesar de organicamente não o ser, na prática, como um partido a funcionar nos palcos da política europeia. Com o exílio de Soares, os contactos intensificam-se e com eles a ideia dos principais mentores da ASP sobre a necessidade de integração na IS, sendo formalizado o pedido em 1972.¹¹⁹

Mas tal pedido instala um mau estar entre os membros do interior e do exterior da ASP, o que põe a descoberto uma heterogeneidade de perspectivas na organização e uma mudança da posição de Soares, fruto da sua vivência europeia. Os membros do interior revelam-se contra o pedido de entrada na IS, acusando Soares de se aliar à social-democracia, quando, anteriormente, havia recusado tal termo. Quando era responsável pelo núcleo do interior, Soares, que queria conquistar terreno ao PCP, tinha contrariado uma definição ideológica da ASP. Porém, a crescente consciencialização de que a oposição à ditadura se fará na Europa, deu-lhe a entender que era necessário a integração plena na social-democracia europeia.¹²⁰

O pedido endereçado a Hans Janitscheck é o culminar formal do esforço diplomático incrementado no exílio.¹²¹ O resultado ficou à vista, em 28 de Junho de 1972, no XII Congresso da IS, em Viena de Áustria, onde se formalizou a aceitação da ASP como membro, celebrizada com um discurso de Mário Soares à assembleia, no qual promove as suas ideias socialistas para a Europa do futuro, tornando inerente a todas as democracias europeias o combate à ditadura portuguesa.¹²²

Apesar da admissão da ASP na IS, o facto de a organização não ser um partido deixava algo por consumir, não permitindo que os socialistas portugueses falassem “à mesma altura” com os congéneres europeus. À medida que Soares ia conhecendo melhor o funcionamento das estruturas partidárias

¹¹⁸ A intenção é expressa nos próprios escritos da ASP. “Contudo, o facto de não termos criado uma estrutura no estrangeiro não impediu que desenvolvêssemos, sobretudo, na Europa, uma acção importantíssima de esclarecimento da opinião pública internacional, que conquistássemos um apoio e uma solidariedade efectiva da parte dos outros partidos políticos socialistas e de criarmos sérios embaraços à política externa do governo, esclarecendo, desmistificando, condenando a política reaccionária e anti-nacional dos governos de Salazar e Caetano.”, “Bases orgânicas da ASP”, in *Para uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

¹¹⁹ Carta de Mário Soares a Hans Janitscheck, Secretário-geral da Internacional Socialista, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 2167 001, imagem 131.

¹²⁰ “Quando repetidas vezes o socialista Mário Soares recusava a qualificação de ‘social-democrata’, tudo parecia indicar que tal se determinava pela necessidade de se não confundir com o ‘socialismo democrático’ da II Internacional. Quando o socialista Mário Soares procurava o diálogo com o falecido PSIUP ou com o convescente PSU, tudo parecia indicar que se determinava pela vontade de se não confundir com o socialismo de centro e de direita, gerente leal do Estado capitalista servidor fiel do Imperialismo.” Carta de Fernando Piteira Santos a Mário Soares, 31 de Dezembro de 1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0535 003, imagem 95.

¹²¹ “Essa adesão exigiu um trabalho diplomático imenso que foi realizado por 3 pessoas: Tito de Morais, Ramos da Costa e por mim (Mário Soares) junto de Willy Brandt, Harold Wilson, James Callaghan, Olof Palme e dos socialistas espanhóis no exílio, como Rudolfo Llopis.”, “Conservadores e Neoliberais não têm Soluções para o Futuro”, entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, *Diário de Notícias*, 19.04.1993; in Mário Soares, *Intervenções 8*, cit., pp. 513-538.

¹²² “Sicco Manshold perguntou ontem: que Europa desejamos nós? E acentuou a necessidade de uma *acção socialista europeia*, quer dizer: a necessidade de uma estreita cooperação entre os partidos socialistas europeus de forma a poderem coordenar os seus esforços para construir uma Europa Socialista por que todos aspiramos. Neste sentido, apresentou a sugestão da realização de um congresso socialista europeu, com vista a definir uma política socialista comum para a Europa. Em nome dos socialistas portugueses apoio, sem hesitações, uma tal proposta e espero que um dos pontos a tratar seriamente nesse congresso seja o problema de uma estreita cooperação entre os partidos socialistas europeus – ou, como disse o camarada Willy Brandt, o problema dos países da Europa do Sul (ou da Europa pobre), cujos governos são antidemocráticos ou simples ditaduras militares.”, Mário Soares, “Na Internacional Socialista”, discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, realizado em Viena de Áustria, 28.06.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 154-158. (Seja substituí a palavra original ‘será’ da citação, o que se deduz tinha sido gralha).

européias, aprendia e retirava o que de útil considerava para a sua estratégia oposicionista. Em resultado dessa experiência, tornava-se premente transformar a ASP em partido, uma intenção que já despontara com a adesão à IS. Os critérios que vieram impulsionar os socialistas portugueses para a entrada na IS eram, segundo Diaz Nosty, “fundamentalmente (...) operativos”, com “a ASP” a reiterar “a sua posição, cada vez mais definida e próxima da formação de um verdadeiro Partido Socialista, ideologicamente um dos mais consequentes da Europa.”¹²³

Com vivências políticas completamente diferentes dos membros do interior, Soares percebeu, depois do exílio, o que talvez não concebesse tão rapidamente se tivesse continuado em Portugal: a necessidade de criação de um partido, a autoridade, a credibilidade e a margem de manobra institucional que um PS, em vez de uma ASP, lhe iria dar, essencialmente, para o aperfeiçoamento da sua campanha de oposição na Europa. Os sete votos desfavoráveis, contra 20 favoráveis à transformação da ASP em Partido Socialista, discordam da “oportunidade da data,”¹²⁴ com Piteira Santos à cabeça a revelar o hiato entre interior e exterior.¹²⁵ Foram a sua saída do país e a particular vivência europeia que vieram aprumar a estratégia política de Soares, dando-lhe a perceber “que, como representante do partido, disporia de um instrumento para falar de igual para igual com os restantes delegados da Internacional Socialista e que teria outros apoios.”¹²⁶ Estava em causa adquirir um estatuto pleno de líder socialista europeu, crucial para a construção da diplomacia partidária. Depois de eleito secretário-geral do PS, Soares elaborou “três relatórios – para os suecos, os ingleses e os alemães – pedindo maior ajuda para acções concretas da Oposição ofensivas ao regime.”¹²⁷ Era premente ter uma estrutura partidária reconhecida na Europa para poder elevar a sua credibilidade como alternativa ao Estado Novo.

Contudo, não era suficiente um esforço partidário centrado na exploração da personalidade de Mário Soares. Tornava-se necessário criar e estruturar a máquina partidária, para que se começasse a actuar nos vários organismos da comunidade internacional e no interior. O Congresso de criação do PS, lança as bases para a constituição da orgânica partidária, com a presença de delegados vindos de Portugal e representantes de núcleos da ASP em vários países europeus, para traçarem as áreas e estratégias de actuação.

Urgia começar a doutrinar os seus membros em consonância com o que os líderes, com vivência política europeia, preconizavam para o Partido. Perante o desfazamento entre o interior e exterior, era necessário homogeneizar a atitude e o pensamento do partido. No relatório lido ao Congresso, Soares insere a definição ideológica do PS num ambiente europeu “favorável à renovação

¹²³ B. Diaz Nosty, cit., p. 89.

¹²⁴ “No dia 19 de Abril de 1973, o Congresso da Acção Socialista Portuguesa reunido (...) deliberou transformar a ASP em Partido Socialista.” Acta da reunião de fundação do PS, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0022 0000, imagem 3.

¹²⁵ “No estrangeiro, à medida que participávamos nas organizações internacionais, cada vez tínhamos mais consciência do partido, enquanto, no interior (...) essa consciência era menor (...).”, “Conservadores e Neoliberais não têm soluções para o futuro”, entrevista de Mário Mesquita a Mário Soares, *Diário de Notícias*, 19.04.1993; in Mário Soares, *Intervenções* 8, cit., pp. 513-538.

¹²⁶ In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., p. 256.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 257.

dos partidos socialistas (...).¹²⁸ As suas aprendizagens europeias reflectem-se na consciência da necessidade de estabelecer um programa partidário “com rigor científico”, de fazer “recrutamento de novos quadros” e de todos trabalharem “sujeitos a uma disciplina de partido.”¹²⁹

É tempo de os socialistas assumirem responsabilidades partidárias, “se querem, de facto, desempenhar, na vida nacional, o papel relevante a que se julgam com direito.”¹³⁰ Uma justificação que desemboca na intenção de elaborar um “*Programa Socialista*”, encarado, no seu ponto de vista, “como um primeiro passo (ou contribuição) para a aprovação de um *Programa Comum da Oposição Democrática*, capaz de lhe conferir *credibilidade* nacional, e internacional, e de constituir uma verdadeira solução de alternativa para o fascismo *caetanista*.”¹³¹ Esta declaração lança o olhar sobre Portugal e a Europa, revelando a consciência de que a sua estratégia interna de oposição teria de ter em linha de conta as repercussões europeias, o que implicaria uma demarcação do PCP.

O *Rapport Confidential*¹³² - uma mensagem do Comité Directivo da ASP, datada de Janeiro de 1973, o que, a crer pela data mencionada no documento, foi enviada ainda antes da realização do III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro - segue essa intenção, de construir uma reputação europeia centrada na preocupação de separar o PS das águas comunistas.¹³³ Fazer a demarcação do PCP seria uma acção fundamental ante a realização do III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, que, ao reunir todas as forças da oposição portuguesa, poderia induzir uma ideia de aproximação aos comunistas. Ao longo de todo o documento enviado aos camaradas europeus,¹³⁴ é explicada a diferença entre as duas forças políticas, detalhando a proveniência dos socialistas portugueses que fundaram a ASP e contrariando a versão de Salazar, em como o PCP era a única força política da oposição. A ASP pretendia acabar com a cumplicidade ocidental ao Estado Novo, pois os seus congéneres europeus eram pontos de ampliação importantes da oposição socialista portuguesa, de modo a aumentar a pressão internacional sobre Marcelo Caetano.

Soares actuava assim em duas frentes: na construção de uma reputação europeia e na clarificação ideológica do partido, uma servindo a outra. É nesse sentido que faz aprovar, no Congresso de Maio de 1973, na Alemanha, a decisão de definir *Um Programa Socialista*, com credibilidade nacional e internacional, para se afirmar na aprovação de um *Programa Comum da Oposição Democrática*, ideia que tinha saído do congresso de Aveiro. Se por um lado urgia dissipar confusões do PS com o PCP, por outro, era necessário mostrar à Europa que o Congresso de Aveiro podia ser o momento preparatório para o fim da ditadura. O *Rapport Confidential* serve esta estratégia dual, europeia e portuguesa.

¹²⁸ *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*, Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em Maio de 1973, Centro 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469), pp. 31,32.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 33.

¹³¹ *Ibidem*, p. 35.

¹³² Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidential”, Comité Directivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 23-31.

¹³³ *Idem, ibidem*.

¹³⁴ Não é explícito que esta carta tenha sido enviada a camaradas europeus, contudo é deduzível pelo início do documento - “Cares Camarades” -, pelo facto de ser redigida em francês e pelo próprio conteúdo.

A tática externa do partido passava por uma presença nas várias organizações internacionais, sendo necessário preparar todos os camaradas portugueses para esse espírito internacional, a arma diferenciadora do PS na oposição ao Estado Novo. No Congresso de Maio, Soares revela a necessidade de definir “uma posição responsável em matéria de política internacional”, para o que era necessário “designar camaradas que se ocupem, (tanto em Portugal como nos núcleos repartidos pelo exterior) em estudar os dossiês de documentação” que lhes chegavam “às toneladas, seguindo e especializando-se nos grandes temas da actualidade internacional.” O PS detinha “já um observador permanente junto da conferência dos partidos socialistas do Conselho da Europa”, mas precisava de “ir muito mais longe no conhecimento dos vários organismos de integração Europeia – estudando o Mercado Comum nos seus diferentes aspectos, económico, político e institucional e procurando participar naqueles organismos e comissões onde”, pudesse, “desde já, ter acesso.”¹³⁵

Embora não se alargue em opiniões relativamente à sua ideia sobre a integração portuguesa no MC - manifestando apenas discordância enquanto se mantiver o regime ditatorial - abre caminho à doutrinação dos membros do PS, para que comecem a inteirar-se dos assuntos e garantam uma presença política na agenda comunitária, a par de outros organismos internacionais, como a ONU, relativamente à qual urge “definir uma política” e “designar um observador permanente.”¹³⁶ Deste modo, Soares alinha todo o partido na sua estratégia, que passava por inserir o PS na agenda política internacional.

Até ao 25 de Abril de 1974, a estratégia externa do PS será sensibilizar os partidos da IS para a situação portuguesa e levá-los a persuadir os seus respectivos governos a condenar Marcelo Caetano. Nesta senda, o PS prepara, com o Partido Trabalhista Inglês, uma campanha contra a visita do Primeiro-ministro português, para comemorar o 600º aniversário da Aliança Luso-britânica. Sucedem-se vários encontros e declarações de condenação ao regime de Lisboa.¹³⁷ De um encontro solicitado pelo Partido Trabalhista Inglês, que movimentou membros, como Harold Wilson, James Callaghan, Ron Hayward e Ian Mikardo, resulta uma declaração conjunta a apelar ao governo inglês que cancele a visita e a expressar o desejo de enviar um observador às eleições portuguesas. A 17 de Julho, Harold Wilson declara na Câmara dos Comuns que a visita de Marcelo Caetano não merecia felicitações, nem deveria consentir-se a presença de Portugal na NATO. Em plena visita de Marcelo Caetano, Soares participa numa sessão solene, organizada pelo padre Adrian Hastings, na qual são denunciadas as atrocidades da guerra colonial, e o núcleo londrino do PS participa numa manifestação contra a vinda do chefe de governo português.¹³⁸

Depois de constituído o PS, e de uma etapa de contactos e relações diplomáticas com a IS, de conquistadas a confiança e credibilidade, Soares aplica-se em conseguir retorno disso, ou seja,

¹³⁵ *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*, [...] cit., pp. 69,70.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 70.

¹³⁷ Com o Partido Socialista Francês (PSF), a 4 de Outubro de 1973, subscreve um comunicado conjunto a condenar o assento de Portugal na NATO e refutando a entrada do país no Mercado Comum. Dois dias depois, os socialistas portugueses participam num encontro da IS, com o PSF, o Movimento Pan-Helénico de Libertação, o PSOE, a Unidade Popular do Chile, a Defesa Democrática Grega, o PS de San Marino e o PSI, de onde sai nova declaração conjunta, a condenar o regime português e comprometer-se de tentativas de expulsão de Portugal da NATO. O PSI manifesta interesse em enviar um observador a Portugal para acompanhar o desenvolvimento da campanha eleitoral. Os encontros continuam no ano seguinte, a 4 de Fevereiro de 1974, com o Partido Socialista Belga, a 20, ou 21, com o Partido Trabalhista Holandês, com o Partido Suíço, e com o Partido Social-democrata Alemão, a 24 de Abril de 1974, um dia antes da Revolução. Ver Susana Martins, cit., pp. 220-222.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 221.

concretizar formas de protesto e pressão à ditadura portuguesa, por exemplo, através de manifestos e declarações protagonizadas pelos homólogos europeus. Paralelamente, progredia a promoção da sua imagem como líder, que parecia à Europa, cada vez mais, um rosto credível para uma alternativa social-democrata em Portugal.

Sem nunca descurar a necessária estruturação e actuação do partido no interior, fica claro que a estratégia oposicionista de Soares passa por uma europeização do PS. Não obstante considerar que não é a Europa que deve ser o motor da mudança em Portugal, ela é um elemento indispensável para a pressão diplomática ao regime ditatorial português, pois a campanha oposicionista do PS no exterior reúne as condições de projecção da ideia socialista portuguesa que o interior não permitia.¹³⁹

Para não dar razão a medos nacionalistas, de interferências da Europa na soberania de Portugal, Soares tem um cuidado discursivo ao frisar que a mudança terá de vir sempre de dentro. Era uma precaução necessária, já que falava para um público que, sedento de democracia e não tendo a experiência da política europeia no mundo livre, poderia entender esta valorização do apoio diplomático externo como consequente intromissão na soberania nacional.

Como pudemos ver, a experiência política europeia de Mário Soares permite-lhe, por um lado, aperceber-se da necessidade de estruturar organicamente o seu partido e, por outro, de conferir a importância da projecção da ASP e do PS na Europa, para delinear uma estratégia de oposição a partir do exterior. É também à corrente da social-democracia europeia que vai beber ideias para o seu partido, o que se manifesta na vontade de uma clarificação científica do mesmo - em contraste com a sua atitude anterior ao exílio - que considera essencial para a afirmação do PS no exterior e no interior, nomeadamente, como princípio distintivo do PCP. As relações com o meio partidário europeu, afecto à IS, são o germen do crescimento do PS, mas Soares não negligencia uma actuação noutros organismos europeus, que se revelam, igualmente, cruciais como meio de projecção e doutrinação pessoal e partidária.

¹³⁹ “É evidente que a nossa salvação nacional não vêm, nem pode vir, do exterior. Como tantas vezes temos repetido, a obra de libertação da nossa Pátria só pode ser feita pelos próprios portugueses. E nem sequer devemos confiar demasiadamente no auxílio externo (...). Entretanto, importa que tenhamos a consciência clara de que as nossas possibilidades de realizar trabalho político no exterior são praticamente ilimitadas:

a) junto de dois milhões de portugueses que habitam no estrangeiro (...).

b) junto da opinião pública internacional, para a esclarecer sobre a verdadeira natureza do regime português a fim de ganhar a sua activa solidariedade.

Estas duas forças bem trabalhadas, poderão exercer uma grande pressão sobre os governos ocidentais. Em que sentido? Não para que se nos substituam na resolução dos nossos problemas – que só a nós, portugueses, respeitam, em última análise. Mas para que os governos ocidentais cessem a descarada protecção ao fascismo português, que lhe tem permitido até hoje, sobreviver. É importante – e não precisamos, verdadeiramente, de mais nada!” *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida* [...] cit., pp. 71.

4.3.2 – Os Contactos com o Movimento Federalista e o Movimento Europeu, mas a ausência da ideia federalista

A ASP iniciou contactos com organizações ligadas à unificação da Europa desde cedo, ainda muito antes do exílio de Mário Soares, nomeadamente com os movimentos entusiastas da ideia de unidade europeia, que a partir do fim da II Guerra Mundial começaram a germinar na Europa. Tais organizações veiculavam para a esfera política uma ideologia supranacional, apresentando soluções para os problemas do velho continente apoiadas não em lógicas nacionalistas, mas em esquemas de união dos estados europeus.¹⁴⁰ Agrupando estes movimentos figuras influentes dos meios políticos europeus, as várias posições relativamente à ideia do futuro da Europa reúnem-se no Congresso da Haia, em 1948, a partir do qual nasce o Movimento Europeu.¹⁴¹ Soares e os companheiros socialistas no exílio iam acompanhando as actividades destes movimentos, o que, à luz da época, em que se davam os primeiros passos de integração europeia, não deixava de conferir uma certa vanguarda política aos portugueses, ainda para mais quando a informação lhes era vedada pela censura do Estado Novo. O primeiro contacto efectuado com o Movimento Europeu (ME) é feito por Ramos da Costa, que tenta negociar a criação de uma secção portuguesa do movimento em Portugal.

Em 1963, Soares recebe uma carta, supostamente de Ramos da Costa, na qual é informado sobre um encontro tido em Bruxelas, para tratar da criação da “secção portuguesa dentro daquele movimento, para que os democratas portugueses ali assentem arraias e possam de direito defender uma posição justa para um Portugal livre.”¹⁴² Esta não terá sido a primeira mensagem enviada, pois o autor refere-se a outra prévia, na qual pedia diligências para a criação da secção portuguesa, nomeadamente, contactar personalidades indicadas para subscreverem a carta de pedido da criação da secção ao presidente do ME. Realça-se o facto de se tencionar reunir personalidades ligadas a vários quadrantes políticos da oposição portuguesa.¹⁴³ Num documento manuscrito, sem data,¹⁴⁴ estão listados vários

¹⁴⁰ Os destroços da guerra impeliram as consciências políticas europeias da necessidade de união, sentimento impulsionado pelo discurso de Churchill, em 1946, em Zurique. A diversidade de movimentos europeus que aparecem repartia-se essencialmente em federalistas e unionistas. Aqueles concebiam “uma organização europeia com base numa estrutura federal”, enquanto os outros defendiam “laços menos fortes de associação europeia, no quadro essencial da cooperação entre Estados que preservariam o essencial das suas prerrogativas soberanas.” Os federalistas, cujos movimentos chegam à meia centena, agrupam-se em torno da União Europeia dos Federalistas, e os unionistas juntam-se à volta do Movimento Europa Unida. Ver António Martins da Silva, *História da Unificação Europeia. A Integração Comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 26-31.

¹⁴¹ O Movimento Europeu foi formalmente criado em 25 de Outubro de 1948, na sequência da realização do Congresso da Europa, em Haia, em 1948, no qual participaram figuras políticas importantes da Europa, como Churchill, François Mitterrand, Paul-Henry Spaak, Albert Coppé e Altiero Spinelli. Os vários movimentos europeus coordenaram-se através da constituição de um comité internacional, que impulsionou a organização do Congresso de Haia. Após a realização do congresso, este comité converteu-se em o Movimento Europeu. Ver Idem. *Ibidem*. pp. 31.

¹⁴² Carta, sem autor expresso, dirigida a Mário Soares, sob o pseudónimo de Carlos, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 026000 017, imagens 3-5.

¹⁴³ “Pois bem, é preciso dar andamento prático ao assunto e para isso basta, tão-somente, escrever uma pequena carta assinada por essas personalidades, do teor seguinte: Monsieur Robert van Schendel, Secrétaire général du Mouvement Européen (...), Les personnalités sou-signées toutes portugaises, démocrates et antitotalitaires, représentant différents courants politiques: Libéraux, démo-chrétiens et socialistes ont pris la décision collective de créer une section portugaise du Mouvement Européen, pour faire la propagande de l'idée et de L'institution d'une communauté européenne libre et démocratique (...). Carta sem autor expresso, dirigida a Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 026000 017, imagens 3-5.

nomes, entre os que se apresentam legíveis, Azeredo Perdigão, H. de Barros, Pedro Pitta, Santos Silva, Mário Cal Brandão, O. França, Francisco Fausto Lopes de Carvalho, Alçada Baptista, Homem de Melo e Carlos Lima. Como expresso na carta a Mário Soares, com a fundação da secção portuguesa do ME¹⁴⁵ pretendia-se, simultaneamente, criar mais uma plataforma de denúncia da ditadura, ampliando assim as vozes de oposição ao *salazarismo*.

Contudo, esta não foi a única organização favorável a um supranacionalismo europeu com a qual os socialistas portugueses contactaram. Já no exílio, Soares manteve uma intervenção activa junto do Movimento Federalista Europeu (MFE). Um comunicado de imprensa revela a existência de contactos e conversações com os dirigentes do Movimento, concertados com as oposições dos outros dois países europeus ditatoriais.¹⁴⁶ As relações com este movimento tinham por natureza não apenas um envolvimento com as questões de agenda europeia, mas também a promoção do PS, enquadrando a sua luta oposicionista numa causa comum, a da democracia europeia, o que ganhava mais expressão com a associação às vozes oposicionistas às ditaduras espanhola e grega. Num momento de eminência de reformulação institucional da CEE, em que se discute a proposta de eleição directa dos deputados do Parlamento Europeu, os membros da oposição portuguesa, espanhola e grega aproveitam para mostrar a sua concordância com a proposta que consideram “um meio eficaz para proceder à eleição geral do Parlamento Europeu, por sufrágio directo, assim como o alargamento das suas competências”, vendo no sucesso da iniciativa um reforço da Europa democrática, com que contam “para os ajudar a reverter aquelas ditaduras.”¹⁴⁷

Em Outubro de 1971, o socialista português recebe uma carta do MFE, dirigida “aos membros do Comité Central,”¹⁴⁸ dando conta dos assuntos que dominarão a agenda da reunião, a realizar nos dias seis e sete de Novembro seguinte. Em anexo, a carta tem um plano de proposta para a constituição de um estado federal, adoptado pelo 19º Congrès de l’Europa-Union Deutschland, em Setembro de 1971. Apesar deste documento constar do arquivo de Mário Soares, não é conclusivo que o socialista integrava de facto o Comité Central do MFE, mas terá participado numa reunião do grupo, como comprova uma carta enviada a 27 de Novembro.¹⁴⁹ Na ocasião, denunciou as agruras económicas e colonialistas do regime ditatorial português, que previa agravarem-se com a entrada da Inglaterra no MC e a consequente saída da EFTA. Soares desfaz qualquer ilusão de mudança com a passagem do governo para Marcelo Caetano, denunciando a continuação da ditadura, com a permanência de

¹⁴⁴ Apontamentos manuscritos de Mário Soares sobre a composição do Comité Português Preparativo do Movimento Europeu, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02600 028, imagem 15.

¹⁴⁵ Apesar destes contactos, não foi possível apurar, para este trabalho, se a secção portuguesa chegou a ser efectivamente criada e a funcionar em Portugal.

¹⁴⁶ “Le Professeur Enrique Tierno Galvan, Monsieur Emmanuel Poniridis et Maître Mário Soares, représentants de l’opposition espagnole, grecque et portugaise, ont rencontré récemment à Milan une délégation du Mouvement Fédéraliste Européen, sous la conduite du Professeur Mário Albertini.” Comunicado de Imprensa do Movimento Federalista Europeu, 29.10.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagem 162.

¹⁴⁷ Comunicado de Imprensa do Movimento Federalista Europeu, 29.10.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagem 162.

¹⁴⁸ Não é possível auferir com certeza se a carta é dirigida a Mário Soares, pois tal apenas é deduzível pelo facto de ela integrar os documentos da pasta de Mário Soares, no Arquivo da Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 38-49.

¹⁴⁹ Carta de Massimo Malcovati, em nome da “Le Federalista, revue de politique”, enviada a Mário Soares, com o discurso que proferiu na reunião do Comité Central do Movimento Federalista Europeu, pedindo para que Soares faça a revisão do mesmo, 27.11.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagens 4-14.

atentados às liberdades e direitos humanos. No final, expressa a vontade de associação de Portugal à CEE, mas apenas sob a condição de um regime democrático.

Esta manifestação e as dos homólogos espanhol e grego culminaram na aprovação, pelo MFE, de uma “resolução aos ditadores dos países mediterrânicos,”¹⁵⁰ proporcionando a Soares mais uma condenação pública ao Estado Novo, o que se repercute também numa forma de pressão aos próprios governos europeus. “Apenas a criação de uma Europa unida, sobre uma base federal, permitirá o estabelecimento de uma política exterior e defensiva comum a toda a Europa. Assim se estabelecerão as condições para exercer uma pressão efectiva sobre os governos ditatoriais grego, português e espanhol, forçando-os a sair da sua actual dependência em relação aos Estados Unidos.”¹⁵¹ Nestas palavras, o interesse próprio dos governos europeus, nomeadamente de defesa geoestratégica da Europa, é tido como razão directa para ajudarem a oposição aos regimes ditatoriais.

Além de conferir visibilidade à acção oposicionista da ASP, a Mário Soares e às suas ideias pró Europa, estes contactos e vivências permitem-lhe também inteirar-se da discussão sobre o modelo federal europeu. A presença nestas assembleias, onde são discutidas propostas e soluções para uma orgânica institucional de uma Europa federal são como verdadeiras aulas, um meio privilegiado para se ir esclarecendo sobre os modelos políticos possíveis para a Europa do futuro e, assim, ir construindo a sua própria ideia sobre o assunto. Contudo, pela documentação consultada, a sua opinião pública sobre o federalismo está ausente dos seus discursos desta época, com excepção para o que profere no congresso do MFE, em que, aceita o federalismo na Europa. Aqui, Soares sabe que fala para um público conhecedor do assunto, que não suscitará polémica. Mas, nas restantes manifestações públicas, durante o exílio, não há referências à corrente federalista europeia, pois Soares sabe que não é o momento certo, pois exteriorizar a sua simpatia pelo federalismo europeu podia suscitar espíritos receosos de perda de soberania nacional, além de que o assunto nem sequer era consensual entre os próprios governos comunitários. O último documento que atesta a continuação de relações com as ideias federalistas europeias é uma carta conjunta do MFE e da Acção Europeia Federalista, dirigida ao socialista português, em 1972, informando-o sobre as conclusões do último congresso conjunto das duas organizações, em que ambas manifestam a vontade de se fundir numa só.

Em conclusão, nestes fóruns específicos de discussão, Soares tem a oportunidade de projectar uma imagem específica: a de homem “pró-europa”, que está na vanguarda do pensamento sobre o futuro da Comunidade. Simultaneamente, vai-se auto-formando. Além disso, estes movimentos congregam figuras importantes das instituições políticas europeias, através das quais Soares poderá ter a porta aberta para outras organizações. O Conselho da Europa é disso exemplo. Foi uma instituição

¹⁵⁰ Na resolução, os congressistas manifestam que “os ditadores que actualmente dominam Espanha, Portugal e Grécia, dado o seu carácter nacionalista e antidemocrático, constituem um perigo sério do ponto de vista da federação europeia. O 23º Congresso do MFE condena a continuação da actividade antieuropeia destes ditadores e apoia os grupos e organizações no interior destes países a lutar por um ideal de Europa federal e democrática.” Resolução Relativa às Ditaduras do Mediterrâneo”, anexa à Acta da Reunião do Comité do Movimento Federalista Europeu, realizada a 6 e 7 de Novembro de 1971, enviada a Mário Soares, 02.02.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 9-27.

¹⁵¹ Resolução Relativa às Ditaduras do Mediterrâneo”, anexa à Acta da Reunião do Comité do Movimento Federalista Europeu, realizada a 6 e 7 de Novembro de 1971, enviada a Mário Soares, 02.02.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 9-27.

criada pelo Movimento Europeu, que nasceu do entendimento possível entre unionistas e federalistas no Congresso da Haia. Foi também do impulso do Movimento Europeu que surgiu o Tribunal dos Direitos do Homem e as Comunidades Europeias.¹⁵² Ao presenciar tais reuniões e congressos, Soares vai construindo e maturando a sua própria ideia sobre o modelo político futuro da Europa, que lhe permitirá, oportunamente, demonstrar solidez no seu pensamento europeu.

4.3.3 – Os Contactos com o Conselho da Europa e a Comunidade Europeia

A actividade de Mário Soares na oposição portuguesa, a projecção de que começava a gozar, na década de 60, ainda antes do exílio, levou-o a ser convidado para discursar no Conselho da Europa, sobre o tema Direitos Humanos. Esta apresentação pública do líder da ASP revelou-se a gota final para o Estado Novo lhe instaurar um processo e propor o exílio. A provocação a Marcelo Caetano já se fazia sentir desde a conferência de imprensa que deu em Nova Iorque, em 1970. Depois de um périplo pelo Brasil, Venezuela, Porto Rico e México, Mário Soares realiza a conferência no Overseas Press Club,¹⁵³ em Nova Iorque, com a presença da vice-presidente da The International League for the Rights of Man.¹⁵⁴ Na apresentação aos jornalistas para a conferência de imprensa, Mário Soares é identificado como “o mais conhecido *leader* da Oposição portuguesa (...).”¹⁵⁵

O seu discurso centra-se na denúncia da restrição à liberdade de expressão em Portugal, exemplificando com casos comuns de repressão do regime.¹⁵⁶ Denuncia os atentados aos direitos humanos, partilhando a responsabilidade da mudança com um dever moral internacional, deixando implícita a cumplicidade do Ocidente para com a ditadura de Lisboa. Os portugueses “confiam na força da opinião pública internacional e na solidariedade dos democratas para fazer terminar o apoio internacional de que tem beneficiado a ditadura portuguesa.”¹⁵⁷

A repercussão desta conferência de imprensa - que teve impacto na comunicação social norte-americana, através da agência Reuters¹⁵⁸ - vai ao encontro da sua percepção de necessidade de extrapolar a oposição para o estrangeiro. Os ecos chegam a Portugal, com o Governo a apelidá-lo de traidor e uma sucessão de ameaças. Mas mais estava para vir. Soares já tinha também aceitado o convite para discursar na Assembleia do Conselho da Europa (CE).¹⁵⁹

¹⁵² Dusan Sidjanski, *O Futuro Federalista da Europa*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 28-32.

¹⁵³ Teresa de Sousa, cit., p. 59.

¹⁵⁴ Mário Soares, “Conferência de Imprensa no Overseas Press Club”, realizada a 1 de Abril de 1970, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 28-36.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 29. Na mesma apresentação, Soares é apelidado de “socialista democrático” e referenciado como advogado da família de Humberto Delgado “que foi morto em Portugal pela PIDE, polícia política de Salazar e tem defendido muitas pessoas perseguidas pela PIDE.” O episódio de deportação é também referido no perfil do líder da ASP, que é apresentado como um lutador incontestável contra a ditadura portuguesa.

¹⁵⁶ O socialista refere o particular exemplo da prisão de Francisco Salgado Zenha, por ter sido convidado para realizar um colóquio sobre o problema colonial na Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. “Em Portugal qualquer cidadão pode ser preso sem culpa formada, durante seis meses, sem ser presente a um juiz, sem poder ser assistido por advogado e sem que a prisão seja legalizada por qualquer tribunal.” Idem, *ibidem*, p. 31.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 32

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 33-36.

¹⁵⁹ Carta do Comité de Países Não Membros da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, dirigida a Mário Soares, em 6.03.1970, endereçando-lhe um convite do Professor Hofer, secretário do Comité de Países Não Membros, para estar presente

O dia 17 de Abril de 1970 será mais uma afronta à “alegada” impunidade internacional do Estado Novo. Soares dirigiu o seu “Statment”¹⁶⁰ ao CE, começando por elogiar a objectividade da informação prestada no relatório antes apresentado, mas advertindo para a menção às “perspectivas abertas com o governo do Senhor Caetano,” que lhe pareciam “muito optimistas,”¹⁶¹ e contrariando a informação que sugeria que as eleições de 1969, em Portugal, não haviam sido falsificadas. A mensagem chave do seu discurso pretende desconstruir a ideia de mudança incutida pelo Governo de Caetano, denunciando prisões arbitrárias do regime e a sua própria perseguição por causa das declarações contra o colonialismo no Overseas Press Club.

“O Senhor Caetano está a tentar melhorar as relações de Portugal com as democracias ocidentais e sabe que os socialistas portugueses são os seus principais opositores. O seu objectivo, tanto nacional, como internacional, é alargar a base de suporte ao regime, que esteve em situação bastante precária na altura do ditador Salazar. Pelo seu ponto de vista, os comunistas não constituem uma ameaça séria ao Governo Português. Na verdade, representam o inverso. O senhor Caetano precisa de convencer as pessoas de que existe uma ameaça comunista em Portugal para justificar a sua própria política anti-democrática. Por outro lado, ele precisa também da extrema-direita, os ‘ultras’, para convencer as pessoas de que não consegue fazer avanços rumo à liberalização.”¹⁶²

O líder socialista tenta assim desmontar a mensagem política do governo português, fazendo descrever os presentes na campanha de Marcelo Caetano e tentando evitar sucessos na política de abertura que se anunciara. A continuação de uma política colonial é para Soares um exemplo da permanência da opressão às liberdades e a prova de que algumas concessões feitas por Caetano, como o regresso do Bispo do Porto do exílio ou o fim da sua deportação em S. Tomé, não passam de encenações para convencer a opinião pública internacional. Perante a mudança de chefe de governo em Portugal e das mostras de relativa abertura do regime e da política externa, Soares precisava de contrariar qualquer ilusão de democratização, para a sua mensagem de oposição não perder credibilidade.

Fruto de contínuos contactos que Mário Soares e Tito de Morais mantiveram com a organização, a ASP consegue um lugar de observador no Grupo Socialista da Assembleia Consultiva do CE, em 1973. A par dessas diligências, a ASP faz também tentativas de aproximação com a Comunidade Europeia, chegando a conseguir assento como observadora nos VIII e IX Congressos do Bureau dos Partidos Socialistas da Comunidade.¹⁶³ A presença nestes organismos tem a dupla vertente de, por um lado, possibilitar à ASP a sua formação interna e preparação doutrinária sobre a CEE e, por outro, de marcar presença, credibilizando-se e denotando interesse na política comunitária.

Pelo que vimos até aqui, concluímos que os contactos que Mário Soares estabelecia com os partidos social democratas europeus, com a IS e com as organizações ligadas ao projecto de construção

numa reunião do comité, no dia 24 de Março, no qual se está a preparar um relatório sobre os direitos humanos em Portugal, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagem 3.

¹⁶⁰ Carta do Conselho da Europa enviada a Mário Soares, a confirmar o convite do Professor Hofer, Secretário do Comité de Países Não Membros ao socialista português, para discursar na Assembleia a 17 de Abril, em Estrasburgo, 14.04.1970. Nesta carta, confirma-se a presença de Soares e acertam-se os pormenores da viagem e do hotel, cujas despesas ficaram a cargo daquela instituição, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00853 002, imagens 4-6.

¹⁶¹ Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagens 69-75.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Susana Martins, cit., p. 196.

européia, estava sempre subjacente um trabalho diplomático para tornar o PS um partido credível perante os padrões políticos europeus, abrindo caminho a uma relação institucional e política de confiança, de modo a conseguir apoio institucional para congregar forças de pressão diplomática ao regime.

Subjacente a esta intenção de exposição do PS, está a veiculação de uma mensagem uniformizada sobre a sua ideia de Europa e de política externa para Portugal. Nos vários encontros informais, assembleias, congressos ou conferências de imprensa, a estratégia de oposição de Soares ao Estado Novo assenta também na divulgação de um posicionamento assumidamente europeísta para Portugal, o que, ideologicamente, vem colidir com a concepção doutrinária de Salazar, mas que se enquadra perfeitamente no espírito político europeu da época. Enquanto esteve no exílio, Soares empenhou-se profundamente em vincar a sua posição e a do PS favorável à integração europeia de Portugal.

4.3.4 – Na Europa a 100% - a contraposição à política externa do Estado Novo Europa vs África ou nem tanto?

É, sobretudo, a partir do início da década de 60 que Soares começa a divulgar posições sobre a política externa de Portugal, fazendo brotar uma oposição política a Salazar. Refira-se que, até finais da década de 50, não se encontraram, nos documentos analisados, ideias de Soares sobre uma eventual abertura de Portugal às relações diplomáticas ocidentais, o que estaria relacionado com a sua ligação ao PCP. O facto de não ter chegado a conceber a doutrina comunista como solução para um modelo de sociedade, ajuda a explicar a ausência de uma ideia estruturada para Portugal.

A viragem dá-se quando começa a conhecer o socialismo democrático. Ao interesse pela resolução dos problemas sociais, sob uma perspectiva histórica e internacional da evolução das orgânicas políticas, não terá sido alheia a sua formação em ciências histórico-filosóficas. Após o corte com o PCP e até aos inícios da década de 60, Soares faz a “travessia no deserto”, um período de introspecção, em que começa a estudar os problemas de Portugal e procura modelos políticos alternativos aos que o mundo bipolarizado lhe oferecia e que dominavam a oposição no seu país. Na busca de renovação, novidade e quebra com as soluções políticas dominantes, não permanece alheio às evoluções do projecto de construção europeia, que se começa a institucionalizar depois da assinatura do Tratado de Roma, em 1957. A sua envolvência europeia é impulsionada também pela influência dos camaradas Ramos da Costa e Tito de Morais, no exílio.

É nesta demanda intelectual que, nos inícios da década de 60, começa a conceber como positiva a abertura de Portugal ao exterior, estabelecendo como “primeiro objectivo” para a política externa portuguesa a “cooperação internacional,”¹⁶⁴ como revela o “Programa para a Democratização da

¹⁶⁴ “Programa para a Democratização da República”, 31 de Janeiro, 1961, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 323.2 (469) PRO.

República”, lançado pela Resistência Republicana. Contudo, não se defende ainda a abertura de Portugal à Europa, o que não é de estranhar, pois, apesar de tal ideia já estar em amadurecimento, este documento é um manifesto conjunto, representativo de um grupo político heterogéneo.

Como já se referiu, a presença da noção de Europa no discurso de Soares começa por ser mais evidente numa concepção essencialmente económica, nos inícios dos anos 60. Nesta época, a ideia de integração de Portugal na CEE é comedida, sendo defendida com mais veemência no final da década e com particular incidência nos tempos de exílio.

Os contactos que Soares e a ASP estabeleceram, a partir de 1963, com o ME e, no início da década de 70, com o MFE, proporcionaram uma identificação com as posições de uma Europa unida nestas organizações. Por outro lado, a propensão histórico-filosófica de Soares levava-o a um acompanhamento e estudo acurado da actualidade internacional. Tais fontes conjugam-se na sua atitude crítica sobre o projecto de construção europeia, o que começa a ser exteriorizado ainda antes da ideia da integração de Portugal na Europa.

Nas crónicas “Fogo Solto”, escritas em 1964, para o jornal “A República”, que não chegaram a ser publicadas, reflecte acerca do projecto de construção europeia. Com a assinatura do Tratado de Roma, que instituiu a CEE, relançou-se a componente económica comunitária, estabelecendo-se objectivos ambiciosos nesta matéria, dando-se assim engrenagem à dimensão política do projecto europeu.¹⁶⁵ Soares não só está a par da política comunitária como já dá a entender uma visão sobre o futuro papel internacional da Europa, ao considerar que a política externa europeia não pode ser levada a cabo somente pela França. “Daí deriva a necessidade de construir, efectivamente, a Europa, sem exclusão da Inglaterra, porque só a Europa poderá ser um factor de estabilização política essencial num mundo dividido e que os dois super grandes cada vez menos controlam e que se revela cada vez mais sujeito a vários pólos de atracção.”¹⁶⁶ Descortina-se aqui a concepção de um papel mediador da Europa no mundo.

Enaltecendo a Declaração de Bonn, Soares demonstra que o seu pensamento está em linha com o dos europeístas, que antevêm um papel geopolítico para a Europa, como pólo territorial de estabilização política mundial,¹⁶⁷ o que ganha sentido perante a percepção de que “a guerra fria é cada vez mais uma recordação do passado” e de que “a cisão do mundo comunista e as divisões do bloco ocidental facilitam novas iniciativas diplomáticas que há poucos anos ainda pareciam impossíveis.” Tais palavras reflectem a actualização do seu pensamento, a par das concepções vanguardistas sobre o futuro da Europa, refutando “os esquemas maniqueístas da guerra fria”.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Pascal Fontaine, *A Construção Europeia, de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998, pp. 17-20.

¹⁶⁶ Mário Soares, “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica para o jornal *A República*, 7.08.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 002, imagens 42,43. (A crónica foi cortada pela censura).

¹⁶⁷ “Opondo-se à Europa das Pátrias, cara ao presidente de Gaulle e ao general Franco, orientando a integração europeia muito mais no sentido da Inglaterra do que da Espanha; insistindo em que a ‘comunidade se deverá estender aos outros países democráticos da Europa’ e na reunião dos alemães (e não da Alemanha!) no quadro de uma política de coexistência pacífica; propugnando uma política de relações de igualdade entre a Europa e a América para a definição duma estratégia comum global – a declaração de Bonn da Comissão para os Estados Unidos da Europa revela uma preocupação de realismo que importa destacar.”, Mário Soares, “Fogo Solto – Estados Unidos da Europa”, crónica para o jornal *A República*, de 7.08.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagem 116,117. (A crónica foi cortada pela censura).

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*.

Nesta linha, reflecte acerca do modelo de construção política da Europa, o que, face à censura exercida sobre a comunicação social portuguesa, deveria advir da leitura de publicações internacionais. Quando especula sobre a possível vitória dos trabalhistas nas próximas eleições inglesas, que poria fim à administração “Tory”, o partido inglês de tendência conservadora, retira daí consequências para a política europeia, pois o cenário britânico iria “impulsionar seguramente as ‘chances’ de construção de uma Europa unida e integrada sob a égide socialista e, através dela, inflectir toda a política mundial.”¹⁶⁹ Ele só não está a par da actualidade política europeia e comunitária, como já dispõe de bases teóricas para questionar a evolução do projecto comunitário. Ao citar um estudo publicado pelo *Le Monde Diplomatique*, que faz uma resenha sobre o nascimento da Europa sob o signo da democracia cristã, questiona qual será a orientação política da construção europeia com o desenvolvimento do socialismo em muitos países europeus. “Írá assim a construção europeia fazer-se sob o impulso do socialismo reformista e com a presença tão necessária da Inglaterra? É uma hipótese que, desde agora, tem sérias probabilidades de vir a realizar-se.”¹⁷⁰

As crónicas Fogo Solto representam também uma tentativa infrutífera de trazer a discussão para Portugal, deixando implícita a simpatia pela ideia de integração futura de Portugal na Europa. É acreditando no futuro do projecto europeu e consciente do início da globalização da política, que Soares começa a tecer uma concepção de política externa para Portugal completamente antagónica à de Salazar.

Na base do conceito de Europa como mediador político do mundo, edificado sob uma base doutrinária socialista, Soares irá defender a integração europeia futura de Portugal. Nos vários documentos analisados, essa posição só começa a ser veiculada a partir de 1969 - “Que nos temos de associar à Europa (ou reintegrar nela) parece-me uma pura evidência.”¹⁷¹ A necessária transformação das instituições políticas portuguesas e o fim da Guerra Colonial são duas questões indissociáveis do tema da integração europeia. Todos os argumentos se conjugam numa lógica discursiva que se aglutina à ideologia democrática europeia. A assumption pública da defesa da integração de Portugal na Europa não serve apenas uma mera oposição ideológica ao Estado Novo. Ela acarreta a projecção europeia de Soares, com a veiculação de um pensamento enquadrado na corrente política dominante na Europa. Revela-se aos homólogos europeus como um socialista português pensante segundo um quadro político europeu: “Nós, como democratas, desejamos juntar-nos à Europa – por ser do nosso interesse, assim como, do interesse da Europa democrática.”

Colocando sempre como condição a democracia, torna o objectivo de derrube da ditadura portuguesa subjacente aos próprios preceitos ideológicos europeus: “Porque vocês são os defensores da liberdade e legalidade democrática. Por isso, temos a certeza de que ao ajudarem Portugal não

¹⁶⁹ Mário Soares, “Fogo Solto – Uma iniciativa Oportuna”, crónica para o jornal *A República*, de 13.05.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 21, 22. (A crónica foi cortada pela censura).

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁷¹ Mário Soares, “Entrevista”, guião de respostas para entrevista à *Vida Mundial*, Maio de 1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 001, imagens 65-69.

esquecerão que estão a ajudar, ao mesmo tempo, a democracia.”¹⁷² Reclama para os socialistas portugueses a marca europeia e, por isso, a necessária ajuda para a integração. “Se existe um socialismo europeu e ocidental somos nós que o representamos em Portugal. (...) Se Portugal tiver de se tornar europeu, é necessário que a Europa nos estenda a mão, que nos ajude a sair do pântano.”¹⁷³ Estes desejo e apelo são repetidos noutros discursos, como perante o MFE, e em vários artigos de jornais e entrevistas. E este pensamento de Soares vem colidir com a política do Estado Novo.

Salazar tinha fechado as portas à Europa e às relações internacionais. A entrada cautelosa de Portugal na NATO, em 1949, não significou uma abertura diplomática ao Ocidente, justificando-se apenas pela necessidade a que levava o clima internacional do Pós Guerra. O depauperamento económico da Europa fragilizava-a perante a eminência do poderio soviético. De modo que, a iniciativa dos EUA, ao formar o Pacto do Atlântico, fortaleceria o ocidente europeu e Portugal aliado estaria mais protegido contra os ímpetus comunistas do leste. Contudo, Salazar ressalva: “Seja como for, sentimo-nos obrigados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos.”¹⁷⁴ Estar no Pacto do Atlântico foi a forma de estar com o Ocidente, apenas em termos geoestratégicos, ressaltando-se a independência ideológica e política do país. Na verdade, a concretização deste Pacto, que se sobrepõe ao Pacto de Bruxelas - que além de preconizar um sistema de defesa geoestratégica, pretendia ser uma alavanca para a unificação política europeia - acaba por convir aos princípios da política externa *salazarista*, cujo imperativo era manter o regime isolado e virado para África.¹⁷⁵ A ausência de relações diplomáticas de Portugal comprovam-no e a reacção do governo português ao esboço do projecto de unificação europeia também. Apesar de mais tardiamente o Estado Novo se sentir obrigado a uma abertura económica à Europa, nos impulsos da CEE, Salazar rejeita qualquer hipótese de colaboração, argumentando existir a incompatibilidade de uma vertente política portuguesa de “feição atlântica”¹⁷⁶ com uma perspectiva europeia do país. “Portugal está mais vocacionado para o Oceano e para o seu império Ultramarino do que para o interior do continente europeu”, justificava o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1953.¹⁷⁷ Este é o cunho da política “orgulhosamente sós”, que constitui o ponto fulcral de divergência com a concepção *soarista*.

“O prosseguimento de uma certa política ultramarina conduziu o nosso país a dificuldades crescentes no plano internacional e a uma situação de isolamento internacional nunca antes experimentada e que ficou expressa na frase tristemente célebre ‘orgulhosamente sós’! Quem não sente

¹⁷² Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagens 69-75.

¹⁷³ Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidentiel”, Comité Directivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 23-31.

¹⁷⁴ A. de Oliveira Salazar, “Portugal no Pacto do Atlântico”, discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de Julho de 1949, citado por António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage Editores, 2005, p. 297.

¹⁷⁵ António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] cit., pp. 264-304.

¹⁷⁶ Citado por Idem, *ibidem*, p. 393.

¹⁷⁷ Citado por Idem, *ibidem*, p. 394.

quão nocivo é esse isolamento e que ele não pode durar indefinidamente?”¹⁷⁸ É a partir de meados da década de 60 que começam a ser frequentes as manifestações de Soares contra a política colonialista de Salazar. Por um lado, a eclosão da guerra colonial viera chamar a atenção para um problema que, até aí, vivera camuflado e, por outro, o socialista português ia-se embrenhando no espírito do socialismo democrático ocidental e no seu quadro de valores, acompanhando o movimento anti-colonialista mundial. É com o evoluir desse pensamento que a questão da democratização se torna indissociável da descolonização, os pressupostos para uma integração europeia de Portugal.

Esta lógica argumentativa vai dominar o seu discurso interno e, principalmente, externo, perfazendo uma linha de oposição de ideias à política externa *salazarista*. Defendendo uma integração na Europa, essencialmente por necessidade económica, numa primeira fase, Soares faz sempre depender a supressão dessa necessidade de valores políticos e morais, o que implica a exigência do país “se desembaraçar das guerras coloniais.”¹⁷⁹ Tal seria possível através de “negociações políticas com os movimentos nacionalistas”, sendo “aceite solenemente o princípio da autodeterminação das populações autóctones.” Recorrente no seu discurso, a defesa da autodeterminação é um pilar de oposição à política do regime e de projecção europeia dos socialistas portugueses, que “têm direito à solidariedade internacional dos anti-colonialistas europeus.”¹⁸⁰ Inserindo o anti-colonialismo como argumento crucial de persuasão da opinião pública contra o Estado Novo, o líder da ASP assume-o como um princípio político e moral intrínseco ao quadro de valores ocidentais, fazendo desta, também, uma causa europeia. “A Europa terá tudo a ganhar com o restabelecimento da legalidade democrática na Península Ibérica. E a preocupação pela paz do mundo exige que metamos termo às guerras coloniais portuguesas (...).”¹⁸¹

Na pesquisa efectuada para este trabalho, vários foram os exemplos encontrados sobre a sua campanha anti-colonialista. Nas bases orgânicas da ASP¹⁸², em 1970, volta a repudiar-se o colonialismo, defendendo-se a independência dos territórios ultramarinos. A sucessão de artigos e discursos sobre esta questão colonial servia particularmente o intento de destronar a imagem de abrandamento da ditadura que Marcelo Caetano pretendia induzir na comunidade internacional. “Infelizmente não há meio termo – nem compromisso – entre ditadura e democracia. Isto é perfeitamente claro no aspecto da política colonial. Neste campo, o Senhor Caetano está meramente a continuar, com veemência, a política do antecessor.”¹⁸³ No VIII Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, repete o ataque: “Portugal não tem apenas um regime totalitário. Ele perpetra uma guerra

¹⁷⁸ Mário Soares, “Política Externa”, resposta a um inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000032 000, imagens 51-52.

¹⁷⁹ Mário Soares, “O Impasse Português”, artigo para publicação na revista *Ibérica* e jornal *Le Monde*, 25.09.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 189-194.

¹⁸⁰ “Entrevista de Mário Soares ao Daghladet, de Oslo, Noruega”, s.d. (prevendo-se ser do ano de 1972), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 002, imagens 38-45.

¹⁸¹ Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidentiel”, Comité Directivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 23-31.

¹⁸² “Para Uma Democracia Socialista em Portugal – Textos ASP, 1970”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

¹⁸³ Mário Soares, “Statement by Mr. Mário Soares”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagens 69-75.

colonial em várias frentes: Angola, Moçambique e Guiné, contra as recomendações da ONU.¹⁸⁴ A mesma denúncia é feita na conferência de imprensa sobre direitos humanos, no Overseas Press Club, em Nova Iorque, alinhada com a defesa da auto-determinação das colónias.¹⁸⁵ A campanha de Soares incide na veiculação de uma imagem retrógrada do regime português, completamente fechada ao conjunto de valores da sua contemporaneidade política.¹⁸⁶ Em vários artigos que escreve para a imprensa europeia, entrevistas que concede e nos discursos que vai proferindo,¹⁸⁷ principalmente durante o exílio, insiste na crítica ao colonialismo.

No *Portugal Amordaçado* vai mais longe, estudando a evolução da perspectiva política ultramarina portuguesa e demonstrando uma consciência acerca da duplicidade histórica do pensamento português a oscilar entre o seu lado continental e marítimo, para apresentar a sua negação de imprescindibilidade colonial para o futuro de Portugal.¹⁸⁸

Soares reflecte aqui uma consciência histórica desta duplicidade do pensamento político nacional que tem atravessado a história do país. Se acaso os finais da monarquia portuguesa sofreram as contrariedades de intelectuais abertos às influências das correntes políticas europeias - tal como os republicanos adeptos da ideia federalista, como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo de Braga, Magalhães Lima e Teixeira Bastos, que, com ligeiras discordâncias entre si, à semelhança dos teorizadores europeus, como Vítor Hugo ou Proudhon, preconizavam a federação como um sinal de evolução dos povos e propunham um federalismo ibérico como opção política para Portugal, que se libertaria assim do regime monárquico e da subjugação à Inglaterra – elas não chegaram a ter efectividade política. As tendências federativas da Europa eram vistas pelos intelectuais como sinal de evolução, sendo que a ideia de federação ibérica latina, plausível para alguns destes pensadores, chegava a englobar também Itália e França.¹⁸⁹ Mas estes reflexos da ideia de unidade europeia em Portugal restringiam-se a um grupo de intelectuais, com as inerentes conotações utópicas, levadas pouco a sério pelos protagonistas políticos, empenhados em contrariar a tendência republicana que soprava da Europa. Recorde-se que, Teófilo de Braga era um destes entusiastas, uma das grandes influências de Mário Soares.

É no seguimento do fim da I Guerra Mundial, coincidente ainda com a última metade do período da I República Portuguesa, que a ideia de unidade europeia passa dos restritos meios literários e intelectuais para um plano com projecção política, nomeadamente, com a profusão da Pan-Europa do

¹⁸⁴ Mário Soares, “Discurso Proferido no VIII Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, 1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 003, imagens 82-86. Declarações retiradas de documento manuscrito, com difícil legibilidade.

¹⁸⁵ Mário Soares, “Conferência de Imprensa no Overseas Press Club”, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 29-36.

¹⁸⁶ “Assim, a posição portuguesa – totalmente alheia ao movimento mundial de descolonização, que marcou os anos sessenta – consiste em resistir ‘orgulhosamente só’, ignorando os desejos de independência das populações (porque a Pátria não se discute) e encarando como um ‘simple caso de polícia’ os conflitos armados que, por toda a parte, foram surgindo.” Mário Soares, “Portugal e África”, artigo para publicação no jornal *Triunfo*, 16.02.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 200-204.

¹⁸⁷ São exemplo disto, além dos registos já mencionados no texto, anteriormente, outros discursos e artigos de Mário Soares. Cf. “Portugal 1972”, uma intervenção no Cercle d’Etudes Internationales de Le Faculte de Caen, 11.09.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 7-20; Cf. “Continuidade e Desespero”, artigo para publicação no *The Guardian*, 21.07.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00007 001, imagens 73-77; Cf. “Le Portugal Colonial est Colonise par les Societes Multinationales”, entrevista ao jornal *Combat*, 28.10.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02590 000, imagem 77.

¹⁸⁸ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., pp. 459,460.

¹⁸⁹ António Martins da Silva, “Portugal e a Europa. O Discurso Europeu Federalista da Monarquia à República”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 3, 2003, pp. 197-253.

Conde Coudenhove Kalergi e, posteriormente, com a proposta de Aristide Briand na Sociedade das Nações. O republicanismo em Portugal era já uma consequência das influências continentais e as repercussões do movimento de unidade europeia fazem-se sentir igualmente no meio intelectual português, entre nomes como Raul Proença, Jaime Cortesão, Chagas Branco, Rodrigues Miguéis, que se imiscuem no debate sobre o futuro da Europa e compartilham de ideias de confederação, de Estados Unidos da Europa e Pan-Europa. Contudo, chegada a hora de o governo português responder à proposta de Briand, não houve vontade manifesta, aliás, tal como em todos os estados europeus. E no final da década, com a instauração da Ditadura Militar, a concepção republicana de aproximação à Europa desvanece-se.¹⁹⁰

Se a política externa da I República portuguesa alinhava numa perspectiva mais europeísta, ela sofreu um revês com a subida ao poder de Salazar, que voltou as costas para a Europa, virando-se para o mar. Com a implantação do Estado Novo, estabeleceu-se uma política colonial, que concebia África como a extensão do território português, essencial à soberania nacional. A década de 60 alberga o germinar de uma nova concepção de política externa para Portugal, com Soares a erguer a contestação à tese *salazarista* “orgulhosamente só”, mas também a oferecer uma alternativa, baseada num novo olhar sobre a história portuguesa e numa análise da realidade do novo paradigma político internacional. Ele inaugura, assim, politicamente, a defesa pública de um novo rumo para Portugal, o da Europa: “Ora, Portugal deve associar-se à Europa para acelerar o seu desenvolvimento e o progresso social da sua população.”¹⁹¹ Contudo, na sua obra de referência – *Portugal Amordaçado* - não chega a explicitar que tipo de integração defende. Já nos documentos anexos à Declaração de Princípios e Bases Orgânicas da ASP, começa por definir essa integração como “uma associação económica e política estreita com a Europa (...)”¹⁹² Se, em inícios da década de 60, a defesa de uma aproximação de Portugal à CEE era feita com base em razões económicas, ao entrar na década de 70 já assume uma integração política europeia para Portugal. Contudo, não particulariza a sua perspectiva de integração, pois, como já dito anteriormente, seria talvez prematura tal revelação para o público português.

Tendo já enraizada a preocupação pela existência de uma base social para o projecto europeu, mostra-se cauteloso na defesa da integração de Portugal na Comunidade, deixando ressalvas à Europa, pois tal não deve ser feito meramente na base de interesses capitalistas dos países que já compõem a CEE, que poderão ver apenas na integração portuguesa uma expansão do seu espaço comercial. Assim como não defende a integração de uma forma incondicional da parte de Portugal (apenas sob a condição da democracia e do fim da guerra colonial), também, da parte da Europa, pressupõe uma base ideológica, que passa pela existência de um cariz social.

¹⁹⁰ “(...) São cada vez mais aqueles que se distanciam de qualquer projecto de união económica ou política da Europa: no espectro do nacionalismo moderado, aceitam formas de cooperação, que respeitem a soberania dos Estados e a pluralidade dos regimes políticos; no campo do nacionalismo radical, combatem quaisquer projectos associativos ou ideias internacionalistas, porque só a Nação é o supremo valor, a única identidade viva e realidade sólida que garante a identidade da raça.” Idem, *Ibidem*, p. 255.

¹⁹¹ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 496.

¹⁹² “Para uma Democracia Socialista em Portugal – Textos ASP 1970”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

Tais cautelas estão intimamente ligadas à sua expressão socialista e à influência dos seus contactos com a IS, o ME e o MFE, que concebiam, precisamente, a assumpção de uma Europa com preocupações igualitárias e sociais. Apesar de conceber que o “futuro de Portugal está na integração europeia”, considera essa integração “como um alvo a atingir a uma certa distância no tempo”, pois, como socialista, vê “os perigos de uma Europa integrada e super-capitalista”, por isso se bate “por uma Europa dos trabalhadores.”¹⁹³

Com a entrada na década de 70, Soares perde qualquer temor, que pudesse advir do julgamento de um exacerbado tradicionalismo da sociedade portuguesa,¹⁹⁴ em se assumir como europeísta convicto e em manifestar que defende uma Europa mais do que económica, política. A divulgação da sua ideia de Europa assume uma importância estratégica na sua oposição, tanto em terreno externo, como interno. Ao fazê-lo nos locais e meios de comunicação social europeus está a revelar uma identificação com as ideias europeias, a sua base de apoio político, e nos meios portugueses, está a apelar à simpatia dos militantes de esquerda para o PS, numa tentativa de conquista de terreno ao PCP. “Sou, portanto, um europeísta, mas sou pela Europa dos trabalhadores e não pela Europa dos *trusts*. Aceito e subscrevo muitas críticas da esquerda europeia à Europa super-capitalista que se está a construir (...),”¹⁹⁵ assume Soares em entrevista.

Aos cépticos militantes da esquerda comunista, anti-europeístas, deixava um argumento de ordem prática para acreditarem na Europa e se envolverem na sua construção: “Penso que a atitude correcta dos países de esquerda é a de se integrarem na construção da Europa, transformando-se no sentido do socialismo e das reivindicações dos trabalhadores.”¹⁹⁶ Repare-se que Soares quebra aqui o discurso típico anti-europeu da esquerda comunista, buscando na essência da sua crítica um argumento - o objectivo social - para o seu envolvimento na luta pela unificação da Europa.

Realça-se aqui a coerência ideológica de Soares com o discurso de oposição que vem materializando desde os inícios de 60, mantendo-se categórico quanto aos princípios basilares que devem reger a concretização da sua estratégia para o futuro de Portugal. Liberdade, democracia e justiça social são valores dos quais jamais abdica, pilares de todo o seu discurso relativamente a Portugal e Europa. É à luz da defesa destes princípios e da necessidade de explicação da imprescindibilidade da transição democrática de Portugal para a integração Europeia que se entende a perda de pudor em assumir, perante um órgão de imprensa português, que a Europa se pretende uma organização supranacional. “Enquanto Portugal não for dotado de instituições democráticas não lhe será consentido associar-se à Comunidade Europeia, como um parceiro de direitos iguais. A Comunidade Europeia não é apenas uma associação de integração económica; é, também, uma associação política, que visa fins

¹⁹³ “Entrevista de Mário Soares ao Daghladet, de Oslo, Noruega”, s.d., prevendo-se ser do ano de 1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 002, imagens 38-45.

¹⁹⁴ “Aqueles que defendem para Portugal soluções baseadas no socialismo democrático e europeu encontrarão na obra de Mário Soares contributo para a definição de uma via política que ultrapassa, simultaneamente, o comunismo de modelo russo e a social-democracia de tipo alemão. Mário Soares representa em Portugal uma opção incómoda e uma herança difícil – demasiado europeu para ser aceite pacificamente por alguns, excessivamente ligado a uma tradição democrática para desempenhar o papel de ‘Oposição de Sua Majestade’.” Introdução do jornalista à entrevista “Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts, declarou Mário Soares à República”, provas tipográficas da entrevista a Mário Soares, cortada pela censura, 30.04.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00007 001, imagens 21-25.

¹⁹⁵ In *ibidem*.

¹⁹⁶ In *ibidem*.

supra-nacionais e cuja unidade deriva do facto de todos os países que a compõem terem instituições democráticas.”¹⁹⁷

Se estes valores têm sido fundamentais no seu discurso e no que defende para Portugal e Europa, nesta fase final do regime, eles tornam-se ainda mais imprescindíveis para desmontar a acção de Marcelo Caetano, numa oposição especificamente dirigida ao sucessor de Salazar. A tentativa de Soares é a de impedir que as ilusões da *Primavera Marcelista* e o vislumbre de interesse do governo *caetanista* por uma aproximação à Europa caiam nas graças dos dirigentes europeus. Os valores democráticos e socialistas sobressaem novamente como argumento para os líderes da Europa, contra a acção de abertura de Marcelo Caetano. Estava em causa toda a estratégia de oposição de Soares ao regime, que implicava a possível perda da Europa como arma de pressão para o fim da ditadura em Portugal. De tal modo que, transparece no seu discurso uma certa revolta contra a Europa.

4.4 – E a revolta contra a Europa?

Ao longo da sua campanha pela e na Europa, Soares tem duas atitudes paralelas: se por um lado elogia o projecto de unidade europeia, os padrões de vida europeus e se identifica com a corrente da social-democracia, por outro, não se coíbe de acusar os líderes ocidentais de uma cumplicidade para com Salazar, co-responsabilizando-os pela longevidade do regime. Não o faz apenas no seu *Portugal Amordaçado* – onde explica “a sobrevivência do *salazarismo*” com a “*traição das democracias ocidentais*”¹⁹⁸ – mas também nos órgãos de comunicação social europeus e nas próprias instâncias europeias onde discursa, realçando o facto de, apesar de os dois países terem regimes ditatoriais, o mundo esquecer “muito mais frequentemente o caso português do que o espanhol.”¹⁹⁹

Apesar de derrotado o fascismo de Hitler e Mussolini na II Guerra Mundial, as vicissitudes da história e a particular localização geográfica portuguesa contribuíram para a indiferença ocidental à ditadura, pois o país ibérico era encarado como estratégico para o bloco ocidental no equilíbrio com o leste, com a crescente tensão da Guerra Fria a sobrevalorizar o papel de Portugal.

A chegada de auxílio norte-americano à Ilha de S. Miguel, perante o ataque do porto de Ponta Delgada por um submarino alemão, na I Guerra Mundial, revelou aos Estados Unidos a importância das ilhas portuguesas para a defesa daquela zona do Atlântico, tampão para o continente americano, iniciando-se assim um triângulo de relações, Inglaterra/EUA/Portugal, crucial para a política de defesa ocidental que se reforçará com a criação da NATO. A II Guerra Mundial vem sobrevalorizar a importância geoestratégica dos Açores para os aliados. Apesar da neutralidade adoptada por Portugal, após demoradas negociações, Salazar acaba por ceder as facilidades dos Açores, nos acordos de 1943,

¹⁹⁷ “Portugal 73 – Entrevista concedida por Mário Soares a Avelino Rodrigues”, Outubro de 1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 185-198.

¹⁹⁸ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 85.

¹⁹⁹ Mário Soares, discurso proferido na reunião do Comité Central do Movimento Federalista Europeu, anexo numa Carta de Massimo Malcovati, em nome da “Le Federalista, revue de politique”, enviada a Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagens 4-14.

com o governo britânico, intermediário dos norte-americanos, que assim começavam a ganhar espaço na tradicional aliança luso-britânica. A cedência de Salazar teve por base a ajuda às operações portuguesas contra as invasões japonesas em Timor.²⁰⁰ A tradicional política de aliança luso-britânica está em momento de viragem, com a entrada nas relações externas de Lisboa da nova potência emergente, que depois do fim da II Guerra Mundial se afirma progressivamente no mundo bipolar. É a Guerra Fria que vem permitir a sobrevivência do regime de Salazar, sobrevalorizando a importância dos Açores para o sistema geopolítico do bloco ocidental.

Após a II Guerra Mundial, os EUA começam a desenvolver uma política defensiva, que assentava na exterminação de conflitos regionais que pudessem alastrar-se ao ocidente, projectando uma rede de bases distribuídas ao redor dos continentes Europeu, Africano e Asiático, que servisse como projecção de forças. A base dos Açores figurava entre as essenciais do plano norte-americano,²⁰¹ o que explica que Portugal tenha sido integrado na ordem internacional do pós-guerra, sendo um dos membros fundadores da NATO, situação que funcionou como um aval do Ocidente à ditadura *salazarista*. É por causa dos Açores que Portugal é “o único país não democrático convidado a integrar a NATO”²⁰², sendo que a abdicação de Espanha denunciava precisamente que o interesse geoestratégico norte-americano por Portugal era atlântico e não continental, sendo este um dos motivos pelos quais Madrid²⁰³ não mereceu a entrada neste consórcio geopolítico ocidental. A simples localização geográfica portuguesa garantiu a Salazar a complacência para com o regime.

As manifestações de Soares contra a cumplicidade ocidental à ditadura portuguesa haviam já começado em 1955, aquando da admissão da entrada de Portugal na ONU, com o lançamento de um documento, conjunto com outras personalidades, a contestar a decisão, pelo facto de não ter um regime democrático.²⁰⁴ Mas, a partir do momento em que Caetano sobe ao poder, a contestação à atitude das democracias ocidentais sobe de tom, em discursos dirigidos à própria opinião pública e responsáveis políticos europeus, sem temor de que as suas palavras gerassem antipatias adversas à sua campanha pela ajuda da Europa a Portugal. “Porque não há dúvida de que é graças aos apoios e cumplicidades internacionais que o governo português tem podido sobreviver, mantendo o seu poder despótico contra a vontade popular e prosseguindo com uma guerra colonial particularmente ruinosa.”²⁰⁵ A guerra colonial é arremessada como demonstração de contradição de valores, prosseguindo “com a

²⁰⁰ Ver José Medeiros Ferreira, “As Ilhas e a Política Externa”, in Luís Nuno Rodrigues e outros, (coord), *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*, Lisboa, ISCTE, 2005, pp. 139-158; Cf. Luís Nunes Rodrigues, “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, in Idem, *ibidem*, pp. 75-99; Cf. António Carlos Mimoso e Carvalho, “Os Açores numa Perspectiva Histórica do Poder Aéreo”, in Idem, *ibidem*, pp. 159-180.

²⁰¹ Engel, Jeffrey, “A política de bases norte-americana no imediato pós-guerra”, in Idem, *ibidem*, p.120.

²⁰² António José Telo, *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 131.

²⁰³ Sendo que para Salazar, o destino dos dois países estava unido pela preservação dos regimes políticos pelo Pacto Ibérico, que previa a cooperação mútua na defesa dos interesses peninsulares, o chefe de governo português ainda propôs como condição para a adesão à NATO e para a cedência das bases dos Açores a entrada de Espanha na organização do Atlântico. Salazar idealizava a Península Ibérica como baluarte contra o comunismo, com uma forte defesa militar dos Pirenéus, a verdadeira barreira anti-comunista. Perante uma América liberal e a obsessão de Salazar pela soberania da nação, esta proposta denota também a sua preocupação em reforçar o peso do regime político da Península Ibérica na organização do Atlântico. Contudo, o interesse dos EUA pela Península era meramente açoriano e Espanha não chega a ser integrada na NATO, nesta altura. Ver Idem, *ibidem*, pp. 63-79.

²⁰⁴ “L’Express vai mais longe com Mário Soares”, entrevista a Mário Soares, publicada por L’Express, nº 1096, de 10 e 16 de Julho de 1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 159-178.

²⁰⁵ Mário Soares, “Portugal 72” - Intervenção no Cercle d’Études Internationales de la Faculte de Droit, Université de Caen, 11.09.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 7-20.

cumplicidade de uma parte da Europa Ocidental, dentro do quadro de uma estratégia imperialista que procura fazer de toda a África austral um grande bastião do poder branco (...).”²⁰⁶ A retórica *soarista* assenta no facto de a um país integrante do sistema de defesa da democracia e liberdade ser consentida a continuação de uma guerra castradora de liberdades. “Porém, o que não podemos aceitar é a tolerância culposa com que certas democracias tratam e aceitam no seu seio os ditadores europeus – a ajuda internacional objectiva que os fascismos europeus têm encontrado, da parte dos países democráticos e algumas vezes dos próprios países comunistas, para continuarem a oprimir os seus povos.”²⁰⁷

A esta revolta junta-se outra inquietação, mais presente no final do regime português, com o sinal de Caetano em querer abrir Portugal ao MC e no que parece ser a ponderação de alguns países da Comunidade Europeia em aceitar uma integração mais abrangente. Se, até ao fim do governo de Salazar, Portugal esteve de portas fechadas a qualquer iniciativa de associação à Europa, com Marcelo Caetano dá-se alguma abertura. Não só desencadeada pela necessidade económica, determinada pela adesão do Reino Unido à CEE e a eminência da decadência da EFTA, como também por algumas ambições de uma associação mais lata, que emergiram no seio político da ditadura e que chegaram a suscitar discussões na Assembleia Nacional.²⁰⁸

Atento à evolução política do seu país e devido a uma pertinaz consciência histórica, Soares sabe interpretar as oscilações e divergências no âmago do governo português, como o faz em “Para Uma Democracia Socialista,”²⁰⁹ considerando a manifestação de posições de abertura à Europa uma contradição da sua própria política externa, com a coexistência da política colonial. Perante isto, Soares teve um desafio delicado: o de contra-argumentar o pedido do governo português pela adesão ao MC, desmontando o discurso de aparente abertura de Caetano, sem, ao mesmo tempo, negar a sua própria (de Soares) perspectiva futura de integração de Portugal na Europa.

Soares precisa de iniciar uma retórica que evidenciasse aos líderes europeus a sua contradição em aceitar o regime português no MC. “Estarão os futuros parceiros de Portugal no Mercado Comum dispostos a aceitar um novo associado que, entre outras dificuldades, lhes traria, com a sua presença, um presente envenenado dos seus problemas coloniais?”²¹⁰ E a propósito de política colonial, questiona directamente a posição francesa sobre o assunto, aludindo à política de descolonização de De Gaulle. “Qual será, a este respeito, a posição da França que soube passar à fase da descolonização, com inteligência, o que lhe assegura hoje uma situação privilegiada na África independente?”²¹¹ Ora, este questionamento pela posição de Paris não parece ter sido feito apenas à luz do exemplo da sua política

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Mário Soares, “Na Internacional Socialista”, discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, realizado em Viena de Áustria, 28.06.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, cit., pp. 154-158.

²⁰⁸ Ver António Martins da Silva, “Portugal e a Ideia Federal Europeia – da República ao Fim do Estado Novo”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro, António de Melo e Manuel Lopes Porto (Org.), *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 69-99.

²⁰⁹ No capítulo sobre a situação económica portuguesa, Soares tece uma análise sobre os recentes dilemas e contradições que surgem nos parlamentares e governo, entre uns que consideram a guerra colonial como um facto de desenvolvimento económico e outros que já não se revêem numa política colonial, defendendo a abertura de Portugal à Europa. Ver “Para Uma Democracia Socialista em Portugal – Textos ASP, 1970”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.

²¹⁰ Mário Soares, “Portugal e a Europa”, artigo publicado na “Tribuna Internacional”, *Le Monde*, 03.03.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000032 000, imagens 100-103.

²¹¹ Idem, *ibidem*.

descolonizadora, mas também parece assumir a forma de uma mensagem indirecta ao governo francês, eventual entusiasta da ideia da entrada de Portugal no MC. Na reunião do MFE, Soares denuncia a existência de interesses de uma congregação de países, que veriam na abertura a Portugal uma maior afirmação do bloco ocidental, para a prossecução do sistema geopolítico da Guerra Fria.

“Não estou convencido de que os governos que fazem parte do Mercado Comum estão apenas interessados em fechar a porta a Portugal e Espanha por causa dos seus regimes totalitários. Eles sabem muito bem que nós temos regimes totalitários, mas não ligam nada a isso. E eu sei que existem governos de países muito importantes no Mercado Comum, como, por exemplo, a França, cujos dirigentes fizeram saber que estão muito interessados numa associação desta parte da Europa Ocidental com o Mercado Comum (é uma palavra empregada recentemente por M. Pompidou), porque é necessário fazer um contra-poder à Europa de Leste. Existem forças que estão interessadas, não apenas em França, mas em Itália, Alemanha e Inglaterra, que estão interessadas em fazer entrar, em associar estes países – Portugal e Espanha – ao Mercado Comum. Mas quando contactámos os partidos socialistas europeus, numa reunião que teve lugar em Bruxelas, em Julho passado, obtivemos uma declaração de todos os partidos, manifestando oposição a qualquer tipo de associação com os países que não têm instituições democráticas. Portugal, Espanha e Grécia estão nessa situação.”²¹²

A existência deste concerto dos estados integrantes da CEE significaria a garantia da continuidade da ditadura portuguesa por muito mais tempo. Esta política dúplice e contraditória aos valores democráticos da Europa Ocidental insere-se no paradigma da Guerra Fria e numa intenção puramente geopolítica, que apartava ideologias e estratégia política – tratava-se apenas de garantir um alargamento da base territorial para o bloco ocidental, que acarretasse mais manobra geo-militar. No fundo, esta ponderação dos países europeus para a entrada de Portugal no MC seria o reforço da tendência do bloco ocidental do pós-guerra, representando o extremar dessa cumplicidade para com Salazar.

Contudo, numa altura em que se seguiam condenações na ONU à política colonial portuguesa, esta posição dos governos europeus não deixava de constituir uma surpresa, perante a reprovação que a própria opinião pública internacional tendia a fazer à política colonial do Estado Novo. Poderá esta posição dos países europeus da CEE integrar-se numa intenção de autonomizar a Europa em termos geoestratégicos e militares dos EUA e da NATO, já que essa era a posição francesa? Nesse aspecto, a eventual inserção de Portugal no concerto da comunidade europeia seria importante para a eventual autonomização da política externa e de defesa europeia. Por outro lado, para esta posição de abertura da CEE à ditadura, continuava a pesar a ideia de ser preferível um governo forte ditatorial a um governo fraco, possível embrião de instabilidade política que tornasse o país susceptível às forças políticas de leste.

²¹² Discurso de Mário Soares, na reunião do Comité Central do Movimento Federalista Europeu, anexo a carta enviada a Mário Soares, por Massimo Malcovati, em nome da “Le Federalista, revue de politique”, em Novembro de 1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagens 4-14.

Perante estes sinais de ponderação a uma abertura do MC a Portugal, Soares não cruza os braços. Não só vai denunciando o assunto em instâncias europeias e aliando os partidos socialistas para a tomada de uma posição contra, que pressionasse os governos europeus, como também terá participado conjuntamente com os seus camaradas socialistas portugueses na emissão de um aviso, dirigido à Europa,²¹³ no qual se sustenta ser inconcebível a entrada de Lisboa no MC. Num documento de 17 páginas, assinado por Ramos da Costa, é analisada a economia portuguesa, recorrendo-se a valores da OCDE. Nesta mensagem à Europa, apresenta-se a posição de Rui Patrício, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, que propunha, para a viabilidade da entrada de Portugal no MC, a divisão de Portugal em duas partes, as colónias e a metrópole, sendo que esta estaria preparada para negociar com a Comunidade Europeia. Profundos conhecedores do projecto de construção europeia, os socialistas portugueses contrariam a posição de Rui Patrício, com base na incompatibilidade da natureza política do regime português e dos preceitos do Tratado de Roma, que fundou a CEE. “O acordo de associação, só por si, é inconciliável com os princípios da doutrina comunitária, de essência democrática, incompatível, mais precisamente, com os artigos 237 e 238 do Tratado de Roma. Sobre esta matéria, convém ter em conta a informação BIRKEMBACK, da qual a doutrina é hoje geralmente aceite. O fim último do Tratado de Roma, segundo BIRKEMBACK, é a união política da Europa.”²¹⁴

Socorrendo-se dos princípios do tratado que instituiu a CEE, os socialistas portugueses buscam argumentos para a inadmissibilidade de uma associação portuguesa ao MC. No entanto, a oposição a esta negociação, que já estava a ser discutida, não é apenas feita com base em razões morais e políticas, mas também em termos pragmáticos, com a defesa de que tal acordo não seria benéfico, nos termos em que está a ser negociado, para a economia portuguesa. O início da discussão de uma modalidade de associação de Portugal ao MC deveu-se, sobretudo, ao enfraquecimento da EFTA, com as perspectivas de adesão da Inglaterra à CEE. Sendo que o acordo de adesão ao MC pressupunha a abolição das taxas aduaneiras, os socialistas portugueses viam na consequência disso a deterioração da economia agrícola do país, que, já menos desenvolvida do que a europeia, não teria condições de competitividade, face à entrada de produtos externos, mesmo com a existência de uma cláusula de protecção aos sectores mais sensíveis.²¹⁵ Ao desmontar o argumento económico do Governo, os socialistas concluem e acusam Marcelo Caetano de não estar preocupado com a economia portuguesa, mas sim de, numa fase em que se agudizavam as contestações internacionais à conduta colonialista de Lisboa, querer apenas uma legitimação política internacional.²¹⁶

²¹³ “Avis Des Socialistes Portugais (ASP) sur les Negociations en Cours entre le Gouvernement Portugais e la Communaute Europeene (CEE)”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 330 (469) « 1971 » ACC.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ “Contudo, Portugal abrirá as suas portas aos produtos industriais concorrentes, mais fortes do que nós no mercado da concorrência internacional, enquanto nós não poderemos desfrutar, pela falta de capacidade industrial, de um mercado que os países da CEE nos abrem.” *Ibidem*.

²¹⁶ “Os membros do governo português e seus apoiantes passam alegremente por cima dos interesses económicos do país, enquanto podem tirar facilmente vantagem política das negociações em curso e do acordo em perspectiva. Essas negociações e esse acordo funcionam, para eles, como um certificado de boas práticas. Proporcionam-lhes uma forma de provar que todos reconhecem um regime, acusado legitimamente de totalitarismo e de colonialismo, com o privilégio de encetar negociações com os países democráticos. Quem é parecido, junta-se. O governo português tem agora uma nova possibilidade de fazer crer o povo de que é um governo tão honesto e digno como os outros.” *Ibidem*.

Sem pudor de ofensa e porque o momento o exigia, os socialistas portugueses consideram que os líderes da CEE “não devem nem podem tolerar nas suas fileiras um governo como o de Portugal”, sem quaisquer eufemismos em afirmar que, caso contrário, estaria também em causa a conduta democrática desses países. “Se uma ditadura pode, em determinadas condições, parecer outra coisa, pelo facto de as Democracias a aceitarem na sua Sociedade, podemos inferir o inverso: as Democracias podem, reciprocamente, parecer outra coisa diferente, ao aceitarem como parceiro um governo colonialista e fascista.”²¹⁷

Como se vê, a defesa da integração portuguesa na Europa não é cega e sem pressupostos. Como transparece na mensagem deste grupo socialista, e em todo o discurso de Mário Soares em particular, a democracia e liberdade, a par dos valores socialistas, são sempre a condição para a integração e para a construção de unidade europeia. É assente numa clara defesa destes princípios que a oposição à iniciativa de governo português para aderir ao MC não entra em contradição com as ideias anteriores de Soares, pela integração de Portugal na Europa. Pelo contrário, esta posição, veementemente manifestada nos anos finais da ditadura portuguesa, era imprescindível para concretizar a sua estratégia e só pode ser entendida como coerente com os valores basilares do seu pensamento: democracia e liberdade. Por outro lado, o fecho de portas da Europa a Lisboa contribuiria como elemento persuasor da população portuguesa contra a ditadura. “(...) É o facto de a Europa permanecer fechada para nós enquanto subsistirem as actuais estruturas, que poderá contribuir para esclarecer a opinião portuguesa de que é imperativo de salvação nacional, para Portugal, desembaraçar-se do actual regime.”²¹⁸

Apesar de, na década de 60, Soares não se coibir de responsabilizar líderes ocidentais pela cumplicidade ao regime de Salazar no pós-guerra, é a partir de 1971 que agudiza as suas críticas à conduta europeia, perante a ponderação para um acordo de Portugal com o MC. É a expressão de uma revolta contra esta conduta europeia, mas, respondendo à pergunta inicial deste subcapítulo, não é uma manifestação contra a Europa, no sentido de uma mudança na sua posição em conceber a CEE como alternativa futura para Portugal. Pelo contrário. Esta manifestação revoltosa é necessária à concretização do projecto de Soares para Portugal, que preconizava uma futura democratização do país e a integração europeia no seu plano de oposição, que passava pela mobilização internacional para a condenação e isolamento do Governo português. Soares manifesta-se contra a Europa apenas porque está em causa um valor maior do que a imediata integração: o da democracia, que o leva a considerar inconcebível a aceitação de um país ditatorial nas fileiras dos países democráticos.

Ora, e isto deitaria por terra todo o esforço de europeização que a oposição socialista vinha a fazer desde a década de 60, intensificada com o seu exílio. A campanha de Soares não só tinha repercussão nos meios políticos congéneres à ASP, como também em instâncias ligadas ao projecto de construção europeia. A partir do momento em que se desliga completamente do PCP e começa a tomar contacto com França e a viajar, nomeadamente depois da morte de Humberto Delgado, Soares começa a

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ “Portugal 73”, entrevista de Avelino Rodrigues a Mário Soares, Outubro de 1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 185-198.

acompanhar e conhecer a social-democracia europeia e a tomar contacto com o projecto de constituição da CEE. E à medida que vai conhecendo esta outra visão do mundo, alternativa à visão dúplice que se lhe impunha com a Guerra Fria, o socialista português vai também, à luz de um conhecimento e acurada interpretação da história portuguesa, construindo uma alternativa política para Portugal, que culmina na concepção de uma política externa portuguesa antagónica à do Estado Novo. Ao aperceber-se de que a Europa era o caminho de uma solução política para o futuro de Portugal, reconheceu também que seria lá, em terreno europeu, que tinha de desenvolver a sua estratégia de oposição, quebrando assim o isolamento que a oposição portuguesa vivia até então, o que concluíra como causa do seu insucesso.

Ao actuar em palcos europeus, Soares utilizava a Europa em várias frentes. A Europa era, simultaneamente, um público-alvo de divulgação das suas ideias de oposição à ditadura, que se converteria num meio de pressão a Portugal, e um centro de formação, onde ele ia observando as movimentações políticas em países democráticos, onde ia percebendo a importância da comunicação social no mundo livre, onde se ia instruindo acerca do projecto de construção europeia, o que lhe servia de base para o desenvolvimento da sua própria ideia de Europa e da integração de Portugal. A par da veiculação das suas ideias, ia construindo a credibilização da sua figura, que começava a ser vista pelos políticos europeus como um potencial elemento de implementação da social-democracia em Portugal. Soares actuava num mundo político diferente de Portugal, onde tinha consciência da importância da repercussão de todos os seus passos e palavras para a sua estratégia de oposição. Vindo de um país que oprimia a comunicação social e o potencial de ampliação das suas acções políticas, chegado aos palcos da política europeia, Soares rapidamente percebe que tem de afirmar a sua personalidade, o seu grupo socialista, demarcando-se dos comunistas, e as suas ideias sobre Portugal e a Europa, começando assim um crescente de notoriedade para a sua imagem e a dos socialistas portugueses, o que acontece a par com a percepção e o contacto com a diversidade de instituições que no mundo livre contribuíam para a dinâmica social e política europeia.²¹⁹

Tal revela-se crucial para a sua actuação após o 25 de Abril, como veremos nos capítulos seguintes. Na época conturbada após a Revolução, na disputa com o PCP, os apoios que Soares vem a receber dos principais líderes europeus verificam-se graças a todo um trabalho anterior estratégico de afirmação da ASP e, posteriormente, do PS, como um grupo descendente da social-democracia europeia. Soares foi para o exílio com um “pensamento estratégico de afirmação progressiva” da sua “corrente de oposição, com uma autonomia estratégica relativamente ao PCP (...)”. Esta demarcação dos comunistas foi crucial para ganhar o apoio da Europa Ocidental, num clima de Guerra Fria. Soares passou a ser o interlocutor português da social-democracia europeia, tendo recebido vários apoios através da Fundação Ebert, que lhe patrocinou viagens à América Latina, para falar da “social-democracia europeia e da sua utilidade como aliada natural face às retrógradas ditaduras militares

²¹⁹ “ (...) a aprendizagem da vivência num país democrático – como funcionava um parlamento, como se devia actuar em relação à comunicação social livre, como se articulava e desenvolvia uma democracia participativa, como trabalhavam os partidos, os sindicatos, as confederações patronais; em segundo lugar, criei uma rede de importantes contactos junto dos meus eventuais parceiros e aliados europeus e nos meios de comunicação social. Ambas viriam a revelar-se decisivas para o futuro.” In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., p. 239.

latino-americanas.”²²⁰ Nas frequentes idas à RFA era recebido raramente pelo chanceler Willy Brandt, mas, frequentemente, falava com Ministros, chefes de gabinete ou com o líder do Partido Social Democrata (PSD) alemão.

Em suma, nestes tempos de exílio, Soares teve uma relação bilateral profícua com a Europa. Ele precisava dela para garantir um apoio na luta contra a ditadura portuguesa e, para isso, mostrou-se, promoveu as suas ideias, a ASP e o PS, credibilizando-se e ao partido como interlocutor da social-democracia em Portugal. Por outro lado, ele aprendeu com a Europa, acompanhou o funcionamento partidário num mundo livre, conheceu os meandros da social-democracia e da IS, aprendeu o projecto de construção europeia e tudo isso contribuiu para a evolução do seu pensamento, que se repercute, ciclicamente, na veiculação das suas ideias para Portugal e a Europa, o que incrementará a sua credibilização. Demonstrou à Europa que, apesar de vindo de um país ditatorial, de costas voltadas para o velho continente a que geograficamente pertencia, com um passado ligado ao PCP, tinha o potencial para ser um líder à europeia. Os acontecimentos seguintes na história portuguesa comprovam que Soares não era indiferente aos principais líderes europeus, que viram nele a esperança para Portugal não resvalar para o lado comunista, o que fragilizaria o bloco ocidental.

5 – A Concretização da estratégia – a importância dos amigos da Europa

5.1 - A Revolução e o reconhecimento da notoriedade europeia de Soares

A Revolução de 25 de Abril trará a Mário Soares, em Portugal, o reconhecimento interno da sua importância e credibilidade externa. A notoriedade que foi construindo durante o exílio será um factor crucial para a credibilização da revolução portuguesa pela comunidade internacional, nomeadamente pela Europa.

No dia 24 de Abril, o socialista português encontrava-se em Bona, com Ramos da Costa e Tito de Morais, para uma audiência com o PSD alemão. O esforço de Soares para convencer os anfitriões alemães de que estava eminente uma revolução em Portugal soava-lhes a idealismo exacerbado, dado que o PSD tinha informações contrárias da NATO e dos seus embaixadores. Soares já se antecipava a preparar terreno para uma época pós-revolução, tendo uma audiência marcada com Willy Brandt para o dia seguinte, mas que acabou por ser cancelada.²²¹ Com as notícias vindas de Portugal, Soares parte para Lisboa, no emblemático “comboio da liberdade.” Chegado à capital, teve o seu primeiro encontro com o General Spínola, o presidente da Junta de Salvação Nacional, no Palácio da Cova da Moura, que lhe faz um pedido demonstrativo de reconhecimento à sua notoriedade europeia: “A Revolução necessita de imediato reconhecimento internacional. Você tem numerosas amigas na Europa e no mundo. É o homem que nos vai abrir as portas.”²²² A credibilidade e reputação que Soares havia

²²⁰ In Idem, *ibidem*, pp. 241, 242.

²²¹ Idem, *ibidem*, pp. 263-267.

²²² Teresa de Sousa, cit., p. 70.

conquistado nos anos de exílio e o seu conhecimento da diplomacia europeia começavam a ser reconhecidos.

No dia um de Maio, o líder socialista parte para um périplo europeu, para se encontrar com governantes e dirigentes políticos, com quem já se havia cruzado nas andanças do exílio. Em Paris, reúne-se com François Mitterrand e com o presidente Senghor, do Senegal, em Bruxelas, com membros do partido socialista e do Governo belga, como Henri Simmonet, em Londres, com o Primeiro-ministro, Harold Wilson, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, na Holanda, com o primeiro-ministro Joop Den Uyl, em Helsínquia, com os primeiros-ministros da Suécia, Olof Palm, da Finlândia, Kalevi Sorsa, da Noruega, Tygrevie Brateli, e da Dinamarca, Anker Jorgensen. Esteve também em Bona, com Willy Brandt, em Roma, com o vice primeiro-ministro Nenni, e no Vaticano com o Cardeal Casaroli.²²³ Os que haviam sido os principais destinatários dos seus apelos de oposição voltam a sê-lo, mas agora com o anúncio do fim da ditadura. Além de conferir reconhecimento internacional à Revolução portuguesa, este périplo contribui, simultaneamente, para o aumento da notoriedade que Soares já havia conquistado no exílio. Ter sido o homem escolhido para anunciar a Revolução era, para os dirigentes europeus, sinal do seu reconhecimento político em Portugal, e para os portugueses, da sua notoriedade europeia.

Contudo, a decisão de atribuir tal missão a Soares não deve ser confundida com qualquer intenção de integração europeia por parte da Junta de Salvação Nacional e dos governos provisórios. Existia sim, por parte dos militares acabados de derrubar o regime, a consciência da necessidade de quebrar com o isolamento a que o fascismo tinha votado Portugal e, sobretudo, a necessidade de apoio político das democracias europeias e da ONU, para a viabilidade futura da democracia portuguesa e para a inserir na diplomacia internacional. E Soares foi reconhecido como a figura mais apta a ajudar a alcançar tais objectivos.

5.1.1 – Continuidade na mudança – a oportunidade de passar da ideia à prática

Esta missão de reconhecimento pode ver-se como uma espécie de treino para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, que vem a exercer do I ao III governos provisórios. Assumiu uma pasta na qual estava como peixe na água, tanto em termos pragmáticos, como ideológicos. Primeiro, porque o exílio já o havia iniciado nas esferas da diplomacia internacional. Já tinha aprendido a ser um político à europeia, sendo fácil estabelecer relacionamentos. Segundo, porque terá aqui a oportunidade de pôr em prática - perante um Governo Provisório constituído no rescaldo da Revolução, com uma estrutura ideológica diluída e falta de um programa sólido, como se conclui pela consulta dos seus programas - as suas próprias ideias que, durante a oposição a Salazar, vinha defendendo para o futuro do Portugal democrático. Por isso, falamos de uma continuidade na mudança. A grande mudança que

²²³ Idem, *ibidem*, p.75; Cf. Dominique Pouchin, cit., p. 91; Cf. Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 290.

foi a Revolução 25 de Abril permite a Soares dar expressão prática às ideias defendidas na oposição. A pasta dos Negócios Estrangeiros oferece-lhe de bandeja a oportunidade de dar seguimento à sua estratégia política e à sua ideia para o futuro de Portugal.

Além de, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, ter conduzido o processo de descolonização, ideia que foi uma das suas bandeiras de oposição a Salazar, Soares põe também em prática as directrizes de política externa que já defendia. Numa conferência de imprensa, no Palácio das Necessidades, em Setembro de 1974, apresenta as linhas condutoras do novo posicionamento externo de Portugal, que incluem “a estrita fidelidade à Aliança Inglesa”, a “fidelidade absoluta à Aliança Atlântica”²²⁴ e uma aproximação ao MC.

Durante o Estado Novo, tinham sido Mário Soares e os companheiros socialistas que vinham mantendo as únicas relações portuguesas de amizade com a Europa, assegurando uma relação com um outro Portugal alternativo ao de Salazar, que emergia agora, com Soares na pasta dos Negócios Estrangeiros. Perante um Governo Provisório sem uma definição política clara, Soares encontrava margem suficiente para ir pondo em prática as suas ideias relativamente à política externa portuguesa, mantendo a linha de pensamento que vinha preconizando e praticando no exílio, mas com alguma cautela, atendendo à delicadeza política do momento. É certo que os programas dos governos provisórios incluíam “uma intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia,”²²⁵ mas, sendo referências vagas, será Soares que dará consistência e desenvolvimento a estas esparsas intenções, ultrapassando o propósito prático de aprofundamento de acordo com o MC. Na conferência de imprensa, anuncia que ratificará a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, “podendo vir a participar nas organizações europeias do tipo político, como é do interesse de Portugal.” Contudo, esta reflexão fica por aqui. Não desenvolve mais o interesse de estreitar laços políticos com os países da CEE, pois não era o momento oportuno. Soares sabe que, em tempos de transição política do país, não é a altura conveniente para desenvolver plenamente a sua ideia de uma integração política de Portugal no projecto europeu. Sabe que o caminho tem de se ir preparando progressivamente. Perante a situação débil da economia portuguesa, esta era apenas a altura própria para defender uma relação privilegiada com o MC. Para já, era inoportuno dominar os discursos com a defesa de uma associação de Portugal à CEE.

No Palácio das Necessidades, fica patente que a linha programática do Governo Provisório para a política externa portuguesa coincidia, afinal, com a ideia de Soares – a de retirar Portugal da situação isolacionista de Salazar e abrir a diplomacia lusa a todos os países, sendo que, além do privilégio das relações com a Europa, está também o reatar e mantimento de relações com a América Latina, nomeadamente com o Brasil, África, com os países árabes e asiáticos. Crê-se que a correspondência da

²²⁴ Mário Soares, “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades”, em 13 de Setembro de 1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 97.

²²⁵ Linhas Programáticas do Governo Provisório, http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governos_Documentos/GP01.pdf, acedido em 20.12.2009. No programa do III Governo Provisório, estabelece-se como objectivo o “Estreitamento e intensificação das relações com as Comunidades Europeias, através da negociação de arranjos que introduzam melhorias, no actual acordo de comércio e da sua extensão, pelo funcionamento da cláusula evolutiva, a outros domínios, nomeadamente, a mão-de-obra emigrada, a cooperação tecnológica, industrial e financeira.” http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governos_Documentos/Gov_P03_Prog.pdf, acedido em 20.12.2009.

linha de política externa do Governo Provisório com o que Soares já vinha preconizando é mais do que mera coincidência. É a evidência de um espaço vazio político do Governo Provisório, que Soares pôde ocupar, assumindo o cargo político certo. O facto de ter sido o próprio Soares a propor-se como Ministro dos Negócios Estrangeiros a Spínola também induz a essa conclusão.

Como veremos de seguida, nas suas intervenções, nas visitas que fez a outros países e entrevistas que deu à imprensa estrangeira e portuguesa, concentrou-se em passar a ideia de abertura de Portugal à Europa e a inserção da política portuguesa no quadro de valores da democracia ocidental. Até 26 de Março de 1975, data em que termina a vigência do III Governo Provisório, Soares desdobrou-se em visitas diplomáticas, entrevistas e intervenções, das quais se destacam as no Conselho da Europa e na Assembleia Geral da ONU.

A par com o processo de descolonização que levou a cabo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros foi tecendo uma política de abertura de Portugal à Europa, como é notório pelas visitas que fez ao estrangeiro e entrevistas que deu. A sua preocupação era, sobretudo, a de passar a mensagem de abertura política, de mudança de pensamento, continuando o seu discurso a ser dirigido essencialmente ao mundo ocidental, com a intenção de evidenciar a nova política externa sustentada numa ideia de abertura e quebra com o passado. Três ideias são vectores do seu discurso após a Revolução: descolonização, democratização e Europa, implicando esta uma teia de relações de Portugal com o mundo.

Além de Mário Soares ter protagonizado o início do processo de descolonização portuguesa, teve a preocupação adicional de veicular a mensagem e o seu pensamento sobre a questão colonial, pois a efectividade da descolonização era essencial para transparecer coerência com o que vinha defendendo no exílio e manter a sua credibilidade socialista na Europa. Ainda antes de ser empossado como Ministro dos Negócios Estrangeiros, no I Governo Provisório, a 16 de Maio de 1974, já acenava à imprensa com a sua intenção de descolonização. “Devemos começar a trabalhar imediatamente para um acordo com os guerrilheiros. Não podemos esperar doze meses para que um governo eleito trate disso,”²²⁶ diz, sem pejo de evidenciar alguma desconformidade²²⁷ com Spínola, cuja opinião se tornava ambígua relativamente à auto-determinação e independência das colónias, o que levou, o próprio MFA a andar à deriva sem mencionar a intenção de descolonização no seu programa. A intenção clara de descolonizar, com a menção à “auto-determinação”, aparece só no programa dos governos provisórios.²²⁸ Sabendo que a permanência da sua credibilidade política dependia da sua coerência ideológica, concretiza não só a condução do processo de descolonização português, como também continua a defendê-lo e teorizá-lo, para o “publicitar”, pois a continuação dessa linha política era factor chave para a nova imagem de Portugal. Em entrevista ao *Der Spiegel*,²²⁹ reafirma a sua política de

²²⁶ Entrevista concedida por Mário Soares, ao semanário americano *Newsweek*, a 13.05.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp.37-41.

²²⁷ Soares não esconde essa divergência na confrontação da entrevista à *Newsweek*: Jornalista: “O general Spínola disse que autodeterminação para as colónias não significa independência. Não é esta uma linha muito diferente da seguida pelo Partido Socialista?” Mário Soares: “O general Spínola conhece a nossa posição. É a independência pura e simples.” Excerto da entrevista concedida ao semanário americano *Newsweek*, 13.05.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 37-41.

²²⁸ Ver Eduardo Freitas da Costa, *Spínola, o anti-general*, Lisboa, Edições FP, 1979, pp. 157-169.

²²⁹ Entrevista concedida ao semanário alemão *Der Spiegel*, 19.08.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit. pp. 75-84.

descolonização, defendendo a urgência dela contra a confrontação com as críticas de precipitação no processo. Ainda na Alemanha, num debate televisivo,²³⁰ aborda o mesmo assunto, justificando as opções de independência em Moçambique, prevendo as de Angola e refutando ainda qualquer cedência ao interesse geoestratégico da Aliança Ocidental nas ilhas de Cabo Verde, em detrimento da sua independência.²³¹ No discurso na Assembleia-geral da ONU reafirma a “descolonização dos territórios sob administração portuguesa, num processo rápido e seguro”²³², como um dos três objectivos principais que o Movimento 25 de Abril se propõe alcançar. E volta a vincar e explicar esta posição em vários órgãos de comunicação social.²³³

Conclui-se assim que, não obstante a sua efectiva ideia de descolonização estar vinculada à legitimação da democracia portuguesa, é notório também um esforço de comunicação nesse sentido, o que ajuda à construção da credibilidade do Governo Provisório e do incremento da sua, enquanto líder partidário. A política de descolonização era uma base de legitimação de actuação, o sinal político premente de mudança, e disso estava dependente um apoio e aceitação do regime português pela diplomacia ocidental, nomeadamente a Europa. A par disto, estava também a ser posta à prova a sua própria capacidade política socialista, cuja avaliação era importante para um futuro apoio em eleições democráticas.

5.1.2 – Uma política de abertura – Europa na mira

Mercado Comum sim, mas não já!

“Mário Soares, o seu Líder (do PS), era sem dúvida a figura política portuguesa mais conhecida e, embora exilado, ele era quem mais se aproximava de um líder nacional,”²³⁴ considera James Callaghan. A confiança dos líderes europeus sobre Soares iria incrementar-se com a sua actuação após a Revolução, em que vai proferindo o discurso sobre necessidade de Europa, de abertura externa e quebra com a política “orgulhosamente só.” Desde a já abordada conferência de imprensa no Palácio das Necessidades, nas várias entrevistas que concede e discursos que protagoniza, a necessidade de Europa é inserida numa ideia global de abertura à diplomacia internacional, quebrando com o passado isolacionista. “Quero deixar bem claro que o Portugal livre e democrático que estamos a construir, com grandes dificuldades, mas estimulados pela confiança generalizada do nosso povo, começa agora a sentir-se orgulhosamente acompanhado”, diz, numa alusão contraditória ao *slogan* isolacionista de

²³⁰ Declarações de Mário Soares em debate, mesa redonda transmitida pela televisão alemã ocidental, 9.10.1974, transcrição, in *Idem, ibidem*, pp. 145-159.

²³¹ “Podemos dizer que as ilhas de Cabo Verde têm o mesmo valor estratégico para o Atlântico Sul que as ilhas dos Açores – e a comparação é legítima – para o Atlântico Norte. (...) De qualquer maneira, definimos uma política de descolonização livremente e não tem de ter em conta imposições de estratégia de tipo mundial.” *Idem, ibidem*, pp. 153,154.

²³² Mário Soares, “discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU”, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p.128.

²³³ Ver entrevistas dadas por Mário Soares ao semanário tunisino *Dialogue*, 11.11.1974, ao diário português *A Capital*, 13.12.1974, ao semanário português *O Século Ilustrado*, publicada em 21.12.1974, ao jornal francês *Le Monde*, publicada em 24.12.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 189-201; 213-227; 229-239; 241-248.

²³⁴ James Callaghan, *Time and Change*, London, Collins, 1987, p. 360.

“orgulhosamente sós” de Salazar.²³⁵ No discurso na Assembleia Geral da ONU, Soares concretiza uma explícita oposição política entre passado e presente.²³⁶

Com o apelo à receptividade por parte da comunidade internacional ao “novo Portugal”, expressão que denota a mudança e o corte com o passado, Soares dá uma evidência clara de abertura do país à diplomacia mundial e o sinal de incontestável quebra com o regime de Salazar. Nesta mensagem, entre os anunciados 14 pontos essenciais da actual política externa portuguesa, está “a participação activa com a ONU e, em geral, com os organismos de cooperação internacional”, e a “intensificação das relações comerciais e políticas com os países da Comunidade Económica Europeia.”²³⁷ Na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, em 28 de Setembro, onde já havia estado enquanto opositor à ditadura portuguesa, continua a evidenciar o contraste passado/presente, expressando também o desejo de o “Governo Português” poder “tornar-se membro do Conselho da Europa desde que se realizem eleições livres para a Assembleia Constituinte.” Até lá, pede “para Portugal o estatuto de observador,”²³⁸ o que parece ser o reiterar de um pedido anterior, aquando da visita de uma Delegação do Conselho da Europa a Lisboa para observar o clima de reestruturação do país.²³⁹

Porém, a ideia de uma aproximação à Europa, fica-se pela simplicidade. Soares não revela publicamente tudo o que idealiza, não desenvolve os termos em que preconiza tal aproximação. Centra-se na necessidade imediata e prática: a económica. Sabe que, como quando começou na oposição a defender a abertura de Portugal à Europa, são as razões económicas que serão melhor entendidas pelo Governo Provisório e pela sociedade portuguesa. Compreende-se assim que seja apenas a proposta da intensificação de relações com o MC, e possível futura integração, a concretização dessa ideia de aproximação. É-o de facto, por necessidades reais da economia portuguesa. Mas é-o apenas porque Soares sabe que não é o momento indicado para Portugal, em clima de transição política, estar a falar numa integração política nas Comunidades Europeias.

De modo que, é no incremento de relações económicas com os países do MC que Soares vai incidir a diplomacia portuguesa nesta fase. Fá-lo logo pouco tempo depois de ter tomado posse como ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Provisório. Em Junho de 1974²⁴⁰, revela já ter consumado, com o primeiro-ministro, encontros com dirigentes das Comunidades Europeias, com o intuito de aprofundar o acordo comercial com o MC.²⁴¹ De Junho a Setembro de 74, as relações

²³⁵ Mário Soares, “discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-Geral da ONU”, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 125.

²³⁶ “Portugal pretende encerrar o triste passado de isolacionismo a que estava naturalmente condenado e dispõe-se a uma colaboração activa com todas as nações do Mundo, independentemente dos seus regimes políticos e sociais ou de preferências ideológicas. Vem, assim, e pela primeira vez a esta tribuna, com o propósito sincero de se integrar de pleno na comunidade internacional, ocupando o lugar a que tem jus. Apelo, por isso, para que o novo Portugal seja aceite sem reservas pela comunidade das nações, como é de justiça. Apelo, ainda, para que o novo Portugal possa, em breve, estabelecer relações normais com todos os Estados, sem excepção, lembrando neste instante e, como exemplo, a vontade, que julgo ser recíproca, dos povos português e indiano, em verem reatadas as suas velhas e fecundas relações a todos os níveis, incluindo o diplomático.” Idem, *ibidem*, p. 131.

²³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 132,133.

²³⁸ Mário Soares, “discurso na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa”, 28.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 143.

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 142.

²⁴⁰ Entrevista a Mário Soares, realizada por Javier Moral, para o jornal espanhol *Pueblo*, em 28.06.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 59,60.

²⁴¹ “O prof. Palma Carlos e eu tivemos a oportunidade de conversar com o Presidente Ortolí, mantivemos conversações com Sir Christopher Soames, no quadro das Comunidades Europeias, e chegámos à conclusão, aliás corroborada pelos nossos

diplomáticas no âmbito do MC intensificaram-se, com a previsão da vinda a Portugal de um membro da Comissão das Comunidades.²⁴² Portugal já tinha recebido também a visita do Secretário de Estado alemão, do Primeiro-ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda e do subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros italiano. A mensagem de desenvolvimento de relações comerciais com o MC é também frequentemente transmitida em entrevistas e debates.²⁴³

Todavia, embora estabelecendo como prioritária uma “cooperação económica cada vez mais estreita com a Europa, com o Mercado Comum,”²⁴⁴ Soares não defende uma integração imediata nesta organização, numa atitude proteccionista dos interesses económicos portugueses: “A nossa economia não está, certamente, ainda em condições de encarar uma integração (...).”²⁴⁵ Ao advertir que Portugal não estaria em condições de competir num mercado livre de intercâmbio de produtos,²⁴⁶ revela a sua vertente política pragmática, o que nos ajuda a compreender a relação entre ideia e prática no pensamento de Soares. Indubitavelmente, a integração de Portugal na Comunidade Europeia é a sua concepção de futuro, mas não a qualquer preço. Há que salvaguardar as suas consequências práticas imediatas. Europa sim, como visão, mas não já como integração, pois traria mais desvantagens do que vantagens para a economia portuguesa. De resto, esta atitude de não ter a Europa a qualquer preço já se tinha evidenciado durante a sua estada no exílio, ao contestar que os países da Comunidade concebessem a entrada de Portugal ditatorial no MC. Neste aspecto, Soares sobrepuja o ideal de democracia à ideia de integração europeia, pois tal desarmaria a oposição a Salazar. Agora, Soares faz sobrepor a desvantagem pragmática ao ideal.

Mas, ao não defender uma integração imediata no MC, Soares é cauteloso em todos os esclarecimentos para não ser conectado com qualquer ideia de recusa da Europa, o que faz particularmente à comunicação social europeia, quando confrontado com as questões de um jornalista belga:

MS: “(...) Penso que não devemos solicitar logo no início das conversações um estatuto de associado e, muito menos ainda, um acordo de integração, porque o estado actual da nossa economia não o permite. Mas esse é o nosso objectivo. Por agora, todavia, vamos desenvolver as nossas relações comerciais, no quadro do tratado preferencial que assinámos e que vai ser corrigido, desenvolvido e aprofundado. Só então, poderemos encarar, para o futuro, a possibilidade de solicitarmos o estatuto de associado. Mas queremos, evidentemente, estreitar desde já, ao máximo, os laços económicos, culturais e políticos com a Europa.

técnicos, de que a melhor opção para Portugal, para já, é a de aprofundar e desenvolver o tratado comercial preferencial que firmámos com o Mercado Comum. A CEE está precisamente disposta a desenvolver esse tratado e encara a possibilidade de uma ajuda a Portugal.” Mário Soares, Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades, 13.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 97,98.

²⁴² Idem, *ibidem*, pp. 98.

²⁴³ Mesa redonda transmitida pela televisão alemã ocidental, 9.10.1974, transcrição, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p.157.

²⁴⁴ Entrevista a Mário Soares, realizada por Marcel Niedergang, para o semanário jornal *Le Monde*, publicada em 24.12.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 246.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*. Nesta entrevista reitera o interesse de Portugal “em intensificar e alargar as nossas relações comerciais (...) e em desenvolver o tratado preferencial que temos com a Europa do Mercado Comum.”

²⁴⁶ “(...) se houvesse uma liberdade total de transferência de homens, mercadorias e capitais entre Portugal e a CEE, a nossa economia ficaria arruinada a curto prazo, seria totalmente colonizada pelas grandes firmas multinacionais e o nosso país, possivelmente, despovoar-se-ia.” Mário Soares em entrevista realizada por Mário Alexandre, para o diário português *A Capital*, publicada em 13.12.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 223.

Jornalista: Mas depois do estatuto de associado, quererão ser um futuro membro de pleno direito?

MS: Dentro de um prazo razoável e logo que a nossa economia o permita. (...)”²⁴⁷

Apesar do enfoque nesta necessidade económica, Soares não descarta o pedido de auxílio político “a todos os Estados membros do Conselho da Europa (...) para que forneçam” ao seu “país ajuda e auxílio em todos os campos em que isso possa contribuir para a construção e consolidação da Democracia portuguesa.”²⁴⁸ A justificação política de tal ajuda é centrada na argumentação da existência de vantagens mútuas. “A Europa tem interesse em que Portugal seja uma zona de paz e estabilidade. Para isso, está interessada em ajudar economicamente Portugal e nós estamos interessados em estreitar os laços que nos unem à Europa Ocidental.”²⁴⁹ Uma ideia que é repetida noutras entrevistas e intervenções, evidenciando a desvantagem do surgimento de instabilidade no país para a política europeia.²⁵⁰ Este argumento, usado para alertar a Europa Ocidental deixa, nas entrelinhas, em clima de Guerra Fria, uma interpretação alusiva aos intentos comunistas nesta zona. Integrando o Governo Provisório ao lado de elementos do PCP, Soares contém-se de ser explícito no assunto, mas fá-lo implicitamente, aludindo à manutenção da ordem bipolar que sustentava o frágil equilíbrio político mundial de então. Neste sentido, reforça a importância geoestratégica de Portugal para o bloco ocidental. “A América e a Europa não podem permanecer indiferentes perante o risco de instabilidade e de perturbação políticas.”²⁵¹

A inserção da importância política de Portugal para a consolidação política da Comunidade Europeia, nomeadamente com o fortalecimento da democracia na Europa do Sul não é nova no discurso de Soares, que já na sua campanha de oposição, durante o exílio, a havia utilizado como argumento para pedir ajuda aos líderes no derrube da ditadura portuguesa. A novidade é a inclusão do papel geoestratégico de Portugal para o sistema de defesa do Atlântico, o que traz à tona as relações com os Estados Unidos. Isto vai ao encontro da mudança da política externa portuguesa e revela algumas oscilações, aparentemente contraditórias, no discurso de Soares, que serão abordadas no próximo capítulo.

Como vimos, até agora, a relação de Portugal com a Europa, que sobressai no discurso de Mário Soares, está centrada em concreto no MC, o que se funda na necessidade de recuperação da economia portuguesa, mas também numa intenção de preparar terreno para uma futura integração na CEE, embora esta ideia não tenha uma predominância explícita nas suas intervenções. Soares vai, contudo, levantando o véu da sua intenção futura, nomeadamente, realçando o papel de Portugal como

²⁴⁷ Mário Soares, Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades, 13.09.1974, in Idem, *ibidem*, p.106.

²⁴⁸ Mário Soares, “discurso na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa”, 28.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit. p. 144.

²⁴⁹ Declarações de Mário Soares em debate transmitido pela televisão alemã ocidental, 9.10.1974, transcrição, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p.158.

²⁵⁰ “É importante também para as democracias ocidentais que nos ajudem porque, se surgisse na Península Ibérica uma zona de instabilidade, isso teria influência nas restantes democracias europeias.” Entrevista a Mário Soares, realizada por André Pautard, para o semanário francês *L'Express*, publicada em 17.02.1975, in Idem, *ibidem*, cit., p. 265.

²⁵¹ Idem, *ibidem*.

“traço de união entre a Europa e a África,”²⁵² uma ideia muito presente no seu discurso desta época, da qual trataremos nos capítulos finais deste trabalho.

Promovendo a nova política externa de Portugal, vai aproveitando igualmente para continuar a credibilizar o seu partido lá fora, preparando terreno para um apoio futuro nas previstas eleições portuguesas. Três dias antes de ter sido empossado Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, dizia numa entrevista: “Quero que o partido socialista português ombreie orgulhosamente com os partidos socialistas britânico, francês, sueco e doutros países europeus, porque essa é a nossa única esperança de mantermos a democracia e de fazermos parte do grupo europeu. Estes partidos europeus estão prontos a ajudar-nos e a cumprir esta missão.”²⁵³

Soares continua assim a estratégia de promoção do PS, que já vem desde o exílio. Agora não apenas através do discurso, mas, essencialmente, de actos. Ao ser o rosto de uma nova política externa de Portugal, oficialmente assumida pelo Governo Provisório, o discurso de Soares está em perfeita consonância com o que defendia no exílio e com o que era o conteúdo ideológico da sua campanha de oposição ao salazarismo: descolonização, democratização do país e abertura externa, particularmente à Europa, o que seria tendente a uma futura integração. Ao dar a cara pela nova política externa portuguesa e sendo, simultaneamente, o rosto do PS português, vai agindo para a concretização de múltiplos objectivos, que se conjugam. As suas ideias de Europa credibilizam a política externa portuguesa, preparando terreno para uma futura integração europeia de Portugal e credibilizam, simultaneamente, o Partido Socialista para um futuro apoio político europeu, que se revelará extremamente importante para o PS ganhar eleições legislativas em 1975 e assim concretizar a intenção de integração na CEE. Está-se perante um concílio de interesses. O seu objectivo partidário serve de base à concretização da sua ideia para o futuro de Portugal – os dois passam pelo apoio da Europa.

Mas se as ideias anteriores estão em consonância com o seu discurso de oposição à ditadura, enquanto estava no exílio, há um ponto em que a confluência ideológica entre o que era defendido antes e depois da Revolução dos Cravos não é de total convergência.

5.1.3 - A Nato e a defesa ocidental - sentido pragmático sobrepõe-se à ideologia

Mário Soares foi uma voz crítica à entrada de Portugal na NATO, contestando particularmente o facto de um país ditatorial integrar uma organização que advogava o modelo da liberdade e democracia ocidentais. É certo que começou por ser um contestatário ao Tratado do Atlântico quando ainda estava aliado ao PCP - em 1949, assinou um abaixo-assinado contra a constituição da NATO, não tendo, como confessa, compreendido nessa altura o papel “essencial” que a organização teve na

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 267.

²⁵³ Entrevista a Mário Soares, concedida ao semanário americano *Newsweek*, em 13.05.1974, in Idem, *ibidem*, p. 38.

“contenção do expansionismo comunista”²⁵⁴ – mas, mesmo após ter seguido o rumo do socialismo democrático foi adverso à organização atlântica.

A integração portuguesa na NATO começou por ser um expoente da sua campanha de oposição a Salazar. Em 1973 ou 1974, subscreve um comunicado, conjunto com o Partido Socialista Francês, a condenar o assento na organização. A sua contestação baseava-se no paradoxo da NATO, sendo uma organização democrática ao aceitar uma ditadura.

Não podemos dizer, por estas acções, que Soares descrese da eficácia da NATO, mas por outras intervenções, muito anteriores a este período activo de exílio, inferimos que o socialista português não concebia a NATO como o sistema ideal de defesa ocidental. Nas crónicas “Fogo Solto”, faz referência “à irremediável decadência” da organização que “dividiu a opinião pública dos países da Europa Ocidental” e deu lugar a infindáveis polémicas e agitadas campanhas.²⁵⁵ Além disso, a NATO, ao configurar uma alternativa de defesa para a Europa, vinha assim também contribuir para o enterramento definitivo da CED - Comunidade Europeia de Defesa - , cujo projecto foi chumbado pela França, fazendo assim recuar a ambição federal.²⁵⁶

A discordância da NATO, organização que considera “uma sobrevivência do passado”, que foi criada “ao redor de um perigo de guerra hoje inexistente”²⁵⁷, parece ser a resposta de Soares contra o advento de um domínio norte-americano. Os meios políticos que frequentou durante o exílio foram uma influência para o desenvolvimento dessa ideia, como a convenção socialista de Suresnes, na qual se aprovou uma moção com o objectivo de realizar “uma conferência internacional dos países da Europa, da URSS e dos Estados Unidos, cujo objectivo será restabelecer um pacto de segurança colectiva, que implique a dissolução simultânea dos Pactos do Atlântico e de Varsóvia (...).”²⁵⁸

Começando a veicular estas ideias em Portugal na década de 60, Soares terá ido bebê-las, precisamente, à cultura europeia, com a influência do *France Observateur*, que lhe desvenda a tal linha neutralista, uma alternativa aos modelos teóricos até então dominantes na geopolítica mundial. Paralelamente, Soares descobre o potencial do papel mediador da Europa, uma ideia que vai desenvolvendo a partir daí, particularmente no exílio. O seu envolvimento com o MFE foi fonte onde bebia dessas ideias. Este grupo é crítico de uma Europa meramente económica, vendo numa federação europeia a via de dissolução do Pacto do Atlântico e do de Varsóvia.²⁵⁹

²⁵⁴ In Mário Bettencourt Resendes, *A Incerteza dos Tempos*, entrevista a Mário Soares, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p. 65.

²⁵⁵ Mário Soares, “Fogo Solto – O Cinquentenário do Integralismo”, crónica para o jornal *A República*, que não chegou a ser publicada. 7.05.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 2-3.

²⁵⁶ Ver António Martins da Silva, *História da Unificação Europeia*. [...] cit., pp. 71-80. Cf. Pascal Fontaine, *A Construção Europeia, de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998, pp. 15-17.

²⁵⁷ Mário Soares, “Fogo Solto – O Cinquentenário do Integralismo”, crónica para o jornal *A República*, que não chegou a ser publicada. 7.05.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 2-3.

²⁵⁸ Mário Soares, “A Convenção Socialista de Suresnes”, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 153-160. Desconhece-se a que órgão era destinado este artigo.

²⁵⁹ “O MFE afirma que a única unidade europeia digna de se desenvolver é a unidade federal. É apenas com uma federação que podemos confiar ao povo europeu o controlo político, social e económico da Europa Ocidental. É apenas com uma federação, isto é, com um sistema constitucional aberto, ao qual qualquer estado pode aceder, sem ser alvo de hegemonias e no qual podem coexistir estados membros de regimes económicos diferentes, que podemos criar a condição prévia indispensável à longa luta para reunir a Europa Ocidental e Oriental e dissolver simultaneamente o Pacto Atlântico e o Pacto de Varsóvia.” Declaração do Congresso do Movimento Federalista Europeu, realizado de 7 a 9 de Abril de 1972, enviada a Mário Soares, no qual esteve presente, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 28-33.

Para Soares, também está em causa o modelo bipolar emergido da II Guerra Mundial, ainda para mais quando foi a necessidade de manutenção desse modelo que levou à admissão de Portugal na NATO.²⁶⁰ A representação de um modelo geopolítico baseado num equilíbrio de forças é o motivo da discórdia, ao que se junta a refutação à hegemonia dos americanos. “Quem não vê, hoje, que uma vitória do falcões americanos ou dos revanchistas alemães reforçaria, no campo soviético, os saudosistas do *stalinismo*? Quem não sente que uma ‘abertura’ no Ocidente, fomentadora de autêntico pluralismo, é a única via possível para descongelar a situação de Leste?”²⁶¹ Em vez disso, defende um apaziguamento de relações e a abertura ocidental a leste.

Todavia, este discurso de Soares, enquanto perdurava o fascismo em Portugal, contrapõe-se totalmente ao seu pragmatismo político após a Revolução 25 de Abril, em que manifesta permanentemente fidelidade à Aliança Atlântica. Na sede da organização, em Junho de 1974, Soares afirma que Portugal “irá subscrever a projectada declaração atlântica em plena coerência consigo próprio, numa completa clareza de atitudes,”²⁶² reafirmando uma posição “aberta a todas as formas de convívio internacional”²⁶³ do país, o que culmina com a assinatura da Declaração de Otava, ratificada em Bruxelas, pelo Primeiro-Ministro do I Governo Provisório Palma Carlos.

A reiteração da manutenção de Portugal na NATO é uma das orientações de Política Externa inscritas no programa do I Governo Provisório, que estabelece o “respeito pelos tratados internacionais em vigor, nomeadamente o da Organização do Tratado do Atlântico Norte.”²⁶⁴ Podemos questionar se terá sido uma imposição do governo, ou sugestão de Soares. Já mencionámos a questão de vazio político dos Governos Provisórios, que deu margem a Soares para trazer a sua experiência e concretizar assim um programa à semelhança da sua própria orientação política. Se Soares teve participação na elaboração deste programa, porque reafirma a continuação de Portugal na NATO, se ideologicamente não é a forma política que considera viável para a manutenção da paz mundial? A resposta é que a exigência prática do momento sobrepõe-se ao ideal político do socialista português, em mais uma evidência da sua veia pragmática. Portugal, acabado de sair de um regime ditatorial, que deixava os americanos “de pé atrás”, crenes na possibilidade de um contra golpe comunista, precisava de dar provas de que estava do lado Ocidental e, essencialmente, o Governo Provisório tinha de mostrar que não estava dominado pela ideologia comunista. Além disso, Soares sabe que no momento não há alternativa. Tal como a Europa aceitara formar a NATO, também Portugal não podia ir contra aquela que era, à época, a orientação de todas as nações da Comunidade Europeia, contra aquele que era o único sistema de defesa ocidental. Embora houvesse vozes discordantes, como anteriormente vimos, da existência da NATO, elas dominavam os círculos da oposição e das organizações políticas não executivas, como o MFE, que aspiravam por um ideal. E, nesse momento, Soares lidava com o real.

²⁶⁰ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p.470.

²⁶¹ Idem, *ibidem*.

²⁶² Mário Soares, “Discurso pronunciado na conferência ministerial da NATO”, em Otava, 18.06.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 44.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 49.

²⁶⁴ Programa do I Governo Provisório, in http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Provisorios/GP01/Programa/, acedido em 16.04.2008.

Assumia o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros de um país recém liberto de uma ditadura isolacionista e que queria dar provas de mudança, de abertura e cooperação internacional. Ora, que provas seriam dadas se recusasse integrar-se na NATO? Além de que, Soares, estratega na sua actuação como tem demonstrado ser, sabe que na possibilidade de um futuro político conturbado em Portugal, o interesse dos americanos para travagem de um avanço comunista no país, seria crucial. Ao que acresceriam benefícios de uma possível ajuda económica.

Assim se explica o seu cuidado em realçar a amizade portuguesa aos Estados Unidos e a confluência das políticas do Governo Provisório com os preceitos americanos, como faz numa entrevista ao *Portuguese Times*.²⁶⁵ No seu discurso, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros dos três Governos Provisórios, nos documentos analisados neste trabalho, predominou a ideia de fidelidade à NATO, pela “necessidade que temos de não mudar subitamente o campo das nossas alianças.”²⁶⁶ Trata-se, acima de tudo, de uma rendição a “um condicionalismo geoestratégico que não pode ser ignorado,”²⁶⁷ em que as circunstâncias não permitem alternativa.

É, portanto, uma necessidade política de momento que impera e que se sobrepõe à concepção ideológica *soarista*. O político não ofusca, contudo, que a NATO não é o seu modelo ideal de segurança ocidental e que enquanto socialista concebe “naturalmente um outro sistema de segurança colectiva, mas, enquanto existir de um lado o Pacto de Varsóvia e do outro o Pacto do Atlântico, pensamos que não se pode unilateralmente desmantelar um desses pactos.”²⁶⁸ Esta é a sua verdadeira concepção ideológica, que era frequente no seu discurso de oposição, mas, perante a necessidade de tomada de uma posição política, exige-se a contradição prática à sua ideologia. Esta aceitação da NATO é consequência da falta de um sistema de segurança europeia, cujas tentativas, esboçadas com a CED, acabaram por se desvanecer, deixando a Europa sem um sistema de segurança e defesa próprio. Soares sabe-o: “É por isso que queremos ter na próxima Conferência de Segurança Europeia uma posição activa.”²⁶⁹ Sendo favorável à autonomia europeia na defesa, mostra-se disposto, com os socialistas, “a desenvolver ao máximo uma situação que conduza ao desanuviamento militar na Europa e à criação de um verdadeiro sistema de segurança europeia.”²⁷⁰ É neste contexto que considera que a Europa deverá assumir “um peso internacional de conjunto europeu”, para “desempenhar um papel considerável na tranquilidade mundial.”²⁷¹

Podemos concluir, pelo que foi explanado até aqui, que se as primeiras manifestações políticas de Soares contra a NATO foram fruto da inerência da sua ligação ao PCP, numa segunda fase, essa posição deveu-se à evolução de um pensamento político ligado à social-democracia europeia e à sua concepção de uma Europa política unida. Claramente influenciado pelos meios que frequentou, não

²⁶⁵ Entrevista a Mário Soares, concedida ao jornal *Portuguese Times*, de Newark, EUA, em 20.06.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p.53.

²⁶⁶ Entrevista a Mário Soares, realizada por Mário Alexandre, para o diário português *A Capital*, publicada em 13.12.1974, in Idem, *ibidem*, p. 224.

²⁶⁷ Entrevista a Mário Soares, realizada por Manuel Dias, para o *Jornal de Notícias*, do Porto, e publicada em 18.02.1975, in Idem, *ibidem*, p. 283.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 283, 284.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 284.

²⁷⁰ Mário Soares, “Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades”, in Idem, *ibidem*, p. 117.

²⁷¹ Entrevista a Mário Soares, realizada por Mário Mesquita, para o diário *República*, publicada em 31.01.1975, in Idem, *ibidem*, p.270.

concebe a NATO como o sistema ideal para a estabilização mundial, nem partilha da ideia de uma paz mantida pela tensão do equilíbrio de forças em dois blocos. Concebia um desanuviamento militar e uma abertura ocidental a Leste, na qual a Europa deveria jogar um papel importante, através da valorização da sua condição geográfica e política, sendo, para isso, imprescindível a concepção de um sistema de defesa europeu, o que lhe daria independência de actuação, libertando-a de um domínio norte-americano.

Com base num desanuviamento político, seria de desmantelar a NATO e o Pacto de Varsóvia, estando o fim de uma aliança dependente do da outra. Mas, enquanto a NATO perdurasse e a Europa não criasse o seu sistema de defesa, não havia alternativa. E a falta dela era um entrave ainda maior para a concretização do ideal de Soares, deparado com um país acabado de sair de uma ditadura, ávido por se desenvolver e democratizar, que teria de dar provas de conduzir uma política democrática que não representasse ameaça para a estabilidade ocidental. Era necessário afastar suspeitas de intentos comunistas ou do domínio destes no Governo Provisório, tendo em conta que eram uma das forças partidárias a integrá-lo. Ou seja, a necessidade pragmática sobrepõe-se à ideologia no discurso e acção de Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros dos três primeiros governos provisórios. Ainda assim, o socialista português não se coíbe de manifestar o seu ideal de defesa ocidental e de desanuviamento militar, dando sinais de que partilhava da concepção dos líderes europeus partidários de um sistema de defesa europeia, até com a intenção de participação activa na Conferência de Segurança Europeia. Assim, consegue manter uma dualidade na orientação portuguesa: por um lado, mantendo e renovando o seu compromisso com a NATO, dando sinal de abertura aos norte-americanos, por outro, acenando aos europeus com o seu ideal e a sua partilha de valores por uma Europa política e unida. Mantendo este esclarecimento de discurso, entre ideal e realidade, Soares consegue integrar Portugal, cuja localização atlântica já por si só insere o país nesta dualidade geopolítica, pacificamente no sistema de defesa ocidental, sem fechar a porta ao ideal de defesa europeia.

5.1.4 – Em conclusão: notoriedade europeia de Soares credibiliza a revolução na Europa Europa credibiliza Soares em Portugal

Quando souou a notícia da Revolução 25 de Abril pela Europa, registou-se, naturalmente, em alguns líderes, a expectativa e a desconfiança relativa à eficácia militar para derrubar um governo que já levava quase cinquenta anos de ditadura, além da interrogação que o futuro político pós-revolução suscitava. Apesar do trabalho de oposição que Soares vinha fazendo na Europa, credibilizando a existência de um partido da social-democracia em Portugal, rebatendo a campanha de Salazar em como a força comunista era a única alternativa ao seu regime, o clima de Guerra Fria deixava a Europa, e particularmente os Estados Unidos, “de pé atrás” relativamente ao desfecho político da Revolução. O papel de Soares “seria essencial na hora de dar uma dimensão real da nova realidade portuguesa. As suas declarações, as suas contínuas viagens, a sua comparência nos mais altos organismos mundiais,

serviriam para transformar o passado desprezo internacional numa quase generalizada resposta de apoio e compreensão por parte do mundo.²⁷²

No contributo para essa compreensão, uma das mensagens incidentes de Soares visava a clarificação das águas políticas do 25 de Abril, esclarecendo que “a Revolução foi feita essencialmente por capitães, alguns deles próximos da extrema-esquerda e do Partido Comunista, mas que a maioria não o era.”²⁷³ Era necessária uma figura da confiança da Europa para credibilizar a Revolução e para reforçar a mensagem de não domínio do MFA pelas forças comunistas, uma imagem que simbolizasse a coexistência de outros quadrantes políticos em Portugal. Sendo já conhecido na Europa, Soares era a pessoa mais indicada para o fazer. As ideias que já lhe estavam associadas faziam com que fosse o complemento ideal à veiculação de uma viragem na política externa portuguesa. Neste âmbito, o que vinha defendendo para Portugal na sua campanha no exílio, conhece, com as suas funções no Governo Provisório, uma linha de continuidade. Sergei Yastrzhembskiy identifica, na actividade diplomática de Soares e no seu pensamento para a política externa no pós-25 de Abril “três grupos principais de questões que merecem a prioridade da sua atenção: a descolonização, a aproximação de Portugal à Europa Ocidental com a perspectiva de adesão à CEE e a salvaguarda da posição de Portugal no sistema da Aliança Atlântica.”²⁷⁴ Ao delinear estes vectores políticos na sua acção diplomática nos Governos Provisórios, Soares vem assim demonstrar à Europa uma linha de continuidade ideológica da sua oposição ao Estado Novo, dando maior consistência às garantias da nova política externa portuguesa.

Como veremos, no capítulo seguinte, esses apoios foram essencialmente importantes para que Soares conduzisse, nos tempos conturbados do PREC, o rumo político do país de acordo com a intenção socialista. Certamente, as garantias de democratização, descolonização e abertura diplomática tornaram-se mais credíveis por serem dadas por uma personalidade já conhecida da Europa e do mundo ocidental, que, antes de Revolução, clamava pelas mesmas ideias, fazendo delas objecto de oposição a Salazar e a base da sua ideia para o futuro de Portugal. E, neste sentido, a escolha de Soares para anunciar a Revolução no exterior e para a chefia da pasta dos Negócios Estrangeiros foi, por si só, um factor de credibilização da Revolução Portuguesa.

Mas isto não resultou apenas numa acção de credibilização unilateral. Foi-o para a Revolução portuguesa, mas também para Soares: na Europa, dando assim a dimensão da sua importância política interna e lançando bases de crença aos líderes europeus de que poderia reunir condições de ser o político representativo do socialismo democrático em Portugal; e em Portugal, pois o sucesso da sua missão externa de reconhecimento da Revolução patenteou também, a nível interno, a sua notoriedade europeia e, por acréscimo, a consistência do PS como força política.

A escolha de Mário Soares para fazer o reconhecimento da Revolução portuguesa e o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros foram como a cereja em cima do bolo. Depois de anos de intensa actividade política na Europa, de um trabalho em busca da construção e do reconhecimento do seu

²⁷² B. Diaz Nosty, cit., p.112.

²⁷³ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p.290.

²⁷⁴ Sergei Yastrzhembskiy, cit., p. 84.

partido, a incumbência de fazer o reconhecimento da Revolução na Europa dá a Soares uma oportunidade única de projectar em Portugal a notoriedade que ele e o seu partido haviam adquirido nos meios políticos europeus. “O resultado de muitos anos de luta fora, finalmente, coroado por um sucesso público.”²⁷⁵

A par disto, era necessário iniciar uma acção partidária interna e colocar o discurso ao serviço da credibilização do PS e do seu líder. A conferência de imprensa do partido, dada após o seu périplo europeu de reconhecimento da Revolução portuguesa, é disso um reflexo. As linhas políticas que defende para a implementação do sistema democrático português, o papel que o PS pretende assumir na clarificação do processo democrático, as considerações sobre a constituição do Governo Provisório e o que devem ser os seus objectivos indiciam o início de uma acção de campanha do partido no país com a delimitação do seu espaço político no período pós-revolução. Importante é o esclarecimento feito acerca da acção de reconhecimento da Revolução no estrangeiro, em que Soares “sublinhou que o fizera única e exclusivamente na qualidade de representante do Partido Socialista (e não como porta-voz oficial ou oficioso), a convite de partidos e governos socialistas no poder, nomeadamente o inglês, que lhe afirmaram que não reconheceriam a Junta de Salvação Nacional sem prévia consulta ao Partido Socialista português sobre as garantias oferecidas quanto à consolidação da democracia e ao processo de descolonização.”²⁷⁶ Esta revelação tem duas leituras. A primeira é que, de facto, a credibilidade que Soares e o PS construíram na Europa durante o exílio são um factor chave de credibilização para a Revolução, como já anteriormente constatámos. A segunda denota claramente o intuito de seguimento de uma estratégia, em que Soares não abdica de continuar a fazer a projecção do PS em Portugal através da evidência da sua importância europeia e vice-versa.

O cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros vem possibilitar-lhe continuar essa estratégia: por um lado, aplicando a sua concepção de política externa a Portugal e, por outro, sendo o rosto de uma pasta com bastante visibilidade no Governo, projectando as suas ideias e o seu partido, ocupando espaço político em Portugal e na Europa, colmatando a construção da sua credibilidade para potencial líder para a implementação do socialismo democrático em Portugal.

Além disto, a aceitação de Soares para assumir a liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório não é livre de interesses partidários, inerentes à sua estratégia para o futuro de Portugal. O facto de ser uma pasta subalterna relativamente, por exemplo, aos ministros sem pasta, era um pormenor quando comparado com a oportunidade que a visibilidade dos Negócios Estrangeiros acarretava para colocar as suas ideias em prática.²⁷⁷ “Quanto a mim, a ideia inicial era ser Ministro sem Pasta (...); mas eu disse logo, ao Spínola, que preferia ser Ministro dos Negócios

²⁷⁵ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., pp. 319, 320.

²⁷⁶ Síntese da Conferência de Imprensa, realizada por Mário Soares, publicada em Maio de 1974, no nº 5 do *Portugal Socialista*, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 23-31.

²⁷⁷ “No fundo, tratava-se de uma questão formal e os Negócios Estrangeiros convinham-me muito mais por outras razões: desenvolveria a minha rede de contactos internacionais, interviria nas questões de descolonização; e por outro lado, seria muito mais fácil adquirir notoriedade aos olhos do Povo Português através de maior visibilidade da pasta conferida pela televisão.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 330.

Estrangeiros.”²⁷⁸ Esta revelação evidencia a aprendizagem da prática política no exílio, onde percebeu a importância da projecção proporcionada pelos meios de comunicação social.²⁷⁹ Este cargo não lhe daria apenas uma exposição mediática nacional, mas também internacional, algo que outra pasta não lhe possibilitaria. E Soares tinha em mente essa dualidade estratégica. “A minha aposta, como se revelou depois, foi certa.”²⁸⁰ Certa no sentido em que, como veremos, lhe permitiu angariar apoio europeu para o período conturbado do PREC e a visibilidade necessária em Portugal para a conquista eleitoral do PS. Certa também, no sentido em que serve a prossecução da sua estratégia última: chegar ao poder para implementar as suas ideias para Portugal.

Assim, como realça no seu discurso na Assembleia Geral da ONU, a 23 de Setembro de 1974, - que Diaz Nosty classifica “de transcendência histórica”, em que “poucas vezes, no grande foro político mundial, se havia suscitado tantas manifestações de entusiasmo e simpatia por um país e por um ministro representante”²⁸¹ - Portugal “começa agora a sentir-se orgulhosamente acompanhado.”²⁸² A expressão e a ida de Soares à 29ª Assembleia Geral das Nações Unidas consagram o antagonismo ideológico a Salazar e a sua ideia de política externa, emanada da sua formação político filosófica e consolidação da corrente da social-democracia europeia. “Segundo noticiaram as agências internacionais de informação”, Soares “teve um verdadeiro ‘acolhimento de herói’ (...) quando acabou de proferir o seu discurso. Durante cerca de meia hora, o presidente Buteflika absteve-se de dar a palavra ao orador seguinte, aguardando que regressassem aos seus lugares numerosos delegados que se haviam dirigido a Mário Soares para o abraçar e felicitar.”²⁸³

5.2 – “Orgulhosamente Acompanhado”

O PREC e o combate de Mário Soares em duas frentes – A Europa em Portugal e Portugal na Europa

As desconfianças estrangeiras de que a situação portuguesa pudesse resvalar para a instabilidade política vieram a ter fundamento com o evoluir dos acontecimentos no país. A emergência da ala radical do MFA e as dissidências dentro do próprio movimento vieram colocar em confronto o PCP e o PS. Depois da renúncia de Spínola à Presidência da República, a ala comunista radical vai conquistando influência no MFA, nomeadamente a partir da sucessão de Vasco Gonçalves a Palma Carlos no cargo de Primeiro-ministro. A proposta comunista em implementar a lei da unicidade sindical

²⁷⁸ “O Espírito Civil da Revolução”, entrevista a Mário Soares, conduzida por Maria João Avillez, *Público*, 24.04.2009, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, pp. 349-402.

²⁷⁹ “Sem esse contacto permanente com os media, não se transmite ao público nem o que dizemos nem o essencial da nossa mensagem. Corre-se o risco de ser excelente sem que ninguém o saiba. Sempre tive essa noção. Mas fui, porventura, uma excepção no PS: nunca deixei a ninguém os contactos com a imprensa, que sempre privilegiei. Nunca gostei de delegar o que considero essencial.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p.377.

²⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 330.

²⁸¹ B. Diaz Nosty, cit., p. 113.

²⁸² Mário Soares, “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU”, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 125.

²⁸³ Vítor Cunha Rego e Friedhelm Merz (coord), com a colaboração de Mário Soares, Willy Brandt e Bruno Kreisky, *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 95.

vem ser um elemento de forte oposição de Mário Soares. Perante o crescente de influência comunista, que leva os militares a ponderarem a lei do sindicato único, o PS riposta, com a formação de um comício a transbordar de gente, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, onde se propõe a realização de eleições democráticas. As conquistas de eleitorado por parte do PS começam a ser encaradas com desconfiança.

Depois da tentativa de golpe a 11 de Março e com a institucionalização do Conselho da Revolução, o PS é olhado cada vez mais de soslaio, acusado de, indirectamente, estar na origem do golpe. Com a investidura do IV Governo Provisório, que continua sob a chefia de Vasco Gonçalves, Mário Soares é afastado dos Negócios Estrangeiros, pois perante a ala Gonçalvista²⁸⁴ já não seria a figura mais indicada para o cargo, ficando como ministro sem pasta.

As eleições para a assembleia constituinte, a 25 de Abril de 1975, que dão a vitória ao PS, não vêm apaziguar a disputa. A confirmação nas urnas dos socialistas como principal força escolhida pelo eleitorado²⁸⁵ com uma representação homogénea pelo país, é atestada com o apoio popular, a 1 de Maio de 1975, na cerimónia dominada pela Intersindical que lhes tentava barrar a entrada.

Maio de 1975 é o mês conturbado, com o MFA a agudizar acções políticas, com prisões arbitrárias e nacionalizações, tendo-se chegado à proposta de prisão de Mário Soares e Salgado Zenha.²⁸⁶ Com este mau estar evidente e o caso *República*, o PS decide sair do Governo, para se assumir como partido com propostas alternativas, com a defesa das eleições livres como um dos baluartes de combate, acusando o PCP de intentos não democráticos e combatendo o *gonçalvismo*, mas fazendo a sua diferenciação do MFA. Um ano volvido do fim da oposição à ditadura salazarista, Soares volta a entrar nos caminhos de oposição, embora não oficialmente a um regime instituído. É perante o caos do Verão Quente, que Soares volta a sentir a necessidade de recorrer à Europa.

Numa manifestação convocada pelo PS, que juntou 200 mil pessoas em Lisboa, Soares demarca-se do Governo Provisório. “ (...) O Partido Socialista deseja que o Governo seja presidido por uma personalidade do MFA, simplesmente deseja que ela seja, com provas dadas, efectivamente apartidária, acima dos partidos, independente dos partidos.”²⁸⁷ O líder socialista abria um combate político ao *gonçalvismo*, que culmina com o pedido de demissão de Vasco Gonçalves ao Presidente da República.²⁸⁸ Como já havia percebido na oposição a Salazar, mais uma vez esta sua demarcação do PCP e afirmação do PS teria de passar pelos caminhos da Europa.

²⁸⁴ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à Actualidade*. Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 128.

²⁸⁵ Nas eleições para a Assembleia Constituinte, que teria como função elaborar uma nova Constituição, realizadas a 25 de Abril de 1975, o PS foi a força política mais votada, com 37,87%, seguindo-se o PPD, com 26,39%, e só depois o PCP com 12,46%. Ver Vítor Cunha Rego, cit., p. 239.

²⁸⁶ Teresa de Sousa, cit., p. 82.

²⁸⁷ Discurso de Mário Soares na manifestação do PS de 18 de Julho, em Lisboa, in Vítor Cunha Rego, cit., pp. 249, 250.

²⁸⁸ Após as manifestações dos socialistas em 18 e 19 de Julho em Lisboa e no Porto, as acusações do PS ao PCP começam, iniciando-se uma guerra aberta entre as duas forças partidárias. Num comunicado emitido após as manifestações, o PS acusa o PCP de ter tentado barrar a afluência de pessoas à manifestação socialista, em Lisboa e no Porto, de “actos de terrorismo contra a classe operária e trabalhadores socialistas” e “de ter cerceado a liberdade de informação através do controlo dos órgãos de informação”, acusando indirectamente os comunistas de refutarem a pluralidade partidária. Ver “Um Comunicado do PS analisa a situação política”, in Vítor Cunha Rego, cit., pp. 250-253. Posteriormente, em carta dirigida ao Presidente da República, Soares pede a demissão de Vasco Gonçalves: “Em todo o país, o Partido Socialista convoca grandes manifestações contra o Governo de Vasco Gonçalves. O Povo Português respondeu e foram muitas as centenas de milhares de portugueses que gritaram: ‘Fora Vasco.’” “Mário Soares pede Demissão ao General Vasco Gonçalves”, in Vítor Cunha Rego, cit., pp. 264, 265.

A sua tática de oposição ao PCP e a Vasco Gonçalves teria de extravasar as fronteiras portuguesas, a fim de mobilizar a política europeia como forma de pressão interna. A resposta não se fez demorar, com os principais dirigentes da IS a multiplicarem esforços na ajuda ao PS e restantes forças democráticas moderadas e na pressão sobre o Presidente da República. Depois dos socialistas terem abandonado o IV Governo Provisório, o *Bureau* da IS emitiu um comunicado de apoio aos socialistas portugueses: “Só com o socialismo democrático, Portugal poderá evitar três ameaças: um golpe de direita, a ditadura comunista e a ditadura militar.”²⁸⁹ Os amigos da Europa serão fundamentais para a estratégia de combate de Soares à radicalização das forças de esquerda em Portugal. O líder do PS projecta Portugal para a Europa e puxa a Europa para Portugal, para que, cá dentro, o apoio europeu imprima força e credibilidade aos socialistas e para que na Europa se conheça a delicadeza da situação de Lisboa e as possíveis repercussões para o bloco ocidental.

Embora se tenha intensificado a partir de 1975, a relação pós-revolução de Soares com os amigos da Europa já vinha acontecendo logo após o 25 de Abril. Convidado para integrar o Governo Provisório por Spínola e a propósito da composição do executivo, Soares, defensor de que, a bem do pluralismo democrático, também o PCP devia integrar o Governo, não deixa de se aconselhar sobre o assunto com destacados líderes europeus.²⁹⁰ A sua opinião sobre os acontecimentos em Portugal era importante, não apenas porque se tratava de um momento político delicado que traria sempre alguma insegurança ao político português (afinal, estava em causa o futuro de Portugal), mas também porque manter confidências com os líderes europeus seria para eles indutor de confiança no PS e no seu líder, vistos como a via mais capaz de constituição de um governo democrático em Portugal.²⁹¹

É com esse intuito, antevendo a necessidade futura de apoio ao partido, que Soares convida os amigos da Europa a assistir ao I Congresso do PS na legalidade, realizado a 13 e 14 de Dezembro de 1974. A assembleia, na qual Mário Soares é reeleito secretário-geral do partido, conta com “a presença de representantes qualificados de partidos socialistas europeus e sociais-democratas estrangeiros de tão grande número e ainda o presidente da IS, Bruno Pitermann, e do presidente Spinelli, um dos co-presidentes da Comissão Europeia.”²⁹² Tais comparências foram determinantes para a afirmação interna e externa do PS, concretamente para a propaganda de Soares à Europa sobre o alegado perigo comunista. O decurso do congresso serviu perfeitamente esse intento, pois, apesar da sua confortável reeleição como secretário-geral do partido, foi uma reunião conturbada, minada de influências políticas do PCP, que tentava o controlo ideológico do partido.²⁹³

²⁸⁹ “Bureau meets in Ireland”, *Socialist affairs*, Londres, 1975, vol. 25, nº 4, p. 79. Citado por Sergei Yastrzhembskiy, cit., p. 72.

²⁹⁰ “Imediatamente após o golpe de estado, levantei a questão com diferentes homens de estado europeus. Willy Brandt, então chanceler da Alemanha Federal, o primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, e outros representantes de governos europeus mostraram-se convencidos da justeza do nosso ponto de vista, a saber, que para consolidar o processo da democratização havia vantagens em poder contar com uma participação dos comunistas no Governo Provisório.” Entrevista de Mário Soares, concedida a Piero de Garzarolli, para o suplemento *Europa*, publicado no *Le Monde*, 3.12.1974, em França e, simultaneamente, na Alemanha Federal, na Grã-Bretanha e na Itália, in Mário Soares, *Democratização [...]* cit., p. 204.

²⁹¹ Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a transição para a democracia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 42-45.

²⁹² “Relatório de Mário Soares no Congresso do PS”, in B. Diaz Nosty, cit., p. 151.

²⁹³ O primeiro congresso do PS na legalidade vê-se ameaçado pelo distúrbio de uma ala ideológica mais à esquerda, liderada por Manuel Serra, fundador do Movimento Socialista Popular, integrado no PS como grupo autónomo, que apresenta uma lista concorrente à direcção do partido. Nesta ala, pairava a sombra da mão do PCP, com intentos de controlo ideológico do partido. Ver Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 367.

Era particularmente importante mostrar este ambiente espartilhado pelas pretensões comunistas aos dirigentes europeus, para lhes inculcar a ideia de necessidade de ajuda aos socialistas portugueses e “aproveitar o seu contributo para neutralizar a vaga comunista interna que tanto pressionava os portugueses na altura.”²⁹⁴ Mas não só. Soares queria também persuadi-los da importância do PS para o futuro pacífico do sistema político ocidental, através da observação de perto da realidade portuguesa e da possibilidade dos comunistas se insurgirem em Portugal. Queria inculcar-lhes a preocupação relativamente à estabilidade política da Europa Ocidental, para que passassem a ver a situação portuguesa como um problema da social-democracia europeia.²⁹⁵

A presença dos líderes europeus no Congresso do PS serviu dois objectivos de Soares, um interno e outro externo: projectar a situação política portuguesa para a Europa, com a inerente importância do PS para um desfecho político do interesse ocidental; e credibilizar o PS em Portugal, através da demonstração de apoio dos líderes europeus, que testemunharam, “com as suas presenças significativas”, que o trabalho socialista “é observado e apreciado e que a solidariedade internacionalista não é uma palavra vã.”²⁹⁶ Com a sua reeleição e os esforços de propaganda estratégica do PS e de Soares, “a imprensa social-democrática e burguesa levou adiante a campanha contra Vasco Gonçalves e o PCP, levando a opinião pública europeia a acreditar que o PS era a única ‘garantia do desenvolvimento democrático de Portugal.’”²⁹⁷

Com esta base de formação de opinião na Europa, Soares, “orgulhosamente acompanhado”, reúne as melhores condições para mover influências na política europeia a fim de suportar o combate do PS no Verão Quente. Por um lado, era necessário dotar o partido de uma estrutura que cobrisse o país, para o que as amizades que Soares fez durante o exílio, particularmente com Olof Palm, se revelaram importantes. O secretário adjunto do partido trabalhista sueco deslocou-se várias vezes a Portugal para ajudar o PS, que tinha optado pela estrutura organizativa daquele partido. A isto juntaram-se “sommas consideráveis” de apoios financeiros, difíceis de totalizar.²⁹⁸ Além dos auxílios monetários e estruturais, os apoios políticos de figuras destacadas da Europa também se fizeram sentir, como o de François Mitterrand, um dos companheiros permanentes. Apesar de ainda estar na oposição, era um político influente em França e na Europa, que repetidamente visitou o PS depois da Revolução, tendo participado em vários comícios, mesmo já depois do período conturbado do PREC.²⁹⁹

Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, James Callaghan, confia os problemas políticos da Revolução. É aliás Callaghan que se desloca a Portugal, em Fevereiro de 1975, para conversações com Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Soares. Além dos temas de política externa, a

²⁹⁴ In Idem, *ibidem* [...] cit. p. 368.

²⁹⁵ “Os nossos amigos estrangeiros perceberam muito bem o que estava em jogo e os perigos que então corríamos. Ficaram muito impressionados e reforçaram a sua solidariedade para connosco. Foi a partir de então que nos meios políticos europeus se começou a entender, com preocupação e espanto, que Portugal se poderia converter, por mais incrível que pudesse parecer, numa espécie de ‘Cuba Europeia’. Perceberam que os socialistas portugueses, com a sua determinação, estavam na ponta desse combate, que se revelava então, incerto e desigual. Daí o respeito, a admiração e o apaixonado interesse com que nos passaram a tratar.” In Idem, *ibidem*, p. 369.

²⁹⁶ “Relatório de Mário Soares no Congresso do PS”, in B. Diaz Nosty, cit., p. 152.

²⁹⁷ Sergei Yastrzhembskiy, cit., p. 72.

²⁹⁸ Sobre os apoios de partidos europeus ao PS, ver Juliet Antunes Sablosky, cit., pp. 46-50.

²⁹⁹ “Mitterrand conhecia bem o que eu pensava e as condições de luta que se travava em Portugal. Conhecia as pessoas, de todos os quadrantes, os meios em presença, as divisões no seio dos militares e, sobretudo, a nossa determinação.” In Maria João Avillez, Soares, *Ditadura* [...] cit., p. 477.

questão interna portuguesa foi também abordada, com o ministro britânico a realçar a necessidade de liberdade para a construção da democracia.³⁰⁰

A confiança e notoriedade que Soares havia construído na Europa durante o exílio, continuada no imediato pós 25 de Abril, e a percepção da efectiva importância política do PS para o Ocidente, concretamente para a estabilidade da Península Ibérica, permitiram-lhe ser correspondido com uma ampla base de entendimento e apoio europeu. “Eu considerava que os acontecimentos em Portugal eram muito alarmantes – por causa dos apelos que me eram feitos por amigos muito queridos e por causa da minha própria experiência e entendimento do assunto. A situação poderia configurar uma ameaça às mudanças necessárias em Espanha e até provocar uma crise internacional.”³⁰¹ Willy Brandt foi um dos incansáveis que moveram acções internacionais para ajudar o PS. Em resposta ao apelo português, os social-democratas europeus realizam “em muitos países da Europa campanhas abertas de angariação de fundos para o PS.”³⁰² O socialistas holandeses estavam na frente da mobilização, que abrangeu contribuições significativas dos alemães, belgas e austríacos.³⁰³

De uma reunião realizada em Agosto de 1975, em Estocolmo, na qual Soares esteve presente, “toda a social-democracia europeia, com a presença de vários Primeiros-ministros, criou um comité de apoio à democracia portuguesa, que dirigiu uma séria advertência aos soviéticos.”³⁰⁴ Este grupo integrava nomes como Willy Brandt, Harold Wilson, Olof Palme, François Mitterrand e Van den Uyl, que concordaram que “a situação em Portugal requeria uma acção concertada por parte dos partidos socialistas da Europa Ocidental para impedir o país de ser tomado pelos comunistas.” Isto passaria, de acordo com o que Brandt revela ao embaixador dos EUA em Bonn, por “ajudar o PS em Portugal a organizar-se para obter a máxima eficácia”, o que requeria “quer aconselhamento, quer assistência financeira canalizada através dos canais socialistas.” A responsabilidade disso caberia “à RFA e à Holanda”, sendo que “algum dinheiro do SPD vai também para o PPD através da mediação da Fundação Friedrich Ebert.”³⁰⁵

Soares jogava com os contrapoderes do mundo bipolarizado de então. O Partido Trabalhista britânico, pela influência de James Callaghan, providenciou ao PS apoio financeiro e formação.³⁰⁶ Uma cimeira da IS chegou a estar marcada para Lisboa, tendo sido cancelada à última hora por razões de segurança.³⁰⁷ Os apoios financeiros ao PS já vinham acontecendo desde o início da Revolução, nomeadamente na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, mas é depois da Conferência de Helsínquia, e com a sucessão de acontecimentos em Portugal, com a divisão do MFA, o progressivo isolamento do *gonçalvismo* e o vislumbre da capacidade política dos moderados fazerem frente ao

³⁰⁰ *Portugal Socialista*, nº 27, de 13.02.1975, p. 3.

³⁰¹ Willy Brandt, *My Life in Politics*, Londres, Penguin Books, 1993, p. 316.

³⁰² Sergei Yastrzhembskiy, cit., p. 72.

³⁰³ Hans Janitschek, cit., p. 52.

³⁰⁴ Maria João Avelaz, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 475.

³⁰⁵ In Bonn, 15265, September 17, 1975, GFL, PCF, Box 11. Citado por Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008, pp. 290.

³⁰⁶ Hans Janitschek, cit., p. 78.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 55.

comunismo, que esse apoio se torna mais premente da parte da Europa Ocidental, nomeadamente através da mobilização da IS.

Não se conhece ao certo o valor dos apoios concedidos, mas Tad Szulc,³⁰⁸ “com base em informações provenientes de altos funcionários do Departamento de Estado, apurou que ‘o PS e, numa extensão muito menor, o PPD, receberam aproximadamente 2 a 3 milhões de dólares por mês de partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental’, sendo que ‘a maior parte do dinheiro veio da Suécia, da RFA, da Holanda e do Reino Unido’, tendo ‘os fundos sido enviados’, ou ‘de forma directa’ ou ‘através dos sindicatos e grupos ligados à Igreja.’” Também os EUA, depois de ultrapassada a vaga de cepticismo e de terem embarcado na mesma estratégia da Europa Ocidental, apoiaram os moderados, o PS e os outros partidos não comunistas, como noticiou o *The New York Times*, a 25 de Setembro de 1975.³⁰⁹

5.2.1 - A cartada de Helsínquia – Soares beneficia do sistema bipolar

Foi essencialmente no plano diplomático e perante as complicações políticas do Verão Quente que o apoio dos companheiros europeus se tornou importante para a afirmação da social-democracia em Portugal e a contenção das forças comunistas. Sendo que o desfecho português interessava aos dois lados do bipolarismo da Guerra Fria, os contemporâneos Acordos de Helsínquia foram o trunfo jogado pelos líderes da Europa para levar a bom porto a ideia de Soares para Portugal, que coincidia, afinal, com a manutenção do sistema geopolítico ocidental. Logo no início de 1975, ainda quando era ministro dos Negócios Estrangeiros, foi Soares que começou por acautelar a não interferência política do Leste na situação portuguesa. Em Moscovo, encontrou-se com Gromyko, o titular dos Negócios Estrangeiros, para fazer saber ao governo soviético que “Portugal não iria transformar-se numa nova Cuba da Europa,”³¹⁰ frisando a importância dos acordos de Helsínquia.

Depois da definitiva cisão da esquerda em Portugal, com a discordância do PS com o PCP relativamente à proposta comunista da intersindical única e do caso *República*, Soares, para dificultar possíveis apoios soviéticos aos comunistas portugueses, pede a mediação diplomática da Europa. Nesse sentido, escreve uma carta ao Presidente da União Soviética, refutando qualquer tipo de democracia popular, sendo que se esse fosse o objectivo do PCP, como temiam, o denunciariam internacionalmente e com os apoios da IS. Willy Brandt é o intermediário de Soares, levando a sua carta a Brejnev, avisando-o “do quanto se poderia tornar crítico um mau julgamento da situação da Europa do Sul” e explicando “o quanto a liderança soviética poderia ficar manchada nas relações Este/Oeste se pusesse um pé na costa ocidental da Península Ibérica.”³¹¹ Também François Mitterrand falou com Brejnev,

³⁰⁸ “Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution”, *Foreign Policy*, nº 21, New York, 1975-1976, pp. 21. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 300.

³⁰⁹ Bernardino Gomes, cit., pp. 299, 300.

³¹⁰ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 379.

³¹¹ Willy Brandt, cit., p. 316.

alertando para a inconveniência de um possível apoio do partido comunista soviético ao homólogo português e de eclosão de uma guerra civil no país, o que poria em causa a “*détente* acabada de conseguir, com os Acordos de Helsínquia.”³¹²

Apostava-se assim no jogo de contra-forças da Guerra Fria, no qual se evidencia a importância da posição geoestratégica portuguesa, o quanto o bipolarismo político acabou por ser um coadjuvante para a tentativa de Soares e, ainda, o quanto a coincidência temporal dos Acordos de Helsínquia acabou por pesar significativamente nas pressões diplomáticas a favor dos moderados portugueses. Os preceitos dos Acordos de Helsínquia são um argumento usado por outros destacados líderes europeus que intercederam na URSS por Portugal, como James Callaghan. O Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico actuou em duas frentes, enquanto governante e enquanto membro da IS. Logo no início de 1975, Callaghan vai a Moscovo, para um encontro com o Primeiro-ministro Kosygin. “(...) Disse-lhe que a situação em Portugal era tão séria que Mário Soares temia ter de deixar Lisboa. Disse-lhe que se Cunhal tomasse o controlo da situação, a *détente* e Helsínquia estariam em grande perigo.”³¹³

Sucederam-se os Acordos de Helsínquia e agrava-se a situação política portuguesa. E é nas reuniões bilaterais entre os vários líderes europeus, à margem da Conferência de Helsínquia, que a Europa Ocidental reforça a sua pressão diplomática a Moscovo e que, finalmente, consegue reverter a posição dos EUA que, descrentes de qualquer possibilidade de solução democrática para Lisboa, queriam isolar Portugal na NATO. “Muito devido aos esforços de Helmut Schmidt, Harold Wilson e James Callaghan, Olof Palme e Aldo Moro, ainda na capital finlandesa, Henry Kissinger aceitou pela primeira vez transmitir um aviso público à URSS, mesmo que adoptando um tom cauteloso.”³¹⁴ Numa conferência de imprensa realizada no dia anterior à assinatura dos Acordos de Helsínquia, o Secretário de Estado norte-americano avisa que “uma actividade substancial levada a cabo por um país estrangeiro em Portugal, será considerada inconsistente com o espírito, e mesmo a letra, da declaração da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeia.”³¹⁵

A ocasião da realização desta Conferência revela-se um momento alto de pressão ocidental sobre a URSS. O Primeiro-ministro britânico Harold Wilson “levantou o assunto novamente quando se encontrou com Brejnev em Helsínquia, a 1 de Agosto de 1975, para assinar os acordos, frisando que “Portugal era um teste à *detente* na Europa”, pedindo a Brejnev para “usar a sua influência para assegurar que a incerteza política (portuguesa) fosse resolvida de modo a ir ao encontro do desejo do povo (...)”.³¹⁶ Giscard D’Estaing interveio também, através de um encontro com Brejnev, transmitindo-lhe a “crescente preocupação da França com os desenvolvimentos portugueses”, considerando que eles “não podiam ajudar, mas antes ensombrar a CSCE (Conferência da Segurança e Cooperação Europeia) e o processo da *détente*.”³¹⁷ Após a Conferência, Callaghan volta a Moscovo, desta vez para falar com o

³¹² Mário Soares, “Miterrand visto de Portugal”, texto escrito em Abril de 1995, para a revista *Nouvel Observateur*, in Mário Soares, *Intervenções 10*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, pp. 205-210. Cf. Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 477.

³¹³ Hans Janitschek, cit., p. 79.

³¹⁴ Bernardino Gomes, cit., p. 270.

³¹⁵ In *Department of State Bulletin*, vol. LXXII, nº 1874, July-September, 1975, p. 316. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 270.

³¹⁶ James Callaghan, cit., p. 363.

³¹⁷ In Moscow, 11221, September 8, 1975, NA, SDR, Entry 5339, box 11. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 272.

presidente soviético. “Era Agosto de 1975. Expliquei-lhe que Portugal era o primeiro teste prático à *detén*; que os desejos das pessoas do país devia ser respeitado; que nós não iríamos desistir.”³¹⁸ Intercedendo pelo interesse de Portugal, a Inglaterra zelava pelo seu próprio interesse geopolítico. Esta conferência marcou o ponto alto das pressões europeias à URSS e também aos aliados americanos, que decidiram finalmente ganhar confiança e apoiar a ala moderada em Portugal. Contudo, para chegar a esta posição, mais uma vez se registou o papel imprescindível dos amigos europeus de Soares.

5.2.2 - A difícil tarefa de convencer Washington

Os amigos europeus intercedem pela causa de Soares junto de Kissinger

Até que os EUA chegassem a este ponto de apoio à estratégia europeia várias conversas se prolongaram nos bastidores políticos. O processo exigiu repetidos esforços diplomáticos de líderes europeus e do embaixador norte-americano em Lisboa, que depositavam esperanças nos socialistas portugueses para uma transição democrática em Portugal. Inicialmente, a atitude dos Estados Unidos foi de cepticismo quanto à força do PS. Kissinger, o Secretário de Estado norte-americano, conjecturava uma estratégia diplomática para Portugal oposta à da Europa Ocidental. Todavia, a influência dos líderes europeus e de Frank Carlucci, o embaixador norte-americano em Lisboa, com quem Soares havia construído uma relação de confiança, foram elementos importantes para a dissuasão de Washington da ideia de isolar Portugal na NATO, como pressão diplomática ao país e protecção dos interesses geopolíticos ocidentais.

Os americanos já haviam demonstrado esse cepticismo, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório visitou o país e se encontrou com o Secretário de Estado. Apesar das demonstrações de Soares sobre “a solidariedade” dos “amigos sociais-democratas europeus” em prol da democratização da Revolução portuguesa, Kissinger “nunca dissimulou o seu cepticismo (...). Não duvidava que Portugal caíra definitivamente sob a órbita comunista.”³¹⁹ É o próprio Costa Gomes que reconhece a agressividade do Secretário de Estado para com o socialista português, num almoço em Washington. “O Henry Kissinger, mais uma vez, quando faz o seu discurso para justificar o almoço é muito agressivo connosco, em especial com o Mário Soares, chamando-lhe o Kerensky da Europa.”³²⁰

No início de 1975, James Callaghan vai comprovar a Kissinger a sua solidariedade ao amigo português, mas mesmo perante o apelo do aliado, os EUA preferiam manter-se na retaguarda. “O seu medo de um efeito dominó nos outros países europeus, se Portugal se tornasse comunista era sério. Mas quando Callaghan lhe disse que ainda se podia travar Cunhal e que a chave para isso estava em

³¹⁸ Hans Janitschek, cit., p. 80.

³¹⁹ Na entrevista a Maria João Avillez, Soares recorda ainda as palavras de Kissinger: “E dizia-me: ‘Quando Portugal tem um Presidente da República e um Primeiro-Ministro dominados pelo Partido Comunista, quando as forças militares estão sob domínio comunista; e quando a comunicação social se encontra igualmente dominada, a situação não é reversível.’ Recordo que acrescentou: ‘Talvez não seja mau que Portugal se torne comunista, será uma vacina para toda a Europa.’” In Maria João Avillez, *Mário Soares, Ditadura* [...] cit., pp. 353,354.

³²⁰ Projecto de História Oral. Entrevista a Francisco da Costa Gomes, realizada por Maria Manuela Cruzeiro, em 1992 e 1993. Transcrição, 2001, Centro de Documentação 25 de Abril, p. 156.

Moscovo, Kissinger concordou que ainda havia esperança e assegurou ao homólogo britânico que o iria seguir, sempre um passo atrás.”³²¹

Foi essencialmente a partir do 11 de Março, com as consequências da tentativa do golpe encetado,³²² que os EUA creram profundamente num destino comunista para Portugal. Não acreditando na capacidade suficiente do PS e dos outros partidos da ala moderada, como o PPD e o CDS, para contrabalançar o PCP na transição democrática do país, Kissinger começa a conjecturar, como medida de pressão a Lisboa, isolar Portugal na NATO, o que indicia numa carta dirigida a Costa Gomes.³²³ Na tentativa de puxar Washington para a mesma atitude de confiança da Europa Ocidental, Willy Brandt encontra-se com o Secretário de Estado e o Presidente norte-americano, em Março de 1975. “Falei-lhe da minha ansiedade e pedi-lhe abertamente ajuda.”³²⁴ Incutindo esperança ao governo de Washington, Brandt aproveitou para realçar a acção do PS em Portugal e a confiança em Soares,³²⁵ entregando também a Ford uma carta de pedido de apoio do socialista português.³²⁶

Contudo, a resposta de Washington foi de cepticismo, querendo reequacionar a presença de Portugal na Aliança Atlântica, com Ford a considerar que “toda a realidade portuguesa ‘ia complicar a situação dos aliados na NATO’.”³²⁷ A diplomacia de Kissinger, adepto do isolamento de Portugal, acarretou também divergências com Frank Carlucci, o embaixador norte-americano em Lisboa, que, mantendo uma relação próxima com Mário Soares, acalentou esperanças numa transição democrática pela via do PS. Para Carlucci, “ostracizar ou colocar Portugal de quarentena na NATO” seria “entendido como um ataque ao novo governo”, pelo que aconselhava os EUA a apoiar todas as acções tendentes à realização de “eleições livres e justas. (...) Soares compreende isto e é essa a razão pela qual ele está a mobilizar os seus amigos alemães na questão das eleições.”³²⁸

Na política americana extremam-se posições, com a corrente europeia de apoio a Soares, de Carlucci, e a de isolamento de Portugal, de Kissinger, que considerava Lisboa perdida para o Ocidente, com a agravante de o comunismo ter uma via aberta para a Europa do Sul, sendo que a atitude mais cautelosa e lógica seria o afastamento de Portugal da NATO. Esta posição reside na preocupação sobre a viabilidade futura da política externa e de defesa que os EUA tinham delineado como estratégica após a II Guerra Mundial, na qual a Europa assumia a função da sua zona tampão de segurança. Ora, Portugal tinha uma importância extrema para a estratégia militar norte-americana. O único entrave para os EUA concretizarem a sua intenção de excluir Portugal da NATO residia na falta de consonância com

³²¹ Hans Janitschek, cit., p. 79.

³²² “Portugal deslocou-se bruscamente em direcção a uma ditadura militar de esquerda”, dizia-se no relatório, que levantava dúvidas relativamente ao futuro, nomeadamente à “relação de Portugal com a NATO, à atitude de Espanha e à presença americana nos Açores” Ver Memorandum from Sonnenfeldt to the Secretary. Portugal: «Courses of Action», s.d. FOIA. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 170-176.

³²³ “Os Estados Unidos estavam em contacto com os seus aliados da NATO para uma análise conjunta da situação portuguesa”, o que em linguagem diplomática significava que a posição do país no seio da Aliança Atlântica podia ser revista.” In Portugal in Transition, a Report by Senator Mike Mansfield, US Senate, 94th Congress Session, September 1975, Washington, DC, Government Printing Office, 1975, p. 780, citado por Bernardino Gomes, cit., p. 181.

³²⁴ Willy Brandt, cit., p. 316.

³²⁵ “Soares, com quem nós socialistas estamos associados, continua no executivo, como ministro sem pasta, pelo que pode estar em campanha eleitoral. (...) Não devemos desistir.” In “Memorandum of Conversation, March, 27, 1975, NSA, Box 10.” Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 183.

³²⁶ Ver “Memorandum from Henry A. Kissinger for the President Ford”, March 27, 1975, GFL, PCF, Box 10. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 183, 184.

³²⁷ In “Memorandum of Conversation”, March, 27, 1975, GFL, NSA, Box 10. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 183.

³²⁸ In “Lisbon, 1844, April 1, 1975”, GFL, PCF, Box, 11. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 187, 188.

os homólogos europeus.³²⁹ Kissinger punha já em causa, praticamente, toda a orientação política futura da Europa, antevendo uma proliferação do comunismo pelo continente. Só não conseguiu concretizar a sua intenção de isolamento de Portugal na NATO porque encontrou oposição na Europa Ocidental, que depositava esperanças em Soares.

A preocupação norte-americana era tal que Kissinger chegou mesmo a interessar-se pelo eclodir do movimento independentista dos Açores, não excluindo de todo um apoio à causa, como quando deu instruções ao seu responsável pelos assuntos europeus para, no encontro que teria com representantes da Frente de Libertação dos Açores (FLA), não rejeitar automaticamente um apoio.³³⁰ Graças à acção de Frank Carlucci e à posterior mudança de estratégia diplomática relativamente a Portugal, os norte-americanos acabaram por adoptar uma posição de neutralidade na questão açoriana.

Mesmo após a vitória do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, o cepticismo dos EUA prevaleceu, com o lançamento da sua posição para a opinião pública, em jeito de pressão dos aliados para a cimeira da NATO, realizada a 30 de Maio de 1975. Ao longo de todo o mês, foram proferindo várias declarações na imprensa, defendendo que a possibilidade de Portugal enveredar por uma política comunista seria incompatível com a sua presença na NATO.³³¹ Durante a cimeira da Organização Atlântica, Kissinger e Ford chegaram mesmo a ter um encontro com Vasco Gonçalves, para vincar as preocupações norte-americanas, que não caíram bem ao chefe do Governo Provisório e só serviram para aumentar antipatias mútuas.

Durante a cimeira, os norte-americanos não só não encontram eco da sua posição nos aliados europeus, como irão ser alvo do reverso da medalha. Num encontro de preparação para a cimeira, o chanceler alemão vinca a Ford e a Kissinger a sua posição cooperante e positiva relativamente à solução moderada para Portugal, pedindo apoio norte-americano para “impedir uma intervenção directa da União Soviética em Portugal.”³³² Na mesma ocasião, James Callaghan, ao lado do Primeiro-ministro Harold Wilson, também se empenha nesta campanha de persuasão dos aliados americanos.³³³ Foi “influenciados pelos europeus” que Ford e Kissinger escolheram, de facto, não tirar as consequências

³²⁹ Esta ideia fica evidente na conversa entre o conselheiro de estado norte-americano e Kissinger: “Sonnenfeldt: Mas não há um governo na Europa que esteja disposto a seguir uma política de exclusão relativamente a Portugal. The Secretary: - Então, em dez anos vamos estar fora da Europa. Em cinco anos vamos ter a mesma coisa na Grécia e na Itália. Vocês vão ver, Karamanlis vai ser o próximo Kerensky. Então, em 1977, vamos ter eleições em França com uma coligação entre socialistas e comunistas e o mesmo pode acontecer lá. Na Grã-Bretanha, a situação é pior do que aparenta. No Partido Trabalhista têm um bando de moles e tudo vai terminar numa forma mais elegante de neutralismo. A Europa e a NATO podem estar acabadas. E a Europa Comunitária vai encontrar o seu futuro no anti-americanismo. O que a Alemanha vai fazer, não sei. Mas a NATO pode simplesmente tornar-se numa aliança entre os EUA e a Alemanha.” In “Memorandum of Conversation”, April, 30, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Box 11. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 191.

³³⁰ Ver Bernardino Gomes, cit., pp. 167,168,195-202.

³³¹ A jornalistas europeus, Henry Kissinger disse: “a possibilidade de intervenção dos EUA em Portugal era absolutamente de excluir, mas a existência de um país membro da NATO com uma política externa semelhante à da Argélia ou da Jugoslávia constituía motivo da maior preocupação.” Citado por João Hall Themido, *Dez Anos em Washington 1971-1981*, Lisboa, Dom Quixote, 2ª edição, 1995. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 232. Henry Ford disse, a 23 de Maio, numa entrevista televisiva a jornalistas europeus: “Estou preocupado com os comunistas e a sua influência em Portugal e por esta razão, com a relação de Portugal na NATO. Este é um assunto que certamente levantarei no encontro de Bruxelas. Não vejo como se pode ter uma presença comunista significativa numa organização que foi criada com o objectivo de enfrentar o desafio comunista do Leste”, Gerald Ford, *Public Papers of the President of United States*, Harper & Row, 1979, p. 713. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 233, 234.

³³² Helmut Schmidt, *Men and Power, A political Retrospective*, New York, Random House, 1989, p. 169.

³³³ “Nós, tal como vocês, também pensamos que as coisas estão a correr mal. Mas não queremos deixá-los cair já. Ainda estamos a tentar promover os partidos e não queremos deixá-los cair por enquanto. Talvez vocês devam enviar algum general falar com o MFA cara a cara. (...) Devemos pressioná-los a reabrir o jornal (*República*), a realizar eleições (legislativas) no próximo ano e a manter uma imprensa livre (...) Quero continuar a lutar e não desistir já.” In “Memorandum of Conversation”, May, 30, GFL, NSA, Box 12. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 234.

que lhes pareciam óbvias,”³³⁴ contrariando o seu cepticismo e alinhando na estratégia diplomática da Europa. Alemanha e Inglaterra foram os países mais preocupados com a transição democrática de Portugal.³³⁵ As acções diplomáticas europeias junto de Washington e a persuasão de Carlucci acarretaram, de facto, a mudança da atitude de Kissinger, que, embora com pouca dose de confiança, decidiu que os EUA iriam apoiar a ala moderada e colocar, para já, a sua estratégia de afastamento de Portugal da NATO na gaveta.³³⁶

Mas, o Verão piora a situação política em Lisboa, com a vaga de assaltos às sedes do PCP, ataques bombistas e o aparecimento de organizações secretas. O MFA divide-se, o que será intensificado pela acção crítica de Vasco Lourenço a exigir mesmo a demissão do presidente do Governo Provisório, na Assembleia dos delegados do exército. Daqui emerge o conjunto de militares que dará origem ao Grupo dos 9, cujo mentor é o oficial Melo Antunes. A acção do grupo passa pela emissão de três documentos base e pela definição de uma estratégia de provocação que impulsionasse uma reacção do lado comunista, organizando, simultaneamente, unidades de confiança no exército, que estariam preparadas para responder a uma possível agressão militar do adversário.

A Conferência de Helsínquia, realizada em 1 de Agosto de 1975, revelou-se oportuna, pelo calendário e pelo objectivo, para a Europa usar como trunfo político nas pressões diplomáticas em favor dos moderados. Durante a conferência, os líderes europeus jogaram as últimas cartas para dissipar as réstias de cepticismo norte-americano. Em encontros bilaterais, o Chanceler alemão, o Primeiro-ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, o Primeiro-ministro sueco e o italiano tentavam persuadir Kissinger da necessidade de continuar a apoiar os socialistas em Portugal.

Estas acções concertadas iniciaram-se ainda em Bona, a 27 de Julho, com Helmut Schmidt a reconhecer que a “situação em Portugal não era clara”, mas a depositar “esperança numa evolução democrática para Portugal, residindo grande parte do seu optimismo em Costa Gomes, que descreveu como ‘o mais moderado’ e um ‘bravo socialista.’”³³⁷ Já em Helsínquia, James Callaghan e Harold Wilson exerceram a mesma pressão sobre Gerald Ford e Kissinger, depositando as suas esperanças em Soares para o futuro democrático de Portugal. Embora reconhecendo que a situação portuguesa era “preocupante”, os Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos contavam com a colaboração dos EUA para influenciarem positivamente o processo político português. “Segundo Callaghan, a Grã-Bretanha tinha ‘algumas vantagens negociais em Portugal’ e ia usá-las para apoiar as

³³⁴ Helmut Schmidt, cit., p. 169.

³³⁵ Em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Costa Gomes revela a preocupação destes dois líderes. “Dos muitos chefes de estado com quem contactou, um dos mais perturbados com a situação era Harold Wilson, não era? - Sim. E o Schmidt também. Porque eles diziam que um país que tinha saído de uma revolução não podia estar sem o governo durante muito tempo e que nós já estávamos há muito sem um.” Projecto de História Oral, entrevista a Francisco da Costa Gomes, realizada por Maria Manuela Cruzeiro, em 1992 e 1993. Transcrição, 2001. Centro de Documentação 25 de Abril.

³³⁶ Tal evidência fica expressa na conversa com o secretário dos assuntos europeus: “Hartman: - Não sei o que ele (Carlucci) está a fazer. Está a falar com eles... Kissinger: - Mas o que está a dizer? Hartman: - Está a dizer-lhes que devem apoiar os elementos democráticos. Kissinger: - Querendo isso dizer o quê? Hartman: - Querendo dizer (Mário) Soares e o PPD. E também promovendo oficiais moderados e expulsando Vasco Gonçalves. Kissinger: - Com quem está ele a falar? Hartman: - Ele teve uma conversa com (Melo) Antunes e falou com algumas pessoas que estão no governo (...) Kissinger: - Queremos ter, imediatamente, uma descrição precisa de Carlucci sobre o que está a fazer. Você vai dizer-lhe que espero que ele esteja a fazer todos os possíveis para que Costa Gomes e (Melo) Antunes percebam que vamos apoiá-los nos seus esforços para impor uma direcção mais moderada. Queremos que eles façam isto com tanto tacto quanto possível. (...) Kissinger: - Bem, vamos lá ajudar os moderados.” Kissinger’s Telecons, July 17, 1975. <http://foia.State.gov/searchcolls/collsearch.asp>, citado por Bernardino Gomes, cit., p. 255, 256.

³³⁷ In “Memorandum of Conversation”, July 27, GFL, NSA, Box 11. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 265.

forças democráticas internas, especialmente o PS, estando já agendada para Estocolmo uma reunião da Internacional Socialista com Mário Soares, uma ideia de Olof Palme que queria ‘ajudar Soares’.”

Na tentativa de conseguir dos norte-americanos “apoio aos socialistas, Harold Wilson e James Callaghan insistiram na realização de uma sessão especial dos aliados em Camp David, para discutir a situação em Lisboa, bem como em toda a Europa do Sul (...).”³³⁸ As mesmas esperanças foram transmitidas aos governantes de Washington por Olof Palm. “A nossa política é manter relações com os socialistas. É uma política de longo prazo. Desde o início de 1960 que lhes temos providenciado ajuda financeira. (...) Eles e o PPD são representativos do povo português e são os únicos capazes de dar estabilidade.”³³⁹ Estocolmo tinha já elaborado um projecto de ajuda técnica a Portugal, que aguardava aprovação pelo Parlamento. Também o Primeiro-ministro italiano, Aldo Moro, manifestou as suas esperanças na acção de Soares, “que podia ser capaz de ajudar”, sendo “muito corajoso e popular”, tendo “alguma tendência para as mesmas ideias dos democratas-cristãos”, revelando-se assim “uma personalidade segura para todos os que tinham laços fortes com o Ocidente e a Aliança Atlântica.”³⁴⁰

Pelas várias intervenções dos líderes europeus, é evidente que o depósito de esperança política residia na acção do PS e do seu líder, reconhecendo-o como veículo ideológico da social-democracia na transição democrática de Portugal. Embora a manifestação de apoio e solução para a via democrática portuguesa resida globalmente nos moderados, o que inclui também o PPD, é notório que a figura de Soares se realça, pelo historial de relacionamento que já tem com aqueles líderes, que o posicionam como pilar para a implementação em Portugal de uma solução política da conveniência ocidental. É com as mediações da Europa Ocidental, e a acção de Frank Carlucci, que, alguns dias depois, os EUA aderem definitivamente à estratégia dos aliados europeus no apoio aos moderados portugueses.

Isto coincide com as movimentações de Portugal após a formação do V Governo Provisório, que inicia a tendência de isolamento a Vasco Gonçalves. As posições extremam-se com o Grupo dos 9 a emitir um documento, recusando o caminho seguido pelo MFA³⁴¹ e concebendo a solução de enveredar pelo socialismo democrático. Tal manifestação ampliava a oportunidade política da ala socialista democrática de destronar o *gonçalvismo*, recebendo o apoio político do PS e do PPD.³⁴² De tudo isto Frank Calucci vai dando conta a Washington, referindo a soma de apoio da sociedade civil ao Grupo dos 9, com Mário Soares a partilhar da posição do grupo e a escrever uma carta aberta a Costa Gomes, constituindo um ataque ao V Governo Provisório e a Vasco Gonçalves.³⁴³ O convencimento definitivo dos EUA dá-se com a viagem de Carlucci a Washington, a 10 de Agosto, obtendo a declaração de Kissinger de que “estava disponível para tentar” a sua estratégia “durante um tempo para

³³⁸ In “Memorandum of Conversation”, July 30, 1975, GFL, NSA, Box 12. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 266.

³³⁹ In “Memorandum of Conversation”, July 30, 1975, GFL, NSA, Box 12. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 267, 268.

³⁴⁰ In “Memorandum of Conversation”, August 1, 1975, GFL, NSA, Box 12. Citado por Bernardino, cit., p. 268, 269.

³⁴¹ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à actualidade*, vol I [...] cit., p.151.

³⁴² Idem, *ibidem*, pp. 149-153.

³⁴³ “A carta de Soares a Costa Gomes, combinada com a de Melo Antunes e dos moderados do MFA, demonstra que os civis moderados estão a juntar-se aos militares no que eles em privado estão a chamar de uma luta até ao fim. As acções de Melo Antunes e Soares estão a ser coordenadas durante toda a crise.” Excerto das cartas de Frank Carlucci aos EUA, “Lisbon, 4528, August 8, 1975”, www.archives.gov/aad/series-description.jsp Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 280.

ver no que dava.”³⁴⁴ Com este remate final, a colmatar a pressão dos aliados europeus na Conferência de Helsínquia, Washington decide finalmente apoiar a ala moderada em Portugal.³⁴⁵

5.2.3 - A escalada para o 25 de Novembro – a Europa na retaguarda

Assim como internamente crescia a estratégia de isolamento ao *gonçalvismo*, quer da parte do PS, quer do Grupo dos 9, também fora isso acontecia, por parte da Europa Ocidental e dos EUA. O alvo das pressões era o chefe de estado português, em quem os aliados depositavam ainda confiança para destituir Vasco Gonçalves. Embora as pressões já viessem de anteriormente, foi por ocasião da Conferência de Helsínquia que, oportunamente, vários líderes europeus mantiveram conversas bilaterais com Costa Gomes, manifestando o seu apoio a um Portugal democrático socialista e a sua confiança em Soares.

No encontro com o português, Harold Wilson, acompanhado por James Callaghan, demonstrou a preocupação com a situação portuguesa, garantindo que “a Grã-Bretanha, bem como outros países da CEE, estaria disposta a ajudar Portugal, mas que essa ajuda estaria condicionada à garantia e provas” de que o país enveredaria “por uma solução democrática de socialismo pluripartidário com o absoluto respeito pelas liberdades individuais.”³⁴⁶ A conversa com Olof Palme decorreu no mesmo sentido. Demonstrando estar a par das acções de Soares, Palme começou por se referir “às dificuldades que o Partido Socialista, que não escondia apoiar, vinha encontrando, com o caso *República*”, uma inquietação que não era apenas sua, mas comum à “Europa inteira.” Na conclusão da conversa, Palme considerou que “a responsabilidade em Portugal é do MFA,” mas o movimento devia dividi-la “com os partidos políticos mais representativos.” Uma alusão ao PS, o partido mais votado nas eleições para a Assembleia Constituinte. Outro nome de peso na persuasão a Costa Gomes foi Helmut Schmidt, que lhe exteriorizou as mesmas preocupações que os homólogos, demonstrando a esperança numa solução democrática para Portugal, que passasse pela legítima representatividade do PS, e depositando “confiança em Soares. Mas era preciso não esquecer que existiam outros.”³⁴⁷ O Primeiro-ministro holandês pediu eleições, revelando estar bem a par das contendas do PS com o PCP, como a questão da unicidade sindical e o caso *República*.³⁴⁸

³⁴⁴ Entrevista a Frank Carlucci, Washington, DC, 26.10.2004. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 280.

³⁴⁵ “Os Estados Unidos receberam com satisfação a revolução portuguesa. Nós e os nossos aliados apoiámos os seus propósitos, diplomática e materialmente. Simpatizamos com as forças democráticas que procuram construir Portugal por meios democráticos. Iremos denunciar e opor-nos aos esforços de uma minoria que parece estar a subverter a revolução e os seus propósitos. O povo português deve saber que nós e todos os países democráticos do Ocidente estamos muito preocupados com o seu futuro e estamos preparados para ajudar um Portugal democrático.” Department of State Bulletin, vol. LXXIII, nº 1890, September 15, 1975. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 288.

³⁴⁶ In “Encontros Bilaterais de S.E. o Chefe de Estado, em 1.08.1975, em Helsínquia, onde se deslocou por ocasião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia”, Francisco Costa Gomes, Documento de Arquivo, 1955-1994, Centro de Documentação 25 de Abril.

³⁴⁷ In “Encontros Bilaterais de S.E. o Chefe de Estado, em 1.08.1975, em Helsínquia, onde se deslocou por ocasião da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia”, Francisco Costa Gomes, Documento de Arquivo, 1955-1994, Centro de Documentação 25 de Abril.

³⁴⁸ “O argumento da confrontação e das lutas estéreis entre o PS e o PCP não colhe porque o acessório é ultrapassado pelo essencial a partir do momento em que os partidos se vêm no governo, com responsabilidades e democraticamente eleitos.” In “Encontros Bilaterais de S.E. o Chefe de Estado, em 1.08.1975, em Helsínquia, onde se deslocou por ocasião da Conferência de

Embora Costa Gomes tivesse retorquido positivamente aos líderes europeus, nas semanas seguintes a instabilidade reinou em Lisboa. A 15 de Agosto, o PS manifesta-se em Belém, pedindo a formação de um gabinete de “salvação nacional.” Se nos bastidores as movimentações são de divisão de alas no MFA, em torno quer do Grupo dos 9, quer do PCP e da extrema-esquerda, no exterior, o clima é também de crescente contestação. Frank Carlucci, que já tinha proposto aos EUA um plano de ajuda económica a Portugal,³⁴⁹ intercede junto dos homólogos britânico e francês para pressionarem Costa Gomes a demitir Vasco Gonçalves. Também o embaixador da RFA intercedeu a Costa Gomes nesse sentido, enquanto os EUA apelavam aos aliados europeus na mesma linha, sugerindo que afirmassem publicamente que “a ajuda da CEE a Portugal estava condicionada à evolução para uma democracia pluralista” e que pedissem aos seus embaixadores em Lisboa que apoiassem a acção de Carlucci junto de Costa Gomes a 22 de Agosto.³⁵⁰

Em resposta, Costa Gomes forma um novo executivo, nomeando Pinheiro de Azevedo para Primeiro-ministro do VI Governo Provisório e Vasco Gonçalves para o cargo de Chefe Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), o que caiu como um balde de água fria nos aliados, pois entendia-se que se havia reforçado o poder militar do alvo a abater. Face a isto, e às crescentes tensões políticas no país, Europa e EUA começaram a preparar-se para a eminência de uma guerra civil e ambos já vêem a NATO como alvo de pressão a Costa Gomes, com Soares a pedir respostas diplomáticas por parte dos aliados. Agora, é Carlucci quem pede aos EUA que vedem o acesso de Portugal à informação classificada da NATO, transmitindo a estratégia dos moderados portugueses.³⁵¹

Porém, com a forte contestação interna, Vasco Gonçalves acaba por cair definitivamente e não chegar a assumir o cargo de CEMGFA. Em reacção à sua queda, a extrema-esquerda, ainda apoiada em alguns militares, começa a estender-se aos civis, formando os SUV (Soldados Unidos Vencerão), logo copiados por grupos semelhantes, que organizam manifestações e recolhem bastante expressão na rua. A fragilidade organizativa e a impreparação militar destas organizações é alvo fácil para a estratégia do Grupo dos 9, de aumentar a provocação e desencadear uma reacção da extrema-esquerda, que justificasse a actuação dos moderados, cuja organização militar facilmente aniquilaria o adversário. Ante os crescentes confrontos de rua e a possibilidade de uma tomada de poder pela esquerda em Lisboa, PS e PPD montam a sua guarida no Porto.

Com a possibilidade cada vez mais crível de uma guerra civil, os EUA mobilizam os aliados europeus para concertar um plano de acção de ajuda económica a Portugal e previsão de apoio militar ao sector moderado, em que o PS se evidencia como partido de maior confiança para os destinos dos

Segurança e Cooperação Europeia”, Francisco Costa Gomes, Documento de Arquivo, 1955-1994, Centro de Documentação 25 de Abril.

³⁴⁹ Este plano incluía uma ajuda directa de 85 milhões de dólares para atenuar os problemas económicos, sendo que 20 milhões seriam concedidos imediatamente pelo Governo norte-americano e o restante seria concedido através de um empréstimo a negociar. O apoio pretendia ajudar os sectores mais sensíveis, como a agricultura, habitação, saneamento básico e assistência técnica e de formação nas áreas prioritárias para o país. Ver Bernardino Gomes, cit., p. 304.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp.308,309.

³⁵¹ “Os nove e Mário Soares estão à espera de alguma reacção da NATO. (...) Um apoiante de Melo Antunes disse-nos que esperava que os países europeus da NATO façam *démarches* opondo-se à nomeação de Gonçalves. Mário Soares classificou publicamente a nomeação de Vasco Gonçalves como uma afronta à NATO.”, “Portugal: A Step Closer to Civil War”, Memorandum from Vernon A. Walter to Henry Kissinger, August 29, 1975, GFL, PCF, Box 10. Citado por Bernardino Gomes, cit., p. 312.

apoios financeiros. Num encontro, a 16 de Setembro, em Washington, entre representantes dos Negócios Estrangeiros de França, Grã-Bretanha e RFA, é manifestada a disponibilidade para conferir ajuda militar e económica aos moderados, quer unilateralmente, quer através da Comunidade Europeia.³⁵² Na ocasião, o representante alemão refere que o SPD já estava a apoiar moral e materialmente o “PS e ia continuar a fazê-lo”, estando também a ajudar o PPD. Contudo, o diplomata destaca a maior convicção e credibilidade do PS aos olhos da social-democracia europeia, estando, através da IS, a “apoiar activamente o PS”, sendo o PPD um “problema, pois não consegue decidir se quer ser socialista ou liberal.”³⁵³ Ainda assim, usava um canal separado para o apoiar.

Mário Soares era o homem de confiança dos aliados ocidentais, assegurando a ponte firme para a política da Europa, mantendo assim a sua retaguarda de apoio, o que fica bem expresso numa reunião posterior entre os EUA e os ministros dos Negócios Estrangeiros de França, Reino Unido e RFA, na qual se discute o estado das ligações com os partidos democráticos lusos, o que era considerado “importante para ancorar o regime português ao Ocidente.” James Callaghan revelou manter “contactos semanais com Soares e através dele com (Melo) Antunes.” O socialista português é o rosto da resistência moderada na ligação política ao Ocidente, tanto mais quando havia ainda incertezas políticas relativamente à “fiabilidade”³⁵⁴ do PPD. Nestas reuniões foi exposta a vontade e concertação dos aliados em prestar ajuda económica a Portugal, o que seria colmatado com o anúncio oficial da CEE, a 7 de Outubro, da concessão de um empréstimo de “187 milhões de dólares, através do Banco Europeu de Investimento a uma taxa bonificada.” Três dias depois, os EUA anunciaram um pacote de 85 milhões de dólares de ajuda.³⁵⁵

O mês de Novembro incrementa as tensões e greves em Lisboa, com comissões de trabalhadores e moradores que chegam a cercar S. Bento. Com a suspensão de Otelo Saraiva de Carvalho do COPCON e da RML, sendo nomeado Vasco Lourenço para o substituir, inicia-se a escalada final de violência da extrema-esquerda, com os assaltos dos pára-quedistas, em 25 de Novembro, ao comando de várias regiões aéreas. Por pressão do Grupo dos 9, Costa Gomes ordena o início das operações militares de resposta, que irão dissuadir o adversário de continuar, dando-se início a uma pacificação, que culminará nas eleições legislativas do ano seguinte.

Perante esta escalada de tensões até ao 25 de Novembro, os EUA elaboram o seu plano de contingência para uma possível guerra civil em Portugal, que previa o auxílio militar ao VI Governo Provisório ou, no caso de este ser destituído, à resistência moderada, quer através do fornecimento de armas, quer de dinheiro, assim como acções diplomáticas para conter a URSS de um possível apoio à extrema-esquerda. No próprio dia 25, estando ao corrente dos acontecimentos em Portugal, Kissinger envia um telegrama a Carlucci, para que transmitisse a sua disposição de “fazer de tudo o que for possível para ajudar os moderados a resistir à esquerda,”³⁵⁶ chegando mesmo a disponibilizar apoio

³⁵² Ver Bernardino Gomes, cit., pp. 314-317.

³⁵³ In Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339. Citado por Bernardino Gomes, cit., p.320.

³⁵⁴ In Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339. Citado por Idem, *ibidem*, p.322.

³⁵⁵ Memorandum of Conversation, September 16, 1975, NA, SDR, Entry 5339. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 321.

³⁵⁶ In “Outgoing Telegram, 278917, November 25, 1975”, FOIA. Citado por Bernardino Gomes, cit. pp. 354.

militar.³⁵⁷ Também o governo britânico o ofereceu a Soares, como o próprio deixa transparecer.³⁵⁸ James Callaghan enviou mesmo um oficial do *Intelligence Service* a Portugal, que o líder do PS apresentou aos militares operacionais. Especula-se contudo, que outras formas de ajuda britânica poderiam estar previstas. Na entrevista de Hans Janitschek a Callaghan, as respostas enigmáticas do antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros levantam tais suspeitas.³⁵⁹ O próprio deixa essa incógnita e a cumplicidade com Soares nas suas memórias: “Fiz uso de todas as facilidades à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros para apoiar a luta de Portugal pela democracia e, em conjunto com Mário Soares e uma mão cheia de outros, delineámos planos para o pior cenário de uma tentativa de revolução comunista, mas não é apropriado detalhá-los aqui agora.”³⁶⁰ Sendo indiscutível o empenho de Londres e a confiança em Soares para a solução democrática portuguesa, acima de tudo, estava em causa um território crucial para a aliança atlântica.

5.2.4 – A retaguarda europeia foi determinante para o 25 de Novembro?

Era do interesse do Reino Unido e de todo o mundo ocidental que à queda da ditadura em Portugal se sucedesse a instauração de um regime democrático pluripartidário. Seguir para o comunismo seria, para os aliados, em tempo de Guerra Fria, pior do que a continuidade do regime ditatorial. À luz disto se explica todo o interesse dos líderes europeus e dos EUA em ajudar os moderados em Portugal. Mas é preciso realçar que a atitude colaborante com os moderados até à flagrante eminência da guerra civil e a esperança na sua acção de combate à extrema-esquerda se deveu, maioritariamente, à credibilidade que a figura de Mário Soares havia conquistado na Europa.

Logo nos inícios de 1975, quando começam a surgir as divergências entre PS e PCP, Soares começa a dar conta da situação aos amigos europeus, preparando terreno para a solicitação de ajudas. Mas não é meramente devido a estas acções que os europeus depositam esperança no PS. É-o, essencialmente, porque já existia um historial de relacionamento e uma consolidação do PS como

³⁵⁷ A oferta de ajuda militar a Portugal fica evidente no telegrama que Carlucci envia a Kissinger, a relatar o encontro que teve com Melo Antunes, a cinco de Dezembro de 1975. “(...)Durante a conversa sobre o que teria acontecido se os comunistas tivessem mobilizado os seus militantes para as ruas, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu: ‘eles tiveram presente nos seus pensamentos a oferta de assistência de Kissinger.’ E procurando interpretar esta afirmação, Carlucci acrescentou: ‘Ele não elaborou isto, mas foi claro que estava a pensar na assistência militar durante o ‘calor’ da luta.’” “Lisbon, 7272, December 5, 1975”, GFL, PCF, Box 11. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 356.

³⁵⁸ “A consumir-se a divisão entre o Norte e o Sul do país, o Reino Unido não só nos apoiaria politicamente, como colaboraria ainda com Portugal através de apoios concretos. Prometeram-nos fazer chegar rapidamente ao Porto combustível para os aviões e armamento.” In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura [...]* cit., p. 491.

³⁵⁹ “Eu estive à frente dos dois gabinetes (o de primeiro-ministro e de líder da oposição). Tens de compreender que não posso dizer tudo’. Mas quando lhe falei da informação que tinha de Lisboa, relativamente ao facto de alguns poderes europeus elaborarem planos de emergência para o caso de uma contra-revolução comunista, ele consente: ‘sim, estávamos preparados para o pior e não vamos ficar sentados sem fazer nada.’ E até que ponto é verdade que, como antigo homem da Marinha, estava a considerar seriamente em mobilizar as forças armadas britânicas para proteger a democracia em Portugal, ele nega veementemente a existência de tais planos. “Não chegámos a esgotar todos os meios de paz ao nosso alcance”, disse. ‘Não havia necessidade de considerar tal coisa.’ Mas a Grã Bretanha não mobilizou armas anteriormente para defender os seus aliados? Não é Portugal um dos seus aliados mais antigos e o pilar da Aliança Ocidental? ‘Não há qualquer dúvida relativamente a isso’, diz Callaghan e sorri. ‘Sabes’, torna ele, ‘tenho alguns troféus em casa que têm muito significado para mim. Tenho uma caixa de jóias do Brejnev; uma espada do rei Khaled da Arábia Saudita, um jogo de chá do Giscard d’Estaing. E tenho também uma pistola do início do século XIX, que me foi presenteada por Portugal depois de tudo ter acabado, que simboliza a relação que tivemos.’ Camaradas de armas?, perguntei-lhe. ‘Podes colocar isso nesses termos’, responde ele. ‘Não literalmente, claro.’”

Hans Janitschek, cit., p. 81.

³⁶⁰ James Callaghan, cit., p. 362.

partido convergente com a social-democracia europeia, um caminho desbravado pelo pioneirismo do grupo português. “Não apareceu ninguém que levantasse a bandeira do socialismo democrático, que Tito de Morais, Ramos da Costa e eu levantámos em 1964,”³⁶¹ advoga Soares. A partir daí, foi o trilhar do caminho de constituição do PS e a integração na IS. Não só pela credibilidade partidária que tinham construído na Europa, mas também porque Soares havia demonstrado que tinha uma ideia para Portugal, a de um país perfeitamente compatível com o sistema geopolítico ocidental e com os desígnios da CEE, indo mesmo mais longe, com os de uma Europa política.

A campanha de oposição de Soares ao Estado Novo durante o exílio foi uma dupla retribuição para o partido: permitiu-lhe crescer ideológica e organicamente, por um lado e, por outro, credibilizar-se aos olhos da Europa. Soares construiu um nome, semeou e, após o 25 de Abril, colheu os frutos. “Mesmo antes da sua inclusão no Governo Provisório, o papel de Mário Soares seria essencial na hora de dar uma dimensão real da nova realidade portuguesa. As suas declarações, as suas contínuas viagens, a sua comparência nos mais altos organismos mundiais serviram para transformar um passado desprezo internacional numa quase generalizada resposta de apoio e compreensão por parte do mundo.”³⁶²

Soares não havia apenas construído um nome político na Europa. Fez também amigos, como ele próprio trata alguns. A convivência e as cumplicidades vivenciadas no exílio com vários políticos europeus denotam que esta dose de esperança da Europa Ocidental no PS reside na personalização em Soares de um relação política de confiança com Portugal.

A sua notoriedade europeia foi não só resultado do seu espírito mobilizador durante a oposição à ditadura, como também da continuidade dessa atitude após a Revolução. Desde a sua desvinculação do PCP, Soares incorporou uma estratégia política, que aplicou nas diferentes lutas que travou. Quando não era possível resolver os problemas internamente, havia que mobilizar forças externas. Virar-se para a Europa. Foi assim no exílio e depois, lançando uma campanha de alerta para os alegados perigos comunistas em Portugal e despertando o necessário apoio europeu. Soares era o único líder em Portugal que já tinha um nome político construído fora do país, para incitar confiança nos vários líderes ocidentais.

Não descurando o papel das outras forças políticas moderadas que compunham o MFA, nas quais os aliados também depositavam esperança, é indiscutível que Soares era a figura que inspirava realmente a confiança de líder nos dirigentes europeus.³⁶³ Contudo, não é fácil concluir até que ponto foi determinante a dimensão externa da acção diplomática da Europa Ocidental e de Washington para o desfecho dos acontecimentos em Portugal. Como considera António José Telo,³⁶⁴ “a pressão da CEE e dos Estados que a compunham (o que não é a mesma coisa) foi o facto externo mais importante para garantir a transição para a democracia.” É certo que o desenlace do 25 de Novembro foi, acima de tudo,

³⁶¹ Entrevista a Mário Soares, *O Independente*, 25.11.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 337-358.

³⁶² B. Díaz Nosty, cit., p. 112.

³⁶³ Encontramos várias referências de reconhecimento de credibilidade e força política a Mário Soares por parte de líderes como James Callaghan, Willy Brandt, Hans Janitschek e Helmut Schmit. “Até Mário Soares, quem eu acredito ser um homem corajoso, está com dúvidas de conseguir lidar com ele (problema económico de Portugal)”, Helmut Schmidt, cit., pp. 167, 168.

³⁶⁴ António José Telo, *História Contemporânea – do 25 de Abril à Actualidade*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 2008, p. 204.

fruto de uma estratégia militar e política antecipada de Melo Antunes e do Grupo dos 9, em articulação com o PS e PPD, mas até que ponto as pressões diplomáticas dos aliados sobre a URSS, nomeadamente após os Acordos de Helsínquia, pesaram na reacção do PCP? James Callaghan considera que houve melhoria na situação portuguesa após a realização da Conferência de Helsínquia, sendo que os soviéticos deram claramente maior prioridade ao acordo da CSCE do que à ajuda aos comunistas portugueses.³⁶⁵ Soares é da opinião de que “os apoios internacionais ajudaram a neutralizar a URSS, quando se convenceram que o PCP não conseguiria nunca chegar ao poder por via pacífica.”³⁶⁶ Segundo Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá,³⁶⁷ devido à indisponibilidade de consulta de fontes soviéticas, não é ainda possível determinar o impacto total da pressão ocidental na URSS, mas “os registos existentes apontam para, no mínimo, uma moderação da posição do Kremlin face à revolução portuguesa, na sequência das pressões europeias.”³⁶⁸

Se foi decisiva a acção diplomática dos aliados sobre a URSS e o seu apoio ao PS para o desfecho do 25 de Novembro em Portugal é imprudente afirmar, mas conclui-se, com toda a certeza, que foi extremamente importante. Para Telo, os factores externos foram o amplificador da evolução interna (...).³⁶⁹ Além da repercussão na reacção soviética, o apoio europeu e norte-americano conferiu uma dimensão política ao PS e ao restante sector moderado, que terá pesado na ponderação dos comunistas portugueses face ao 25 de Novembro. “Os apoios externos ajudaram muito: mostraram ao PCP, ao contrário do que inicialmente se pensaria, que um passo a mais em direcção ao abismo os arrastaria sem remissão para um desastre fatal. Por isso recuaram a tempo – mas ‘in extremis’ -, honra lhes seja ...”³⁷⁰ Este reconhecimento de Soares remete para a relevância da diplomacia ocidental na condução dos desígnios democráticos da Revolução. E graças à sua acção, de Tito Morais e Ramos da Costa, um partido que nasceu sem uma implantação que rivalizasse com o PCP, conseguiu revelar-se determinante para o desfecho político da Revolução, graças aos apoios externos e a uma acção diplomática europeia. E na base disto, está uma acção política e a figura de Soares na Europa, coadjuvado por Tito de Morais e Ramos da Costa. Em Portugal, a contenda política acabava assim a favor da democracia, da concretização da ideia europeísta de Soares para Portugal e dos líderes europeus e norte-americanos, que manteriam assim o *status quo* ocidental.

³⁶⁵ James Callaghan, cit., p. 364.

³⁶⁶ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit. p. 478.

³⁶⁷ *Carlucci vs. Kissinger* [...] cit., pp. 272, 273.

³⁶⁸ Segundo uma investigação de Tilo Wagner nos arquivos da RDA, “Brejnev não estava disposto a abdicar da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia em troca de uma revolução comunista em Lisboa.” Segundo a sua pesquisa, antes da Conferência de Helsínquia, Brejnev deixou claro “que Moscovo não pretendia desistir da consumação da sua estratégia de *détente* por uma mão-cheia de comunistas portugueses ansiosos”, exigindo “a retirada do SED para evitar tensões com a Europa Ocidental e os EUA.”, Tilo Wagner, “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, *Relações Internacionais*, nº 11, Setembro 2006, p. 86. Citado por Bernardino Gomes, cit., pp. 273. (O SED - Partido Socialista Unido – era o Partido Comunista da RDA).

³⁶⁹ António José Telo, *História Contemporânea – do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. II, [...] cit., p. 204.

³⁷⁰ In Maria João Avillez, *Soares, Ditadura* [...] cit., p. 478.

6 – “A Europa Connosco”

O 25 de Novembro traz uma progressiva acalmia política e social, que conduz ao reequilíbrio das forças partidárias, à revisão do pacto do MFA com os partidos e à revisão constitucional, aprovada em 2 de Abril de 1976, abrindo-se caminho para a realização das primeiras eleições legislativas, a 25 de Abril desse ano. Seguindo a tendência do eleitorado no escrutínio para a Assembleia Constituinte, o PS volta a ganhar, com 34,9% dos votos, uma descida de 3% face ao acto eleitoral de 1975. O PS é seguido pelo PPD, CDS e PCP.³⁷¹

Podemos afirmar que, após o 25 de Novembro, com a consolidação da democracia em Portugal, se inicia uma nova fase na carreira política de Soares, que dará lugar a uma relação diferente com a Europa. Será o tempo das oficializações. Findo o exílio, finda uma etapa de combate ao regime ditatorial e a conturbação política após a Revolução, finda uma batalha contra os comunistas, em suma, findas as preocupações com a instauração da democracia em Portugal, Soares tem agora mais espírito livre para se dedicar oficialmente à adesão de Portugal à CEE e fazer desse objectivo uma estratégia fulcral da campanha eleitoral socialista.

6.1 – Integração Europeia: visão política sobrepõe-se à desvantagem económica

Não só a estabilidade política em Portugal permite a Soares uma dedicação plena à integração europeia, como a sua eleição para Primeiro-ministro. Agora, está ao nível dos pares europeus, a quem antes dirigia a sua campanha anti *salazarista* e pedia ajuda política. Em termos europeus, o cargo de Primeiro-ministro representa o desfecho do seu combate e a consolidação da sua imagem política, aportando condições para a consumação das suas ideias, que vinha defendendo durante o exílio. O desfecho político da Revolução e a eleição de Soares para líder do I Governo Constitucional, em 1976, representa a coroação do combatente na Europa. E, também, em Portugal, mas frisamos na Europa porque foi lá o palco intensivo da sua luta política, onde os líderes da social-democracia foram interlocutores da sua campanha, veículos de suporte para atingir o objectivo de instauração da democracia no seu país.

De modo que, o período desde a campanha legislativa de 1976 até à entrada de Portugal para a CEE, em 1985, iniciam uma nova relação de Soares com a Europa. Se antes ela era tomada mais como um meio para atingir um objectivo, agora ela é o objectivo directo. É uma etapa muito diplomática, em que se sucedem os esforços governamentais para a adesão. Tendo em conta o limite desta dissertação e sendo este composto ainda por uma última parte, de reflexão acerca da ideia de Soares sobre a Europa,

³⁷¹ O PPD reúne 24,3% dos votos, o CDS 15,9% e o PCP 14,4%.

vamos traçar neste capítulo uma perspectiva mais breve e menos detalhada do que os capítulos anteriores e seguintes.

Sendo a fase de oficialização da opção partidária do PS para a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a campanha de Soares para as legislativas de 1976 abre as hostilidades dessa estratégia. “A Europa Connosco” é o *slogan* de campanha e a assumpção oficial da integração europeia pelo PS, fazendo disso a bandeira principal de propaganda do partido, um trunfo legislativo. Esta estratégia eleitoral foi o culminar de toda a ideia que o líder do PS já vinha desenvolvendo para Portugal. Se até agora a relação política com a Europa havia sido a de a usar como alavanca para encetar o combate pela democracia em Portugal para, posteriormente, pedir a adesão, agora, essa relação transforma-se em algo mais imediatamente empírico, numa política concreta a caminho do pedido de adesão à CEE. Embora a ideia de adesão de Portugal à Europa sempre lá estivesse, no pensamento de Soares e no projecto de vários elementos socialistas portugueses, só agora se reúnem condições de concentrar energias directamente nesse objectivo, uma vez que a etapa da implantação da democracia está ultrapassada.

Na cimeira do PS, em Março de 1976, no Porto, Soares está rodeado de comparsas europeus, revelando “uma alegria indescritível por poder receber no nosso país homens da categoria de Olof Palme”, de “Willy Brandt”, de “Martino”, de “Daniel Mayer, de Bruno Kreisky, de Den Uyl,”³⁷² entre outros. A presença dos líderes europeus serve não só para a doutrinação do próprio partido, como para a projecção eleitoral de um PS acreditado na Europa e da sua estratégia para o futuro de Portugal. Uma das intenções do convite aos camaradas europeus foi “chamar a atenção da Europa através das televisões, dos rádios e dos jornalistas que eles trazem consigo (...) à cidade do Porto (...)” Esta sinédoque, chama, na verdade, a atenção para todo o país e para os socialistas portugueses, o que funciona também como uma demonstração pública das suas intenções. Ao assumir a sua ideia de adesão à CEE em termos partidários, Soares demonstra consistência ideológica à Europa, em linha com o que vinha defendendo durante o exílio. Não eram meros actos de convencimento para granjear apenas apoios políticos para a instauração da democracia portuguesa, mas sim, a sua ideia estruturante para o futuro de Portugal. “É nessa direcção, com o auxílio da Europa, com o auxílio do mundo, integrando-nos nesse grande movimento em marcha colectivo, que é a integração europeia, que nós socialistas queremos caminhar. E tê-lo-emos se o povo português nos der uma vitória eleitoral expressiva.”³⁷³

Não é a primeira vez que Soares assume publicamente que concebe o futuro de Portugal pela via da integração europeia, mas é a primeira vez que faz disso um objectivo partidário e eleitoral. Não foi, contudo, uma posição pacífica no seio da família socialista, já que havia divergências internas.³⁷⁴ O *slogan* de campanha – “A Europa Connosco” – encerra toda essa intenção e representa uma ousada atitude ideológica e política num clima carente de ideias determinadas para o futuro do país, já que,

³⁷² Mário Soares, *A Europa Connosco – dois discursos proferidos na cimeira socialista do Porto*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 9.

³⁷³ Idem, *ibidem*, p. 18.

³⁷⁴ Revelação feita por Mário Soares, na conferência de abertura do I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 14.04.2010.

“num primeiro tempo, no entusiasmo e no braseiro da revolução, são muito poucos os que ousam apontar um destino claro e objectivo para Portugal.”³⁷⁵ Soares destaca-se no marasmo ideológico. “A Europa Connosco” não é apenas um *slogan*, mas a abertura de uma nova era política para Portugal e para Soares, regendo toda a sua governação, tanto no primeiro I e II Governos Constitucionais, com o pedido de adesão à CEE, como no IX, com a assinatura da adesão.

O objectivo de integração, que já havia sido debatido mesmo antes de Soares formar governo em 1976, foi inscrito no Programa do Governo submetido à Assembleia da República.³⁷⁶ Embora os Governos Provisórios já houvessem manifestado intenções de aproximação ao MC, particularmente em 1976, com a formalização de negociações para obter ajudas e formas de cooperação³⁷⁷, estas eram, essencialmente, o reflexo de uma necessidade económica e de uma consciência de que findo um mercado colonial, o mercado europeu oferecia-se como alternativa. É, portanto, com o I Governo Constitucional que este objectivo é tido como uma acção estruturante para o desenvolvimento de Portugal, ao assumir-se a necessidade de “encarar de frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias, quer no campo político, quer no campo económico e social.”³⁷⁸

Em Fevereiro de 1977,³⁷⁹ Soares partia, com Medeiros Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Victor Constâncio, presidente da Comissão Negociadora da Adesão de Portugal à CEE, para um périplo para contactos com os governantes europeus, a anteceder o pedido formal de adesão, entregue no dia 28 do mês seguinte. Em seis de Junho de 1978, o Conselho de Ministros da CEE aceita o pedido de adesão.

Embora Soares já tivesse um longo relacionamento com os principais dirigentes dos países europeus, as “dúvidas” pairavam no momento do pedido de adesão. “Mas isso não me fez hesitar. Em nenhum caso,”³⁸⁰ confessa. Nem quando, perante um grupo de economistas que tinha reunido para pedir aconselhamento económico, sobre o pedido de adesão, a resposta foi unanimemente não, por ser penoso para a economia portuguesa. “Eu não tinha argumentos para eles, mas disse-lhes: - Pois é, mas quem decide sou eu. Eu tinha o pressentimento, a convicção de que era esse o caminho.”³⁸¹ Mais. Tinha a ideologia europeia incorporada no seu pensamento, uma vivência dos padrões de vida europeus, os contactos com a CEE, uma visão política de longo prazo para o país, que iria para além dos constrangimentos económicos conjunturais que tal adesão pressupunha. “Inúmeros economistas

³⁷⁵ António Martins da Silva, “A Europa do Futuro e o Futuro de Portugal”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord), *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, Coimbra, Quarteto, 2004, p. 358.

³⁷⁶ Maria João Avillez, *Soares: Democracia*, Lisboa, Público, 1996, p. 55.

³⁷⁷ António Martins da Silva, “Portugal no Caminho da Europa: atitudes e posicionamento perante a opção e modelo institucional europeu no pós 25 de Abril”, in Norberto Cunha (coord), *Europa, Globalização Multiculturalismo*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2005, pp. 125-151.

³⁷⁸ “Programa do Governo Constitucional”, *Diário da Assembleia da República*, Suplemento ao nº 17, 3.8.1976, pp. 438-(65). Citado por António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] cit., p. 413.

³⁷⁹ Apesar de Mário Soares referir em entrevista o ano de 1976 - ver Maria João Avillez, *Soares: Ditadura* [...] cit., p. 56 - crê-se ser 1977, pois, por essa altura, ainda não se tinham realizado as eleições legislativas, pelo que se deduz que a referência ao ano de 1976 tenha sido um lapso. Pela consulta dos Diários das Sessões da Assembleia da República, prevê-se que tal périplo tenha sido feito no ano seguinte, pois a 18 de Fevereiro de 1977, António Guterres, deputado do PS, faz uma declaração política na Assembleia, “referindo-se à presença em Roma do Sr. Primeiro-Ministro, no termo do primeiro circuito às capitais dos países membros da CEE (...)” *Diário da Assembleia da República*, nº 78, 18.02.1977, I Legislatura, I Sessão Legislativa.

³⁸⁰ In Maria João Avillez, *Soares, Democracia* [...] cit., p. 56.

³⁸¹ Revelação feita por Mário Soares, na conferência de abertura do I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em 14.04.2010.

sublinhavam as dificuldades imensas de a economia portuguesa se adaptar a um mercado livre.”³⁸² Contra esses argumentos que considerava válidos, Soares conduz o seu Governo na orientação da integração europeia. E, com essa intenção, rodeia-se de quem já tinha também uma ideia fundada sobre o assunto. É o caso de Medeiros Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros no I Governo Constitucional, que já havia apresentado a sua ideia de adesão ao congresso do PS em Aveiro, em 1973, e já enquanto deputado na Assembleia Constituinte, tinha desenvolvido um trabalho diplomático nesse sentido.³⁸³ A escolha de Êrnani Lopes para Ministro das Finanças do IX Governo Constitucional, que tinha sido embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias, seguiu o mesmo critério. Êrnani Lopes revelou-se um negociador fundamental perante o Conselho de Ministros da CEE, no rebate aos entraves económicos colocados pela Europa.³⁸⁴

A inclusão da Espanha no mesmo processo de negociação complicou a vida a Portugal, que teve um empenho transversal a todos os governos constitucionais até à adesão. A questão era económica, devido ao obstáculo que Madrid representava aos interesses agrícolas de outros países europeus e ao maior esforço financeiro que o alargamento a Sul implicaria para a garantia dos equilíbrios e da coesão. Sem desmérito dos esforços de todos os governantes para conduzir o processo de adesão a bom termo, não podemos descurar o contributo que a visibilidade europeia de Soares acrescenta ao sucesso das negociações. Em 1976, o socialista português é eleito vice-presidente da IS, o que representa um reconhecimento de sua carreira na social-democracia europeia. Perante as renitências da Comunidade em abarcar os dois países ibéricos, Soares contou com o apoio considerável dos alemães e de François Mitterrand, que se manteve pela defesa da integração portuguesa, perante a contestação dos agricultores franceses e contrariando até a própria posição pública do então Ministro da Agricultura francês.³⁸⁵ Em 1984, perante o impasse nas negociações, Soares vai à Irlanda (que assumia então a Presidência da CEE) onde assina o célebre *Constat d'Accord*, que estabelecia o compromisso político relativo à conclusão das negociações, simbolizando o “reconhecimento, por parte da Comunidade, de que Portugal estava em condições de entrar.”³⁸⁶ Em 31 de Março de 1985, depois de várias maratonas de negociações, a Comissão Europeia manifesta-se favorável à adesão, o que seria ratificado pelo Conselho a 11 de Junho.

Embora os argumentos económicos surgissem como obstáculo à integração, tanto do lado de Portugal como da CEE, a questão era, sobretudo, política. Implicava a tomada de uma decisão de fundo da Europa, em que estava subjacente uma visão de longo prazo do projecto comunitário, que suplantaria as questões económicas circunstanciais. E isto valeu tanto para o lado da decisão portuguesa no pedido de adesão, como europeia, em atender o pedido. Foi a visão política de longo prazo de Soares que se sobrepôs aos argumentos dos economistas sobre a inoportunidade económica da adesão. Razões que, reconhecidamente, Soares não conseguia rebater. Também a Comunidade Europeia se deparou com a

³⁸² António José Telo, *História Contemporânea em Portugal, do 25 de Abril à actualidade*, vol. II [...] cit., p. 205.

³⁸³ José Medeiros Ferreira, “A estratégia para a adesão às instituições europeias”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Barbosa de Melo, cit., pp. 165, 166.

³⁸⁴ Maria João Avillez, *Soares, Democracia* [...] cit., p. 195.

³⁸⁵ Idem, *ibidem*, pp. 199, 200.

³⁸⁶ Idem *ibidem*, p. 196.

tomada de uma opção política pelo alargamento a Sul, que implicava a extensão da sua zona de influência. A integração do Sul da Europa passava também por uma mudança de paradigma do papel da CEE, por uma decisão política.

O alargamento ibérico, com a eminência do fim da Guerra Fria, permitia alargar a zona de estabilização e influência geopolítica da Europa ao Atlântico e Mediterrâneo, com todas as pontes de exercício de política externa que isso lhe oferecia. “Com a adesão da Grécia, de Portugal e de Espanha, ficaram resolvidas as questões fundamentais de segurança no contexto regional europeu. E a Comunidade Europeia a 12, a partir de 1986, é encarada, desde logo, sobre esse alargamento a Sul, como traduzindo uma dimensão estabilizável da construção europeia.”³⁸⁷ Em 12 de Junho de 1985 Portugal assina o Tratado de Adesão à CEE, passando a ser membro efectivo em um de Janeiro do ano seguinte.

6.2 – A visão europeia de Soares e a ruptura histórica de Portugal

Foi, de facto, no Governo de Soares que a iniciativa do pedido de adesão foi tomada, mas não podemos reivindicar para Mário Soares a originalidade do tema, tão-pouco na campanha eleitoral para as eleições de 1976. Soares teve em comum com o líder do partido principal concorrente do PS, a assumpção de posições europeístas. Também Sá Carneiro defendia uma adesão plena à CEE, mesmo contra os argumentos económicos, como “a melhor garantia da manutenção do regime democrático.” Surge até a discussão sobre quem teve a primazia de propor a adesão à CEE. Se, por um lado, Mário Soares e o PS reivindicam para si esse papel, a verdade é que Sá Carneiro, “quando visita oficialmente a CEE (Bruxelas), em Setembro de 1974, pronuncia um discurso público onde defende a necessidade da adesão de Portugal.”³⁸⁸ Contudo, a questão da primazia da declaração após a Revolução de 1974 é apenas um pormenor de tempo, evidenciando apenas a oportunidade de momento político oportuno para o fazer. Não há dúvidas em resgatar para Soares, e alguns dos seus pares, a primazia da manifestação à Europa da sua ideia de integração de Portugal na CEE.

Como vimos anteriormente, pelo seu percurso político na oposição a Salazar, Soares já declarara essa intenção aos líderes europeus muito antes da Revolução 25 de Abril. Foi uma ideia sustentada, que evidencia não apenas a sua estratégia de oposição ao Estado Novo, mas também a sua formação ideológica e a construção de um projecto futuro para Portugal. É no sentido da persistência e longevidade com que Soares conduziu e manifestou o seu pensamento sobre a integração europeia de Portugal, que podemos conferir-lhe um certo direito paternalista à ideia do pedido de adesão à CEE. Não só pela consistência e persistência da ideia como estruturante para Portugal, mas também pelos diversos modos como a Europa influenciou directa e indirectamente a sua acção e pensamento.

³⁸⁷ Ernâni Rodrigues Lopes, “O Processo de Integração de Portugal nas Comunidades”, in Norberto Cunha (coord), cit., p. 208.

³⁸⁸ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. II [...] cit., p. 205.

Uma das formas foi o papel da Europa como formadora, com um manancial político e ideológico que permitiu a Soares uma vivência que contribuiu para a evolução do seu pensamento, permitindo-lhe conceber um projecto novo para a transição democrática portuguesa. Outra vertente foi o papel da Europa como campo de batalha, para exercício da estratégia de oposição à ditadura e da projecção do PS. Neste sentido, a Europa representava um público-alvo, que era necessário persuadir. Outro papel ainda assumido pela Europa foi o de retaguarda, na ajuda prestada à transição para a democracia, funcionando como que uma plataforma de projecção de força do PS e de Mário Soares. E, englobando tudo isto, a Europa esteve sempre na actividade e pensamento de Soares como horizonte, como visão política futura para Portugal. A Europa foi, simultaneamente, um meio e um fim e, nesse aspecto, Soares, pela precocidade com que se apoderou política e ideologicamente da e sobre a Europa, relativamente ao partido concorrente, terá mais do que razões para reivindicar a primazia da proposta de adesão à CEE.

Ele foi o rosto de primeiro plano do processo de adesão à Comunidade, após as eleições de 1976 e até 1985. Deixou para trás um trabalho de bastidores, paralelo a toda a sua carreira política, o que ajuda a sustentar a ideia de que a adesão de Portugal à Europa representou um marco na história do país, o que, após o trabalho já aqui dissecado, nos permite concluir que marcou uma ruptura na história portuguesa. Neste sentido, a conclusão deste trabalho vai ao encontro da opinião de António José Telo,³⁸⁹ em dissonância da de outros historiadores, que vêem a adesão à CEE numa perspectiva de continuidade. Se podemos observar desejos pró Europa no germinar das ideias republicanas e na participação portuguesa na I Guerra Mundial, o desfecho dos resultados do conflito desvaneceram os alentos europeus em Portugal e a instauração da ditadura aniquilou qualquer réstia de europeísmo na política externa portuguesa. A adesão ao Plano Marshall, à EFTA e o acordo comercial de 1972, argumentos da tese de continuidade, foram meras escapatórias alternativas a uma situação de prejuízo económico para Portugal, que não se podem colocar ao mesmo nível do pedido de adesão de 1976, que encerra uma opção política estruturante para o futuro do país. Encerra um projecto, uma base de orientação política, económica e social para Portugal. Um reforço de identidade geográfica, histórica e cultural.

A adesão ao Plano Marshall foi decidida após uma primeira recusa à ajuda norte-americana e no seguimento do agravamento da crise económica, o que também impulsionou a participação de Portugal na OECE. As cedências, quase obrigadas pela economia, permitiram a Salazar manter a linha da sua política externa, fiel ao Atlântico, de costas voltadas para Europa.³⁹⁰ A aceitação desta ajuda evidencia um passo significativo de aproximação económica ao continente, para um país que até agora refutava qualquer tipo de cooperação com projectos europeus. Lembremo-nos ainda que a participação na NATO foi também encarada como a falta de alternativa, tal como a entrada na EFTA. O projecto de mercado dos estados que tinham recusado embarcar na aventura da CECA foi a única alternativa de Salazar. Foi como que o mal menor, já que permitia salvaguardar os princípios defendidos pelo regime

³⁸⁹ *Ibidem*, pp. 205-209.

³⁹⁰ António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] cit., pp. 357-359.

e “reduzia, momentaneamente, pelo menos, os riscos de isolamento internacional numa época em que as críticas à gestão *salazarista* e à sua política ultramarina subiam de tom.”³⁹¹ Salazar continuava a frisar a insignificância continental de Portugal, pois, “quem nos examina no mapa, o país pode até dar a impressão de querer separar-se da terra firme e de tentar lançar-se pelos oceanos fora.”³⁹²

Com Marcelo Caetano surgem algumas opiniões, dentro do próprio regime, partidárias de uma aproximação ao projecto europeu, mas que não passaram disso mesmo. O Governo sentiu, mais uma vez, a premência económica para uma abertura - desencadeada pelo enfraquecimento da EFTA - o que levou ao acordo comercial de 1972. É mais uma viragem para a Europa, mas que continua a ser impulsionada pela necessidade económica, com o novo chefe de governo a rejeitar uma plena associação ao MC, que “implicava uma integração económica, social e, no futuro, também política,”³⁹³ o que não se coadunava com a condição atlântica de Portugal.

Estes passos de abertura à Europa foram meras respostas a uma situação de contingência económica. O regime, sob a batuta de Marcelo Caetano, herdara a fobia de Salazar por qualquer projecto de associação ou unidade europeia, que considerava “um absurdo histórico”, contra a “feição atlântica” do povo português.³⁹⁴ Portanto, mesmo após a saída de Salazar do Governo, o lema “orgulhosamente sós” continua a conduzir o regime. Até 1976, os episódios de aproximação de Portugal à Europa são meros actos de resposta conjuntural, são uma mera alternativa. A Europa não se apresenta, no ideário do Estado Novo, como parte integrante de um projecto de futuro para o país. Para o regime, ela não é, sequer, uma referência política, significando antes uma intimidação aos seus valores.

Por isto, não podemos compartilhar da tese de que o pedido de adesão de 1977 seguiu uma linha de continuidade, porque ainda que na prática o possa parecer, na sua essência ideológica e na sua causa política, a iniciativa tinha em vista a mudança de paradigma político, de desenvolvimento económico e social de Portugal, o que se vinha engendrando no pensamento de Soares muito antes da Revolução 25 de Abril. Estamos por isso, perante uma ruptura histórica do país, como também refere José Telo: “O pedido de adesão de 1977, deve pois, ser entendido como um corte com o passado, uma decisão estratégica que coloca os objectivos de longo prazo longínquo à frente das dificuldades conjunturais de curto prazo (...)”³⁹⁵ Foi essa visão que Soares também chamou de “intuição,”³⁹⁶ que contrariou a quase unanimidade dos economistas consultados, em desaconselhar o pedido de adesão.

Podemos, ainda assim, colocar Soares numa linha de reminiscência das posições europeístas republicanas dos finais do século XIX, início do XX, mas a veemência com que foram postas em prática, a atitude política e a consolidação da ideia de unidade europeia no seio da própria Europa,

³⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 288.

³⁹² Salazar, “No almoço oferecido aos participantes da reunião ministerial da EFTA”, 20.05.1960, *Discursos*, Vol. VI (1959-1966), Coimbra Editora, 1967, pp. 78-79. Citado por António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] cit., p. 388.

³⁹³ Interview recueillie par Jean-François Chauvet, com o título “Tournés vers le grand large”, *Le Figaro*, de 16.01.1970, AHD/EOI/682. Citado por António Martins da Silva, “Portugal e a ideia Federal Europeia”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Barbosa de Melo, cit., p. 93.

³⁹⁴ António Martins da Silva, *Portugal e a Construção Europeia, distanciamento* [...] cit., p. 392-397

³⁹⁵ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à actualidade* Vol II [...] cit., p. 207.

³⁹⁶ Revelação feita na conferência de abertura do I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em 14.04.2010.

deram à concepção *soarista* um posicionamento novo e diferente no país, permitindo deixar a esfera mais literária e utópica, para se inserir num projecto político real, que aproximou do povo e dos eleitores.

A insatisfação com o sistema monárquico e os ventos liberais que sopravam da Europa não deixaram indiferentes vários autores e pensadores portugueses dos finais do século XIX, inícios do XX, nos quais se destaca a Geração de 70. Embora não levando “muito a sério” a ideia de Estados Unidos da Europa, de Victor Hugo, perfilhavam formas de federalismo como solução para a evolução do país e da Europa e podem caracterizar-se como europeístas, pela influência do espírito e culturas europeias da época, que vêem como veículo para a modernização de Portugal. Alguns, adeptos de um federalismo latino, outros, principalmente após o *Ultimatum* inglês, de um federalismo ibérico,³⁹⁷ assente em bases de democracia e socialismo, o certo é que viam a solução para os problemas do país e para a sua modernização em referências ideológicas europeias e em formas de associação ao velho continente. Assim, é apenas na linha ideológica de ter a Europa como referência e parceiro político que se pode estabelecer alguma semelhança de Soares com as vozes republicanas e de renovação política do Portugal do fim de 800. Soares teve de original, relativamente aos europeístas dessa época, o facto de ter trazido a Europa para a discussão política pública. De ter retirado às elites intelectuais e grupos de discussão restritos a exclusividade da sua discussão. Em finais de 1800, o debate não passava muito além dos círculos intelectuais filosóficos e literários. Estava confinado a uma esfera mais idealista, como também a ideia de Europa unida ainda era vista no próprio contexto europeu.

Soares teve o mérito de importar a ideia europeia para a esfera pública da política portuguesa. Não apenas por mérito próprio, mas também porque o próprio momento político o proporcionou. Primeiro, porque na Europa já existia de facto um projecto político de unidade. A ideia de Europa unida já tinha ultrapassado os círculos literários e intelectuais europeus e tinha sido desfeito o preconceito da utopia. Já tinha sido acreditada pela real política europeia, o que proporcionou também a Soares a facilidade de a importar para o eleitorado português. Algo que o contexto socio-político português e europeu dos seus pares da Geração de 70 não permitia. Ainda assim, com a instauração da República, seguiu-se uma certa linha de entusiasmo político de aproximação à Europa. Contudo, o desfecho da II Guerra Mundial, as consequências da participação portuguesa, o insucesso da Sociedade das Nações, a devastação que a guerra deixou no continente, trouxeram alguns dissabores e desilusões que desalentaram os ímpetus políticos europeus que pudessem florescer em Portugal.

A instauração da ditadura militar veio ser o início de um longo período de recusa a qualquer forma de associação europeia, um período de isolamento, o que foi quebrado com o pedido de adesão à CEE, em 1977, que configura uma ruptura histórica, um projecto de desenvolvimento para Portugal, encerrando em si uma ideia de Pátria e de Europa, que se complementam e em que passado e futuro se

³⁹⁷ Ver António Martins da Silva, “Portugal e a Europa, o discurso europeu e federalista da monarquia à república”, in *Revista da História da Sociedade e da Cultura* 3, Centro de Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, Palimage, 2003, pp. 197-260.

fundem numa essência de identidade, num sentido e missão. Como? Que essência é esta? Que sentido e que missão? É sobre isso que vamos reflectir de seguida.

II

A IDEIA DE PORTUGAL E DA EUROPA

UMA SIMBIOSE POLÍTICA

Após o processo revolucionário português e institucionalizada a democracia em Portugal, “poucos, muito poucos, se preocupam também com a Europa do futuro, com o aprofundamento comunitário,”³⁹⁸ sendo Mário Soares a personalidade de excepção. Ele é não só quem se atreve a erguer a bandeira política da integração europeia de Portugal, como projecto para o futuro do país, como também o político que, ao longo da sua carreira, vai, permanentemente, emitindo um pensamento estruturado sobre o aprofundamento político da União Europeia. Se, após 1976, a luta pela integração de Portugal na CEE é uma patente das responsabilidades governamentais que assume, esta opção não se reduz a uma mera alternativa geoestratégica perante o fim de décadas de ditadura, em que, findo o império colonial, era necessária uma alternativa. A ideia de integração europeia de Soares emana de um amplo e estruturado pensamento acerca de Portugal e da Europa, numa ideia que foi ganhando corpo com a sua formação académica e política.

Ele é, não só dos “poucos, muitos poucos,” que se preocupam com a Europa do futuro, como a insere na construção de um modelo político e filosófico para o futuro de Portugal e na sua ideia de Pátria. Ao contrário da falta de entusiasmo do povo português e de muitos intelectuais lusos, como Miguel Torga, temeroso da incompatibilidade da integração europeia de Portugal com a sua identidade atlântica,³⁹⁹ Soares constrói um discurso entusiasmante, fundamentado num modelo de compatibilidade das vertentes continental e atlântica, que concebe como elementos de afirmação da identidade da Pátria e da sua contribuição diferenciadora para a Europa do futuro. Na sua concepção, a Europa precisa de Portugal e Portugal da Europa, uma simbiose que emana da história e da necessidade de resolução dos problemas contemporâneos da própria Europa e do mundo. Embora esta ideia só se tenha manifestado e desenvolvido com mais veemência e frequência durante os seus dois mandatos na Presidência da República e após o seu retiro da actividade política, ela é transversal a toda a sua carreira política.

³⁹⁸ António Martins da Silva, “A Europa do Futuro e o Futuro [...] cit., pp. 359,360.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 363.

1 – A Europa - o futuro de Portugal e o complemento da ideia de Pátria

1.1 – Uma “ideia de Pátria”

“Pela minha ideia de Pátria, muito concretamente, tenho lutado, anos e anos a fio, em persistência e com algum sacrifício.”⁴⁰⁰ Soares escreve estas palavras ainda durante o exílio, mas resumia já toda a sua luta de vida. Essa ideia de Pátria foi a ignição da batalha ideológica contra o *salazarismo*, que o norteia como líder partidário e nos cargos governativos que assumiu. É também essa ideia de Pátria que leva para a Presidência da República, numa tentativa de doutrinação da política e mentalidade portuguesas, conferindo um sentido histórico e “uma dimensão cultural”⁴⁰¹ à política nacional.

A educação, tanto parental como académica, e a contínua dedicação ao estudo da história, da filosofia e das letras, conjugadas com uma vivência política europeia, resultam na construção de uma ideia sólida e fundamentada sobre o seu país, o que se reflecte numa acção política sempre orientada no seu sentido de Pátria, decisiva para a mudança de rumo de Portugal após o 25 de Abril. Enquanto Presidente da República, uma das suas mensagens recorrentes é vincar a base da sua conduta política de vida. “Tenho, como sabe, ‘uma ideia de e para Portugal’. (...) Representa o fio condutor do meu percurso político, designadamente após o 25 de Abril, e está subjacente a muitas das minhas opções (...).”⁴⁰² Os desencantos com o PCP, em finais de 50 e a ‘travessia do deserto’, levaram-no “a estudar os problemas da” sua “terra, em concreto, com o objectivo de lhes encontrar uma solução exequível, ao nível português”, sem esquecer a conjuntura internacional.⁴⁰³ O período até ao 25 de Abril, foi o preparar de condições para a concretização da sua ideia de Pátria.

É na condição histórica e geográfica de Portugal que busca tal ideia de Pátria e fundamenta o seu destino, que, inevitavelmente, se cruzará com o da Europa. Fá-lo com base na sua formação académica, na “convivência estimulante de alguns grandes portugueses” que conheceu, “de leituras, de reflexões, interrogando o passado e comparando-o com o presente (...).”⁴⁰⁴ Os estudos que fez e o interesse pela história de Portugal transparecem nas soluções que propõe para o presente. Vamos, de seguida, desmontar a sua ideia de Pátria e perceber como ela se conjuga com os desígnios da Europa, que foi, afinal, o grande marco que Soares deixou na história do país. Vamos perceber como passado e futuro se alinham no sentido de diferentes práticas das vocações universalistas portuguesa e europeia.

⁴⁰⁰ In B. Diaz Nosty, [...] cit., p. 116.

⁴⁰¹ Teresa de Sousa, cit., p. 137.

⁴⁰² “É a Cultura que representa o espírito de uma Nação”, entrevista a Mário Soares, concedida ao *Jornal de Letras*, conduzida por José Vasconcelos, em 18.02.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 246.

⁴⁰³ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 193.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, pp. 15, 16.

1.1.1 – Inspiração histórica para recuperar uma vocação universalista

É com base na recuperação da historicidade portuguesa que Soares constrói a sua ideia de Pátria e lhe confere um destino. Pedagogo da democracia, da liberdade, da paz e do humanismo, é pela inerência destes valores que enaltece o carácter histórico universalista de Portugal, evidenciando até um certo paternalismo nacional. “Fomos nós que criámos pela primeira vez na história do mundo, a civilização do universal.”⁴⁰⁵ Mais liberto de uma política executiva, é na Presidência da República que exterioriza o seu pensamento mais filosófico, numa tentativa de formação da consciência pública sobre a cultura e identidade portuguesas, exaltando a importância histórica de Portugal para a progressão da civilização europeia, com a evocação dos Descobrimentos, que “constituíram um facto capital da história moderna (...).” Soares confere a Portugal um carácter de motor histórico da civilização do global, enaltecendo a “mentalidade universalista” portuguesa que “deu a conhecer uma cultura diferente, a europeia, aos povos de outros continentes, ao mesmo tempo que revelava à Europa as culturas milenárias e riquíssimas do Oriente, da África e das Américas.”⁴⁰⁶

Adoptando um discurso pedagógico no seu exercício político, Soares pretende destacar a singularidade portuguesa, realçando “uma história multissecular que deu, no dizer de Camões, ‘novos mundos ao mundo’, uma cultura original que influenciou decisivamente povos de vários continentes e uma língua hoje falada por mais de 150 milhões de pessoas.” Características que “conferem a Portugal uma forte identidade nacional.”⁴⁰⁷

Soares apodera-se do conceito de universalismo português, suscitado pelos “contributos insubstituíveis dos homens de quinhentos, como “Camões, Pacheco Pereira, Pedro Nunes”⁴⁰⁸ entre outros que se lhes seguiram, para a construção do seu pensamento. Esta linha conceptual tem atravessado gerações e correntes literárias e de intelectuais portugueses, como nota Eduardo Lourenço. Se, por um lado, a “universal” pátria camoniana “é o suporte de ‘um império e de uma fé’ cuja irradiação reverte a favor de um rei único”, com a revolução industrial e os adventos do liberalismo, os destinos da pátria passam a estar independentes de uma acção superior. O “homem liberal torna-se responsável pelo destino e pela figura dessa nova entidade, a pátria-nação, e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessa qualidade assumi-la, quer dizer, ao mesmo tempo, aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica.”⁴⁰⁹ Soares é aqui esse homem liberal, que responsabiliza o português pelo seu próprio destino. Com uma acção política além-fronteiras, uma atitude lutadora, uma experiência multicultural,

⁴⁰⁵ Declarações de Mário Soares em debate organizado pelo *L'Express*, em 6.4.1990, conduzido por Christian Hoche, Bernard Lecomte e André Pautard, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991 p. 421.

⁴⁰⁶ Mário Soares, “Uma Europa em Diálogo”, discurso proferido a 21.06.1987, na VIII Conferência Interparlamentar da Comunidade Europeia – América Latina, realizada em Lisboa. In Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p. 260.

⁴⁰⁷ Mário Soares, “Uma sociedade moderna, humana de progresso”, conferência proferida no Wilson Center (Washington) em 18.05.1987, integrada no Colóquio ‘Portugal: Ancient Country, Young Democracy’, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 39.

⁴⁰⁸ Mário Soares, “O Amor pelo Brasil”, discurso proferido na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, em 4.06.1992, ao receber o doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções 7*, [...] cit., pp. 153, 154.

⁴⁰⁹ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição, p. 83.

assumindo a identidade da sua pátria, aceitando-a e reflectindo sobre ela, com objectivos de melhoria de futuro, podemos caracterizá-lo também como homem universalista. Ele não é apenas o fruto de uma carreira política. É também o resultado de um pensamento filosófico português e europeu, destacando-se a influência de vários pensadores e escritores lusos.

Assume o universalismo como valor fundamental para toda a acção política portuguesa, o que se deve traduzir num ideal de abertura de Portugal ao mundo: “Como povo de vocação ecuménica”, os portugueses estarão “sempre naturalmente predispostos ao diálogo e ao entendimento sem preconceitos, entre todos os homens independentemente das suas raças, religiões ou culturas.”⁴¹⁰ Já durante a oposição à ditadura, Soares pregava por uma abertura de diálogo de Portugal com a Europa e o mundo, a base da oposição ao isolacionismo *salazarista*. Esta abertura que defendia era, afinal, condizente com a identidade histórica nacional, “ligada à expansão pelo mundo”, de tal modo que “é sempre na abertura ao exterior, no convívio com os outros povos da terra que Portugal busca a solução para os seus problemas, em momentos de viragem da sua existência. Foi assim no passado e é assim no presente.”⁴¹¹ Para o próprio Soares, a abertura ao exterior foi, de facto, sempre uma solução recorrente, tanto ao nível da oposição, como da política executiva. Quando percebeu que a oposição a Salazar no seu país não resultava, virou-se para uma oposição activa na Europa. Foi lá que fundou a ASP e o PS, e que se socorreu de apoios durante o PREC.

Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros dos governos provisórios reverteu a política isolacionista de Salazar. O pedido de adesão à Comunidade Europeia foi a expressão máxima efectiva desta ideia de abertura, iniciando um novo ciclo na história portuguesa, revelando-se uma solução económica, política e social para o futuro do país. Com ele, “Portugal teve de repensar a sua maneira de estar no mundo.”⁴¹² A ideia de universalismo é estruturante no pensamento *soarista*, representando um meio de solução para os problemas portugueses e uma necessária conduta política em diferentes dinâmicas históricas. Combateu Salazar para que “o povo português” readquirisse “a sua feição universalista.”⁴¹³ Se durante a oposição à ditadura e após a Revolução, enquanto exerceu cargos executivos, a ideia universalista esteve mais presente como atitude, concretizada na sua acção, já enquanto Presidente da República, ela evidencia-se mais a nível pedagógico, como intento de formação de mentalidades e de conferir uma identidade e um sentido à política portuguesa. “Portugal, país da *civilização do universal* e da diáspora afectiva, pode e deve desempenhar no mundo dos nossos dias um papel para que o destinam a sua história e a sua cultura e a que temos de saber dar relevo e conteúdo.”⁴¹⁴

⁴¹⁰ Mário Soares, “Consolidar o desanuviamento internacional”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 31.03.1990, no banquete de honra ao Presidente da República da Índia, Ramaswami Venkataraman, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 308.

⁴¹¹ Mário Soares, “Pela compreensão entre os povos”, discurso proferido na Universidade de Brown, em 23.05.1987, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*. In Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 192.

⁴¹² Idem, *ibidem*.

⁴¹³ Mário Soares, “Discurso pronunciado na 29ª Assembleia Geral da ONU”, em 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 135.

⁴¹⁴ Mário Soares, “Uma Sociedade dos Cidadãos”, discurso proferido em Lisboa, em 5.10.1990, por ocasião da comemoração dos 80 anos do Dia da Implantação da República, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 39. Esta ideia de universalismo é constante nos seus discursos e aplicada às mais variadas áreas. Não se resume a uma mera atitude política, pois Soares especifica-a enquanto motor da evolução de sectores: “Povo universalista, sujeito de uma história e de uma cultura abertas ao

Mas Soares não evoca a tradição universalista com mero espírito saudosista, mas sim vincando-a como marca de identidade e conduta de acção para o futuro. Urge renovar a tradição universalista em novos contextos políticos, para que “Portugal” possa, “nesta hora em que o Mundo é cada vez mais um só, dar um contributo próprio, de acordo com a sua tradição de abertura, curiosidade pelo diferente e generosidade.”⁴¹⁵ A constante evocação do passado português é uma inspiração para uma renovação. Neste sentido, o pensamento *soarista* cruza-se com as influências do pensamento literário português, nomeadamente com o de Teixeira Pascoaes, como o caracteriza Eduardo Lourenço: “Tudo o que existe (...) é da ordem do evanescente, mas de um evanescente que se torna real através de uma espécie de memorização criadora, a única que pode conferir ao que já não existe uma *plenitude ‘à rebours’* que o fenómeno da saudade encarna.”⁴¹⁶ Como refere Lourenço, a mitificação da Pátria, não é construída como mero pretérito. “Mais importante do que ter sido ou ter tido império, mais decisivo do que haver usufruído riquezas mortas, ou até ter sido actores de uma gesta científica que podíamos ter tido num grau e esplendor que não tivemos, é, para Pascoaes, o haver interiorizado como alma da nossa alma o sentimento obscuro mas iluminado dessa visão positiva da vida como sonho que se sabe sonho, mas que no interior desse sentimento se recupera como criadora saudade.”

Em Soares, encontramos essa “criadora saudade”, convertida em acção política, em que o conceito de universalismo se extravasa como identidade da Pátria, para uma atitude orientadora para o futuro de Portugal. A favorecer a continuidade do exercício do universalismo estão as características histórica e geográfica portuguesas, com “uma posição singular no Mundo”, que lhe fornecesse os pilares para “afirmar a sua individualidade própria como nação euro-atlântica e considerar o reforço da coesão dos seus territórios separados pelo mar.”⁴¹⁷ Portugal só pode contrariar a sua pequena dimensão no mundo, e desempenhar nele um papel universalista, ao usufruir plenamente da sua circunstância geográfica e histórica. Neste sentido, a recuperação da herança atlântica do território luso é uma marca no discurso de Soares.

1.1.1.1 – Recuperar a herança atlântica de Portugal para exercer o universalismo

“(...) Celebramos os Descobrimientos Portugueses na fidelidade ao espírito moderno que eles fundaram.”⁴¹⁸ O engenho marítimo de Portugal, que o levou a extravasar as suas próprias fronteiras em busca do desconhecido, é enaltecido como motor de evolução e vanguarda, em que “o pensamento” e “a técnica (...) representavam a abertura de novas perspectivas e estruturavam a visão futura do

Mundo e marcadas pela diversidade de civilizações com que contactou, os Portugueses terão de saber actualizar esse legado insubstituível e original, apostando decididamente na ciência, forma de linguagem de valor eminentemente universal.” Mário Soares, “Uma autêntica prioridade nacional”, discurso proferido nas 1^{as} jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica, em 11.05.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 131.

⁴¹⁵ Mário Soares, “Uma comunidade de afecto”, discurso proferido na abertura do III Congresso de Escritores Portugueses, em 25.11.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, p. 139.

⁴¹⁶ Eduardo Lourenço, *O Labirinto* [...] cit., p. 101.

⁴¹⁷ Mário Soares, “Defesa Nacional: um investimento de soberania”, discurso proferido em 10.11.1986, por ocasião do início do ano lectivo do Instituto de Defesa Nacional, in *Intervenções*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.104.

⁴¹⁸ Mário Soares, “Uma aventura que mudou a face da Terra”, discurso proferido junto à Torre de Belém, em 10.06.1987, dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 167.

mundo.”⁴¹⁹ É esse espírito quinhentista que é necessário recuperar, num novo contexto de reptos sociais e políticos. “O melhor modo de sermos dignos dessa riquíssima herança é cumprirmos, neste tempo que é o nosso, os desafios que nos são feitos.”⁴²⁰ Isto implica recuperar a tradição universalista, assente na valorização das vertentes geográfica do país, na sua herança atlântica.

Seguidor de uma linha de pensamento liberal e republicana, simpatizante dos ideais da Geração de 70, Soares classifica a época após os Descobrimentos como um recuo do país, citando um dos expoentes máximos desse grupo de pensadores, Antero de Quental.⁴²¹ Nesta linha de influência, escreve também Soares, “no final do séc. XVI e durante os sécs. XVII e XVIII, Portugal foi um reino deserto de estupidez e intolerância, vivendo parasitariamente à custa da exploração das riquezas da Índia e depois do Brasil.”⁴²² A condenação à política colonialista do Estado Novo segue a coerência do seu pensamento crítico relativamente a um reino que mais não fez do que explorar os territórios coloniais, o que denota a política retrógrada de Salazar. Exemplo disso é o Acto Colonial que “reafirma a política parasitária da vida portuguesa pela exploração desenfreada das colónias.”⁴²³ As razões de repulsa do colonialismo prendem-se com os valores basilares do seu pensamento – “como socialista que sou, tenho, como é natural, uma oposição radicalmente anticolonialista”⁴²⁴ – que o levam a defender “com consciência e solenidade”, o respeito pelo “princípio da auto-determinação como único meio de garantir os direitos da pessoa humana nos territórios africanos.”⁴²⁵

O atropelo aos direitos humanos é a arma de arremesso contra o imperialismo de Salazar, considerando urgente que “se ponha termo às guerras coloniais portuguesas (...).”⁴²⁶ Se a dignidade histórica da expansão portuguesa é uma inspiração para o presente, ela é também invocada como contra-senso à persistência do colonialismo do Estado Novo. “É evidente que a *essência* de uma Nação não pode consistir em oprimir os povos com os quais entrou, historicamente, em contacto. Se assim for, mal vai essa nação.”⁴²⁷

Porém, não é “só por razões ideológicas” que o socialista português envergou uma verdadeira campanha anti-colonialista, mas também por motivações inerentes ao progresso político e económico de Portugal, pois a “transformação necessária das estruturas económico-sociais retrógradas” do país “só

⁴¹⁹ Mário Soares, “O Encontro de Portugal com a História”, discurso proferido em 10.06.1987, na cerimónia de cumprimentos do corpo diplomático acreditado em Lisboa, in Idem, *ibidem*, p. 171.

⁴²⁰ Mário Soares, “Uma aventura que mudou a face da Terra”, discurso proferido junto à Torre de Belém, em 10.06.1987, dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, in Mário Soares, *Intervenções 2*, cit., p. 167.

⁴²¹ “Com sentido pioneiro criámos o espírito científico, experimental e crítico. Mas, esgotados por esse esforço imenso, com o absolutismo, as perseguições e a intolerância religiosa, como ensinou Antero de Quental, ao estudar as causas da decadência dos povos peninsulares, caímos em séculos de abatimento e de decadência, abandonando os valores do espírito livre e tornando-nos um país intolerante, fechado ao exterior e à novidade, com um atraso quase secular.” Idem, *ibidem*.

⁴²² Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 461.

⁴²³ “Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida”, relatório do secretário-geral do PS, discutido, lido e aprovado no Congresso de Maio de 1973, na Alemanha, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., pp. 319, 320.

⁴²⁴ Entrevista concedida por Mário Soares, em Paris, à agência noticiosa cubana *Prensa Latina*, em Março de 1971, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 72.

⁴²⁵ “Nos 40 Anos do Estado Novo - Um Projecto”, abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

⁴²⁶ Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, “Rapport Confidentiel”, Comité Directivo da ASP, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 23-31.

⁴²⁷ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 460.

será possível quando (...) houver coragem de iniciar o processo de descolonização.”⁴²⁸ Em conflito estão “os interesses metropolitanos, sujeitos à crescente atracção económica da Europa e os interesses dos grandes monopólios coloniais”⁴²⁹, e são estes “grupos de pressão económica,” que “constituem as únicas influências com peso real nas decisões governamentais,”⁴³⁰ que fazem com que o regime seja impermeável a quaisquer intentos de modernização e mudança da estrutura económico-social e política.

Soares contraria os argumentos da necessidade do império colonial para manutenção da independência nacional, advogando que, pelo contrário, é a guerra colonial que põe em risco essa independência, já que o país se vai “exaurindo economicamente num esforço desproporcionado e o melhor da nossa juventude vai sendo imolada e estropiada.”⁴³¹ Arguindo que esta guerra estaria a depauperar a economia nacional, faz alusão “à miséria” dos que são “forçados à emigração, como forma de resolução dos seus problemas básicos”, situação gerada graças “em parte, à exploração colonial.” Assim, tece a teia argumentativa pragmática de que “a política colonialista do Governo bloqueia toda a evolução portuguesa – tanto no domínio económico e social como no campo político.”⁴³² Considera o colonialismo *salazarista* a evidência do latente parasitismo português que se seguiu aos Descobrimentos e que, após o interregno da República, tem assim continuidade. Reflectindo sobre a *crise nacional*, Soares dá continuidade a um dos temas “preferidos da chamada geração de setenta”⁴³³, evidenciando uma sequência de ideias de pensadores como Antero de Quental e Oliveira Martins. Assim, adapta e renova os mesmos valores da Geração de 70 para pensar o Portugal contemporâneo, num novo contexto político e económico.

A inserção do país num novo mundo político, exige uma nova abordagem sobre os territórios coloniais, com a “auto-determinação do Ultramar,”⁴³⁴ pois “a defesa dos legítimos interesses criados pelas populações brancas radicadas em África e o desejo de manutenção da presença de Portugal, sobretudo no domínio linguístico e cultural, não podem ser confundidos nem com uma vitória militar (...) nem com a rígida sustentação do *status quo* (...).”⁴³⁵ Tal confusão não só é contrária ao espírito universalista português, como só servirá para matar os laços históricos da cultura portuguesa e africana, suscitando uma revolta racial e a “perda da nossa tradição de multirracialismo, porventura o traço mais positivo da nossa presença em África.”⁴³⁶ É esta tradição que é necessário recuperar, como impulsionadora não apenas em tempos de necessária descolonização, mas também como sentimento orientador da acção política e diplomática que Portugal deve promover com os territórios com os quais

⁴²⁸ Entrevista concedida por Mário Soares, em Paris, à agência noticiosa cubana *Prensa Latina*, em Março de 1971, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., pp. 72, 73.

⁴²⁹ Mário Soares, “A Oposição e o Governo em Portugal”, 1967 (sem referência de publicação ou discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 113-117.

⁴³⁰ Mário Soares, “Portugal e África”, artigo para publicação no jornal *Triunfo*, 16.02.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 200-204.

⁴³¹ “Nos 40 Anos do Estado Novo - Um Projecto”, abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

⁴³² Entrevista concedida por Mário Soares, em Paris, à agência noticiosa cubana *Prensa Latina*, em Março de 1971, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 73.

⁴³³ “Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida”, relatório do secretário-geral do PS, discutido, lido e aprovado no Congresso de Maio de 1973, na Alemanha, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., pp. 317.

⁴³⁴ Mário Soares, “A Oposição e o Governo em Portugal”, 1967 (sem referência de publicação ou discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 113-117.

⁴³⁵ Mário Soares, “Notas Esparsas sobre a Actualidade Política e Nacional” in Mário Soares, *Escritos Políticos* [...] cit., p. 163.

⁴³⁶ Idem, *ibidem*.

tem laços históricos, aos quais o ligam o mar. Urge sempre, mesmo após o fim do império colonial, recuperar o espírito da conquista marítima quinhentista. “O Portugal moderno, democrático, europeu e solidário reconhece-se na lição das Descobertas”⁴³⁷

E como aplicar agora esta “lição das Descobertas”? Valorizando as relações com os países do mar, através da ajuda político-económica e do intercâmbio cultural. Valorizando a língua portuguesa e atendendo a uma compreensão especial com os países do terceiro mundo. E assim sendo, a defesa pelo abandono de uma política colonialista não implica o desprezo pelos respectivos territórios, sendo que a “autodeterminação não significa em nenhum caso *abandono*, mas antes a solução de um problema em termos de uma perspectiva essencialmente preocupada com o futuro.”⁴³⁸ Portugal não pode assim ignorar uma relação histórica, que lhe confere um certo sentimento de partilha e responsabilidade pelos problemas dos territórios das ex-colónias. “Uma convivência de séculos com África e a consciência da necessidade de salvaguardar os valores que partilhamos com algumas das nações deste continente mantém vivo o nosso interesse pela sua evolução e impedem-nos de sermos indiferentes à situação dos povos amigos que aqui temos.”⁴³⁹

A favorecer esta ligação está uma relação histórica, com as marcas culturais, patenteadas na própria língua – “esse veículo que une países de vários continentes – e não nos podemos esquecer do grande Brasil, pátria irmã.” A língua é o meio privilegiado de exercício do universalismo português, devendo “ser valorizada como factor de irradiação de uma maneira de estar no Mundo de que nos devemos orgulhar (...).”⁴⁴⁰ Não se encare, contudo, que, no pensamento *soarista*, o exercício de solidariedade e fraternidade nas relações com as ex-colónias emana meramente de um sentimento de obrigação histórica. Ele emerge, acima de tudo, do espírito universalista que deve estar impregnado na actuação política do país, como forma de fazer cumprir a nação, pois o “papel de Portugal será tanto mais importante quanto maior for a autonomia da sua intervenção e da sua estratégia de desenvolvimento, a valorização da sua identidade nacional e cultural (...).” E o cumprimento deste último aspecto recai novamente numa consciência da importância da língua como meio de reforço da ligação com os países lusófonos. Portugal não pode, por isso, “demitir-se da promoção e defesa constante da língua portuguesa, em fraterna cooperação com o Brasil, a que nos ligam laços de tão

⁴³⁷ Mário Soares, “O Encontro de Portugal com a História”, discurso proferido em 10.06.1987, na cerimónia de cumprimentos do corpo diplomático acreditado em Lisboa, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 171.

⁴³⁸ Mário Soares, “Notas Esparsas sobre a Actualidade Política e Nacional” in Mário Soares, *Escritos Políticos* [...] cit., pp. 163, 164.

⁴³⁹ Mário Soares, “Um elemento privilegiado de cooperação”, discurso proferido em 10.12.1986, na Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p.158. Esta ideia está presente em vários discursos e intervenções, mesmo após ter terminado a sua carreira política. Citamos mais uma intervenção nesse sentido: “Portugal, pela ligação íntima e fraterna que tem com muitos países do Terceiro Mundo, forjada ao longo de uma convivência de cinco séculos, sente com particular acuidade os dramas que são vividos pelos povos de África e da América Latina e tem procurado, até ao limite dos seus recursos, contribuir para a superação de algumas dificuldades, respondendo ao apelo angustiado que não raramente lhe é lançado.” Mário Soares, “Contribuir para um Clima de Diálogo e Confiança”, discurso proferido em Moscovo, a 23.11.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 325. Já a ASP, em 1970, preconizava o clima de entreatada, no pós descolonização, em 1970: “Repudiando o colonialismo - e todas as formas de ‘paternalismo’ político ou colonial – a ASP pensa que o Portugal Democrático e Socialista, porque se bate, poderá estabelecer laços de inter-ajuda recíproca, no futuro, com os Povos das colónias, que venham aceder à independência. Portugal não é, nem pode vir a ser, uma potência imperialista.” In “Para uma Democracia Socialista em Portugal – Textos ASP, 1970”, Centro de Documentação 25 de Abril, 329 (469) “1960/1970” ACC. Também na Declaração de Princípios e Programa do PS, de 1973, (Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1973” PAR), se defende a ideia de “desenvolver relações de cooperação, intercâmbio e amizade com todos os partidos e movimentos progressistas do ‘Terceiro Mundo’ e da África em particular.”

⁴⁴⁰ Mário Soares, “Uma Convivência Secular”, discurso proferido em 5.12.1986, em São Tomé, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 162.

grande afectividade, que importa agora reforçar com acções concretas de intercâmbio efectivo e com os países africanos de língua portuguesa (...).”⁴⁴¹

O pensamento de Soares repercute assim o de poetas lusos que contribuíram para a reflexão sobre Portugal, como Camões e Pessoa. A ideia de afirmar e valorizar a cultura portuguesa, definindo a língua como meio e objectivo de exercício da identidade nacional, vai ao encontro da célebre frase de Fernando Pessoa, “a minha Pátria é a língua portuguesa.” Soares concretiza: trata-se “de uma ‘pátria de várias pátrias’, unidas não só pela língua, mas também e, sobretudo, pela solidariedade e pelo genuíno afecto.”⁴⁴² Vemos nesta ideia a mesma concepção *peçoana* de Nação, “o caminho entre dois *lugares* – o indivíduo e a Humanidade – que conduz, através da sublimação gradual da ‘fraternidade patriótica’ à ‘fraternidade de todos os homens.’”⁴⁴³ Ao longo do seu percurso político, vai defendendo a entreatada dos países de língua portuguesa, como é exemplo a sua proposta de constituição de uma fundação de auxílio aos países em transição democrática, que pode “servir, indirectamente, os interesses portugueses, a médio e longo prazo”, e que se prende com a “coragem de inovar, a generosidade de investir, sem nada pedir em troca, e a inteligência de ver, para além do imediatismo.”⁴⁴⁴

Ao revelar a sua característica visão política, valoriza o encontro histórico dos Descobrimentos com a marca cultural linguística, para propor soluções futuras. Neste sentido, chega a preconizar a criação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira. Inicialmente, o discurso *soarista* incide mais sobre o estreitamento de laços com o Brasil, com o próprio PS, já em 1973, a conceber também a realização de “uma autêntica comunidade Luso-Brasileira.”⁴⁴⁵ Amadurecida com os anos, tal ideia torna-se mais abrangente, completando-se no fecho do triângulo lusófono atlântico, “no quadro de uma Comunidade alargada Luso-Afro-Brasileira”, que considera “um irrecusável desígnio nacional,” que deverá ser assumido “pelo Estado nas suas vertentes económica, cultural e política (...).”⁴⁴⁶ A língua é pois um

⁴⁴¹ Mário Soares, “Um futuro de esperança”, discurso proferido na Assembleia da República, no 12º aniversário do 25 de Abril, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 38. A formação de consciência sobre a importância da língua como marca de identidade cultural e histórica de Portugal pela sua ligação a outros continentes é também uma constante nos discursos de Soares, com particular proeminência da valorização das relações com África e Brasil. Citamos mais um exemplo, de que os seus discursos enquanto PR e após, estão cheios: “Compreenderão que faça aqui uma referência especial ao Brasil, país a que Portugal está ligado por indestrutíveis laços históricos e por esse vínculo imperecível que é a língua. (...) A África é outra região do Mundo que os portugueses conhecem bem, por aí terem vivido mais de cinco séculos, em convívio íntimo com os povos desse continente. (...)”, Mário Soares, “Pela Compreensão entre os Povos”, discurso proferido na Universidade de Brown, em 23.05.1987, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p.193.

⁴⁴² Prefácio de Mário Soares, ao seu livro *Intervenções 8* [...] cit., p. 32. Concretizando a ideia de Pátria como língua, Soares refere-se à situação de guerra civil angolana que deve ser objecto de preocupação de Portugal, referindo as suas tentativas de contribuir para uma solução, mantendo ele próprio, “contactos isentos e regulares com as partes em conflito e com sectores significativos da sociedade civil angolana, bem como com o secretário-geral da ONU (...). Portugal não pode renunciar às suas responsabilidades.” E ao desinteresse dos meios de comunicação social e da opinião pública pelo assunto, “há que contrapor o nosso persistente amor pelo Povo de Angola (...). Angola, tenhamos disso consciência, continua a ser de uma vital importância para Portugal. Com nenhum outro Povo Africano lusófono, à excepção talvez do cabo-verdiano, temos tão profunda e íntima ligação afectiva.” Neste prefácio, Soares refere-se à sua proposta para o governo português, de “criação de uma Fundação (...) com o objectivo de valer, com total isenção, aos partidos e organizações políticos dos países em processo de transição democrática, designadamente aos africanos lusófonos.”

⁴⁴³ António Martins da Silva, *Portugal e a Europa, distanciamento* [...] cit., pág. 70.

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 33, 34.

⁴⁴⁵ “A comunidade luso-brasileira é uma grande ideia-força que há que desenvolver em todos os planos, nomeadamente o cultural”, Mário Soares em entrevista ao *Estado de São Paulo*, publicada a 1.03.1970, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 21. Também o PS, no início da sua formação, inscreve este objectivo no seu programa político. “Declaração de Princípios e Programa do PS”, 1973, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 239 (469) “1973” PAR, p. 64.

⁴⁴⁶ Prefácio de Mário Soares, ao seu livro *Intervenções 8* [...] cit., p. 35.

veículo para outras formas de cooperação, que se revela no domínio “da ciência e das tecnologias,” e na “ordem económica, empresarial e até política.”⁴⁴⁷

Estes novos âmbitos de relações, só possíveis com o 25 de Abril, graças à “independência dos países africanos lusófonos”, inserem-se no ciclo do pensamento *soarista* de recuperação do exemplo histórico como conduta de acção presente, delineando uma visão estruturante da política externa nacional. O fim da atitude parasitária de relação colonial, ditado pelo 25 de Abril, e já antes praticado dos sécs. XVI ao XVIII, reuniu as condições de regresso à alma humanista que impulsionou as Descobertas Portuguesas, que “representam o momento de encontro de Portugal com a História do Universal.” Soares não as exalta “com espírito passadista”, mas sim futurista, “procurando hoje, como aconteceu em Quinhentos, acertar o passo com os avanços e as inovações da ciência e tecnologia.”⁴⁴⁸ Valorizando a expansão marítima, transporta para a política sua contemporânea o canto camoniano, tornando-se uma voz reminescente do enaltecimento literário das Descobertas, que deram “novos mundos ao mundo”⁴⁴⁹ Vemos até, como em Pessoa, um certo paternalismo português, quando assume que “a visão” que motivou os Descobridores portugueses “e o espírito universalista a que deram origem são hoje património de toda a humanidade.”⁴⁵⁰ O universalismo é visto como ferramenta da política actual, do “Portugal moderno, democrático, europeu e solidário que procuramos construir.”⁴⁵¹ É na concepção de país moderno, a par com outras democracias europeias, que “falta cumprir Portugal.”⁴⁵² A paráfrase *peçoana* revela a inquietude do pensamento *soarista* relativamente à sua Pátria.

Não abdicar da lição do passado e da herança atlântica, representada pela ligação histórica a África e América Latina, não significa ficar refém da história, mas projectá-la numa conduta futura. Mas não se consegue “cumprir Portugal” apenas com uma política externa atlântica, sendo necessário também uma integração europeia. Não ficará Portugal dividido entre a diplomacia marítima e continental? Não será isto incompatível? Não! A integração europeia de Portugal insere-se na recuperação histórica de Soares com uma concepção futurista, como iremos compreender de seguida.

1.2. – Integração Europeia - cumprir uma identidade euro-atlântica

“Portugal país euro-atlântico. A expressão encerra em si mesma uma evidência geográfica, que, além disso, tem o peso de uma história de quase nove séculos. Portugal é, obviamente, um país europeu

⁴⁴⁷ Mário Soares, “Falar a linguagem da verdade”, mensagem de Ano Novo, dirigida aos Portugueses, em 1.01.1995, in Mário Soares, *Intervenções* 9 [...] cit., p. 65.

⁴⁴⁸ Mário Soares, “Uma comemoração virada para o futuro”, discurso proferido na cerimónia de condecoração realizada em 10.06.1987, no Palácio da Ajuda, por ocasião do início da comemoração dos Grandes Descobrimientos Portugueses, in Mário Soares, *Intervenções* 2 [...] cit., p. 169.

⁴⁴⁹ Mário Soares, “Uma Pequeninha Luz Bruxuleante”, discurso proferido no Palácio de Queluz, em 6.01.1988, na cerimónia de saudação ao Corpo Diplomático, in Mário Soares, *Intervenções* 2 [...] cit., p. 330.

⁴⁵⁰ Mário Soares, “Uma Afirmção do Espírito Moderno”, discurso proferido em 16.03.1987, em Brasília, no acto oficial de associação de Brasil às comemorações das Grandes Descobertas Portuguesas, in Mário Soares, *Intervenções* 2 [...] cit., p. 175.

⁴⁵¹ Mário Soares, “Uma Aventura que mudou a Face da Terra” discurso proferido junto à Torre de Belém, em 10.06.1987, dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, in Mário Soares, *Intervenções* 2 [...] cit., p. 167.

⁴⁵² Mário Soares, “O Universalismo da Liberdade”, discurso proferido na Covilhã, em 10.06.1988, no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, in Mário Soares, *Intervenções* 3 [...] cit., p. 43.

debruçado sobre o Atlântico: euro-atlântico, portanto.”⁴⁵³ Esta expressão está em perfeita consonância com o respeito pela condição histórica e geográfica que Soares revela sobre a sua Pátria. Constatámos, em capítulos anteriores, que a sua estratégia de oposição ao Estado Novo tem origem numa influência ideológica da Europa. A Europa foi, e é, um meio e um objectivo. A integração europeia confere uma dimensão política à identidade geográfica portuguesa, inserindo o país no quadro de valores actuais que são a base governativa do mundo ocidental, por oposição à extemporânea política colonialista de Salazar.

1.2.1 – A alternativa à política além-mar e o regresso às fronteiras naturais

A Europa ocupa no pensamento *soarista* um sentido de futuro para o país, não só como alternativa à política externa *salazarista*, mas como um projecto de base, de longo prazo, através do qual o país deve repensar a sua história, a sua estrutura interna e forma de estar no mundo, para definir a sua política externa e interna. A queda da ditadura é o marco político oportuno para o fazer. Desde o seu afastamento do PCP e da viragem para a social-democracia, a Europa assume-se, progressivamente, como estruturante na sua ideia para Portugal, não apenas pelas perspectivas que o projecto político comunitário abre ao país, mas, também, porque representa a consumação da historicidade e geografia portuguesas. A luta pela democracia não é apenas um fim em si mesmo para o país, mas também “a condição indispensável (...) para conseguir a integração de Portugal na Comunidade Europeia, a que naturalmente pertence por laços da geografia e da história.”⁴⁵⁴

A partir de meados da década de 60, precisamente quando a CEE dava os primeiros passos, a ideia de Europa, enquanto referência política, económica e ideológica⁴⁵⁵ é frequente nos seus discursos, como já vimos. É na projecção dos valores que ela representa, que se esboça uma ideia europeia como modelo para Portugal, consubstanciado num projecto antagónico à ideia *salazarista*, responsável por criar as condições que “nos distanciam da Europa e nos transformam numa espécie de ‘reserva medieval’.” A Europa não se afigura a Portugal como um contraponto à política colonial, mas, essencialmente, como uma necessidade de fundo do país - “E o drama, senhor presidente, é que Portugal precisa do auxílio económico e político da Europa.”⁴⁵⁶

Já antes da Revolução, Soares acreditava que a Europa, um baú de influências, seria naturalmente um agente impulsor da transição política do país, pois “o desenvolvimento da Comunidade Europeia”, de que Portugal não podia alhear-se implicaria “a destruição (a prazo) do

⁴⁵³ Mário Soares, “Portugal, país euro-atlântico”, conferência pronunciada no Porto, em 12.09.1990, a convite do Fórum Portucalense, in Mário Soares, *Intervenções* 5 [...] cit., p. 216.

⁴⁵⁴ “Documento Proposto à Reflexão dos Portugueses”, projecto de documento elaborado em 1972, com o fim de ser subscrito e divulgado por personalidades da corrente socialista”, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 193.

⁴⁵⁵ “(...) trata-se tão só de reconquistar a democracia e de acabar com o colonialismo para que Portugal possa ser uma Nação verdadeiramente europeia.” Mário Soares em resposta ao Inquérito do *Expresso*, enviada em 17.09.1973, que não chegou a ser publicada em virtude da censura, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 254.

⁴⁵⁶ “Nos 40 Anos do Estado Novo – Um Projecto”, abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, em 1966, redigido por Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.

regime português, *pele menos na sua forma actual*.⁴⁵⁷ Condição imprescindível para uma integração europeia era a democratização e a descolonização. Foi nesse sentido que incidiu a sua política na pasta dos Negócios Estrangeiros nos Governos Provisórios, que teve como linha condutora a democratização do país, “um imperativo de salvação nacional e condição para a reintegração de Portugal na Europa.”⁴⁵⁸ A integração europeia revela-se como a contraposição à política externa do Estado Novo. Com o fim do regime, Portugal encontraria a viabilidade de sobrevivência política e económica na integração europeia, o que acarretará uma reestruturação do país.⁴⁵⁹

A política “orgulhosamente só” de Salazar era adversa a qualquer tipo de cooperação com a CEE. Mesmo a entrada na NATO, como já vimos, foi “tirada a ferros.” Virado para o além-mar, o governo *salazarista* insistia numa política colonial que se repercutia num crescente mau estar internacional. O fim do Estado Novo permitiria assim inaugurar um novo projecto político para Portugal, no qual a Europa se constituía como estruturante. “O resultado é inelutável: *Portugal tem de reestruturar o seu futuro nacional nos limites do território europeu*. O que nos obriga a todos a repensar Portugal, como nação.”⁴⁶⁰ Repensar a pátria tem sido um exercício permanente de Soares. A partir de meados da década de 60, a ideia de que o futuro de Portugal está na integração europeia jamais se ausentará do seu discurso, sendo este um pensamento evolutivo, consoante as necessidades dos diferentes contextos políticos do país e do mundo.

A sedimentar esta ideia desde a oposição a Salazar, não admira que a voz de Soares se tenha singularizado com um projecto claro para o futuro do país, entre a indefinição que pairava no pensamento português sobre o rumo de Portugal, após o 25 de Abril, época em que, apesar de parte significativa dos pensadores conceberem que se estava perante o encerramento de um ciclo “e que era necessário, por isso, *repensar Portugal*”, não ousavam “apontar um caminho claro e objectivo (...).”⁴⁶¹ Soares preencheu esse vazio político, apontando esse caminho claro e objectivo, primeiramente como arma de oposição, depois com tímidas manifestações, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos Governos Provisórios, e, assumidamente, com a campanha política pela Europa, que foi bandeira da sua candidatura às eleições de 1976. “Foi o contraponto necessário da descolonização. Um acontecimento importantíssimo para o futuro de Portugal,”⁴⁶² que veio não só alinhar todos os governos constitucionais seguintes numa acção política pela adesão à CEE, consumada em 1985, como também contagiar alguns intelectuais portugueses com a opção europeia, ainda que com recatadas manifestações.⁴⁶³

⁴⁵⁷ Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida”, relatório do secretário-geral do PS, discutido, lido e aprovado no Congresso de Maio de 1973, na Alemanha, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., pp. 325.

⁴⁵⁸ Mário Soares, Conferência de Imprensa no Overseas Press Club, em Nova Iorque, em 1.04.1970, organizada por iniciativa da Revista *Ibérica*, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 33.

⁴⁵⁹ “Na perspectiva da perda de colónias e de uma associação mais íntima com a Europa, há que reestruturar toda a vida nacional em novas bases (...).” Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 718.

⁴⁶⁰ Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida”, relatório do secretário-geral do PS, discutido, lido e aprovado no Congresso de Maio de 1973, na Alemanha, in Mário Soares, *Escritos do Exílio* [...] cit., pp. 317.

⁴⁶¹ António Martins da Silva, “Portugal no Caminho da Europa: atitudes e posicionamento perante a opção e o modelo institucional europeus no pós 25 de Abril (1974-2004), in Norberto Cunha (coord), cit., pp. 130, 131.

⁴⁶² Mário Soares, “25 de Abril: Portugal e o futuro”, conferência de encerramento do ciclo ‘30 anos do 25 de Abril: Portugal e o futuro’, proferida no auditório Almeida Garret, a convite do presidente da Câmara Municipal de Porto, 18.11.2004, in Mário Soares, *A Crise e Agora*, Lisboa, Temas e Debates, 2005, p. 24.

⁴⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 134, 135.

A ideia *soarista* de integração comunitária de Portugal não emana apenas de uma necessidade política momentânea, inserindo-se, ao invés, numa concepção de naturalidade da história e geografia portuguesas, o que vai ao encontro das suas sensibilidades histórico-filosóficas e políticas. A adesão à CEE é vista como um regresso “às fronteiras naturais” do país, como “uma consequência natural da sua posição geográfica e da contribuição que deu à história da Europa.”⁴⁶⁴ Soares foi a voz que se ergueu com uma posição firme e um pensamento fundamentado pela Europa, com uma atitude reminescente da de Antero de Quental “-e com ele toda a Geração de 70-” que “procurou integrar Portugal no movimento de ideias comum a toda a Europa (...) para encaminhar o País na senda do progresso.”⁴⁶⁵ Com esta viragem, após o 25 de Abril, “Portugal reconquistou o lugar que lhe cabe num continente de cujos valores culturais foi embaixador nas sete partidas do mundo (...).”⁴⁶⁶ Brota aqui a fundação histórica da comunhão de valores civilizacionais de humanismo e universalismo, comuns à Europa e a Portugal, aludindo à reminiscência de Antero Quental e mesmo de toda a geração de 70.

É com base na história e na geografia que Soares confere à Europa o papel da fusão portuguesa do passado com o futuro, não se preconizando para Portugal uma evolução fora dela, como deixou claro no início do seu primeiro mandato como Presidente da República,⁴⁶⁷ que se sucedeu ao ano de adesão às Comunidades. Contudo, uma dúvida se impõe sobre o seu pensamento. Como se articula esta sua visão europeísta de Portugal com uma concepção atlântica, que preconiza o reforço de relações com as ex-colónias. Como se repartirá Portugal por estas orientações, aparentemente antagónicas? Como se conjuga esta viragem para a Europa com o além-mar? Vamos, de seguida, reflectir sobre esta aparente dicotomia.

1.2.2 – Com a Europa, no Atlântico - o reforço de uma identidade natural

Definir a identidade de Portugal dependentemente da sua geografia e história não é uma questão originalmente levantada por Soares. É uma problemática histórica portuguesa, “que vem a pôr-se, pelo menos, desde o século XIX”, com Oliveira Martins, “e que, colectivamente, teremos de resolver: É Portugal um país essencialmente europeu ou africano?”⁴⁶⁸ A questão está na ordem do dia após a desvinculação portuguesa de África. Iniciada com Antero, o questionamento sobre a identidade Portuguesa ocupou também o pensamento de Oliveira Martins.

⁴⁶⁴ Mário Soares, “Manter os Laços Seculares”, discurso proferido na Fundação Afro-Lusitana, em 21.09.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 297.

⁴⁶⁵ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 462. A este propósito, Soares faz ainda referência neste livro ao pensamento de Oliveira Martins, outro dos expoentes da Geração de 70, e de Alexandre Herculano, que “pretendia entroncar Portugal na tradição democrática perdida, por forma a poder retomar o seu lugar no concerto das nações progressivas da Europa.”

⁴⁶⁶ Mário Soares, “Encorajar os Esforços de Paz”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 9.04.1990, no banquete de honra ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 290.

⁴⁶⁷ “Fui eleito pelos portugueses para desempenhar o alto cargo de Presidente da República nos próximos cinco anos, que considero decisivos para assegurar um futuro de desenvolvimento a Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, a que agora pertencemos por direito.” Mário Soares, “Unir os Portugueses, Servir Portugal”, discurso proferido na AR, em 9.03.1986, na sessão solene de investidura como Presidente da República, in *Intervenções* [...] cit., p. 23.

⁴⁶⁸ “Notas Esparsas sobre a Actualidade Política e Nacional” in Mário Soares, *Escritos Políticos* [...] cit., p. 161.

Face ao fim do Estado Novo e da sua política além-mar, “poderá” então “Portugal sobreviver, como país independente, à perda de colónias?”⁴⁶⁹ A reflexão de Soares e a recuperação deste assunto é coincidente com a cedência do próprio regime ditatorial, na sua fase final, a uma abertura à Europa, o que vem originar antagonismo no seu seio. A discussão emergente no final do Estado Novo foi impulsionada pela necessidade económica de Portugal se aproximar à Comunidade Europeia. Face ao segundo pedido de negociações da Inglaterra para adesão, em 1969, Portugal veria agravar a sua condição económica ao deixar o seu comércio externo dependente da EFTA, que se fragilizaria com a integração europeia dos britânicos.

Assim, em 1970, o governo português entrega à Comissão da Comunidade um pedido de negociações tendentes a encontrar uma forma de ligação vantajosa para as duas partes, o que culmina no Acordo Comercial assinado em 1972,⁴⁷⁰ o que Soares acusa de política dúplice. “Incapaz de decidir, Caetano, em discurso recente, negou a existência de tal dicotomia, pretendendo que a intensificação do esforço de guerra não é incompatível com uma política económica em direcção à Europa.”⁴⁷¹ Soares invoca ainda esta abertura para acusar o Estado Novo de contradição e para introduzir a sua ideia de que a política externa portuguesa não pode ficar dependente de uma exclusividade, do mar ou do continente. Retira assim sentido a esse dilema, uma vez que ele se resolve pela própria condição natural e histórica do território português. Portugal é um “país europeu mas também atlântico, situado no cruzamento das rotas marítimas e aéreas, entre a Europa e a América, o norte e o sul, na entrada do mediterrâneo”, sendo esta condição geográfica que “em parte justifica a sua história.”⁴⁷²

É com base num passado e numa condição geográfica que se fundamenta e estrutura o futuro do país, como já vimos anteriormente. Assim, ao defender a adesão de Portugal à Europa, consumando uma ideia de Pátria na integração europeia, Soares não recusa uma relação com os territórios além-mar ou estaria em total contradição com a historicidade do seu pensamento. Refutando qualquer ligação colonialista com esses territórios e defendendo as relações com África e América Latina através de formas de cooperação e entajuda política e económica, a integração europeia vem criar condições para fazer reemergir o espírito humanista português e reforçar a condição marítima do país. “A opção europeia” de Portugal “não é contraditória, mas antes complementar, da dimensão universalista que caracteriza a história e a cultura portuguesas.”⁴⁷³ Soares conjuga a identidade atlântica e histórica de Portugal com uma visão integrada na contemporaneidade política europeia. “Integrados na Europa e fiéis à vocação atlântica que nos moldou e nos distingue, estamos irmanados com todos os povos que falam português (...).”⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁰ António Martins da Silva, *Portugal entre a Europa e o Além-Mar*, Série História e Cadernos da Língua e Cultura Portuguesas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 55-59.

⁴⁷¹ Entrevista a Mário Soares, concedida em Paris à agência noticiosa Prensa Latina, em 1971, in *Escritos do Exílio* [...] cit., p. 77.

⁴⁷² Mário Soares, Prefácio, *Intervenções* [...] cit., p. 20.

⁴⁷³ Mário Soares, “Reforçar o entendimento comum”, discurso proferido no Porto, em 23.05.1988, no Encontro Empresarial Brasil-Portugal, in Mário Soares, *Intervenções* 3 [...] cit., p. 254.

⁴⁷⁴ Mário Soares, “Compreender e agir em cada tempo”, discurso proferido em 10.06.1994, em Coimbra, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, in Mário Soares, *Intervenções* 9 [...] cit., p. 56

1.2.2.1- Portugal – o centro nevrálgico do triângulo Europa/África/América Latina

É então através de uma ideia de complementaridade, conferindo ao país um papel conector entre a Europa e as ex-colónias, que Soares quebra assim o dilema existente na sociedade portuguesa. “(...) O meu país poderá regressar à vocação de lugar de encontro entre dois mundos e constituir um traço de união exemplar entre a Europa e a África.”⁴⁷⁵ Neste discurso na ONU, após o 25 de Abril, Soares desbravava assim uma certeza pelo caminho das incógnitas do pensamento português, tímido em perspectivar soluções para o país após o derrube de uma ditadura de quase cinquenta anos, contrariando os que não se entusiasmavam com a entrada na Europa, “que não se coadunava com a condição atlântica e a vocação universalista do povo português.”⁴⁷⁶ Soares via na conjugação das duas vertentes da identidade portuguesa um futuro para o país, que “pela sua própria posição e vocação histórica tem condições de vir a ser um traço de união muito forte entre a África e a Europa.”⁴⁷⁷ A concepção de uma “nação euro-atlântica” vai sendo aprofundada ao longo da sua carreira política e, insistentemente, defendida enquanto Presidente da República. “Unidade nacional, coesão europeia, solidariedade atlântica e cooperação com África – designadamente a que fala português – são linhas da nossa política externa (...).”⁴⁷⁸

A par com África, o Brasil ocupa, também, uma preocupação central no pensamento *soarista*, como cumprimento da identidade geográfica e histórica da Pátria. É através da Europa que Portugal potencia a sua dimensão atlântica, nomeadamente pelo reforço e renovação de relações com África e Brasil. “Queremos que o Brasil esteja presente nesta evolução (de Portugal na CEE). A nossa adesão à Comunidade Europeia não representa uma opção eurocêntrica, uma ruptura com os laços seculares que nos unem ao mundo atlântico e em particular às novas Nações nascidas da epopeia de Quinhentos (...).”⁴⁷⁹ Inserido num novo contexto geopolítico, o carácter histórico das relações portuguesas com as ex-colónias será potenciado e renovado, despertando interesses bilaterais em vários sectores. Integrado na CEE, “num mercado de 320 milhões de seres humanos,”⁴⁸⁰ Portugal aumentará a sua importância para os territórios além-mar. Com esta dimensão euro-atlântica, o país sairá valorizado cultural, económica e politicamente no mundo. Trata-se de uma “complementaridade que existe entre a nossa participação activa na construção europeia e os interesses permanentes que temos – não só históricos ou linguísticos – no Atlântico (Cabo Verde, Brasil, África).”⁴⁸¹

⁴⁷⁵ Mário Soares, “Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU”, em 23.11.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 130.

⁴⁷⁶ António Martins da Silva, “Portugal no Caminho da Europa: atitudes e posicionamento perante a opção e o modelo institucional europeus no pós 25 de Abril (1974-2004)”, in Norberto Cunha (coord), *Europa* [...] cit., pp. 130, 131.

⁴⁷⁷ Entrevista a Mário Soares, realizada por Manuel Dias, para o *Jornal de Notícias*, do Porto, publicada em 18.02.1975, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 276.

⁴⁷⁸ Mário Soares, “Forças Armadas Modernas”, discurso proferido em 10.05.1988, por ocasião da visita ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, in Mário Soares, *Intervenções* 3 [...] cit., p. 118.

⁴⁷⁹ Mário Soares, “Cooperar nos desafios do séc. XXI”, discurso proferido na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESPA) em 1.04.1987, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 287.

⁴⁸⁰ Idem, “Vamos conseguir”, discurso proferido em 16.12.1986, por ocasião da abertura do seminário sobre as implicações sectoriais da Adesão à CEE, na Associação Industrial Portuguesa”, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 136.

⁴⁸¹ Idem, “A União Europeia e os 500 Anos do Brasil”, artigo publicado no *Expresso*, 6.05.2000, in Mário Soares, *Português e Europeu*, Amadora, Temas e Debates, 2001, p. 150.

Deste modo, Portugal, inserido num novo contexto geopolítico, deve agir para o reforço das relações atlânticas com a Europa, assumindo o papel de ponte para o diálogo entre esses dois mundos. Soares confere assim o papel à sua Pátria de centro nevrálgico disseminador de sinergias que potenciem as relações políticas, culturais e económicas entre os três vértices do triângulo geográfico: Europa, África, América Latina. A atitude político-pedagógica que enverga enquanto Presidente da República é continuada mesmo após a retirada da vida política activa, como quando critica o governo, ao considerar que “a data simbólica dos 500 anos da Descoberta do Brasil não foi suficientemente aproveitada” pela presidência portuguesa no Conselho Europeu, e que o poderia ter sido, “com um encontro União Europeia/Mercosul” ou outro acto “que realçasse as relações entre a Europa e a América Latina.”⁴⁸²

Em exercício do seu carácter humanista, Portugal deve assumir o papel de porta-voz da América-Latina no velho continente, não deixando “de defender, no seio da comunidade europeia, um reforço da ajuda ao desenvolvimento daquelas nações,”⁴⁸³ embora não descurando uma actuação conjunta com Espanha, pois a integração europeia deste país fez nascer “um novo espírito no relacionamento da Europa com os países da América Latina,”⁴⁸⁴ “aproximando-a, se possível, da União Europeia.”⁴⁸⁵ É na conjugação de esforços que Portugal e Espanha se acham “em posição favorável, no quadro da Comunidade Europeia, para promover uma melhor compreensão dos graves problemas que afectam aquele continente.”⁴⁸⁶

Embora na explanação da ideia de Portugal como uma peça central no relacionamento da América Latina e África com a Europa só se tivessem apresentado alguns exemplos discursivos, esta concepção é recorrente em todo o seu pensamento, porque se funde numa unidade ideológica sobre o papel que reserva para a sua Pátria. Com a integração europeia, a ideia de Portugal como centro nevrálgico das relações Europa/África/América Latina é a via para a caracterização da singularidade europeia do país, o que defende dever ser assumido e promovido politicamente na União.

1.2.3 – Portugal com uma identidade singular na Europa e no Mundo

Como temos vindo a verificar, é então nas referências históricas e características geográficas do país que Soares edifica as fundações do seu pensamento sobre Portugal e o papel político que reserva para o futuro. Porém, esse sentido futuro não emana apenas de um pretérito, inserindo-se antes no

⁴⁸² Idem, *ibidem*, p. 149.

⁴⁸³ Idem, “Lutar pelos Direitos do Homem”, discurso proferido em 27.05.1988, por ocasião da visita oficial do presidente da Colômbia, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 271.

⁴⁸⁴ Idem, “Lutar pelos Direitos do Homem”, discurso proferido em 27.05.1988, por ocasião da visita oficial do Presidente da República da Colômbia, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 270.

⁴⁸⁵ Idem, “Consolidar a identidade ibero-americana”, discurso proferido em San Carlos de Bariloche, em 16.10.1995, na V Cimeira Ibero-Americana, in Mário Soares, *Intervenções 10* [...] cit., p. 153.

⁴⁸⁶ Idem, “Latinidade: um Legado Comum”, discurso proferido em 10.07.1989, por ocasião da visita oficial a Portugal do Presidente da República do Uruguai, in Mário Soares, *Intervenções 4* Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. 378. Esta ideia está presente noutros discursos, como quando defende que Portugal e Europa “são os parceiros privilegiados no relacionamento com a Europa, já que estão melhor colocados do que ninguém para fazer defender na União Europeia os anseios e preocupações do mundo ibero-americano.”, Mário Soares, “Reforçar os laços entre os povos da Ibero-América”, discurso proferido em Cartagena das Índias, em 14.06.1994, na IV Cimeira Ibero-americana, in Mário Soares, *Intervenções 9* [...] cit., p. 209.

contexto contemporâneo, através da participação e contribuição para a construção europeia. Ao integrar a CEE em 1985, apanhando um comboio que já levava dez países, colocava-se a questão da dimensão e periferia do território português como alarme para a possível marginalização europeia de Lisboa, ainda para mais, atendendo à discrepância de desenvolvimento relativamente a outras capitais comunitárias.

Torna-se, assim, necessário promover uma “integração europeia sem perda de identidade própria (...),”⁴⁸⁷ em que a geografia e historicidade portuguesas passam também por ser armas de afirmação identitária na Europa. “A singularidade de Portugal na União Europeia reside nessa memória histórica”, pelo que deve pôr-se “em realce aquilo que nos individualiza na União Europeia.” Essa será a base política competitiva de Portugal, traduzindo uma “estratégia clara e diferenciada em relação aos outros países europeus (...),”⁴⁸⁸ através de uma valorização do seu manancial histórico e geoestratégico, com uma localização “na embocadura do Mediterrâneo, debruçado sobre o Atlântico, o mais próximo vizinho europeu dos EUA.”⁴⁸⁹ Aproveitar as oportunidades desta posição geográfica significa “saber tirar vantagens dessa vizinhança com os EUA, (...) bem como com o Brasil e com África.”⁴⁹⁰

Deste modo, a periferia de Portugal torna-se na sua própria vantagem e trunfo político na Europa. Por isso, urge a definição de uma estratégia para Portugal na Comunidade, com “uma política externa activa, dotada de meios e consequente com o que fomos e representamos.”⁴⁹¹ O mar é agora enaltecido, não na concepção colonialista de Salazar - como o único horizonte da política externa portuguesa - mas numa perspectiva de abertura, como uma ponte da Europa para outros continentes, fomentando o desenvolvimento de relações económicas, políticas e culturais passíveis de mais-valias bilaterais. Isto confere a Portugal uma importância única na construção europeia. Não só “somos o país da Europa mais próximo dos EUA”, como “mantemos diálogo muito estreito com os países da América Latina e África.”⁴⁹² E prevenindo que esta concepção universalista de Portugal possa ser vista como exacerbado idealismo, Soares procura inseri-la numa importância política em momentos capitais da história mundial, como prova o valor do “triângulo geoestratégico Continente, Açores-Madeira”, evidenciado na “crise do Golfo.”⁴⁹³

Com a desmembramento da União Soviética, ao conjecturar-se o alargamento da Europa a Leste, mais argumentos se lhe ofereceram para a importância geopolítica portuguesa, conferindo à posição sulista de Lisboa um papel de contrabalanço na política europeia, reiterando o interesse que o país continuará a dedicar à cooperação com África, desfazendo assim os receios de que a consolidação das democracias nascentes no Leste europeu venha a provocar um desinteresse comunitário “pela ajuda

⁴⁸⁷ Idem, “Um País em Mudança”, discurso proferido em Braga, em 10.06.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p.32.

⁴⁸⁸ Idem, “A União Europeia e os 500 Anos do Brasil”, publicado no *Expresso*, 6.05.2000, in Mário Soares, *Português e Europeu* [...] cit., p. 152.

⁴⁸⁹ Idem, “Um País em Mudança”, discurso proferido em Braga, em 10.06.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 35. Esta ideia é repetida noutras intervenções, como elucida a seguinte declaração: “Por outro lado, nós não nos podemos esquecer de que somos um país periférico em relação ao centro da Europa, estamos debruçados sobre o atlântico e o nosso mais próximo vizinho chama-se EUA”, entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 536.

⁴⁹⁰ Entrevista concedida por Mário Soares ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 536.

⁴⁹¹ “É a Cultura que representa o espírito de uma Nação”, entrevista concedida por Mário Soares, ao *Jornal de Letras*, em 18.02.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 243.

⁴⁹² “Não acredito no declínio da Europa”, entrevista concedida por Mário Soares ao *Sud-Ouest*, em 26.05.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4* [...] cit., p. 426.

⁴⁹³ Mário Soares, “Portugal, país euro-atlântico”, conferência pronunciada no Porto, em 12.09.1990, a convite do Fórum Portucalense, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 220.

ao desenvolvimento das zonas mais desprotegidas do terceiro mundo.”⁴⁹⁴ Não se confunda esta posição com uma atitude contrária ao alargamento europeu a Leste, mas sim como uma defesa de um equilíbrio de forças na Europa. “Portugal, no âmbito da Comunidade Europeia, continuará a defender que a indispensável ajuda aos nossos vizinhos europeus de leste não deve afectar os meios indispensáveis para levar África ao caminho da recuperação (...).”⁴⁹⁵ Embora compreendendo a necessidade prioritária de “mobilização de recursos comunitários para apoio à consolidação das reformas democráticas iniciadas nos países de Leste”, Soares considera que seria gravoso que tal fosse feito “mediante o sacrifício da cooperação com a América Latina ou com África.”⁴⁹⁶ Nesta circunstância histórica, Portugal deve assim exercer um papel mediador no exercício político da Europa.

A questão do alargamento europeu a Leste coloca-se também em termos da própria distribuição interna de forças europeias, levantando-se a possibilidade da consequente “periferização” continental de Portugal.⁴⁹⁷ O momento da reunificação da RFA com a RDA, que anunciava a crise da URSS e a consequente necessidade de uma estratégia de viragem da Europa para Leste, faz ressurgir, em algum pensamento português, a velha dicotomia: o Atlântico ou a Europa? Perante isto, Soares assume-se novamente como a voz conciliadora, reforçando o apelo a uma política activa para contrariar a ideia de “periferização” de Portugal, que deve estar consciente de que tais mudanças na geopolítica mundial, “não alteraram a razão de ser” da Comunidade, antes “reforçaram a sua importância estratégica”, tornando-se necessária a redefinição institucional e política do projecto europeu. Enquadrado nele, Portugal “não pode resignar-se a uma posição de arrastamento,” mas deve “fazer todos os esforços por estar na primeira linha do processo de construção europeia, com posições próprias e criativas em todos os domínios.”⁴⁹⁸

Para isso, o país deve fazer um trabalho político interno, de discussão, auscultando e aproximando-se da vontade dos cidadãos, prevendo o futuro e tendo “uma contribuição criativa na Comunidade,”⁴⁹⁹ pressupostos para delinear a sua estratégia de política externa. Este papel activo de Portugal deve emergir da sua consciência e própria responsabilidade política pela construção europeia. A atitude de Soares perante estes momentos particulares da história da construção europeia atesta a consistência teórica do seu projecto para Portugal, evidenciando que não é uma simples resposta a

⁴⁹⁴ Mário Soares, “Encorajar os esforços de paz”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 9.04.1990, no banquete de honra ao Presidente da República de Moçambique, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 292.

⁴⁹⁵ Mário Soares, “Salvar o continente africano”, discurso proferido em 25.06.1993, no Palácio da Ajuda, no banquete oferecido na visita do Presidente do Zimbabwe, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 228.

⁴⁹⁶ Mário Soares, “Reforçar o património comum”, discurso proferido na Universidade do Rio de Janeiro, em 19.03.1990, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 82. Esta ideia é reforçada noutras mensagens, em discursos de estado, sendo particularmente notória em 1990 e 1991, após a reunificação da Alemanha, como é exemplo também este excerto: “Compreende-se que seja necessário apoiar as novas democracias nascentes (de Leste) e ajudá-las a solidificar regimes pluralistas e a criar as estruturas indispensáveis ao funcionamento das economias de mercado. (...) Portugal não deixará, no entanto, de defender, quer no âmbito da Comunidade Europeia, quer em outras instâncias internacionais, o papel essencial que a cooperação com os continentes sul-americanos e africano deve desempenhar na preservação dos equilíbrios mundiais e na prossecução de uma verdadeira política de diálogo Norte-Sul.” Mário Soares, “A Defesa dos Valores Culturais Comuns”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 9.02.1990, no banquete de honra do Presidente eleito do Brasil, Fernando Collor Melo, Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 280.

⁴⁹⁷ A noção de que tais posições se tenham manifestado no pensamento político português é-nos dada por Soares, pois, neste trabalho, não se efectuou qualquer pesquisa nesse sentido. Soares refere-o na conferência realizada a 9.02.1990, “A Europa dos anos 90”, no colóquio comemorativo dos 3 anos do *Semanário Económico*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 212.

⁴⁹⁸ Mário Soares, “Portugal na Comunidade Europeia do Futuro”, discurso proferido em Lisboa, em 9.10.1990, na abertura da Conferência organizada pelo Grupo Socialista do Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., pp. 232.

⁴⁹⁹ *Idem, ibidem*. pp. 232.

conjunturas históricas, mas sim uma ideia estruturante do seu pensamento sobre a Pátria. A adesão não foi uma decisão “ditada(s) por meras circunstâncias conjunturais: são opções estratégicas, de longo prazo, em absoluto convergentes com os interesses permanentes da Nação e com os eixos fundamentais da sua inserção externa (...).”⁵⁰⁰

É neste sentido que Portugal tem de realçar a sua geopolítica, assumindo-se com um papel específico, insubstituível e determinante para o futuro do projecto europeu, influenciando a Europa no exercício de um papel humanista e universalista.⁵⁰¹ O Atlântico é para a Europa a via de diálogo com os países do Sul, sendo Portugal a porta europeia para essa via. Como “um dos Estados comunitários historicamente mais ligado aos Povos das duas margens do Atlântico Sul”, Portugal, erguendo a voz da sua tradição universalista na Europa, deve continuar a assumir-se “como um legítimo arauto e um garante intransigente do espírito de abertura da Europa aos povos dos outros continentes.”⁵⁰² E porque também tem responsabilidades na construção do ideal europeu, Portugal “pode e deve exercer um papel importante no combate por essa Europa que esperamos marque o próximo século.”⁵⁰³

Esta ideia da necessidade de diálogo da Europa com outros continentes, nomeadamente de diálogo Norte/Sul, será melhor desenvolvida no capítulo 2. É neste ideário europeu que Soares contraria um papel passivo de Portugal, sendo por uma iniciativa diplomática activa que o país pode evidenciar-se politicamente na construção da nova ordem mundial, que começa a desenhar-se após a queda do muro de Berlim. Integrado na Europa, Portugal sobredimensiona politicamente o seu território geográfico, pois é assim que se encontra, “pelo menos em teoria, particularmente bem posicionado para, com as limitações próprias de um pequeno país, (...) poder participar de forma muito positiva na realização da nova ordem mundial.”⁵⁰⁴ Soares inaugurou e, com a sua insistência neste assunto, ajudou a consolidar a política externa actual de Portugal, que quebrou com o ciclo do império e inseriu o país na política global contemporânea.

1.3 – Integração Europeia – a consolidação do fim do ciclo do império

“A adesão de Portugal às Comunidades Europeias (...) resultou de uma opção nacional e foi como que um virar de página da nossa história multissecular, após o encerramento do ciclo do império.”⁵⁰⁵ Diríamos mais. Que a integração europeia de Portugal marcou o início da consolidação do fim do ciclo do império. Diga-se o início da consolidação do fim porque, apesar de formalmente o 25 de

⁵⁰⁰ Idem, *ibidem*, pp.233.

⁵⁰¹ “Esta posição geoestratégica confere-nos potencialidades que procuramos, naturalmente, desenvolver, constituindo igualmente o trunfo valioso para a União Europeia, no seu conjunto.” Mário Soares, “O desígnio humanista da Europa”, conferência proferida em Bruxelas, em 15.03.1993, a convite das “Grandes Conferências Católicas”, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 106.

⁵⁰² Mário Soares, “Um novo rosto à ligação Europa-América Latina”, discurso proferido em Guadalajara, em 19.07.1991, durante a 1ª Conferência Ibero-americana, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 180.

⁵⁰³ Mário Soares, “Dar à Europa um contributo criador”, depoimento concedido à revista *Visão*, em Junho de 1995, sobre os dez anos da integração de Portugal na CEE, in Mário Soares, *Intervenções 10* [...] cit., p. 135.

⁵⁰⁴ Mário Soares, “Uma nova ordem económica e social”, discurso proferido na EXPONOR, Porto, em 29.10.1992, na sessão de homenagem ao empresário português, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 128.

⁵⁰⁵ Mário Soares, “A Europa em Diálogo”, discurso proferido em 21.06.1987, na VIII Conferência Interparlamentar da Comunidade Europeia – América Latina, em Lisboa, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 259.

Abril e a subsequente descolonização terem anunciado o fim do império, na generalidade do pensamento português pairaria ainda, durante alguns anos, a incógnita sobre o futuro político de Portugal, a ousar um certo arrependimento do abrupto abandono dos territórios coloniais. Como já vimos, mesmo com a estabilização política após o PREC, não era claro, na generalidade do espírito político português, a viabilidade da opção europeia, instalando-se alguns receios de incompatibilidade da vocação atlântica portuguesa com a continental. De modo que, só após a adesão de Portugal à CEE e alguns anos depois, as evidências do tempo foram consolidando nas mentalidades e política portuguesa o fim do ciclo do império.

O 25 de Abril permitiu as condições políticas de preparação democrática necessárias para a integração europeia de Portugal, que representou “um virar de página na sua história multissecular,”⁵⁰⁶ em que o país deixa de se afirmar pelo seu império colonial e inicia uma futura partilha de soberania, integrando um novo sistema económico, enfim, uma mudança nos vários sectores da sociedade portuguesa. A adesão significa a viabilidade da sobrevivência do país ao fim do ciclo do império, consolidando, politicamente, a sua nova vertente europeia, representando “o contraponto natural da descolonização”⁵⁰⁷ e tudo o que isso implicava.

Componente estruturante da ideia de Soares para o futuro de Portugal, a integração europeia representa a concretização da sua política antagonista à do Estado Novo. Além de uma alternativa ao colonialismo, a adesão à CEE foi sempre vista como “um modo de reforçar o nosso sistema democrático, de modernizar as nossas estruturas e de alargar o campo da nossa convivência externa.”⁵⁰⁸ Tendo sido a alternativa a um vazio político após o 25 de Abril, a integração não se esgota nesta resposta histórica, sendo antes, enquanto pilar da ideia *soarista* de Pátria, a inauguração de uma nova forma de fazer política em Portugal e de Portugal estar no mundo, alterando as políticas internas do Estado e introduzindo-o “no sistema de relações internacionais (...).”⁵⁰⁹

É a integração europeia de Portugal que permite a inserção plena do país na geopolítica mundial, o auge do antagonismo ao isolacionismo ditatorial. Enquanto Salazar advogava uma soberania política emanada do estado nação, com a integração europeia de Portugal, inaugura-se uma nova forma do país exercer a sua soberania, que será tão mais plena quanto mais aprofundamento político fizer a Comunidade.

A União Europeia apresenta-se a Soares como “a única maneira de Portugal ter voz audível no mundo de hoje – e, em consequência, defender eficazmente os seus interesses nacionais.”⁵¹⁰ Por isso, defende a solução federal para a evolução institucional da União, como a forma mais democraticamente participativa dos estados membros. Este é um assunto que tem dominado frequentemente os seus

⁵⁰⁶ Mário Soares, “Uma Sociedade moderna, humana e de progresso”, conferência proferida no Wilson Center (Washington), em 18.05.1987, integrada no Colóquio “Portugal: Ancient Country, Young Democracy”, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 43.

⁵⁰⁷ Mário Soares, “A ideia europeia”, conferência proferida na Universidade de Salamanca, em 16.01.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 220.

⁵⁰⁸ Mário Soares, “Coordenar o Esforço Europeu”, discurso proferido em 6.04.1987, por ocasião da visita oficial a Portugal do Presidente da República Francesa, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 244.

⁵⁰⁹ Mário Soares, “Mais solidariedade e mais liberdade”, discurso proferido em 3.12.1986, na Conferência Nacional da Associação Portuguesa dos Economistas, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 121.

⁵¹⁰ In Mário Bettencourt Resendes, *A Incerteza dos Tempos*, entrevista a Mário Soares, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p. 59.

discursos após a retirada da vida política activa, colocando o federalismo europeu como essência da evolução institucional da União. A nova forma de soberania consiste na sua partilha, no que parece ser um contra-senso, mas que é afinal o novo paradigma de soberania do Estado Nação.

A ideia de Portugal poder ter uma influência eficaz no mundo quando integrado numa união política federal, resulta, no arquétipo ideológico *soarista*, de uma análise às alterações que a nova conjuntura mundial provoca nas formas de actuação internacional, o que leva a uma mudança na forma de exercício da soberania nacional e no próprio conceito. “Como se deve entender hoje a soberania nacional? Relaciona-se com a moeda? Já vimos que não. (...) O poder militar? A capacidade de podermos, só com os nossos meios, defender o nosso território de eventuais ataques externos? Não é o caso.”⁵¹¹ Toca-se assim no ponto que desperta a necessidade externa de um Portugal inserido numa Europa federal. No mundo actual, a actuação conjunta dos estados reforça a posição de cada um. “Hoje a defesa militar tem muito a ver com o sistema de alianças em que nos inserimos, com o facto de estarmos na União Europeia. A defesa, hoje, é colectiva (...). É por aí que se assegura a soberania.”⁵¹² Quanto mais integrado Portugal estiver na UE, mais soberania mundial exercerá. Esta noção de Soares recai, mais uma vez, na ideia de uma Europa impulsionadora, motor de engrenagem, com um destino político mundial. “Isolados, hoje, não teríamos condições, sequer, para nos defendermos da Espanha.”⁵¹³

Embora ainda longe da união federal, a adesão à CEE já implicou para Portugal o início dessa nova forma de exercício de soberania e a consumação do antagonismo ideológico ao país “orgulhosamente só.” A partilha de soberania nacional não tem suscitado oposições políticas que coloquem em causa o sistema internacional actual em que Portugal se insere, o que denota a consolidação plena da renovação da mentalidade portuguesa sobre o fim do império colonial, varrendo os espíritos cépticos que ainda punham em causa esta opção no final do Estado Novo.

E assim, inserido nos sistemas geopolíticos internacionais contemporâneos, Portugal encontra um meio de exercer uma identidade renovada. São novas formas de exercício da tradição universalista portuguesa, em que a via marítima das Descobertas deu lugar à relação política transnacional. Se a integração europeia veio ditar o fim do império colonial por um lado, por outro, ela não pretende ser um marco de quebra com o passado além-mar, mas sim recuperar o seu sentido humanista e universalista emanado dos Descobrimentos.

O fim do império colonial dita apenas, na óptica de Soares, a aniquilação do sentido parasitário da relação com os territórios ultramarinos. Deve, porém, conservar-se a marca positiva da presença lusa em África e Brasil, a génese do espírito quinhentista, a tradição universalista portuguesa como fomento da identidade do país após o fim do ciclo do império. “Hoje a nossa presença na Europa e no Mundo deve afirmar-se na consciência do que somos e daquilo que criámos, com o legítimo orgulho pela

⁵¹¹ Mário Soares, Sérgio Sousa Pinto, *Diálogo de Gerações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 149.

⁵¹² Idem., *ibidem*.

⁵¹³ Idem., *ibidem*.

contribuição que demos à civilização do universal.”⁵¹⁴ Como temos vindo a explicar, trata-se de recuperar uma herança histórica e uma condição geográfica para evidenciar o país na política externa contemporânea.

O ideal da *Mensagem* de Pessoa, um Portugal com expressão no mundo, dinamizador e influenciador de um espírito próprio, esse “Quinto Império”, cumprir-se-á, na óptica de Soares, através da Europa. O seu ideal de Europa é a sua expressão política do Quinto Império, que nasceria, na literatura *pessoana*, através de um ímpeto novo, personalizado por um “Super-Camões” que “encabeçaria ‘uma nova Renascença (...) que de Portugal se derramará para a Europa, como da Itália para a Europa se derramou a outra Renascença.’”⁵¹⁵ A Europa, enquanto força geopolítica no mundo, está para a afirmação portuguesa contemporânea como o mar esteve para os descobridores portugueses.

Por isso, teria sido um erro, após o derrube do Estado Novo, colocar o futuro do país em termos paradigmáticos. A Europa não é apenas vista por Soares como a guarida económica de Portugal, mas acima de tudo como integrante da identidade portuguesa, veículo para o exercício de uma política universalista, que, de outro modo, isoladamente, na tendência para a aglomeração de grandes blocos geopolíticos, Portugal não conseguiria afirmar. É assim que vamos ao encontro da ideia inicial deste capítulo, a de que a Europa é o futuro de Portugal e o complemento à sua ideia de Pátria. E se Portugal retira vantagens da Europa, também esta encontra na identidade lusa um complemento à sua missão de mediadora política global, o que se revela numa perfeita simbiose.

2 – Portugal – o complemento à ideia da Europa do futuro

Se a Europa ajuda a projectar a tradição universalista portuguesa como via futura de exercício político, também ao contrário se estabelece uma relação de complementaridade. Portugal ajuda a projectar a Europa do futuro, que, na ideia de Soares, não deve quedar-se sobre si, não ser eurocêntrica, mas perfilhar de valores humanistas, quer interna, quer externamente. Neste aspecto, a Europa deve assumir um papel importante de mediadora política no mundo. Para isso, terá de ter a coragem para encetar uma reforma institucional, para se dotar de uma estrutura de decisão assente numa verdadeira unidade política. Só assim terá capacidade de exercer influência no mundo e praticar os seus ancestrais valores humanistas. Iremos novamente constatar a historicidade do pensamento de Soares, que bebe de uma grande influência de pensadores e construtores da ideia de Europa unida.

⁵¹⁴ Mário Soares, “O Universalismo da liberdade”, discurso proferido na Covilhã, em 10.06.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 44.

⁵¹⁵ Primeiros poemas publicados por Fernando Pessoa, em 1912, citado por Richard Zenith, Prefácio, Fernando Pessoa, *Mensagem*, Oficina do Livro, Cruz Quebrada, 2006, p. 12.

2.1 – Político português – pensador europeu

Humanismo e utopia – novos tempos, antigas armas

Soares é um patriótico, remanescente da história portuguesa e pedagogo da sua identidade, como base orientadora para o futuro político do país. Mas ele é também, como sempre se considerou, “um europeísta”⁵¹⁶ assumido e convicto. Se, como constatámos anteriormente, o seu pensamento é nitidamente influenciado por autores portugueses, é-o também por europeus que marcaram a história da ideia de unificação europeia. Tal como na lógica da sua ideia sobre Portugal, também no seu pensamento sobre a Europa (da qual não se pode dissociar o outro, e vice-versa) o futuro emana do passado. A germinação da ideia de Europa unida é a sua batuta para o futuro da União Europeia, reflectindo-se, também, neste aspecto, a historicidade do seu pensamento.

Com a assumpção de que não estamos perante ideias contraditórias, Mário Soares preconiza um futuro bastante tradicional para a União Europeia. Entenda-se aqui o conceito de tradicional intimamente ligado à ideia génese de uma Europa unida, como caminho para a solidariedade e paz entre os estados, o ideário precursor da construção europeia. Se o projecto político europeu começou a esboçar-se depois da II Guerra Mundial, com a eclosão da nova ordem mundial bipolarizada, na qual uma Europa unida seria uma zona estanque aos intentos comunistas, os rabiscos ideológicos de unidade europeia começaram séculos antes, onde se pode descobrir o embrião do pensamento *soarista*.

Os desígnios europeístas de unidade, iniciados na Idade Média, com Dante, na sua *Divina Comédia* (1306) a propor como solução para a paz uma união na Europa, respeitando “os costumes e as diversidades culturais entre os povos,”⁵¹⁷ já numa perspectiva federalista, encontramos-os ainda hoje no pensamento de Mário Soares, como veremos nos próximos capítulos. Nas centúrias seguintes, Kant, Mazzini, Vítor Hugo, Lamartini e Proudhon aprofundaram a ideia federal europeia sob a batuta do respeito pelos direitos do homem e de valores profundamente democráticos, através da participação activa do povo,⁵¹⁸ valores permanentemente remanescentes no discurso *soarista*. É numa base humanista, crendo “que o homem conseguirá, no seu lento caminhar para o progresso, criar uma sociedade humanizada”, que luta contra o fascismo e a descolonização e que continua a pregar às mentalidades actuais por uma Europa ideal, que deve ser construída sobre os valores do “*socialismo em liberdade* ou, para empregar uma expressão que suscitou tantas esperanças, pelo *socialismo de rosto humano*.”⁵¹⁹

Não vamos aqui aprofundar a reflexão sobre a sua ideologia socialista, mas é notória que a ela está subjacente a democracia e o humanismo, colocando o homem como objecto fruidor da sociedade e promotor da sua mudança, em condições de igualdade e fraternidade. A construção dessa Europa ligada

⁵¹⁶ Mário Soares, “O destino Europeu de Portugal”, discurso proferido em Estrasburgo, em 9.07.1986, no Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 125.

⁵¹⁷ António Martins da Silva, *Portugal e a Europa: distanciamento* [...] cit., p.17.

⁵¹⁸ Dusan Sidjanski, *O Futuro Federalista da Europa. A Comunidade Europeia, das origens ao Tratado de Maastricht*, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 18.

⁵¹⁹ Mário Soares, *Portugal* [...] cit., p. 725.

ao socialismo, fundamenta-se na prática de “valores essenciais,” como “a defesa das liberdades públicas, dos direitos do homem, da democracia a todos os níveis”, o que se concretizará com a evolução europeia para a unidade política. Neste sentido, Soares manifesta o desejo de “contribuir para desenvolver esta Europa política, que se dirige para o socialismo.”⁵²⁰

É após o 25 de Abril, já liberto das preocupações em derrubar uma ditadura, que encontra espaço político para mais frequentemente projectar a sua ideia de Europa numa dimensão mais global, inerente ao seu sentido humanista. Uma Europa dos e virada para os cidadãos, o que exige dela profundas transformações institucionais, uma aspiração que tem dominado o seu discurso dos últimos anos. Pedagogo da democracia, Mário Soares prega uma futura “Europa Política com a activa participação dos cidadãos,”⁵²¹ enaltecendo a paz não apenas como mero objectivo político, “mas como cultura, a melhor forma de dirimir conflitos.”⁵²² Soares ergue os direitos fundamentais do homem como pilar de qualquer construção política, fazendo da paz um fim e um meio. A paz através da paz. Nas várias crónicas e discursos públicos dos últimos anos, os apelos aos líderes europeus e aos EUA para concertações políticas com um propósito humanitário global são constantes. “Porque eu penso que a Europa pode desempenhar um papel considerável na tranquilidade mundial.”⁵²³ Num sentido mais lato, a sua concepção europeia expressa um pensamento que privilegia o diálogo inter-nações, de solidariedade mundial.

Estamos perante um pensamento humanista, que continua a aclamar os valores ancestrais da civilização europeia como conduta política. Estamos perante um humanismo no que o seu conceito tem de “interesse que confere ao elemento humano, como objecto de observação e fundamento de acção.”⁵²⁴ Encontramos também um humanista na acção própria de Soares, com um discurso profundamente argumentativo e racional, analisando o mundo e propondo-lhe soluções através da “humana inteligência.”⁵²⁵ É um homem que se revê nos valores das Luzes, favorecido por sensibilidades históricas e filosóficas, consciente de que a razão é a arma de resistência, fundada na preservação “dos valores morais, aprendidos na nossa Europa de tradição judaico-cristã e do iluminismo.”⁵²⁶ Tal como a sua ideia de Pátria emana de uma identidade histórico-filosófica portuguesa, também a de Europa se inspira em valores fundadores da civilização do velho continente.

Soares vê “a Europa fiel ao desígnio humanista que lhe dá sentido, como um continente aberto aos outros, ao enriquecimento plural das culturas e ao contributo de povos bem diferenciados mas unidos na riqueza da sua enorme diversidade.” A união das nações na sua diferença só será possível através da assumpção da filosofia humanista, que levará à prática da solidariedade. A recuperação

⁵²⁰ Entrevista a Mário Soares, realizada por André Pautard, para o semanário francês *L'Express*, e publicada em 17.02.1975, in Mário Soares, *Democratização e [...]* cit., p. 269.

⁵²¹ Mário Soares, “Bush na Europa”, artigo publicado no *Expresso*, 16.06.2001, in Mário Soares, *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 281.

⁵²² Idem, “Ser europeu hoje, caminho para a identidade entre o passado e o futuro”, discurso proferido a convite da Fundação da Câmara de Deputados de Itália, no Colóquio Comemorativo dos 50 anos da assinatura do Tratado de Roma, em 9.02.2007, <http://www.fmssoares.pt/ms/textos/001/71.pdf> (acedido em 16.02.2010).

⁵²³ Entrevista a Mário Soares, realizada por André Pautard, para o semanário francês *L'Express*, e publicada em 17.02.1975, in Mário Soares, *Democratização e [...]* cit., p. 270.

⁵²⁴ “Humanismo”, *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1992.

⁵²⁵ *Ibidem*.

⁵²⁶ Mário Soares, “Aquela Trágica Terça-Feira”, artigo publicado no *Expresso*, 15.09.2001, in Mário Soares, *Português e Europeu*, [...] cit., pp. 263-268.

destes valores não transparece numa atitude estante no passado, mas sim, tal como na lógica da sua ideia de Pátria, são a recarga de um ímpeto renovador e proactivo para a Europa do futuro, que encontrará respostas às grandes questões que se colocam no Mundo, “na fidelidade aos grandes ideais do humanismo que os melhores europeus – de Dante a Shakespeare, de Cervantes a Beethoven, de Erasmo a Descartes, a Camões ou a Kant – souberam erguer ao longo dos séculos.”⁵²⁷ Tal como na sua ideia de Pátria, em que busca os vultos clássicos da literatura e história portuguesas, também no seu pensamento sobre a Europa, Soares é fortemente influenciado por figuras que marcaram a filosofia europeia.

Se é verdade que a União Europeia se depara com uma diversidade de nações, línguas e culturas, o pensamento *soarista* combate a aparente adversidade dessa diferença, concebendo o futuro da Europa unida alicerçado num passado histórico-filosófico e político, de uma “identidade europeia, baseada em valores de civilização que são comuns a todos os europeus”, de onde emanou “uma certa cultura de diálogo, de convivência de paz.”⁵²⁸ A civilização europeia, que se entranha no seu pensamento com alguma inspiração francófona, “não pode pôr de lado aquilo que foram os grandes valores que inspiraram a chamada civilização ocidental,” como o “Humanismo,” o “Iluminismo,” “o culto da Razão,” “o Laicismo, nem aos valores éticos da Justiça, da Liberdade, da Igualdade e da Solidariedade.”⁵²⁹ Um quadro valorativo que apelida de “Velha Europa.”⁵³⁰

Transparece, também, nas suas palavras mais recentes, um certo saudosismo do passado, não só dos episódios de sucessos e avanços da UE, como também de personalidades políticas, como “Willy Brandt, Olof Palme, François Mitterrand e até mesmo Helmut Kohl”, que “não tiveram sucessores à altura.”⁵³¹ Frequente é também a evocação de Jean Monnet, Robert Schuman e Churchill.⁵³² Esta reminiscência recai num certo desencanto com a actualidade, pela falta de “políticos com visão a médio e longo prazo e com desígnio europeu que transcenda o seu próprio eleitorado.”⁵³³ Mas o desencanto não se traduz em desalento, pois o conhecimento profundo da cultura filosófica europeia, revela um homem apaixonado pelas letras, fascinado pelas utopias, diria até com um certo romantismo político, crente na força do sonho como impulsionador da realidade e consciente disso - “Acredito nas utopias para fazer com que o impossível hoje se torne possível amanhã.”⁵³⁴ Eterno combatente. É a postura de Soares, em consonância com a reacção mais frutuosa que Eduardo Lourenço encontra para o confronto de um sentimento europeísta com uma actualidade castradora de ímpetos europeus. “Só para quem

⁵²⁷ Mário Soares, “O desígnio humanista da Europa”, conferência proferida em Bruxelas, em 15.03.1993, a convite das Grandes Conferências Católicas”, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 107.

⁵²⁸ Mário Soares, “Português e Europeu: breve reflexão no começo do século XXI”, in *Português e [...]* cit., p. 12.

⁵²⁹ In Mário Soares, Frederico Mayor Zaragoza, *Um Diálogo Ibérico no Contexto Europeu e Mundial*, Lisboa, Temas e Debates, 2006, p. 63.

⁵³⁰ Termo usado em algumas das suas crónicas para se referir à Europa dos valores democráticos, humanos e sociais, em contraposição à orientação política dos líderes europeus da actualidade. Ver Mário Soares, Frederico Mayor Zaragoza, cit., p. 157.

⁵³¹ In Dominique Pouchin, cit., p. 222.

⁵³² Encontram-se várias evocações a estes nomes, como: “A verdade é que a União Europeia tem estado insuportavelmente omissa e silenciosa, concentrada no seu próprio umbigo. Por falta de líderes à altura, como no tempo dos pais fundadores?” Mário Soares, “A Europa em Tormenta”, artigo publicado no *Expresso*, em 26.10.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 211.

⁵³³ Mário Soares, “Uma Cimeira de Vistas Curtas”, artigo publicado no *Expresso*, em 16.12.2000, in Mário Soares, *Português e [...]* cit., p. 246.

⁵³⁴ In Mário Soares, Frederico Mayor Zaragoza, cit., p. 155.

pensa assim o presente desencanto não só não é uma surpresa, como de certo modo benéfico, se comporta a vontade de sonhar melhor.”⁵³⁵ E Soares sonha! Sonha, embora consciente de uma realidade adversa, com uma Europa humanista e solidária, o que se traduz numa Europa internamente igualitária e não eurocêntrica.

2.2 – A Europa do futuro e a necessidade federal

2.2.1 – Uma Europa não eurocêntrica

Nunca o ideal europeu de Soares se esgotou numa dimensão económica, uma ideia que ganha gradualmente mais força com a evolução da política mundial, que dá razão a uma Europa “também de generosidade criadora e abertura solidária ao exterior.”⁵³⁶ A negação de uma Europa exclusivamente económica, confere-lhe um objectivo externo a si própria. Exponente do seu pensamento humanista, a Europa de Soares tem um papel a desempenhar, não apenas internamente mas também no mundo, e é sobre esta ideia que dirige o seu foco político enquanto Presidente da República e mesmo após o fim da sua carreira política. Os apelos dirigem-se tanto para Portugal, que deve ter papel activo na construção da Europa do futuro, como para a própria Europa, clamando uma fusão de objectivos, “porque acima de tudo acreditamos no nosso comum destino Europeu nos valores humanistas da Europa.”⁵³⁷

Uma das concretizações do humanismo europeu está no exercício de um papel de solidariedade, que ultrapassa as próprias fronteiras da Comunidade. O diálogo é necessário dentro da Europa, mas “tem de se intensificar e alargar à outra Europa,”⁵³⁸ aquela que emerge com o fim da Guerra Fria. A construção da Europa do futuro tem de se ir alinhando com as diferentes necessidades históricas, decorrentes da evolução da política mundial, que vai exigindo da Comunidade novas respostas.

2.2.1.1 – A Queda do Muro de Berlim e a expansão das fronteiras da Comunidade

Com a queda do muro de Berlim e o prenúncio do fim da Guerra Fria, a questão do alargamento da Comunidade passa a estar na ordem do dia, com a perspectiva de consolidação das democracias a Leste, fruto da decadência da União Soviética. A gestão do equilíbrio geopolítico mundial assente no domínio antagónico de duas potências chegara ao fim e, com isso, requestiona-se o papel da Europa no mundo. É neste momento histórico que Soares reforça o seu discurso sobre a Europa do futuro, como

⁵³⁵ Eduardo Lourenço, *A Europa Desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva, 2005, p. 8.

⁵³⁶ Mário Soares, “Construir a Nova Europa”, discurso proferido na Suécia, em 09.10.1990, durante a visita de Estado àquele país, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 256.

⁵³⁷ Mário Soares, “O destino europeu de Portugal”, discurso proferido em Estrasburgo, em 9.07.1986, no Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p. 132.

⁵³⁸ Mário Soares, “Uma Europa mais solidária”, discurso proferido no Funchal, em 29.11.1988, na sessão de encerramento da Região da Europa, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 219.

espaço aberto, de democracia, liberdade e solidariedade, como uma Comunidade não eurocêntrica, pois “não pode haver uma União estável cortada da outra Europa.”⁵³⁹

O fim do império soviético leva a uma reflexão sobre a ideia de construção europeia e a que “consideremos que os limites iniciais do projecto foram ultrapassados.”⁵⁴⁰ Foram ultrapassados pela necessidade do momento histórico e pelo chamamento da Comunidade exercer o seu propósito de contribuir para a estabilidade europeia. “Seria um grave erro não corresponder positivamente” às aspirações dos países da Europa Central e Oriental, “de plena integração na Europa de que sempre, aliás, fizeram parte, tanto no plano geográfico, como nos domínios histórico, político e cultural.”⁵⁴¹ Mas não só de identidade histórica se trata. O fechamento da Comunidade à “outra Europa” seria uma contradição à própria essência comunitária, porque se trata de uma oportunidade de contribuir para um novo equilíbrio geopolítico do mundo e de iniciar uma época de apaziguamento, sendo para isso indispensável alargar a sua influência. “Só assim a Europa poderá exercer o papel que lhe cabe no presente contexto mundial de reajustamentos político-militares (...).”⁵⁴²

A abertura das suas fronteiras a Leste vai ao encontro da mesma razão – manutenção da paz - que levou à criação da CECA e da sua evolução para CEE. Com a fidelidade aos seus valores primordiais, a Europa como exemplo e promotora de união é assim chamada a responder às contingências históricas. “O alargamento, a Norte e a Leste, é desejável e de certa forma inevitável, considerando a própria natureza e vocação da União Europeia.”⁵⁴³ Trata-se aqui de acompanhar a evolução histórica. A Europa que foi arquitectada no fim da II Guerra Mundial, impulsionada pelo interesse ocidental em congregar uma força política estanque ao comunismo, que garantisse o contrabalanço político e económico das forças da Guerra Fria já não tem sentido. Com o desmoronamento de um sistema de equilíbrio político mundial bipolar, a Europa tem de se enquadrar no novo contexto, sendo a protagonista do esboço de um novo mapa político mundial, assumindo aí a sua importância.

Contudo, embora Soares seja um fervoroso defensor da extensão das fronteiras da Comunidade a Leste, adverte que a Europa não pode agora ficar refém dessa iniciativa para a continuidade de relacionamento com outros países. “Seria irónico e inaceitável, na verdade, que o apoio à democracia do Leste viesse a fazer-se em detrimento do próprio ideal europeu e à custa dos países do Sul da Europa

⁵³⁹ Mário Soares, “Um Olhar pelo Mundo”, conferência proferida de improviso no Colóquio do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, a 25.05.1992, no Grémio Literário em Lisboa, in Mário Soares, *Intervenções* 8 [...] cit., pp. 271, 272.

⁵⁴⁰ Mário Soares, “A Europa dos Anos 90”, conferência realizada em 9.02.1990, no colóquio comemorativo dos 3 anos do *Semanário Económico*, in Mário Soares, *Intervenções* 5 [...] cit., p. 210.

⁵⁴¹ Mário Soares, “Uma visão ambiciosa da Europa”, texto escrito em Julho de 1994, para uma antologia norueguesa sobre a União Europeia, in Mário Soares, *Intervenções* 9 [...] cit., p. 212. São várias as manifestações de Soares sobre esta ideia de cumprimento da identidade europeia, como também é exemplo esta citação: “O acordo de associação entre a União Europeia e o chamado Grupo de Visegrade, que a república Eslovaca integra, é a prova palpável do reconhecimento de que os novos estados democráticos da Europa Central e Oriental fazem legitimamente parte da herança cultural e política europeia que é a matriz comum de todos nós.” Mário Soares, “O Perigo dos nacionalismos agressivos”, discurso proferido em 7.7.1994, no Palácio da Ajuda, no banquete oferecido em honra do presidente da República Eslovaca, in Mário Soares, *Intervenções* 9 [...] cit., p. 216.

⁵⁴² Mário Soares, “Reforçar o Património Comum”, discurso proferido na Universidade do Rio de Janeiro, em 19.03.1990, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções* 5 [...] cit., p. 84.

⁵⁴³ “Visões da Europa”, entrevista concedida por Mário Soares ao director do Observatório Europeu de Geopolítica de Leon, Prof. Michel Foncher, em Setembro de 1995, in Mário Soares, *Intervenções* 10 [...] cit., p. 337.

que a ele aderiram e por ele assumiram obrigações e riscos (...).”⁵⁴⁴ É a fidelidade aos seus valores fundação que dita que a Europa não volte costas ao Sul e veja nele o caminho para estender a sua acção a outros continentes, com fim ao exercício da sua influência geopolítica mundial e de propagação dos seus valores além fronteiras.

“A Europa do futuro, e em particular a União Europeia, necessita de uma melhor compreensão da importância das conexões entre os vários eixos do velho continente. Os países da Europa Central e Oriental, a necessidade de gestos concretos de abertura e solidariedade para com as suas jovens democracias, o Mediterrâneo, o Atlântico, a Europa do norte, têm de ser vistos em conjunto e nas suas complementaridades e interesses comuns. Trata-se, no fundo, de procurar criar condições concretas para que, em lugar de uma Europa dividida, separada por diferentes destinos onde a solidariedade e o desenvolvimento, a democracia e a paz se tornem valores permanentes.”⁵⁴⁵

Trata-se não só de fomentar a sua coesão interna, como de retirar vantagens externas dela. De perceber o território europeu como confluência de zonas geoestratégicas que potenciam a ideia de Comunidade não eurocêntrica, permitindo à Europa do futuro o exercício de uma influência mundial. É nesse sentido que Soares não perde o rumo da ideia de uma União Europeia com um sentido global, em que, apesar de chamada a exercer uma acção política dirigida aos seus limites geográficos, em determinadas circunstâncias históricas - como o é a necessária abertura a Leste - não pode perder o rumo da solidariedade e humanismo exercido numa dimensão pluricontinental. “Seria, contudo, um erro grave, conceder tal apoio (ao Leste) de emergência mediante o sacrifício da cooperação com a América Latina ou com a África.”⁵⁴⁶ A Europa não pode perder o rumo de promotora de uma política de solidariedade e de equilíbrio geopolítico global, no que o diálogo Norte-Sul se insere como imperativo.

2.2.1.2 – Europa – a protagonista do “diálogo Norte-Sul”

É na prossecução da ideia dessa Europa solidária e humanista, que a Comunidade deve ser protagonista no estabelecimento da ligação entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido. “Na América Latina, em África e porventura noutras regiões vivem muitos povos que esperam da Europa – e não só da Europa Comunitária, diga-se – ajuda e compreensão.”⁵⁴⁷ Esta viragem europeia para os continentes mais desfavorecidos, emanada da dimensão universalista e humanista do ideário da velha Europa, é não só a resposta a uma necessidade mundial mas também uma exigência ética, “um

⁵⁴⁴ Mário Soares, “A Europa dos Anos 90”, conferência realizada em 9.02.1990, no colóquio comemorativo dos 3 anos do *Semanário Económico*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 211.

⁵⁴⁵ Mário Soares, “Reforçar o que une os europeus”, discurso proferido no parlamento búlgaro, em Sófia, em 15.9.1994, durante a visita de estado, in Mário Soares, *Intervenções 9* [...] cit., pp. 224, 225.

⁵⁴⁶ Idem, “Reforçar o Património Comum”, discurso proferido no Rio de Janeiro, em 19.03.1990, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 84.

⁵⁴⁷ Mário Soares, “Uma figura ímpar de europeu”, discurso proferido em Lausana, em 16.6.1987, na Fundação Jean Monnet, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 237.

imperativo moral e político,⁵⁴⁸ persistindo, por isso, “a necessidade da Europa não se desinteressar dos problemas”⁵⁴⁹ que afectam o terceiro mundo.

Com o cada vez maior desfasamento entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, intensifica-se o discurso de Soares pelo estabelecimento do diálogo Norte-Sul, “tão necessário para defender a nossa casa comum”, atribuindo à “Comunidade Europeia” o dever de estar “na linha da frente desse combate.”⁵⁵⁰ Se nos inícios da construção europeia a acção política da Europa estava mais virada para o continente, e mesmo o discurso de Soares incidia nesse sentido - na necessidade de manutenção da paz pelo apaziguamento das relações entre o ocidente e o oriente - o fim do sistema de equilíbrio bipolar traz a emergência de uma visão global sobre novos problemas sociopolíticos e ambientais. “O fim do mundo bipolar, que durante décadas considerámos a raiz de vários males e conflitos, não trouxe por si só soluções por que a Humanidade ansiava.”⁵⁵¹ Antes pelo contrário. A Guerra Fria canalizou as atenções para o ocidente, enquanto os problemas latentes do hemisfério sul se agravavam. A responsabilidade de ajuda cabe a todos os países desenvolvidos, a Europa. Pelo quadro ideário que a compõe, tem uma responsabilidade moral acrescida. Os desafios que se lhe colocam “não são essencialmente diferentes dos que se colocam aos outros continentes, mas o facto de a Europa ter sido o berço dos valores da chamada ‘civilização do universal’” acarretam “um acréscimo de responsabilidade a que nós, europeus, na União Europeia ou ainda fora dela, teremos de saber corresponder.”⁵⁵²

Trata-se de um imperativo ético, mas também de “sobrevivência humana”, como diz, citando o companheiro da IS, um dos autores do relatório *Norte-Sul: Assegurar a sobrevivência*. Embora a defesa de uma actuação global e solidária da Comunidade já venha dos primórdios do seu pensamento, é na Presidência da República e após a publicação do referido relatório que o tema do diálogo Norte-Sul se torna uma marca discursiva. “Sem haver uma correcta reformulação do diálogo entre o Norte e o Sul de que falava Willy Brandt (...) o Mundo desenvolvido não pode continuar a desenvolver-se nos termos em que o tem feito até aqui.”⁵⁵³ Não se trata apenas de “uma dádiva dos países ricos aos países pobres”, mas sim “pressupor um fluxo bilateral de interesses,”⁵⁵⁴ pois a globalização dos problemas exige novas respostas para o equilíbrio geopolítico mundial, que assentam na distribuição equitativa de riqueza e

⁵⁴⁸ Mário Soares, “A Europa dos Cidadãos”, discurso proferido em Berna, em 18.05.1988, por ocasião da visita oficial à Suíça, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 243.

⁵⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁰ Mário Soares, “Portugal: abertura ao mundo”, cumprimentos ao corpo diplomático em 7.01.1992, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 55.

⁵⁵¹ Mário Soares, “Espírito Crítico e Tolerância”, discurso proferido em Rabat, em 28.11.1994, na cerimónia de recepção como membro da academia de Marrocos, in Mário Soares, *Intervenções 9* ... ob. [...] cit., p. 200. Nos discursos dos seus mandatos como Presidente da República, estas ideias são constantes. Cf. Mário Soares, “O Designio Humanista da Europa”, conferência proferida em Bruxelas, em 15.03.1993, a convite das Grandes Conferências Católicas”, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., pp. 95-107; Cf. Mário Soares, “Uma Velha Aliança para um Futuro Novo”, discurso proferido em Londres, em 27.04.1993, no banquete oferecido pela rainha Isabel II, por ocasião da visita de Estado ao Reino Unido, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., pp. 169-175; Cf. Mário Soares, “Valores Comuns do Humanismo”, discurso proferido em Guildhall, em 28.04.1993, no jantar oferecido pelo Lord Mayor de Londres, durante a visita de Estado ao Reino Unido, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 177-182;

⁵⁵² Mário Soares, “Não à ideia da Europa fortaleza”, depoimento prestado em Fevereiro de 1994, ao jornal turco *Cumhuriyet*, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 194.

⁵⁵³ Mário Soares, “Ambiente e Cidadania”, palavras proferidas de improviso na Conferência ‘Eco-92 – Um Ano Depois – Que Perspectivas’, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 146.

⁵⁵⁴ In Comissão Independente sobre os Problemas do Desenvolvimento Internacional, *Norte-Sul: assegurar a sobrevivência*, Moraes Editores, Lisboa, 1981, pp. 13-23.

num maior equilíbrio económico. Para a Europa, promover esse diálogo, trata-se não só de um dever ético, como também de um “imperativo de sobrevivência, em especial para os países desenvolvidos do Norte.”

Por isso, não é só pela necessidade externa, mas também interna da própria Comunidade, que a construção europeia “não pode constituir um pretexto para erigir novas concepções proteccionistas e novos isolacionismos – mesmo que supranacionais.”⁵⁵⁵ Também porque essa atitude seria contrária à índole humanista dos primórdios da civilização europeia, que os problemas actuais exigem agora mais do que nunca. Nesse sentido, a Europa não pode ser vista só como “um grande espaço económico”, mas também “de generosidade criadora e abertura solidária ao exterior.”⁵⁵⁶ Sendo esta uma característica comum ao universalismo português, para conseguir exercer o seu papel político de solidariedade mundial, a Europa encontra em Portugal um coadjuvante primordial.

a) Portugal – alavanca europeia para o “diálogo Norte-Sul”

Portugal tem uma identidade universalista e uma relação histórica com os continentes do Sul, condição valorizada pelo pensamento de Soares para conferir um papel singular à sua Pátria na Europa. A sua geografia euro-atlântica, confere-lhe uma dotação única, como já vimos, para se destacar e afirmar politicamente na Comunidade Europeia e no mundo. Tais características devem ser instrumentos usados na política externa portuguesa, que valorizem a ponta ocidental da Península Ibérica como o centro nevrálgico do triângulo Europa/África/América Latina. Este conteúdo discursivo, além de ser dirigido aos políticos portugueses, é-o também aos europeus, com intenção de transmitir a perspectiva lusa de um ideal de Europa do futuro e de afirmar a condição histórico-geográfica de Lisboa como vantagem para a afirmação da Europa como protagonista no diálogo Norte/Sul e, conseqüentemente, como pólo político imprescindível para o equilíbrio mundial.

A identidade portuguesa é invocada como determinante para a visão particular de Portugal sobre a Europa, estabelecendo-se um paralelo entre os valores tradicionais dos lusíadas e os da civilização europeia. É a sua situação geográfica que leva os portugueses a não ter “da Europa uma visão estreita”, sendo a favor “de uma Europa aberta ao mundo.”⁵⁵⁷ Aqui se reforça uma ideia portuguesa sobre a Europa, uma das intenções de Soares com os seus discursos na Presidência da República, dirigidos para a ribalta política comunitária, nas várias visitas de estado que realiza. Assim, acompanhamos a evolução do seu discurso adaptado às circunstâncias históricas. Se, por um lado, enquanto estava no exílio, se dirigia aos líderes europeus promovendo o seu pensamento sobre a Europa e, inerentemente, a sua figura, agora, quer promover uma ideia portuguesa de Europa, fundindo a

⁵⁵⁵ Mário Soares, “Os diálogos Renascentes”, discurso proferido na cerimónia da atribuição da Medalha de reconhecimento Académico, pelos Studi di Firenze, em Florença, em 8.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 165.

⁵⁵⁶ Mário Soares, “Construir a Nova Europa”, discurso proferido na Suécia, em 9.10.1990, durante a visita de Estado àquele país, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 256.

⁵⁵⁷ Mário Soares, “Uma Velha Aliança para um Futuro Novo”, discurso proferido em Londres, em 27.04.1993, no banquete oferecido pela Rainha Isabel II, por ocasião da visita de Estado ao Reino Unido, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p.170.

política lusa com um ideal europeu, fazendo do futuro da Europa também uma responsabilidade nacional. “Portugal tudo fará para incentivar e racionalizar o diálogo Norte-Sul. Razões históricas e culturais, para além da proximidade geográfica, impõem-nos que estejamos particularmente atentos aos anseios dos países da margem sul do Mediterrâneo.”⁵⁵⁸

Soares vai concretizando o que aconselha aos políticos portugueses, considerando que Portugal não deve ficar a assistir passivamente à construção europeia, devendo impor a sua ideia de Europa, valorizando a sua singularidade. Trata-se de apelar ao entendimento comunitário sobre a importância portuguesa para a construção de uma Europa aberta e solidária, que deve ver “África e América Latina” como “áreas geopolíticas de cooperação ideais”, a “incluir prioritariamente no seu campo de acção futura.”⁵⁵⁹ É aqui que Portugal pode dar um contributo insubstituível.

Há uma certa ideia de “missão” neste papel activo que Portugal deve conferir à Europa na promoção do diálogo com o Sul, que advém da atribuição de uma responsabilização histórica ao país. “Temos uma responsabilidade – que não enjeitamos – em relação a África, designadamente a África Lusófona (...). Temos uma diáspora repartida pelos cinco continentes (...)”, o que vocaciona o país para ser “um dos grandes agentes defensores do *diálogo Norte/Sul*.”⁵⁶⁰

Fica, assim, implícita uma inevitabilidade de destino, no cumprimento da condição histórica portuguesa, o que se efectiva numa contribuição ideológica para a identidade da Comunidade, pela “vocação universalista e atlântica”⁵⁶¹ de Portugal. Daqui, infere-se também uma concepção de unidade na diversidade, sendo que a Europa deve ser una, incorporando as diferentes singularidades nacionais. Assim se justifica que a Europa encarne como sua a própria missão portuguesa. “E a nossa particular sensibilidade para as questões que afectam os povos deste lado do Atlântico (América Latina), vem vincar ainda mais a predisposição da Europa comunitária para cumprir a sua vocação e o seu legado de espaço de solidariedade, de abertura e de intercâmbio.”⁵⁶²

Transparece também uma certa autoridade moral portuguesa para reivindicar da Europa uma determinada visão e actuação. “Portugal, pela sua história, pelo humanismo universalista da sua cultura, (...) tem autoridade e pode e deve exercer um papel importante no combate por essa Europa que esperamos marque o próximo século.”⁵⁶³ Há uma experiência do passado que confere ao país um entendimento único e uma partilha dos problemas dos países do terceiro mundo – “ninguém melhor do que nós poderá compreender a importância e a urgente necessidade de prosseguir, com realismo e eficácia, o diálogo Norte-Sul (...)”⁵⁶⁴ - e que o habilitam para ser o melhor interlocutor nesse diálogo. É nos valores universalistas e humanistas portugueses e nos laços históricos com os países

⁵⁵⁸ Mário Soares, “A Importância do Diálogo Euro-Árabe”, discurso proferido no banquete oferecido em honra do Presidente da República Árabe do Egipto, em 9.04.1992, no Palácio da Ajuda, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., pp. 166, 167.

⁵⁵⁹ Mário Soares, “Comunidade Aberta ao Mundo”, discurso proferido no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, em 3.11.1988, no Seminário “A Europa e o Brasil no Limiar do Ano 2000”, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 231.

⁵⁶⁰ Mário Soares, “A Minha Ambição: Servir Portugal na Modernização, na Participação e na Solidariedade”, comunicação à Comissão de Honra, no cinema Tivoli, em 28.12.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 659.

⁵⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 232.

⁵⁶² Mário Soares, “Um Novo Rosto à Ligação Europa-América Latina”, discurso proferido em Guadalajara, em 17.07.1991, durante a 1ª Conferência Ibero-americana, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 181.

⁵⁶³ Mário Soares, “Dar à Europa um Contributo Criador”, depoimento concedido à revista *Visão*, em Junho de 1995, sobre os dez anos da integração de Portugal na CEE, in Mário Soares, *Intervenções 10* [...] cit., p. 135.

⁵⁶⁴ Mário Soares, “Não Banalizar a Revolução”, discurso proferido na sessão comemorativa do 17º aniversário do 25 de Abril, em 25.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 69.

desfavorecidos, que Portugal sente com mais equidade os dramas do Sul, o que o legitima para fomentar na Comunidade Europeia uma política de abertura, que sempre defenderá, com “a necessidade de relançar o diálogo Norte-Sul.”⁵⁶⁵

É encarnando esta missão que a Europa pode colher benefícios da integração portuguesa e da sua situação geopolítica. Esta é, contudo, uma vantagem multilateral, tanto de Portugal para a Europa, como da Europa para Portugal, e de ambos para os países subdesenvolvidos. Por um lado, alavancando este diálogo para a Europa, Portugal abre uma via para a sua valorização política europeia e afirmação perante os seus parceiros de relacionamento histórico. É nesta senda que Soares chega a propor Portugal “para ser uma das sedes de dinamização desse diálogo.”⁵⁶⁶ Por outro lado, ao aproveitar a situação geopolítica portuguesa para esse fim, a Europa vê facilitado o seu percurso para se afirmar como protagonista das relações com o Terceiro Mundo, podendo emergir como pólo geopolítico determinante para o equilíbrio e paz mundiais. É assumindo esse papel que a Europa pode suplantar-se como mero espaço económico e ir ao encontro do objectivo basilar da fundação da CECA, constituir uma comunidade política europeia tão vasta quanto possível.⁵⁶⁷

2.2.2 – Europa – balança geopolítica Mundial

Soares pressupõe então a manutenção da estabilidade geopolítica mundial através do equilíbrio de várias influências económicas, políticas e culturais, o que recai na rejeição de um domínio unilateral. Será pela manutenção de um equilíbrio de influências que se poderá iniciar uma nova política nas relações Norte-Sul e edificar uma nova ordem internacional, baseada na complementaridade, na solidariedade e numa repartição mais equitativa de recursos e rendimentos. O predomínio mundial de superpotências sempre foi negado, com críticas enquadradas nos vários contextos políticos da sua carreira.

Ainda o Muro de Berlim estava longe da sua queda, Soares já concebia “a divisão do mundo em dois blocos fechados e hostis” como “cada vez mais, um espectro do passado,” rejeitando a concepção “maniqueísta do planeta” de qualquer uma das duas potências antagónicas da Guerra Fria. Já em 1964, conjectura que “só a Europa poderá ser um factor de estabilização política essencial num

⁵⁶⁵ Mário Soares, “Reencontro com a Índia”, discurso proferido durante a recepção oferecida pelo Presidente da União Indiana, em Nova-Delhi, em 25.01.1992, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 200. Esta ideia pode ser constatada noutros discursos. Cf. “Os Americanos têm interesse em consolidar a democracia em Lisboa”, entrevista concedida por Mário Soares a Marcel Niedergangm para o jornal *Le Monde*, publicada em 24.12.1974, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., pp. 241-248. Cf. Mário Soares, “Uma Figura Ímpar de Europeu”, discurso proferido em Lausana, em 16.06.1987, na Fundação Jean Monnet e “Contribuir para Uma Cidadania de Diálogo e Confiança”, discurso proferido em Moscovo, em 23.11.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., pp. 237-242, 323-328; Cf. Mário Soares, “Garantir a Coesão Interna da Comunidade”, discurso proferido em Bona, em 18.04.1988, no almoço oferecido pelo Chanceler da República Federal da Alemanha, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., pp. 187-190; Cf. Mário Soares, “A Coragem da Mudança”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 14.05.1990, no banquete de honra do Presidente da África do Sul, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., pp. 283-287, 295-299.

⁵⁶⁶ Mário Soares, “Cooperar: Uma Exigência para Bem de Todos”, discurso proferido no I Congresso da Cooperação, em 20.12.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 265.

⁵⁶⁷ “Criação da Comunidade Política Europeia, Resolução Adoptada pelos Seis, em 10.09.1952, no Luxemburgo, in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982”, Parlement européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo, p. 45, in *50 Anos de Europa, os grande stextos da construção europeia*, 2ª edição, Parlamento Europeu, Portugal, Lisboa, 1997, p. 29.

mundo dividido e que os dois super grandes cada vez menos controlam.”⁵⁶⁸ Negando a bipolarização geopolítica do mundo, assim como o domínio de qualquer uma das duas ideologias, Soares, pouco tempo depois de ter abandonado definitivamente o PCP e enveredar pela social-democracia europeia, já projecta uma ideia de Europa como pólo imprescindível para o alcance de um equilíbrio de forças políticas e como alternativa aos dois esquemas ideológicos dominantes. Ao ver na cisão do mundo comunista a facilitação de “novas iniciativas diplomáticas”⁵⁶⁹ e ao defender, como já abordámos, a abertura da Europa às novas democracias do Leste, surgidas após o desmembramento da União Soviética, o socialista português já supõe uma Europa que possa, através da integração, contribuir para o fim da cisão política Ocidente/Oriente, conferindo-lhe um papel atenuante do poderio absoluto das superpotências.

Ante os indícios de desintegração da União Soviética, já se torna perceptível que a sua ideia de Europa como balança da geopolítica mundial não é dependente de contextos históricos, mas sim estruturante para a sua concepção do papel da União Europeia, baseada na aceção de equidade de poder. Ao ser confrontado com o possível desmembramento da URSS, perante a possibilidade de o mundo ficar à mercê de uma única superpotência, os EUA, Soares reconhece-se preocupado, atribuindo à CEE um papel mais do que económico, para que “seja capaz de ser um pólo de irradiação de valores (...)”⁵⁷⁰ Esta noção de Europa como detentora de um quadro valorativo necessário ao equilíbrio mundial, será uma linha condutora de todo o seu pensamento, como já deixava claro em 1975: “(...) não mais perderemos de vista a dimensão e o peso internacional do conjunto europeu que intervém como um poder de equilíbrio entre as duas superpotências.”⁵⁷¹

Essa visão de “peso internacional” para a Europa, não só não se perderá, como se reforçará. Após a consolidação do fim da Guerra Fria, com a galopante afirmação do imperialismo de Washington, Soares reforça a função política da Europa. Retomando a concepção humanista da identidade histórica europeia, como engrenagem de acção direccionada para a assumpção de um papel preponderante no equilíbrio mundial, com o avanço dos anos 90, cresce a negação ao unilateralismo norte-americano. Por isso, o discurso da necessidade mundial de uma Europa unida, solidária e promotora de equilíbrio sobe de tom com a entrada no milénio. Esta ideia, implícita no seu discurso, é induzida pela resposta europeia que Soares sugere às alterações de um novo mundo globalizado.

A hegemonização progressiva dos EUA, após a Guerra Fria, que confluíu no seu domínio mundial e na prática de uma política unilateral, é parte do fundamento da sua preocupação com “um modelo único, imperial, segundo parâmetros definidos pela América, de acordo com os interesses americanos – espécie de «pensamento único» (...)”⁵⁷² O cenário piora com a diversidade de alcance

⁵⁶⁸ Mário Soares, “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica de Mário Soares, para o jornal *A República*, de 26.02.1964. A crónica foi cortada pela censura, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 002, imagem 42,43.

⁵⁶⁹ Mário Soares, “Fogo Solto – Estados Unidos da Europa”, crónica de Mário Soares para o jornal *A República*, de 9.06.1964. A crónica foi cortada pela censura, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 116,117.

⁵⁷⁰ Entrevista concedida por Mário Soares ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 539.

⁵⁷¹ In “Uma Política de Independência Nacional”, entrevista concedida por Mário Soares a Mário Mesquita, para o diário *República*, 31.01.1975, in Mário Soares, *Democratização* [...] cit., p. 270.

⁵⁷² “Repensar a Europa”, entrevista a Mário Soares, publicada no *Diário de Notícias*, 9 e 11 de Maio, 2002, conduzida por Fernando de Sousa, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 176.

norte-americano, cujo domínio já não é só militar, mas também económico, tecnológico, científico e mediático. “Estamos perante uma nova forma de dominação mundial: um império omnipresente, cujo poderio não tem paralelo na história.”⁵⁷³ Para travar o domínio desse pensamento único, proclama então a necessidade da UE como um “espaço político próprio, contraponto do americano.”⁵⁷⁴

2.2.2.1 – Um Atlantismo sem subalternidades da Europa

A necessária contraposição política aos EUA não deve, contudo, ser entendida como rivalidade, mas sim numa atitude cooperante e de diálogo, uma posição fiel às fundações históricas do seu pensamento - “Os laços estabelecidos entre os dois lados do Atlântico são fortes, vêm do século passado.”⁵⁷⁵ Há que continuar a cultivar tais relações, mas sem qualquer subalternidade europeia, antes sim “como uma verdadeira parceria entre iguais,”⁵⁷⁶ que proporcione uma partilha de opiniões e decisões, de modo a permitir à Europa o exercício da sua função de equilíbrio geopolítico. “A Europa não deve ser um laçao dos Estados Unidos, deve ser não só sua aliada e amiga, mas também um parceiro em pé de igualdade.”⁵⁷⁷ Essa igualdade pressupõe que a UE tenha a mesma capacidade de intervenção internacional que os EUA, para poder ser um contraponto à potência dominante. Mas, se um dos objectivos de uma Europa forte é poder ser um contrapeso, não se contraria aqui a ideia de parceria e por conseguinte a sua assumpção atlantista?

Na verdade, e concretamente durante a era Bush, ideologicamente, Mário Soares abre um fosso entre a Europa e a América, onde não há lugar a uma identificação de práticas que possam levar à parceria euro-atlântica. “A doutrina da guerra preventiva, em defesa de interesses vitais dos Estados Unidos, é inaceitável.”⁵⁷⁸ É constante a crítica à estratégia internacional de George W. Bush: “O chefe de estado do país mais poderoso do mundo deve saber, seja em que circunstâncias forem, colocar a justiça à frente da força.”⁵⁷⁹ Por estas considerações se conclui que a Europa humanista do socialista, que presa a paz através do diálogo, para quem o terrorismo se combate “conhecendo em profundidade as suas origens”, através da “promoção de uma cultura de paz, espalhando a aplicação dos Direitos do Homem, reforçando o sentimento de um destino comum da humanidade, pelo progresso de diálogo entre as religiões”⁵⁸⁰ é incompatível com a política americana.⁵⁸¹

⁵⁷³ *Ibidem*.

⁵⁷⁴ *Ibidem*.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 177.

⁵⁷⁶ Mário Soares, “A Conferência Suspensa”, artigo publicado no *Expresso*, 01.12.2000, in, Mário Soares, *Português e [...] cit.*, p. 242.

⁵⁷⁷ In Dominique Pouchin, cit., p. 193.

⁵⁷⁸ In Mário Bettencourt Resendes, cit., p. 92.

⁵⁷⁹ In Dominique Pouchin, cit., p. 206.

⁵⁸⁰ In Idem, *ibidem*, p. 204.

⁵⁸¹ “(...)quando hoje ouvimos a teoria da «guerra preventiva» de Bush, ao arripio do Direito Internacional, ou sabemos como estão a ser tratados os prisioneiros preventivos, e não julgados, de Guantánamo, privados de quaisquer direitos como se fossem coisas e não pessoas, ocorre-nos que com essa América não podemos transigir – porque é imoral que o façamos – como não podemos aceitar nem compreender a razão pela qual se recusa a subscrever o Protocolo de Quioto, não se dispõe a interditar a venda de minas anti-pessoais e tenta paralisar o funcionamento do Tribunal Penal Internacional. Com esse comportamento (...) os verdadeiros amigos da América não podem pactuar.” In Mário Bettencourt Resendes, cit., p.95.

Então, como pode haver parceria? Por exclusão de partes. Na sua concepção, a UE só se alia aos EUA se houver partilha e prática dos mesmos valores políticos. Caso contrário, Soares é pela cisão, como denotam os elogios que tece, pela “lucidez e coragem política dos governos da França e da Alemanha ao condenarem a guerra contra o Iraque, sem a autorização prévia das Nações Unidas.” Mostrando-se “orgulhoso por pertencer à «Velha Europa»”, considera que “é dizendo a verdade que mostramos a nossa amizade e o nosso apreço pelos Estados Unidos – a uma América do idealismo e do pioneirismo e não dos interesses e negócios sórdidos.”⁵⁸² Palavras assim não evidenciam um atlantista idealista, no sentido de uma partilha mútua de valores. Levam sim a crer num atlantismo prático e estratégico, quando há predominio dos ideais europeus. Caso os EUA partilhem dos valores da “Velha Europa”, então Mário Soares define uma estratégia atlantista. Quando a acepção ideológica não coincide, a vertente prática do seu atlantismo esvai-se. É precisamente pela não comunhão dos valores políticos do imperialismo norte-americano que Soares nega uma subalternidade atlantista da Europa, defendendo como necessidade primordial a afirmação da Europa “como um centro autónomo, em diálogo, e igualdade com o outro centro, que se chama Estados Unidos-Canadá, e o outro ainda, que se chama Japão, a liderar os chamados ‘Dragões Económicos do Extremo Oriente.’”⁵⁸³

2.2.2.2 – Uma resposta ao mundo globalizado

Esta ideia de uma União Europeia como centro autónomo promotor de equilíbrio e de soluções para os problemas mundiais, torna-se mais premente com a emergência dos problemas da globalização, com o mundo a já não se resumir a uma bipolarização política, mas a uma miscelânea de interesses e conflitos. Uma das soluções para as novas dificuldades será o “alargamento da intervenção da Europa no Mundo, o que implica o prosseguimento do processo conducente à sua plena integração, reforçando a coesão interna em todas as direcções (...).”⁵⁸⁴

Nos últimos anos, a globalização tem sido um tema predominante nos seus discursos.⁵⁸⁵ Os capitais circulam rapidamente, a expansão empresarial também, com ela a exploração económica e a destruição ambiental. Os problemas sociais agravam-se, acarretando tensões políticas. Conseguir estabilidade social e política exige agora muito mais do que o mero aumento de produtividade e de índices económicos, como foi, em parte, a prioridade da criação da CECA. É necessário corrigir desigualdades e injustiças que o mercado global gera. Os problemas passam a ser mais complexos e também as relações internacionais. Parafraçando Mary Robinson, Soares considera que os problemas da globalização só podem ter uma resposta também ela global, “uma globalização ética”, “de rosto

⁵⁸² In Idem, *ibidem*, p. 93.

⁵⁸³ Entrevista concedida por Mário Soares ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 539.

⁵⁸⁴ Mário Soares, “Uma Nova Ordem Económica e Social”, discurso proferido na EXPONOR, Porto, em 29.10.1992, na sessão de homenagem ao Empresário Português, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 125.

⁵⁸⁵ Vários artigos publicados em imprensa portuguesa e estrangeira. Cf. Mário Soares, *Um Mundo Inquietante* [...] cit., pp. 19-97; Mário Soares, *A crise a agora?* [...] cit., Mário Soares, *Porto Alegre e Nova Iorque, um mundo dividido?*, Cadernos Democráticos, 14, Colecção Fundação Mário Soares, Gradiva, 2002.

humano”, o que implica repensar a democracia e as actuações dos estados. “Os desafios globais tremendos que o mundo hoje enfrenta (...) só podem resolver-se com terapêuticas globais.”⁵⁸⁶

Mais uma vez, neste novo contexto, em que as ameaças à estabilidade mundial já não são só geopolíticas, mas económicas, ambientais e sociais, em que a guerra, após o 11 de Setembro, adopta uma forma encapotada e um extremismo religioso, é preciso “a coragem de um novo humanismo.”⁵⁸⁷ Uma política de rosto humano que “deve ser o antídoto de todos os fundamentalismos, evitando, *in extremis*, o regresso às guerras religiosas, que representariam um recuo civilizacional tremendo.”⁵⁸⁸ E também neste aspecto, Soares recusa a hegemonia norte-americana como solução, não só por discordar da estratégia de Washington, com a guerra preventiva em detrimento da abertura e diálogo, mas, mais não seja porque a história já ensinou que os grandes impérios “nunca foram compreendidos nem amados pelos Povos submetidos ao seu poder, económico, político ou cultural” e, assim, continua a ser, pois nem hoje o mundo “se compadece com um só e único poder imperial, ainda que seja a grande República imperial americana.” É colhendo os ensinamentos da história, que a Europa precisa de exercer o seu papel de contrabalanço. “Por isso, também uma União Europeia forte faz falta - direi mesmo indispensável – para um melhor equilíbrio planetário.”⁵⁸⁹

Urge, por isso, a necessidade de maior abrangência da influência europeia, pois já não se trata apenas de promover o diálogo norte-sul, no sentido originário de ajuda aos países do terceiro mundo, de fazer face a um bipolarismo frágil imposto pela cortina de ferro, nem de contrabalançar o imperialismo norte-americano, mas sim de dar resposta a uma multiplicidade de problemas, quer internos, quer externos. Soares quer mais Europa pela necessidade, tal como defenderam os pais da ideia de unidade europeia. “Defendo um projecto europeu, empenhado no combate pelas grandes causas do progresso humano, aberto ao Mundo e solidário, capaz de dar à Europa uma voz audível na cena internacional e de ter um peso que lhe permita exercer o papel decisivo na resolução dos conflitos e na construção de uma nova fase da vida dos homens, a que a sua longa história lhe dá jus.”⁵⁹⁰ Soares quer uma Europa humanista, de e para os homens, que cultive a igualdade e coesão interna e externa. Uma “Europa dos Cidadãos.”

2.2.3 – Uma “Europa dos Cidadãos” é uma Europa Política

A “Europa dos Cidadãos”, inspirada nos propósitos dos pais fundadores da Comunidade Europeia, tem, na ideia de Soares, uma lógica bilateral: ela não só praticará políticas e valores que tenham o bem do cidadãos como objectivo último, como também a sua evolução, em termos de unidade

⁵⁸⁶ Mário Soares, “Um Mundo Dividido”, ensaio inédito, Fevereiro 2002, in Mário Soares, *Porto Alegre e Nova Iorque*, [...] cit., pp. 15-17.

⁵⁸⁷ Mário Soares, “A Coragem de um Novo Humanismo”, artigo publicado no *Expresso*, 11.09.2004, in Mário Soares, *A crise* [...] cit., pp. 87-90.

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 89.

⁵⁸⁹ Mário Soares, “O futuro do futuro”, in Mário Soares, *Porto Alegre e Nova Iorque: um mundo dividido* [...] cit., p. 75.

⁵⁹⁰ Mário Soares, “Fidelidade ao 25 de Abril”, discurso proferido em 25.04.1993, em Braga, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 52.

política, deverá advir de uma consciência comum de cidadania europeia. Já Winston Churchill, num discurso considerado como o relançamento da ideia de unidade europeia, valorizara o cidadão como motor do destino comum da Europa - “E porque razão não poderá existir um agrupamento europeu capaz de conferir um sentido de patriotismo alargado e cidadania comum aos povos aturdidos deste continente poderoso e turbulento? E porque não haveria de ocupar o lugar a que tem direito, moldando os destinos dos homens?”⁵⁹¹

Se alcançada essa base de partilha, uma consciência europeia colectiva de cidadania, será o cidadão a exigir às elites políticas a construção de uma União Europeia política, social, cultural, solidária, igualitária, humanista. “(...) é preciso que se desenvolva a consciência europeia e se perceba que a Europa tem de ser, também, a Europa das regiões, dos cidadãos, do social, da cultura, da solidariedade. O que é fundamental é que se crie um movimento de opinião pública que ultrapasse as fronteiras.”⁵⁹² Acima de tudo, porque, para ir ao encontro do seu carácter histórico humanista, como atrás se referenciou, a Europa Comunitária não pode ser “só um mercado comum de bens e serviços, mas um espaço de convivência cívica e de verdadeira solidariedade em termos políticos, culturais, científicos e tecnológicos.”⁵⁹³

O aprofundamento europeu deverá ser realizado com a contribuição das diferentes culturas e nacionalidades, pois é essa particularidade que dá força à Comunidade. “A Europa dos Cidadãos, dos povos, das regiões – eis o que temos de consolidar e de desenvolver. A Europa será tanto mais criativa e fecunda quanto melhor assegurar a diversidade de identidades culturais e o pluralismo de ideias e projectos.”⁵⁹⁴ Esta concepção vai ao encontro de um pensamento profundamente democrático, que pressupõe a construção de um modelo institucional com a participação de todos os países e das suas bases, pois a Comunidade Europeia é “uma criação colectiva, que aspira unidade, imposta não só pelas nações que a integram, mas também pelos seus cidadãos (...)”⁵⁹⁵ É neste sentido que Soares realça a importância institucional do Parlamento Europeu, como um manifesto de aprofundamento democrático da Comunidade e de representatividade dos seus cidadãos – uma “instituição plurinacional de ampla

⁵⁹¹ Winston Churchill, discurso pronunciado em Zurique, em 19.09.1946, in *50 Anos de Europa – os grandes textos da construção europeia*, 2ª edição, Parlamento Europeu, Portugal, 2001, p. 15.

⁵⁹² Entrevista concedida por Mário Soares, ao jornal *Público*, em 22 e 23 de Março, 1992, in Mário Soares, *Intervenções 7* [...] cit., p. 259. Encontram-se outros exemplos de declarações conformes com esta ideia, como: “(...) o relançamento do projecto de construção europeia, designadamente através da realização do grande mercado interno, da Europa dos Cidadãos e da Europa das novas tecnologias são objectivos que importa atingir. (...) Confiamos no futuro da Europa Comunitária. O sonho de Robert Schuman e dos outros ‘pais fundadores’ terá de ser prosseguido e concretizado.” Mário Soares, “O Exemplo de Schuman”, discurso proferido em 16.06.1987, em Estrasburgo, na cerimónia de entrega do Prémio Robert Schuman, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 235.

⁵⁹³ Mário Soares, “Cooperação e Respeito Mútuo”, discurso proferido em Madrid, em 14.12.1987, no banquete oferecido pelos Reis de Espanha, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 302.

⁵⁹⁴ Mário Soares, “Os Diálogos Renascentes”, discurso proferido na cerimónia de atribuição da Medalha de Reconhecimento Académico, pelos Studi di Firenze, em Florença, a 8.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p.166.

⁵⁹⁵ Mário Soares, “Votar em Liberdade e Consciência” comunicação feita ao País, em 18.07.1987, na véspera de eleições legislativas antecipadas, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 79. A mesma ideia encontra-se noutras declarações, como: “(...) a construção da Europa dos Cidadãos - uma das metas mais promissoras da construção europeia – só se poderá realizar quando os povos se conhecerem bem, trocando regularmente experiências e ideias e cooperando a fundo no domínio do intercâmbio científico, cultural, artístico e universitário.” Mário Soares, “Recuperar o Tempo Perdido”, discurso proferido em Bona, em 18.04.1988, no banquete oferecido ao presidente da República Federal da Alemanha, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 186; “Pelo nosso lado, queremos uma Europa de cidadãos livres, em que os homens, ideias e bens possam circular sem entraves e estejam ao serviço de uma política comum de desenvolvimento, que tem de assentar na solidariedade e assumir uma clara dimensão de justiça social.” Mário Soares, “Uma Europa mais Solidária”, discurso proferido no Funchal, em 29.11.1988, na sessão de encerramento da Região da Europa, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 222.

representação política que assegura (...) o empenhamento numa verdadeira unidade política europeia.”⁵⁹⁶

Constituído em 1976, o Parlamento Europeu foi um dos passos de evolução democrática da CEE, que começava assim a ter uma expressão política, condizente com as bases da sua fundação, o que entronca no alicerce do pensamento democrático de Soares e na sua inspiração em Jean Monnet e Robert Schumam. Como tal, é um “defensor convicto do aprofundamento e do alargamento dos poderes do Parlamento Europeu,”⁵⁹⁷ que vê como a instituição chave para o aprofundamento político da Comunidade, necessária para conferir solidez à Europa perante as mudanças económicas e políticas que terá de acompanhar. Uma Europa que sirva os cidadãos terá de caminhar para o aprofundamento político e o Parlamento Europeu é a instituição primordial para cumprir esse objectivo no mais pleno exercício da democracia. “A iniciativa parlamentar no domínio institucional e o projecto de tratado instituindo a União Europeia, apresentado em 1984, constituem, como é hoje geralmente reconhecido, peças essenciais do processo que conduziu à aprovação do Acto Único Europeu.”⁵⁹⁸

Assinado em 1986 e tendo entrado em vigor no ano seguinte, o Acto Único Europeu estabelecia as bases do Mercado Único, que deveria ser progressivamente estabelecido até 1992, e previa a extensão da intervenção comunitária a novas políticas, como a social, ambiental e de investigação. Ao imprimir um alargamento das áreas de intervenção comunitária, o Acto Único vem acalentar a discussão sobre o aprofundamento político da CEE, o que fornece mais um argumento para repensar institucionalmente a Europa.⁵⁹⁹ É a necessidade real, imposta pelas políticas económicas, que inspira a teorização de Soares sobre o aprofundamento institucional da Comunidade. É a evolução da realidade europeia, e do mundo à sua volta, que reivindicam mudanças institucionais, que devem recair num aprofundamento político que garanta a solidariedade, a igualdade e coesão, no fundo, que garanta a “Europa dos Cidadãos”.

Ao lançar as bases para uma moeda comum, o Acto Único Europeu é a prova da necessidade política de uma partilha, pressupondo a existência de um sistema institucional que garanta melhores instrumentos de gestão comum. “A *União Económica e Monetária* impõe a administração em comum de políticas de tipo monetário, fiscal e em certa medida orçamental, o que representa, para cada estado, a aceitação de uma efectiva partilha de soberania (...).” A evolução do projecto de unidade discute-se assim, também, no domínio da relação Estado/Comunidade, o que “conduz, necessariamente, a colocar o problema de uma nova dimensão política” ou seja, “o projecto da *União Política Europeia*.” Ao implicar cedências de soberania, a moeda comum leva a conceber a necessidade de uma refomra institucional da CEE, que assim caminhará por necessidade real, para o aprofundamento político - “não

⁵⁹⁶ Mário Soares, “Votar em Liberdade e Consciência” comunicação feita ao País, em 18.07.1987, na véspera de eleições legislativas antecipadas, in Mário Soares, *Intervenções 2* [...] cit., p. 79

⁵⁹⁷ Mário Soares, “Fidelidade aos Princípios Democráticos”, discurso proferido em 3.10.1989, no Parlamento Holandês, em Haia, in Mário Soares, *Intervenções 4* [...] cit., p. 299. Ideia repetida em várias declarações, como: “Mas importa prosseguir e dar mais força a instituições supranacionais, como o Parlamento Europeu. Se o não conseguir fazer, a comunidade europeia não estará à altura do que dela esperam os povos e entrará em grande dificuldade perante a expansão extraordinária dos países de leste, a que vamos assistir.” Entrevista concedida por Mário Soares, ao *Diário*, em 10.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 376.

⁵⁹⁸ Mário Soares, “O Destino Europeu de Portugal”, discurso proferido em Estrasburgo, em 9.07.1986, no Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., p.129.

⁵⁹⁹ Ver António Martins da Silva, *A História da Unificação Europeia* [...] cit., p. 206-211.

é a *União Política* que implica a partilha de soberania: é a partilha de soberania, implícita na *União Económica e Monetária*, que nos obriga a pensar no aprofundamento da dimensão política da comunidade. (...).⁶⁰⁰

Não se trata assim de construir um projecto político do topo para as bases, mas precisamente ao contrário. Será a evolução de várias áreas de intervenção comunitária, como a questão do mercado comum e a convergência monetária, que apelará à união política. Serão diferentes necessidades reais, advindas da prática de diferentes políticas comunitárias, que convergirão para a necessidade institucional de união política. Nesse sentido, a Europa caminhará para a unidade através de pequenos passos - como defendiam os fundadores do projecto europeu - pela exigência da realidade do seu dia a dia. “O reforço da dimensão política é, a meu ver, indispensável para assegurar uma estratégia orientada para a promoção da convergência real das economias dos Estados membros.”⁶⁰¹

Não são só os anseios económicos da Europa que exigem o aperfeiçoamento de mecanismos institucionais, mas também o mapa geopolítico mundial, em vários momentos históricos. Primeiro o mundo bipolar, depois o multipolar e posteriormente o unilateralismo norte-americano. Para exercer o papel de balança geopolítica do mundo, que Soares lhe advoga, urge um aprofundamento político da Comunidade. Já antes do prenúncio da cisão do bloco comunista, na crónica “Fogo Solto”, em 1964, Soares antevira que “os esquemas maniqueístas do tempo da guerra-fria (tão fáceis) se revelam hoje obsoletos e inúteis”, sendo necessário “encarar a construção Europeia a outra luz (...).”⁶⁰²

Esta antevisão confirma-se, pois perante a queda do muro de Berlim e o desmoronamento da União Soviética, o bipolarismo terminara. “Com a previsível unificação da Alemanha, a Europa saída de Yalta parece ter chegado ao seu termo” e com ela, desenha-se o movimento de democratização do Leste Europeu, a unificação alemã, o próprio eventual alargamento da Comunidade,” que não pode pôr em causa o projecto comunitário. Perante este reposicionamento geopolítico da Europa de Leste, a resposta mais adequada “consiste na intensificação e aceleração da construção comunitária, em termos de uma maior unidade política e no reforço da solidariedade entre os seus Estados Membros.”⁶⁰³ Se perante um ainda incógnito futuro mapa geopolítico, se perfila uma “Europa Comunitária, a Europa dos

⁶⁰⁰ Mário Soares, “Portugal, Horizonte Ano 2000”, conferência proferido em Lisboa, a 5.12.1990, no ciclo de conferências organizado pelo semanário *O Jornal*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., pp. 51, 52. Ideia repetida noutros discursos, como é exemplo: “(...) a aprovação recente do Acto Único Europeu, veio relançar a ideia de Europa Comunitária, quer através de estabelecimento do grande mercado europeu e do reforço da coesão económica e social do espaço comunitário, quer através da construção da Europa dos Cidadãos, uma Europa apoiada na solidariedade e no respeito mútuo, como fonte de afirmação, de progresso e de enriquecimento comuns.”, Mário Soares, “Preservar a Identidade”, discurso proferido em Solothurn, em 20.05.1988, por ocasião da visita oficial à Confederação Helvética, in Mário Soares, *Intervenções 3* [...] cit., p. 249. Cf. Mário Soares, “Uma Europa de Progresso Social”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 27.11.1990, no banquete de honra aos soberanos dos Países Baixos, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 247.

⁶⁰¹ Mário Soares, “Portugal na Comunidade Europeia do Futuro”, discurso proferido em Lisboa, em 19.10.1990, na sessão de abertura da Conferência organizada pelo Grupo Socialista do Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 230.

⁶⁰² Mário Soares, “Fogo Solto - Estados Unidos da Europa”, crónica escrita para o jornal *República*, cortada pela censura, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 116 -117.

⁶⁰³ Mário Soares, “Reforçar a Solidariedade Europeia”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, em 26.03.1990, no banquete de honra do Presidente da república Federal Alemã, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 240. Outros exemplos de declarações que reforçam a ideia: “(...) as vertiginosas transformações ocorridas a Leste da Europa estão a pôr em causa os equilíbrios geopolíticos, que têm estruturado a Europa nas quatro décadas que se seguiram à guerra mundial. Obrigam-nos, por outro lado, a repensar a nossa estratégia futura ...”, Mário Soares, “A Europa dos Anos 90”, conferência realizada em 9.02.1990, no colóquio comemorativo dos 3 anos do *Semanário Económico*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 208.

Doze,” torna-se necessário, para que assuma importância, que a sua unidade política seja “acelerada evoluindo para uma federação.”⁶⁰⁴

2.2.3.1 - Uma Europa política é uma federação de estados nação

A necessidade de união política, que deverá evoluir para um modelo federativo, é invocada também a propósito de outros contextos geopolíticos mais recentes, particularmente com a emergência do unilateralismo norte-americano, que Soares refuta vivamente e para cuja solução defende uma Europa de contra-peso. Perante este cenário, o mundo precisa da União como projecto político, um projecto que se torna “tanto mais importante quanto, em tempos de globalização desregulada, avultam, em política externa, o unilateralismo da potência dominante e o estranho conceito de «guerra preventiva», uma verdadeira bomba de subversão do Direito Internacional.”⁶⁰⁵ Mas, para exercer esse equilíbrio no mundo, a Europa “tem de progredir em termos de União política efectiva, num sentido federalista, mais ou menos explícito.”⁶⁰⁶ Esta necessidade federal é justificada não só pela necessidade da Europa resistir, ela própria, ao pensamento único e fazer prevalecer internamente os seus valores ancestrais, como também pela necessidade do resto do mundo, para que não fique subjugado aos interesses norte-americanos

Concluimos assim que o cumprimento de uma Europa dos Cidadãos, com um papel histórico, renovado em cada necessidade presente, está numa verdadeira unidade política. Por isso Soares aplaude as iniciativas de reforço político da Comunidade, como o Tratado de Maastricht - cujos “avanços conseguidos (...) nos permitem prever uma Europa dos Cidadãos, uma Europa da Ciência e da Cultura e uma Europa Social”⁶⁰⁷ - e a institucionalização da eleição dos deputados do Parlamento Europeu por sufrágio directo. Por outro lado, critica as reformas institucionais que considera ser retrocessos. As reprimendas mais veementes sucedem-se ao Tratado de Nice, assinado em 2001, que fez desabar a esperança de aprofundamento político da União, lançada em Maastricht,⁶⁰⁸ e que não revolveu a

⁶⁰⁴ Mário Soares, “Reforçar o Património Comum”, discurso proferido na Universidade do Rio de Janeiro, em 19.03.1990, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p.83. Pode constatar-se a mesma ideia na seguinte declaração: “Creio que todos teremos a ganhar em que a unificação das Alemanhas, no plano do Direito, ocorra sem dramatizações (...). Isso representa, naturalmente, um novo desafio para a Europa Comunitária. Tem que o saber ganhar. A resposta a essa situação nova, quanto a mim, reside na aceleração da unidade europeia por forma a que a Comunidade se transforme numa verdadeira Federação e no reforço da coesão económica entre os Doze.” Entrevista concedida por Mário Soares à revista *Homem Magazine*, em Abril de 1990, in Mário Soares, *Intervenções 5* [...] cit., p. 404.

⁶⁰⁵ Mário Soares, “Copenhaga, o Alargamento e o resto”, artigo publicado no jornal *La Vanguardia*, 12.12.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 221. Perante o domínio unilateral norte-americano, Soares não se contém na crítica a uma Europa com falta de voz no concerto internacional. Uma crítica que não é apenas recente, mas vem emergindo com a eclosão de conflitos internacionais que assolaram o mundo após a Guerra Fria, como se reflecte nesta declaração: “Os recentes acontecimentos internacionais, em especial a Guerra do Golfo, revelaram indubitavelmente ainda uma grande fragilidade política da Comunidade Europeia. (...) Nos domínios da defesa e da Política Externa, revelou-se como absolutamente necessária uma harmonização política.”, Mário Soares, “A Criação de um Pólo Europeu”, discurso proferido na sessão inaugural do ciclo de conferências “O Futuro das Europa”, organizado pela Associação Portuguesa de Economistas, em 18.03.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 233.

⁶⁰⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁷ Mário Soares, “Uma Voz de Bom Senso”, texto publicado na revista *Exame*, em 18.12.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p. 217. Cf. Mário Soares, “Prosseguir Decididamente a Construção da Europa”, discurso proferido em Londres, em 28.04.1993, no almoço oferecido pelo Primeiro-ministro John Major, in Mário Soares, *Intervenções* [...] cit., pp. 174,175.

⁶⁰⁸ *Compreender Maastricht. O Tratado da União Europeia*, Secretariado Europa 1992, Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias, pp. 13-27. Além de ter consagrado uma verdadeira cidadania europeia, com o estabelecimento de direitos comuns

necessidade de aprofundamento institucional que deveria preceder o alargamento a Leste. Perante esta incapacidade, Nice representou “uma fuga para a frente,” ao adiar a reforma necessária, por falta de acordo dos Estados-membros, “para as calendas de 2004, com a promessa de uma nova CIG (Conferência Intergovernamental).”⁶⁰⁹ Uma vez decidido o alargamento a Leste, tornou-se premente encetar uma reforma institucional que precedesse a entrada de novos países, de modo a, por um lado, tornar a UE mais igualitária e funcional nos seus processos de decisão e, por outro, aplicar medidas para a construção de uma política comum. No entanto, esse projecto ficou adiado para uma nova CIG, a realizar-se em 2004, que deu origem ao Tratado da União Europeia.

O que estava em causa em Nice era o paradigma espaço económico/união política, ou seja, decidir dar um rumo de unidade política à UE, suplantando o seu carácter económico para progredir para uma política comum. Sem acordo entre os líderes europeus na cedência de soberania política nacional, os avanços foram zero, além de algumas alterações formais ao modo de decisão na PESC, que poucas consequências práticas tiveram.

Perante esta machadada na Europa política, a segunda, após o Tratado de Amesterdão, Soares apela a um regresso ao sentimento de Maastricht: “Se a União se mantiver como um acordo de interessados e não for capaz de se transformar numa verdadeira comunidade supranacional (federação, quase-federação ou, simplesmente, união, como se queira), dotada de poderes e competências supranacionais (...), nunca alcançará o objectivo visado em Maastricht: ser uma entidade política autónoma, com vontade e voz própria no concerto internacional.”⁶¹⁰ Para o europeísta convicto, a causa do impasse político está na prevalência dos interesses nacionalistas, do “egoísmo” e de “um certo espírito paroquial nefasto” que pairou em Nice, cujo tratado considera “o adiamento de uma crise e uma certa marginalização dos cidadãos europeus (...).”⁶¹¹

De facto, as suas previsões de crise concretizaram-se, com a negação dos referendos holandês e francês ao Tratado Constitucional, que apesar de ter ficado aquém das expectativas de Soares, é-lhe preferível a Nice. Foi mesmo partidário do sim⁶¹² no referendo, por considerar o projecto mais contundente com os seus desígnios europeus, consignando uma ideia de democracia pela paz através do diálogo, de um modelo social europeu, do objectivo de uma PESC e uma PESD, roçando o intento de união política. Contendo referência aos valores sociais e humanistas tão intrínsecos a Soares, é coerente que considere que “embora não sendo perfeito (o projecto de Constituição), representa um passo em

aos cidadãos da União, como o de eleger e ser eleito nas eleições municipais, num país estrangeiro da União, o direito de protecção diplomática, de petição ao Parlamento Europeu e de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu, assim como o direito de livre circulação, o grande passo foi o do início de construção de uma Política Externa Comum, que incluiria, a prazo o estabelecimento de uma Política Europeia de Segurança e Defesa, dotando a UE de uma identidade única na cena internacional. Apesar de o sistema de decisão institucional para a PESC ser o seu maior obstáculo, o facto é que as bases de uma unidade política estavam lançadas, esperando-se que os tratados seguintes reforçassem a medida.

⁶⁰⁹ Mário Soares, “A nova conjuntura europeia”, artigo publicado no *Expresso*, 02.06.2001, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 156.

⁶¹⁰ Idem, “Português e Europeu: breve reflexão no começo do século XXI”, pref. in Mário Soares, *Português e* [...] cit., p. 17.

⁶¹¹ Idem, “A Europa em Tormenta”, artigo publicado no *Expresso*, 26.10.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 209.

⁶¹² As suas manifestações pelo sim são comuns em artigos de várias temáticas europeias, especialmente dedicados ao Tratado Constitucional, como “Sim à Constituição”, *Nouvel Observateur*, 27.04.2005 - http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/37.pdf, acedido em 15.09.2010; “Reflexion Européenne”, *Le Figaro*, 26 de Maio, 2005 - http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/34.pdf, acedido em 15.09.2010.

frente.”⁶¹³ Por acréscimo, lamenta o chumbo ao Tratado, pelo recuo que isso significa para os seus ideais, considerando voltar-se “ao Tratado de Nice, que todos reconhecem ser um mau tratado.”⁶¹⁴ A Europa acaba por voltar ao impasse, com a rectificação do primeiro Tratado Constitucional, fruto dos vetos holandês e francês, para aprovar o Tratado de Lisboa.

Só a união política garante a plena democracia do projecto europeu e a sua evolução de acordo com os objectivos dos fundadores. A solidariedade e a igualdade, só estarão asseguradas com uma unidade política. É por isso que uma reforma institucional é necessária para conferir a tal dimensão política à Comunidade, sendo do particular interesse dos países pequenos. “(...) A *União Política* é sobretudo importante para os pequenos países, muito mais do que para os grandes, que se contentariam bem com a *União Económica e Monetária* (...).”⁶¹⁵ Uma Europa Política libertaria os países pequenos dos interesses nacionalistas dos grandes, oferecendo maiores garantias de participação democrática, indo ao encontro do interesse dos cidadãos, que terão assim a oportunidade de uma participação nos processos de decisão europeia e uma maior fruição dos mesmos.

Esta é a essência da génese de unidade europeia, em que o carácter humanista e democrático europeu emana dos cidadãos e os serve. A essência do pensamento *soarista* sobre o futuro da UE. “Europeísta convicto, sempre defendi que temos de caminhar resolutamente no sentido da União Europeia, dotando a Comunidade de instituições políticas eficazes, revigoradas pelo controlo democrático e pela participação dos cidadãos.”⁶¹⁶ Na base da sua assumpção como europeísta, está uma profunda inspiração histórica, que vai ao encontro da génese política da Comunidade Europeia: “É imperioso construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma, centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida.”⁶¹⁷

As prenunciações de necessidade de unidade política, logo lançadas por Churchill no pós-guerra, repercutem-se na Declaração de Schuman, a prever já que a CECA lance “os alicerces de uma Federação Europeia, indispensável à preservação da paz.”⁶¹⁸ E como constatamos, o espírito fundador da CEE permanece assim em Soares. A evolução federativa será natural, fruto da aspiração dos cidadãos e da sua própria consciência de que uma Europa humanista e solidária só pode ser conseguida através da unidade política. “Quer dizer, uma Europa com uma finalidade federalista (não há que fugir à palavra nem ter medo dela), quer dizer uma Europa com instituições europeias, quer dizer uma Europa política, com a participação e o controlo dos cidadãos através de organismos e meios de intervenção efectivos.”⁶¹⁹ E de facto, a partir de uma determinada fase da sua carreira, Soares não foge à palavra.

⁶¹³ In Mário Soares, Sérgio Sousa Pinto, cit., p.165.

⁶¹⁴ Mário Soares, “O Imbróglgio Europeu”, *La Vanguardia*, 12.06.2005, http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/39.pdf, acedido em 17.09.2010.

⁶¹⁵ Mário Soares, “Portugal, Horizonte Ano 2000”, discurso proferido em Lisboa, em 5.12.1990, no ciclo de conferências organizadas pelo semanário *O Jornal*, in Mário Soares, *Intervenções* 5 [...] cit., pp. 51,52.

⁶¹⁶ Mário Soares, “Amor da Pátria e do Povo”, discurso proferido em 10.06.1993, em Sintra, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, in Mário Soares, *Intervenções* 8 [...] cit., p. 55.

⁶¹⁷ Discurso de Winston Churchill, pronunciado em Zurique, a 19.09.1946, in *50 Anos de Europa* [...] cit., p. 15.

⁶¹⁸ “Declaração Schuman”, feita em Paris por Robert Schuman, em 9.05.1950, in *50 Anos de Europa* [...] cit., p. 24.

⁶¹⁹ Entrevista concedida por Mário Soares, ao jornal *Público*, em 28.03.1993, in Mário Soares, *Intervenções* 7 [...] cit., p. 306; “Sou favorável à unidade política europeia. A um Parlamento Europeu com mais poderes e, porventura, até a um governo europeu, que relance o processo de construção de uma federação europeia.” Entrevista concedida por Mário Soares, ao *Público*, em 9.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções* 5 [...] cit., p. 353.

2.3 – Federação – nem escolha, nem imposição – é necessidade!

“Sempre me manifestei como europeísta, na acepção federalista do termo.”⁶²⁰ “Como se sabe, sou federalista. Tenho-o sempre afirmado.”⁶²¹ Declarações como estas são abundantes no discurso recente de Soares, mas mesmo que dispensasse estas autocaracterizações, a sua veia federalista torna-se óbvia ao analisarmos o modelo político que concebe para o futuro da UE e as críticas que tece aos recentes tratados. A assumpção federalista da sua ideia para a Europa do futuro já se insinuara enquanto fazia oposição a Salazar. Após o 25 de Abril, o seu discurso é parco em referências ao tema federativo, tais são as cautelas necessárias num momento conturbado da soberania nacional. Pelos textos analisados, concluímos que é enquanto Presidente da República, principalmente nos últimos anos de mandato, que o tema da federação europeia começa a ser frequente no seu discurso, apoderando-se dele após a sua retirada da vida política activa.

Como já vimos, a ideia de federação aparece como uma emergência das bases para o topo, o que confere um certo sentido utópico à política *soarista*, que concebe uma futura Europa federal que, não se construindo pela vontade dos líderes políticos, seria exigida pelas pressões da opinião pública esclarecida. “A seiva da Europa e o impulso maior para o seu avanço devem vir dos cidadãos, da sua participação nas instituições europeias. É o tal défice democrático, de que tanto se fala, que é necessário suprir.”⁶²² Também no funcionamento da orgânica institucional da UE reside um défice democrático, que justifica a ânsia por um modelo federal. Aqui se constrói a cadeia de necessidades da federação europeia. Se a Europa não atinge os propósitos humanistas da sua ideia génese, é por falta de um pleno sistema democrático, pois o actual sistema de governação já provou ser parco em atingir tais objectivos. Logo, se o cidadão compreender isto, ele exigirá a federação.

A questão prioritária, que está na base do ideário federal de Soares, é prática e reside no facto de considerar que o modelo da intergovernamentalidade está esgotado numa UE que já manifestou vontade de avançar para uma unidade política e que já tem o objectivo consignado em tratado. Ou seja, através do sistema institucional existente é praticamente impossível atingir o fim. E, para Soares, o problema da intergovernamentalidade está no excessivo peso nacionalista, emanado da grande concentração de poder decisório do Conselho Europeu, “que está como é óbvio sujeito aos interesses eventualmente divergentes (porque egoístas) e nacionalistas de cada Estado,”⁶²³ o que será sempre um

⁶²⁰ Mário Soares, “Europa Federal ou União de Estados Nacionais?” Publicado no *Anuário El Mundo*, em Janeiro de 2003, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 319.

⁶²¹ Idem, “Repensar a Europa”, entrevista publicada no *Diário de Notícias*, em 9 e 11 de Maio, 2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p.173. A assumpção federalista de Soares é frequente desde que assume a Presidência da República. “Sou partidário, como meta, que, evidentemente, (...) à distância, a longo prazo, de caminharmos para uma Federação de Estados Europeus.” Entrevista a Mário Soares, concedida ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções* 5, [...] cit., p. 533; “Aliás, a palavra federalista e federalismo, criam ainda uma certa alergia em alguns meios políticos, embora não a mim. Sempre fui partidário do movimento federalista europeu, dos chamados Estados Unidos da Europa.”, Mário Soares, “Um Olhar pelo Mundo”, conferência proferida de improviso no colóquio do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, em 25.05.1992, in Mário Soares, *Intervenções* 8, [...] cit., p. 258.

⁶²² In Mário Soares, Sérgio Sousa Pinto, cit., p. 161.

⁶²³ Mário Soares, “A Convenção Europeia”, artigo publicado no *Expresso*, 8.06.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p.195.

entreve à união política.⁶²⁴ Daqui advém que, se a intergovernamentalidade continuar a impor-se, a UE volta “a uma espécie de CEE alargada, ou seja, a uma ampla área de livre comércio (...).”⁶²⁵

É assim justificada a necessidade, antes de mais, orgânica, de ser arquitectado um sistema decisório autónomo para a União. Com o actual sistema institucional não é possível chegar à tomada de políticas comuns, que sirvam os interesses comunitários gerais em detrimento dos nacionalistas, dotando a UE de instrumentos mais democráticos de decisão. Identificado o problema, daí surge a proposta de constituir uma Federação de Estados Nação. E quais os moldes em que se constituiria esta federação? A partir do triângulo institucional governativo actual (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho Europeu)? É o que vamos abordar de seguida.

2.3.1 – Que modelo de federação?

A necessária reforma das instituições comunitárias, tendente à união política, deve desembocar numa “Europa Federal de Estados-nação.”⁶²⁶ Neste âmbito, a Comunidade deve ser dotada de um verdadeiro governo, um governo federal que deve emanar da Comissão Europeia, através de uma transferência de poderes do Conselho Europeu para a Comissão.⁶²⁷ “Sou pelo reforço dos poderes da Comissão de forma a poder transformar-se, no futuro, num governo Europeu (...).”⁶²⁸ Ora, é portanto daqui que emerge o carácter federalista, pois a comissão é o órgão menos nacionalista e mais comunitário da União, o que se traduziria na diminuição do poderio dos Estados. Mas, sendo este processo de transferência consequente num esvaziamento de poderes do Conselho, qual o destino deste órgão? “O Conselho de Ministros e o Conselho Europeu devem apagar-se cada vez mais, reconhecendo espaço de decisão à Comissão (...).”⁶²⁹ O verbo apagar deixa à mercê da ambiguidade o destino final do Conselho, que tanto poderá permanecer como órgão representativo dos Estados, se incluído como câmara no Parlamento, como defende Guy Verhofstadt,⁶³⁰ como desaparecer mesmo. Nos vários textos analisados, não é claro o destino que Soares reserva a este órgão.

Ainda na concepção *soarista*, sendo a Comissão investida de mais poderes, seria imperativo que fosse fiscalizada pelo Parlamento Europeu, sendo este complementado com um Senado, à semelhança do Americano, onde todos os países estariam representados em igualdade, independentemente da sua dimensão geográfica e populacional,⁶³¹ o que realçaria o sentido de igualdade e democraticidade da União. A completar o modelo, haveria o presidente do governo

⁶²⁴ Idem, “A Europa em tormenta”, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 210.

⁶²⁵ Idem, “Copenhaga, o alargamento e o resto”, artigo publicado no *La Vanguardia*, 12.12.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 221.

⁶²⁶ Idem, “O euro”, artigo publicado no *Diário Económico*, 02.01.2002, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p.161.

⁶²⁷ Ver entrevista “Repensar a Europa”, in *Diário de Notícias*, de 9 e 11.05.2003, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., pp. 165-191.

⁶²⁸ Mário Soares, “Sobre a Convenção Europeia”, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 190.

⁶²⁹ Idem, “Repensar a Europa”, *Diário de Notícias*, de 9 e 11.05.2003, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., p. 174.

⁶³⁰ Guy Verofstadt, *Os Estados Unidos da Europa*, Lisboa, Gradiva, 2006.

⁶³¹ Ver Entrevista “Repensar a Europa”, *Diário de Notícias*, de 9 e 11.05.2003, cit., pp. 165-191 e intervenção feita na reunião de Bruges, em 26 de Maio de 2002, Mário Soares, “Sobre a Convenção Europeia”, in Mário Soares, *Um Mundo* [...] cit., pp. 188-191.

Europeu, que seria o presidente da Comissão Europeia, portanto, o presidente da União Europeia. Mas, a existência do presidente impõe, para Soares, uma importante salvaguarda democrática da distinção federal: saber como é eleito. Não pelo Conselho, porque aí acentuar-se-ia a intergovernamentalidade. “Preferia que fosse eleito pelo Parlamento Europeu ou mesmo, directamente, pelos eleitorados dos países membros. Acho que o Presidente deve ter força e essa força só lhe pode vir da sua representatividade democrática.”⁶³² É o reforço do conceito democrático da União.

Perante isto, surge a pergunta sobre a estratégia de implementação de um sistema federal. Com uma alteração institucional radical, que efective todas estas transformações, ou gradualmente, através de sucessivos tratados de revisão? Incitador, como é, à unidade política europeia, seria compatível com a sua real vontade que o federalismo tomasse conta da Europa o mais rápido possível, mas não é esse rumo que indicam as suas palavras. O seu sentido prático de político e profundo conhecedor da história da UE, leva-o a sugerir uma mudança gradual: “É desejável, creio eu, começar com um modelo menos rápido e irmos caminhando para uma espécie de Governo Federal.”⁶³³ Uma Europa construída pelos pequenos passos sugeridos por Jean Monnet.

Na iminência de haver vontade para avançar com o projecto federal, mas não existir consenso entre todos os países, o que é bastante possível, pois os novos Estados membros não deverão querer alienar já a sua soberania, Soares considera que os que estão predispostos não devem ficar num impasse à espera de unanimidade, mas partir para a Europa “a duas velocidades,”⁶³⁴ utilizando o instrumento da cooperação reforçada, criado em Maastricht. “A União encaminhar-se-á, necessariamente, para a criação de um núcleo duro, (ou de uma avant garde, como lhe chama Delors), constituída pelos países dispostos a avançar mais rapidamente em sucessivas «cooperações reforçadas» de sentido federalista.”⁶³⁵

Que países poderiam constituir este núcleo? Mário Soares não é explícito relativamente a isto, mas revela⁶³⁶ concordância pela sugestão de Guy Verhofstadt. O antigo primeiro-ministro belga vê nos Estados membros aderentes ao euro o grupo ideal para avançar com a cooperação reforçada na união política. Primeiro, porque este conjunto já “provou várias vezes dar frutos,” além de que na Zona Euro já existem critérios bem definidos de défices orçamentais, inflação e dívida pública.⁶³⁷ Esta concretização levaria a uma Europa constituída por dois grupos: “um núcleo político, os «Estados Unidos da Europa», correspondente à Zona Euro, e uma confederação de Estados, uma «Organização de Estados Europeus”, sendo que, pela perspectiva integracionista da Europa, o núcleo avançado estaria sempre aberto à entrada de novos países. “O objectivo final é que todos os Estados-membros adiram à nova Europa.”⁶³⁸

⁶³² Mário Bettencourt Resendes, cit., p. 59.

⁶³³ Mário Soares, “Repensar a Europa”, in *Diário de Notícias*, 9.11.2003 e 11.05.2003, in Mário Soares, *Um Mundo [...]* cit., p. 174.

⁶³⁴ Idem, “Uma ambição europeia”, in *Expresso*, 23.11.2002, in Mário Soares, *Um Mundo [...]* p. 215.

⁶³⁵ Idem, “A Grande Europa”, in Mário Soares, *Um Mundo [...]* cit., p. 154.

⁶³⁶ Idem, “Ser Europeu hoje; caminho para a identidade entre o passado e o futuro”, discurso proferido a convite da Fundação da Câmara dos deputados de Itália no Colóquio Comemorativo dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma. http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/001/71.pdf, acedido em 25.09.2010.

⁶³⁷ Guy Verhofstadt, cit., pp. 86-88.

⁶³⁸ Idem, *ibidem*, p. 88.

Com a constituição de um Estado federal, conseqüente na transferência de poderes do Estado nação para o governo federal, Soares aconselha precauções nacionais contra a concentração económica e os interesses capitalistas. “Deve haver sectores da economia que o Estado não deve deixar sair das suas mãos e, por isso, não devem ser privatizados. Porquê? Porque as privatizações, como se tem visto, levam, com excessiva frequência, à internacionalização, à venda para o estrangeiro, para as grandes multinacionais (...).”⁶³⁹ Esta sua salvaguarda tem, como se conota facilmente no seguimento das suas palavras, um fim social. Ao defender a supremacia do poder político sobre o económico, Mário Soares define sectores que devem ficar nas mãos do Estado nação, aos quais está subjacente um carácter de serviço público. “Gostaria que o Estado português preservasse o maior poder de decisão possível: a energia, as águas, a televisão pública, a Caixa Geral de Depósitos e alguns transportes, como a TAP, etc.”⁶⁴⁰

Mas outra questão se coloca. Todo este modelo implicaria mais dinheiro. E como o obter? Sugere a criação de um imposto europeu, o que dotaria a União de mais recursos próprios, não dependentes das contribuições nacionais. Isto não implicaria, consoante Soares, um aumento da carga fiscal dos contribuintes. “Pelo contrário: eventualmente esta nova fórmula permitiria redistribuir com mais equidade, sobretudo para os pequenos países, a carga fiscal.”⁶⁴¹

Concluimos, até agora, que a sua insatisfação com o actual sistema institucional da UE é coerente com as fundações ideológicas do seu pensamento. Se estamos perante um humanista, que recupera os ideais base da civilização ocidental, ideias democráticas, de paz e solidariedade em prol do bem comum, assente em princípios de igualdade, é natural que se oponha a uma União onde reine a concentração do poder nacionalista no processo de tomada das decisões, como acontece no Conselho.⁶⁴² Esta é a base da sua proposta da Europa federal, baseada numa representatividade igualitária dos Estados nação e um reforço democrático, através do aumento de peso decisório do eleitorado europeu. É por isso que toda a lógica argumentativa de Soares por um modelo federal recai nesta ideia de que a federação é uma necessidade, recupera assim o ideal dos pais fundadores.

2.4 - Inspiração nos “pais fundadores” – a contraposição à actualidade

Como viemos constatando até agora, Soares, tanto na sua ideia para Portugal como para a Europa, é um pensador profundamente inspirado na história, sua eterna referência para conferir um rumo de futuro a Portugal e à Europa. No caso da construção europeia, é, como já referido, notória a recuperação das antigas ideias de civilização europeia e dos pais fundadores da Comunidade.

⁶³⁹ Mário Soares, “Repensar a Europa”, cit., p. 173.

⁶⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 173, 174.

⁶⁴¹ Idem, “A frase e o contexto”, *Diário de Notícias*, 11.05.1999, in Mário Soares, *Português e [...] cit.*, p.39.

⁶⁴² Apesar de algum poder de decisão estar também entregue ao Parlamento Europeu, é o Conselho Europeu, constituído pelos chefes de estado dos países membros, que detém a maior parte das competências decisórias. A questão crucial, que serve os interesses nacionalista, reside no facto de cada país ter um determinado número de votos, consoante o número de população, sendo que apenas os países mais fortes da União Europeia podem, consoante o sistema de votação actual, aprovar uma medida ou recusá-la, pois conseguem reunir a quantidade de votos necessária.

Descortinamos isso através da sua ideologia, mas também pela sua alusão directa ao “papel dos pais fundadores, Churchill, De Gaspari, Jean Monnet, Adenauer” e de “Jacques Delors”, que “está ao nível deles.”⁶⁴³ É nestas referências que encontra o apoio para as suas propostas para o futuro da UE, credibilizando a sua ideia com uma cumplicidade histórica, uma partilha de valores com nomes sonantes da política europeia. “Sou favorável à política e à acção de Jacques Delors, como tenho dito várias vezes. Como meta a atingir num futuro ainda distante, sou a favor dos Estados Unidos da Europa.”⁶⁴⁴

Não só denotando a sua influência, este discurso revela também o propósito de mostrar referências políticas, nesse intento pedagógico sobre a Europa. Neste sentido, o seu discurso encerra não só uma intencionalidade de persuasão sobre a sua ideia de Europa do futuro, mas, essencialmente, com a constante referência a nomes da história comunitária, uma certa lição de história, formadora da opinião pública. Tais referências são ainda uma espécie de refúgio, quando este ímpeto pedagogo e sonhador é invadido por uma visão crítica da realidade política sua contemporânea. “Sente-se que no nosso tempo, tão cinzento e opaco, que assistiu ao implacável desabar de tantas ilusões, que faz falta, na Europa, um ‘suplemento de alma’, como se lhe tem chamado, um novo e grande ímpeto renovador, servido por políticos de outro fôlego e de grande idealismo moral, com o sentido dos valores, do dever e das virtudes cívicas, capazes de abraçar causas nobres (...)”⁶⁴⁵ Mas esta atitude é também uma evidência de um certo saudosismo de um espírito político europeu, também de uma convivência e aprendizagem com figuras como Willy Brandt, Olof Palme, François Mitterrand e Helmut Kohl, suas eternas referências políticas.

2.5 - Uma Europa quase messiânica e uma elite de valores

Como vimos, neste último capítulo, Soares tem um projecto ambicioso para o futuro da Europa, reservando à União não apenas um papel interno, como também externo, de um pólo pulverizador de uma cultura humanista e um centro político crucial para o equilíbrio do mundo. Ao conferir este papel à Europa, Soares atribui-lhe uma conotação de salvadora. “Todos os Povos e Estados da Terra sentem e compreendem hoje, mais do que nunca, que a União Europeia, como potência internacional, faz falta ao Mundo. Para a afirmação e reestruturação das Nações Unidas, como é vital que aconteça, para a defesa da paz e dos mais pobres e desfavorecidos da Terra.”⁶⁴⁶ É incorporando e praticando os valores civilizacionais europeus, que a UE faz jus à sua identidade. “Um humanismo eis o que deveremos

⁶⁴³ Mário Soares, “Democracia e Cidadania”, intervenção feita de improviso em 28.05.1992, no colóquio organizado pela Civistas, sobre o ‘Futuro dos Cidadãos’, in Mário Soares, *Intervenções 8* [...] cit., p. 301.

⁶⁴⁴ Entrevista concedida por Mário Soares a Maria João Avillez, em 26.07.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4* [...] cit., p. 526. A ideia repete-se noutra declaração: “Sou partidário de uma Europa política, dos Estados Unidos da Europa, de uma Europa dos cidadãos, das tecnologias, do audiovisual. Penso que é necessário desenvolver a Comunidade, a nossa Comunidade, no espírito desejado por Sr. Delors e pelos homens que são a favor de uma progressão da Europa na fidelidade das ideias dos seus fundadores.” “Não acredito no declínio da Europa”, entrevista concedida por Mário Soares ao *Sud-Ouest*, em 26.05.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4* [...] cit., p. 428.

⁶⁴⁵ Mário Soares, pref. *Intervenções 9* [...] cit., p. 17.

⁶⁴⁶ Mário Soares, *Porto Alegre e Nova Iorque* [...] cit., pp. 74,75.

construir. Como europeus conscientes e responsáveis não poderemos falhar esse desafio prioritário que a história nos lança.”⁶⁴⁷

É na assumpção deste quadro valorativo que Soares abre uma clivagem ideológica entre a Europa e América, tecendo um discurso bastante crítico relativamente à política norte-americana. As suas permanentes depreciações da actuação internacional de Washington, na era Bush, do seu domínio unilateral, são realizadas à luz de um conceito de valores, nos quais a balança ética e humanista é desfavorável aos EUA. Ao apresentar uma UE como potencial contra ponto a Washington, com uma bagagem ética essencial à paz, Soares oferece-nos a imagem de uma Europa superior, exemplar e libertadora do resto do mundo. A dicotomia nós *versus* eles alimenta a atribuição de um destino quase messiânico à Europa, um exemplo para o resto do mundo, inserindo assim a ideia de Europa entre o limiar realista e mítico.

É uma Europa messiânica para o mundo e, concretamente, para Portugal. Começou a sê-lo desde que Soares se inicia nos trilhos ideológicos da social-democracia europeia, sendo que, desde aí, a Europa configura a esperança para o Portugal oprimido por Salazar. A esperança económica, a política e a referência cultural. A Europa assume-se não somente como um quadro valorativo superior, referência de futuro para Portugal, como também, a que tem o poder de intervir politicamente e ajudar o povo português na libertação do salazarismo. Essa Europa, tanto se esboça no pensamento de Soares como a salvadora de Portugal, como um Messias libertador, como para o próprio Soares ela é a sua esperança política, a sua bengala de acção, como se constata na primeira e segunda parte deste trabalho.

E mesmo após o fim da ditadura e a consolidação da democracia em Portugal, a Europa continua a ser o veículo e o horizonte da afirmação portuguesa. É estando na e com a UE que se alimenta a profecia do “Quinto Império” de Pessoa. Contra as retóricas anti-europeias, agoirando uma consequente perda da soberania portuguesa, Soares faz a clara distinção entre soberania, identidade e independência. A identidade do povo português não se esbate, pois continua ligada à sua história, língua e cultura, assim como a sua independência: “somos um Estado nação, sem divisões regionais, falando todos a mesma língua. Não perdemos a nossa independência por estarmos integrados num todo mais vasto que se chama União Europeia”, com a qual “ganhamos mais prestígio e influência no mundo.”⁶⁴⁸ Para Portugal, a Europa continua associada à ideia de condutora para o prestígio, para a prática de valores positivos, para o sobredimensionamento do país. A Europa salvadora e heroína, tal como é para o resto do mundo.

⁶⁴⁷ Mário Soares, “Os Diálogos Renascentes”, discurso proferido na cerimónia de atribuição da Medalha de reconhecimento Académico, pelos Studi di Firenze, em Florença, 8.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6* [...] cit., p.168.

⁶⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 150.

Conclusão

Até que ponto a relação de Mário Soares com a Europa, encetada no exílio, foi determinante para o Portugal que temos hoje? Esta é a pergunta central a que se nos impõe responder na conclusão do trabalho desenvolvido ao longo destas páginas. Se não foi determinante, podemos afirmar que foi o facto mais preponderante para o rumo europeu de Portugal e para a inserção do país na lógica económica, social e política contemporânea.

Se após o 25 de Abril, Soares não tivesse ganhado as eleições legislativas e proposto a entrada de Portugal para a CEE, certamente o PPD, o maior partido seu rival, tê-lo-ia feito, uma vez que esse era também seu objectivo partidário. Mas Soares tinha a vantagem de ter um historial de relacionamento com os principais líderes europeus, um nome conhecido que conferia, instantaneamente, uma credibilidade ímpar ao projecto português de integração europeia. Questionamos, ainda, se Soares não tivesse vivido o exílio e feito os seus “amigos” na Europa, se o desfecho da Revolução 25 de Abril teria permitido as condições políticas democráticas que levaram à eleição legislativa do PS em 1976. As amizades e a confiança que conquistou na Europa durante o exílio foram cruciais para o reforço da acção da ala moderada durante o PREC e para a dissuasão do PCP à acção – para o que contribuíram as pressões diplomáticas do Ocidente sobre a URSS, para não interferência na situação portuguesa.

Porém, a importância da vivência do exílio não se reduz a esta repercussão. Concluimos que o exílio foi, de longe, a experiência mais importante para a vida política e o pensamento de Mário Soares. Mais. As suas vivências do exílio, conjuntamente com as acções de Ramos da Costa e Tito de Morais, foram um dos episódios com mais repercussão para a história de Portugal, após o 25 de Abril. O exílio foi a base de tudo, o início, a partir do qual tudo foram repercussões. Foi a sedimentação de uma relação com a Europa que já o vinha seduzindo antes. Foi a celebração de um “casamento” ideológico e político com a Europa, de que não mais se separará e que marcará definitivamente o seu posicionamento como português no mundo, e de Portugal no mundo.

Podemos estabelecer, em Soares, dois níveis de relação com a Europa: um político (o pragmático) e outro ideológico. Nestes dois níveis de relação, posicionamos a Europa em duas vertentes: ela foi, simultaneamente, um meio (nível de relacionamento político) e um fim (nível de relacionamento ideológico). A Europa foi um meio político para Soares fazer uma oposição renovada ao Estado Novo e de prosseguir a sua estratégia, cujo fim, o objectivo, se liga com o nível ideológico do seu relacionamento com a Europa: instituir a social-democracia europeia em Portugal e concretizar a adesão do país à CEE. Portanto, na acção, na estratégia política e no pensamento de Soares, a Europa foi sempre o meio de Portugal atingir a própria Europa.

A Europa representou um meio para a estratégia política de Soares, sob várias formas. Em primeiro lugar, ela foi uma formadora. Foram as leituras do *Nouvelle Observateur* que o despertaram, após a quebra com o PCP, para a existência de uma ideologia política na Europa Ocidental, que lhe oferecia uma alternativa de pensamento às duas vias dominantes que até então conhecia. Foi durante o exílio que consolidou a sua opção pela social-democracia, continuando aí, através da presença em eventos políticos, de contactos com líderes europeus e do acesso mais fácil à leitura, a sua formação político-ideológica. Foi também no exílio que aprendeu a ser um “político à europeia”, ao frequentar os congressos da IS e dos seus partidos, ao observar como funcionava a máquina partidária numa democracia - que lhe deu a perceber a importância dos meios de comunicação social para a prossecução de objectivos políticos -, e ao assistir a encontros do MFE e do Movimento Europeu, que lhe abriram perspectivas críticas sobre o futuro da CEE. De uma forma geral, toda a sua vivência europeia permitiu-lhe uma formação ideológica e político-partidária, sem a qual a sua acção e pensamento não teriam sido os mesmos e influenciado da mesma forma o futuro de Portugal.

Além de formadora, no seu relacionamento com a Europa, ela assume ainda a vertente de meio político coadjuvante para a queda do Estado Novo e a democratização de Portugal. O público e, principalmente, os líderes políticos europeus eram os destinatários, por excelência, da crítica de Soares ao regime ditatorial e da veiculação da ideia para o futuro do seu país. Projectando o seu pensamento (politicamente coincidente e favorável ao sistema Ocidental), Soares credibilizava-se, ganhando assim a confiança e ajuda política europeia que o acompanhará no futuro, como se verificou durante o PREC. Ou seja, além de um meio de formação pessoal, a Europa foi ainda um meio de ampliar a força da oposição política de Soares à ditadura portuguesa e de ajudar o PS, e toda a ala moderada em Portugal, contra a acção da extrema-esquerda após a Revolução. Concluimos, então, que sendo formadora e veículo de ampliação e credibilização da oposição de Soares, a Europa foi um meio para Soares atingir o seu objectivo – democratizar Portugal e integrá-lo na CEE.

Logo, a Europa foi o meio de chegar à Europa e assim se justifica que defendamos que ela foi, simultaneamente, um meio e um fim para Soares. É na vertente de ter sido uma meta, que posicionamos o relacionamento de Soares com a Europa a um nível ideológico – que passa pela aceitação e incorporação do modelo sociopolítico europeu para o futuro de Portugal e do mundo até, sendo que todo o seu pensamento sobre Pátria e sobre o próprio futuro da UE passam a estar fundados em valores civilizacionais do velho continente e na génese da ideia de Europa unida.

Neste sentido, podemos dizer que, ideologicamente, Mário Soares não cria nada, não inventa qualquer novo modelo político e qualquer solução nova para os problemas da Europa e do mundo. Ele inova sim, em Portugal, com a atitude e o discurso político, assumindo-se como o paladino da Europa para o futuro do país. Inaugura um discurso e um posicionamento português relativamente à CEE que será aceite e incorporado pelas estruturas sociais, económicas e políticas do país e que não mudou até hoje. É o seu discurso - que já na década de 60 estava na vanguarda das ideias veiculadas em Portugal, ao preconizar uma Europa forte e unida para se assumir como alternativa à manutenção da paz pelo

equilíbrio bipolar de forças – que vem contribuir, definitivamente, para quebrar com o velho dilema português, que bloqueava o futuro do país indeciso entre as vertentes continental e atlântica.

É após a Revolução que Soares tem a derradeira oportunidade de assumir política e partidariamente a sua defesa pela integração europeia de Portugal, ideia que, embora tenha suscitado discórdias iniciais, marcou definitivamente o país actual. À excepção de algumas contestações movidas pela oposição partidária, desde 1986 todos os governos portugueses têm sido consensuais na europeização do país. Atribuimos a Soares a responsabilidade pela ruptura histórica do país, que politicamente enterrou o velho dilema. Não só porque ele tomou uma opção de fundo, estrutural, que não foi uma mera resposta conjuntural, de opção política pela Europa, como também porque ele marcou o início de uma consciencialização europeia da política e cidadania portuguesas. Por acréscimo, também na consciência ideológica do cidadão português, Soares marcou a ruptura. Sem o exílio, nada disto teria sido possível. Por isso consideramos que o exílio foi, em Soares, o momento mais marcante, tanto para a sua formação pessoal e política, como para o Portugal de hoje.

Constatamos, também, que o discurso de Soares, pelo fascínio que a Europa exerce sobre o seu pensamento, a coloca num posicionamento superior, como que utópico e quase mítico. A Europa foi, e continua a ser, um refúgio, assumindo uma posição de salvadora, tanto ao nível de relacionamento político como ideológico. Foi um refúgio quando Soares percebeu a inutilidade de continuar a fazer oposição a Salazar em Portugal. Ao interessar-se pela vida política europeia, vai percebendo que aí estará a garantia de efectividade da sua oposição, à medida que vai concebendo ideologicamente o modelo sociopolítico europeu para o futuro de Portugal. A Europa foi não só um refúgio político (pragmático) - enquanto guarida e viabilidade para o exercício de uma oposição efectiva - como ideológico. A social-democracia e o projecto comunitário europeu foram o seu amparo ideológico quando atravessava o “deserto”, após o corte com o PCP, quando não se identificava com qualquer um dos grupos de oposição que em Portugal iam resistindo. Foi na Europa que Soares encontrou o modelo sociopolítico que concebeu para Portugal e a oportunidade de fazer uma oposição mais efectiva e com impacto para o Estado Novo.

Neste sentido, a Europa foi uma salvação para a estratégia oposicionista de Soares, sendo, por inerência, vista como uma salvação para o futuro de Portugal. Uma salvação presente e futura. Presente, pela relação pragmática que Soares teve com ela durante o exílio e durante o PREC. Foi o apoio dos líderes e instâncias políticas europeias que lhe permitiram viabilizar uma estratégia de oposição à ditadura, que em Portugal não teria tido as mesmas repercussões. Foi o mesmo apoio que influenciou o desfecho do PREC - através das ajudas financeiras ao PS e das pressões diplomáticas europeias sobre a URSS e os EUA - com o triunfo da ala moderada. Por outro lado, a Europa, enquanto fim, objectivo, ao nível do relacionamento ideológico com Soares, esteve sempre, e continua a estar, posicionada como horizonte futuro de salvação. Durante a ditadura, a Europa era vista como um padrão, um modelo político regulador, o exemplo para Portugal se libertar das suas arcaicas estruturas políticas e socioeconómicas, de terminar com o colonialismo, de conseguir ajudas financeiras para a modernização económica do país e a consolidação da democracia. Era um horizonte a atingir.

Depois destas metas alcançadas, continua a ser vista, na ideia *soarista* de Pátria, como a salvação futura de um país pequeno, inserido num mundo global, em que os sistemas de alianças oferecem uma nova forma de exercer a soberania. Que futuro teria Portugal se não estivesse integrado na União Europeia? É uma pergunta que antecipa todo o pensamento de Soares sobre Portugal, que vê na Europa o meio de o país exercer uma influência mundial, através da sua vantajosa posição geográfica e das relações históricas com os territórios marítimos. Neste nível de relacionamento ideológico, está associada também a visão da Europa como salvadora para o mundo. É na geografia e história portuguesas que a Europa encontra uma via de facilitação do exercício de uma política global, cumprindo assim o seu objectivo ideal de contribuir para a manutenção da paz, para a atenuação de disparidades socioeconómicas e a preservação de equilíbrio mundial. Nesta perspectiva, vemos, no pensamento *soarista*, uma concepção idealista de Europa, aproximada de um posicionamento quase mítico, que os pensadores europeus desde a idade média lhe conferiam, ao conceber uma Europa sob o respeito pela diferença cultural e pelos valores humanistas.

A proximidade a escritores e filósofos é uma característica intrínseca ao pensamento de Soares, que o faz transportar para o discurso político o ideário da filosofia europeia e portuguesa, que acaba por o dotar também de um certo idealismo e utopia. Como exemplo, citamos a sua teorização sobre a Pátria, ao expressar o desejo de fazer “cumprir” Portugal e torná-lo num “Quinto Império” através da Europa. Logo, apesar de considerarmos Soares, antes de mais, um político, denotamos a realidade e originalidade de ser um político idealista, que transporta para esta esfera uma certa atitude pedagógica, aproximando do povo os ideais das letras portuguesas e europeias.

A relação de Soares com a Europa, tanto ao nível político como ideológico, leva-nos ainda a verificar um paralelismo da história portuguesa: a de que a solução para os problemas de Portugal sempre esteve no exterior, o que denota um certo inconformismo português em viver confinado a este pequeno rectângulo ocidental da Europa. Este sentimento, inaugurado na atitude da descoberta quinhentista, tem atravessado a história portuguesa, extremando-se com o colonialismo. A política “orgulhosamente só” de Salazar era-o apenas relativamente à Europa e ao sistema geopolítico ocidental. Na verdade, o seu “orgulhosamente só” era composto por um Portugal, uma metrópole, acompanhado dos territórios ultramarinos. Logo, este “orgulhosamente só” nunca quis dizer verdadeiramente “só”. E mesmo para os espíritos contestatários ao Estado Novo e defensores do fim do colonialismo português, a incógnita de como sobreviveria Portugal após a perda das colónias era uma preocupação e um factor de dissuasão de uma atitude firme contra a política colonial.

Se, por um lado, Soares protagonizou uma política histórica de defesa da integração europeia, compatibilizando-a com uma colaboração e reforço da relação com as ex-colónias, cortando com a tradicional dicotomia lusa da vertente marítima e continental de Portugal, por outro, ele seguiu uma linha de continuidade histórica de não vislumbre de qualquer futuro para Portugal sozinho, sem estar integrado em políticas de alianças. Essa nunca foi uma hipótese colocada, deixando sempre inerente à democratização de Portugal a adesão à CEE e a integração no sistema de defesa do atlântico.

Neste sentido, Soares volta a colocar o país, após o interregno do Estado Novo, no seu sistema contemporâneo de alianças. Desde o século XIX, o Reino Unido foi o tradicional aliado português, que coadjuvou Portugal em momentos conturbados da sua história, servindo simultaneamente os interesses britânicos. Com o Estado Novo, esta aliança desvanece-se, pela condução de uma política externa mais autónoma e de afastamento do sistema geopolítico ocidental - sendo que a relação luso-britânica é apenas tacitamente mantida, com algumas cedências conjunturais de Salazar aos interesses ingleses e ocidentais (o que acabava também por ser do seu interesse perante a falta de alternativa), mas sem marcar uma opção estrutural da sua política. Com Soares, Portugal retorna à sua política de alianças ocidentais, o que configura não só uma rendição às evidências da condição geográfica portuguesa, como também a percepção de que Portugal precisa de ajuda externa para sobreviver como país independente.

No relacionamento e acção de Soares com a e na Europa, verificamos também uma continuidade do paralelismo histórico da importância que a posição geográfica portuguesa assume para a concretização de objectivos nacionais em momentos conturbados da história do país. Foi a importância da localização geográfica do país para a manutenção do *satus quo* geopolítico ocidental que incrementou o interesse dos líderes europeus e, posteriormente, norte-americanos, a ajudar Soares e os moderados no seu combate contra as forças de esquerda. Verifica-se assim uma linha de continuidade histórica, pois a situação geográfica portuguesa tem sido a salvaguarda política para diferentes regimes e governantes portugueses, em momentos conturbados. Foi-o nas invasões francesas, com a ajuda dos britânicos impulsionada pelo seu interesse no controlo marítimo do Atlântico e da entrada do seu império naval no comércio brasileiro. A Inglaterra continua a prestar a mesma ajuda, no período de instabilidade das lutas liberais, 1820 e 1850, perante os intentos de invasão espanhola. O *Ultimaum* inglês revela a permanência dos interesses de Londres em Portugal, mas apesar do orgulho ferido, Lisboa acaba por conseguir garantir o seu império colonial.

Mesmo o Estado Novo, que conduz uma política externa mais autónoma, acaba por ceder às pressões inglesas e norte-americanas na concessão de facilidades nos Açores na II Guerra Mundial, o que lhe garante a sobrevivência do regime após o fim do conflito. Mais uma vez, a geografia portuguesa, enquanto fonte de interesse geoestratégico para o emergente sistema de aliança de defesa ocidental, permitiu a Salazar a continuidade da ditadura, com a complacência das democracias europeias e dos EUA. Do mesmo modo, o valor geopolítico do país foi crucial para a estratégia de Soares, particularmente durante o PREC. O interesse dos líderes ocidentais em Portugal incrementou o seu empenho em acções diplomáticas de ajuda aos intentos do PS após a Revolução. Mais. Com a coincidência histórica do fecho dos Acordos de Helsínquia, os líderes europeus obtiveram maior poder de negociação com a URSS, para a salvaguarda do interesse ocidental em Portugal. Digamos que esta coincidência temporal potenciou a importância geoestratégica de Portugal.

Neste sentido, tanto Soares como Salazar beneficiaram de momentos cruciais da história ocidental, para levar avante as suas intenções políticas. Para Salazar foi importante o sistema de alianças que emergiu da II Guerra Mundial, com o surgimento da Guerra Fria, e para Soares foi

essencial o início do desmembrar desse sistema, em que se pressupunha o apaziguamento das relações Este/Oeste, dando aos líderes europeus e norte-americanos um poder de reivindicação importante perante a URSS, na negociação dos Acordos de Helsínquia.

Se na europeização que Soares iniciou nas mentalidades portuguesas pode ficar subjacente uma perda do fascínio histórico pelo mar, isso não é verdade. Antes pelo contrário. A opção europeia de Soares significou, antes, uma rendição e aprofundamento da identidade marítima do país e da sua história. O posicionamento político de Soares pela adesão de Portugal à CEE leva-nos a inferir que o fascínio histórico pelo mar - que despertou a curiosidade pelo desconhecido e a ânsia dos marinheiros que fizeram os Descobrimentos Portugueses - continua presente no pensamento português, ao entendermos a adesão à Europa como uma forma de Lisboa potenciar a sua condição marítima. Mais. De dotar a própria política comunitária desse fascínio luso pelo mar, para que a UE possa exercer um papel que extravase as suas fronteiras. Congregando as suas potencialidades civilizacionais, políticas e geográficas, Portugal e a Europa podem fundir os seus desígnios para marcar uma forma de estar singular, que contribua para o equilíbrio, a justiça e paz mundiais. Em última instância, podemos ler, no pensamento de Soares, uma simbiose entre as duas identidades, europeia e portuguesa, que terão um papel moral superior a desempenhar no mundo.

Assim, depreendemos do discurso político de Soares não só o resultado de uma influência profunda da história e do pensamento filosófico e literário português e europeu, como também a expressão de um certo idealismo e misticismo lusos. O pensamento de Soares herda das letras um certo romantismo ao conceber chegar-se a um ideal de justiça e moralidade entre os povos através da perfusão dos valores europeus e portugueses. Por outro lado, ao acreditar na Europa como agente de salvação nacional, indutora de mudança ao país, Soares transporta no seu pensamento uma certa crença mítica portuguesa, de que a melhoria far-se-á por um agente vindouro de fora. Contudo, a concretização deste espírito mítico, encerra em si um “anti-mito”, pois ele não crê em qualquer força superior inexplicável, em qualquer acção *sebastiânica*, mas sim na atitude racional do homem, enquanto político e cidadão, para levar Portugal e a Europa ao exercício exemplar de valores civilizacionais, de uma política humanista e universalista – portanto, ao estatuto de heróis míticos. A Europa enquanto mito, no pensamento *soarista*, é-o apenas enquanto elevação de valores, assumindo o papel de quadro ideal, de imagem guia, fim impulsionador da acção e razão humanas. Mas esse fim, esse ideal, não é conseguido através de qualquer força mística. Apenas através do homem, do político e do cidadão. Essa tem sido a essência da luta de Soares.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - Fontes

1.1 – Discursos e intervenções de Mário Soares

(a) Anteriores ao 25 de Abril

- “O 31 de Janeiro”, discurso proferido no Coliseu do Porto, em 31.01.1969, in, Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, pp.131-143.
- “Um Mestre de Civismo”, discurso proferido no funeral do Prof. Mário de Azevedo Gomes, 1965, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, pp. 19-22.
- “Statement”, declaração na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 17.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagens 69-75.
- “Conferência de Imprensa no Overseas Press Club”, 01.04.1970, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 29-36.
- Discurso de Mário Soares no VIII Congresso dos Partidos Socialistas Europeus, 28.06.1971. Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006.003, imagens 82-86.
- “Na Internacional Socialista”, discurso pronunciado no XII Congresso da Internacional Socialista, em Viena de Áustria, 28.06.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 154-158.
- “Portugal 1972”, intervenção no Cercle d’Etudes Internationales de Le Faculte de Caen, 11.09.1972. Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 7-20.
- Apontamentos manuscritos de Mário Soares, sobre a composição do Comité Português Preparativo do Movimento Europeu, s.d., anterior ao 25 de Abril, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02600 028, imagem 15.

(b) Posteriores ao 25 de Abril

- Discurso pronunciado na 29ª sessão da Assembleia-geral da ONU, 23.09.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p.123-138.

- Discurso proferido na Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 28.09.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 139-144.
- Síntese da Conferência de Imprensa publicada, em Maio de 1974, publicada no nº 5 do *Portugal Socialista*, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 23-32.
- Discurso pronunciado na conferência ministerial da NATO, em Otava, em 18.06.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 43-50.
- Conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades, em 13.09.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 97.
- “Sobre a Convenção Europeia”, tópicos para uma intervenção feita na reunião socialista de Bruges, em 26.05.2002, in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp.188-191.
- “25 de Abril: Portugal e o futuro”, conferência de encerramento do ciclo ‘30 anos do 25 de Abril: Portugal e o futuro’, proferida no auditório Almeida Garret, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Porto, 18.11.2004, in Mário Soares, *A Crise e Agora*, Lisboa, Temas e Debates, 2005, p. 24.
- “Ser europeu hoje, caminho para a identidade entre o passado e o futuro”, discurso proferido a convite da Fundação da Câmara de Deputados de Itália, no Colóquio Comemorativo dos 50 anos da assinatura do Tratado de Roma, 9.02.2007, http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/001/71.pdf, acedido em 25.09.2010.
- Discurso improvisado na conferência de abertura do I Encontro Nacional de Estudantes de Estudos Europeus, no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 14.04.2010 (registo de algumas notas do discurso através de presença no evento).

(c) Na Presidência da República

1986

- “Unir os Portugueses, Servir Portugal”, discurso proferido na Assembleia da República, 9.03.1986, na sessão solene de investidura como Presidente da República, in Mário Soares, *Intervenções Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, 1987, p. 23-32.
- “Um futuro de esperança”, discurso proferido na Assembleia da República, no 12º aniversário do 25 de Abril, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 33-40.
- “O Destino Europeu de Portugal”, discurso proferido em Estrasburgo, em 9.07.1986, no Parlamento Europeu, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 125-132.

- “Defesa Nacional: um investimento de soberania”, discurso proferido em 10.11.1986, por ocasião do início do ano lectivo do Instituto de Defesa Nacional, in *Intervenções*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.101-108.
- “Mais Solidariedade e mais Liberdade”, discurso proferido em 3.12.1986, na Conferência Nacional da Associação Portuguesa dos Economistas, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 119-124.
- “Uma Convivência Secular”, discurso proferido em 5.12.1986, em São Tomé, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 161-164.
- “Um Elemento Privilegiado de Cooperação”, discurso proferido na Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, 10.12.1986, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 157-160.
- “Vamos conseguir”, discurso proferido em 16.12.1986, por ocasião da abertura do seminário sobre as implicações sectoriais da Adesão à CEE, na Associação Industrial Portuguesa”, in Mário Soares, *Intervenções*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987, p. 133-138.

1987

- “A ideia europeia”, conferência proferida na Universidade de Salamanca, em 16.01.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 219-228.
- “Uma Afirmção do Espírito Moderno”, discurso proferido em Brasília, no acto oficial de associação de Brasil às comemorações das Grandes Descobertas Portuguesas, 16.03.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 175-180.
- “Cooperar nos desafios do séc. XXI”, discurso proferido na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESPA), 01.04.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 285-290.
- “Coordenar o Esforço Europeu”, discurso proferido por ocasião da visita oficial a Portugal do Presidente da República Francesa, 06.04.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2* Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 243-248.
- “Uma autêntica prioridade nacional”, discurso proferido nas 1^{as} Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica, 11.05.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 129-134.
- “Uma sociedade moderna, humana de progresso”, conferência proferida no Wilson Center (Washington), integrada no Colóquio ‘Portugal: Ancient Country, Young Democracy’, 18.05.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 39-48.
- “Pela Compreensão entre os Povos”, discurso proferido na Universidade de Brown, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, 23.05.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 191-196.
- “Uma aventura que mudou a face da Terra”, discurso proferido junto à Torre de Belém, 10.06.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 165-168.

- “O Encontro de Portugal com a História”, discurso proferido na cerimónia de cumprimentos do corpo diplomático acreditado em Lisboa, em 10.06.1987, in *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 171-174.
 - “Uma comemoração virada para o futuro”, discurso proferido na cerimónia de condecoração, no Palácio da Ajuda, por ocasião do início da comemoração dos Grandes Descobrimentos Portugueses, 10.06.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 169, 170.
 - “Uma figura ímpar de europeu”, discurso proferido em Lausana, na Fundação Jean Monnet, 16.06.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 237-242.
 - “O Exemplo de Schuman”, discurso proferido em Estrasburgo, na cerimónia de entrega do Prémio Robert Schuman, em 16.06.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 233-236.
 - “A Europa em Diálogo”, discurso proferido na VIII Conferência Inter-parlamentar da Comunidade Europeia – América Latina, em Lisboa, 21.06.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 259-264.
 - “Votar em Liberdade e Consciência”, comunicação feita ao País, na véspera de eleições legislativas antecipadas, em 18.07.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 77-82.
 - “Manter os Laços Seculares”, discurso proferido na Fundação Afro-Lusitana, 21.09.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 297-300.
 - “Contribuir para um Clima de Diálogo e Confiança”, discurso proferido em Moscovo, a 23.11.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 323-328.
 - “Cooperação e Respeito Mútuo”, discurso proferido em Madrid, no banquete oferecido pelos Reis de Espanha, 14.12.1987, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 301-306.
- 1988**
- “Uma Pequenininha Luz Bruxuleante”, discurso proferido no Palácio de Queluz, na cerimónia de saudação ao Corpo Diplomático, em 06.01.1988, in Mário Soares, *Intervenções 2*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 329-334.
 - “Garantir a Coesão Interna da Comunidade”, discurso proferido em Bona, no almoço oferecido pelo Chanceler da República Federal da Alemanha, em 18.04.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 187-190;
 - “Recuperar o Tempo Perdido”, discurso proferido em Bona, no banquete oferecido ao presidente da República Federal da Alemanha, 18.04.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 183-187.
 - “Forças Armadas modernas”, discurso proferido por ocasião da visita ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, 10.05.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 117-120.

- “A Europa dos Cidadãos”, discurso proferido em Berna, por ocasião da visita oficial à Suíça, em 18.05.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 241-246.
- “Preservar a Identidade”, discurso proferido em Solothurn, por ocasião da visita oficial à Confederação Helvética, em 20.05.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 247-252.
- “Reforçar o entendimento comum”, discurso proferido no Porto, no Encontro Empresarial Brasil-Portugal, 23.05.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 253-257.
- “Lutar pelos Direitos do Homem”, discurso proferido por ocasião da visita oficial do presidente da Colômbia, 27.05.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 269-274.
- “O Universalismo da Liberdade”, discurso proferido na Covilhã, em 10.06.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 43-46.
- “Comunidade Aberta ao Mundo”, discurso proferido no Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, no Seminário “A Europa e o Brasil no Limiar do Ano 2000”, em 03.11.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 229-234.
- “Uma Europa mais solidária”, discurso proferido no Funchal, na sessão de encerramento da Região da Europa, em 29.11.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 217-220.
- “Cooperar: Uma Exigência para Bem de Todos”, discurso proferido no I Congresso da Cooperação, em 20.12.1988, in Mário Soares, *Intervenções 3*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 261-268.

1989

- “Latinidade: um Legado Comum”, discurso proferido por ocasião da visita oficial a Portugal do Presidente da República do Uruguai, 10.07.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 377-380.
- “Fidelidade aos Princípios Democráticos”, discurso proferido no Parlamento Holandês, em Haia, 3.10.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 297-300.

1990

- “A Europa dos anos 90”, discurso proferido no colóquio comemorativo dos 3 anos do *Semanário Económico*, 09.02.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991, p. 207-214.
- “A Defesa dos Valores Culturais Comuns”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra do Presidente eleito do Brasil, Fernando Collor Melo, 09.02.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 279-282.
- “Reforçar o património comum”, discurso proferido na Universidade do Rio de Janeiro, na cerimónia de doutoramento *honoris causa*, 19.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 81-86.

- “Reforçar a Solidariedade Europeia”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra ao Presidente da República Federal Alemã, em 26.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 237-244.
- “Consolidar o desanuviamento internacional”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra ao Presidente da República da Índia, Ramaswami Venkataraman, 31.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 307-312.
- Debate organizado pelo *L'Express*, conduzido por Chistian Hoche, Bernard Lecomte e André Pautard, 6.04.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991, pp. 410-422.
- “Encorajar os Esforços de Paz”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, em 9.04.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 289-294.
- “A Coragem da Mudança”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra ao Presidente da África do Sul, em 14.05.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 295-300.
- “Um País em Mudança”, discurso proferido em Braga, em 10.06.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp.31-36.
- “Portugal, país euro-atlântico”, conferência pronunciada no Porto, a convite do Fórum Portucalense, em 12.09.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 215-226.
- “Uma Sociedade de Cidadãos”, discurso proferido em Lisboa, por ocasião da comemoração dos 80 anos do Dia da Implantação da República, em 5.10.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 37-40.
- “Portugal na Comunidade Europeia do Futuro”, discurso proferido em Lisboa, na abertura da conferência organizada pelo Grupo Socialista do Parlamento Europeu, em 9.10.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 227-234.
- “Construir a Nova Europa”, discurso proferido na Suécia, durante a visita de Estado àquele país, em 09.10.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 255-258.
- “Uma Europa de Progresso Social”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete de honra aos soberanos dos Países Baixos, 27.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 245-250.
- “A Minha Ambição: Servir Portugal na Modernização, na Participação e na Solidariedade”, comunicação à Comissão de Honra, no cinema Tivoli, 28.12.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 647-662.
- “Portugal, Horizonte Ano 2000”, conferência proferida em Lisboa, no ciclo de conferências organizado pelo semanário *O Jornal*, 5.12.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 41-54.

1991

- “A Criação de um Pólo Europeu”, discurso proferido na sessão inaugural do ciclo de conferências “O Futuro da Europa”, organizado pela Associação Portuguesa de Economistas, 18.03.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p. 231-238.
- “Os Diálogos Renascentes”, discurso proferido na cerimónia da atribuição da Medalha de reconhecimento Académico, pelos Studi di Firenze, em Florença, a 8.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp.163-168.
- “Não Banalizar a Revolução”, discurso proferido na sessão comemorativa do 17º aniversário do 25 de Abril, em 25.04.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 67-72.
- “Um novo rosto à ligação Europa-América Latina”, discurso proferido em Guadalajara, durante a 1ª Conferência Ibero-americana, 19.07.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 179-184.
- “Uma comunidade de afecto”, discurso proferido na abertura do III Congresso de Escritores Portugueses, 25.11.1991, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, p. 137-140.

1992

- “Portugal: abertura ao mundo”, cumprimentos ao corpo diplomático, 7.01.1992, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 51-56.
- “Reencontro com a Índia”, discurso proferido durante a recepção oferecida pelo Presidente da União Indiana, em Nova-Delhi, 25.01.1992, in Mário Soares, *Intervenções 6*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 197-202.
- “A Importância do Diálogo Euro-Árabe”, discurso proferido no banquete oferecido em honra do Presidente da República Árabe do Egipto, no Palácio da Ajuda, 9.04.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pp. 163- 168.
- “Um Olhar pelo Mundo”, conferência proferida de improviso no Colóquio do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, no Grémio Literário em Lisboa, 25.05.1992, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 257-275.
- “Democracia e Cidadania”, intervenção feita de improviso no colóquio organizado pela Civitas, sobre o ‘Futuro dos Cidadãos’, em 28.05.1992, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 299-310.
- “O Amor pelo Brasil”, discurso proferido na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, ao receber o doutoramento *honoris causa*, em 4.06.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 151-156.
- “Uma nova ordem económica e social”, discurso proferido na EXPONOR, Porto, na sessão de homenagem ao empresário português, 29.10.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p. 125-128.

- “Ambiente e Cidadania”, palavras proferidas de improviso na Conferência ‘Eco-92 – Um Ano Depois – Que Perspectivas’, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 143-154.

1993

- “O desígnio humanista da Europa”, conferência proferida em Bruxelas, a convite das “Grandes Conferências Católicas”, 15.03.1993, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pp. 95-110.

- “Fidelidade ao 25 de Abril”, discurso proferido em Braga, 25.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 49-54.

- “Uma Velha Aliança para um Futuro Novo”, discurso proferido em Londres, no banquete oferecido pela Rainha Isabel II, por ocasião da visita de Estado ao Reino Unido, em 27.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 169-172.

- “Prosseguir Decididamente a Construção da Europa”, discurso proferido em Londres, no almoço oferecido pelo Primeiro-ministro John Major, 28.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 173-176.

- “Valores Comuns do Humanismo”, discurso proferido em Guildhall, no jantar oferecido pelo Lord Mayor de Londres, durante a visita de Estado ao Reino Unido, 28.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 177-182.

- “Amor da Pátria e do Povo”, discurso proferido em Sintra, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, 10.06.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 55-60.

- “Salvar o continente africano”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete oferecido na visita do Presidente do Zimbabwe, 25.06.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 227-230.

1994

- “Não à ideia da Europa fortaleza”, depoimento prestado em Fevereiro de 1994, ao jornal turco *Cumhuriyet*, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 191-198.

- “Compreender e agir em cada tempo”, discurso proferido em Coimbra, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões com as Comunidades, em 10.06.1994, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 55-58

- “Reforçar os laços entre os povos da Ibero-América”, discurso proferido em Cartagena das Índias, na IV Cimeira Ibero-americana, em 14.06.1994, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 207-210.

- “Uma visão ambiciosa da Europa”, texto escrito em Julho de 1994, para uma antologia norueguesa sobre a União Europeia, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 211-214.

- “O Perigo dos nacionalismos agressivos”, discurso proferido no Palácio da Ajuda, no banquete oferecido em honra do Presidente da República Eslovaca, 07.07.1994, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 215-219.
- “Reforçar o que une os europeus”, discurso proferido no parlamento búlgaro, em Sófia, durante a visita de estado, 15.9.1994, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 223, 226.
- “Espírito Crítico e Tolerância”, discurso proferido em Rabat, na cerimónia de recepção como membro da academia de Marrocos, 28.11.1994, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 199-206.

1995

- “Falar a linguagem da verdade”, mensagem de Ano Novo, dirigida aos portugueses, 1.01.1995, in Mário Soares, *Intervenções 9*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 63-68.
- “Consolidar a identidade ibero-americana”, discurso proferido em San Carlos de Bariloche, em 16.10.1995, na V Cimeira Ibero-Americana, in Mário Soares, *Intervenções 10*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 151-154.

1.2 - Artigos de opinião de Mário Soares

(a) Anteriores ao 25 de Abril (publicados e/ou censurados)

- “Fogo Solto - Estados Unidos da Europa”, crónica para o jornal *A República*, 9.06.1964. Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 116,117.
- “Fogo Solto – Direitos do Homem”, crónica para o jornal *A República*, 7.08.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 002, imagens 42, 43.
- “Fogo Solto – O Cinquentenário do Integralismo”, crónica para o jornal *A República*, 7.05.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 2-3.
- “Fogo Solto – Uma iniciativa Oportuna”, crónica para o jornal *A República*, 13.05.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 003, imagens 21,22.
- “Fogo Solto – Uma Data”, crónica para o jornal *A República*, 03.12.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02263 002, imagens 98-99.
- “Quarenta Anos de Estado Novo”, artigo para o qual se desconhece o destino, 1966, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 115-123.
- “A Oposição e o Governo em Portugal”, artigo para a revista inglesa *Government and Opposition, a Quartely of Comparative Politics*. Redigido em Novembro de 1967, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, pp. 73-98.
- “A Oposição e o Governo em Portugal”, 1967 (sem referência de publicação ou discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 113-117.

- “As Eleições de Outubro e o Futuro Incerto de Portugal”, 27.12.1969 (desconhece-se a publicação ou situação a que era destinado este artigo), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 200-205.
- “Portugal e a Europa”, in “Tribuna Internacional”, *Le Monde*, 03.03.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000032 000, imagens 100-103.
- “O Congresso da Unidade”, artigo sobre o congresso de união dos socialistas franceses, realizado em Epinay-sur-Sein  (sem referência de publica o ou destino), 15.06.1971, Arquivo Funda o Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 127-138.
- “Continuidade e Desespero”, artigo para publica o no *The Guardian*, 21.07.1971, Arquivo Funda o Mário Soares, pasta 00007 001, imagens 73-77.
- “O Impasse Português”, artigo para publica o na revista *Ibérica* e jornal *Le Monde*, 25.09.1971, Arquivo Funda o Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 189-194.
- “Portugal e África”, artigo para publica o no jornal *Triunfo*, 16.02.1972, Arquivo Funda o Mário Soares, pasta 000034 001, imagens 200-204.
- “A Conven o Socialista de Suresnes”, artigo que não chegou a ser publicado, 15.03.1972, Arquivo Funda o Mário Soares, pasta 000034 002, imagens 153-160.
- “Notas Esparsas sobre a Actualidade Política e Nacional”, in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4^a edi o, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, pp. 145-186.

(b) Posteriores ao 25 de Abril

- “Uma Voz de Bom Senso”, *Exame*, 18.12.1991; in Mário Soares, *Interven es 6*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992, pp. 215-218.
- “A União Europeia e os 500 Anos do Brasil”, *Expresso*, 6.05.2000; in Mário Soares, *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 149-153.
- “A frase e o contexto”, *Diário de Notícias*, 11.05.1999, in *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp.38-40.
- “A Conferência Suspensa”, *Expresso*, 01.12.2000, in *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 240-243.
- “Uma Cimeira de Vistas Curtas”, *Expresso*, em 16.12.2000; in *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 244-247.
- “A nova conjuntura europeia”, *Expresso*, 02.06.2001; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 156-159.
- “Bush na Europa”, *Expresso*, 16.06.2001; in Mário Soares, *Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 279-282.
- “Aquele Trágica Terça-Feira”, *Expresso*, 15.09.2001, in Mário Soares, *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 263-278.

- O euro”, *Diário Económico*, 02.01.2002, in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp.160, 161.
- A Convenção Europeia”, *Expresso*, 8.06.2002; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 194-197.
- “A Europa em Tormenta”, *Expresso*, 26.10.2002; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 209-211.
- “Copenhaga, o Alargamento e o resto”, *La Vanguardia*, 12.12.2002; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 220-222.
- “Europa Federal ou União de Estados Nacionais?”, *Anuário El Mundo*, Janeiro, 2003; in Mário Soares, *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 319-322.
- “Repensar a Europa”, *Diário de Notícias*, 9.11.2003 e 11.05.2003; in Mário Soares, *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 165-184.
- “A Grande Europa”, *Expresso*, 19.05.2001; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 152-154.
- “Uma ambição europeia”, *Expresso*, 23.11.2002; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp. 212-215.
- “A coragem de um novo humanismo”, *Expresso*, 11.09.2004; in Mário Soares, *A crise, e agora?*, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp. 87-90.
- “Sim à Constituição”, *Nouvel Observateur*, 27.04.2005, http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/37.pdf, acedido em 15.09.2010.
- “Reflexion Européenne”, *Le Fígaro*, 26.05.2005, http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/34.pdf, acedido em 15.09.2010.
- “O Imbróglio Europeu”, *La Vanguardia*, 12.06.2005, http://www.fundacao-mario-soares.pt/mario_soares/textos_ms/002/39.pdf, acedido em 17.09.2010.
- “Nota Enviada a *Le Monde*”, s.d., in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 46,47.

1.3 - Entrevistas a Mário Soares

(a) Anteriores ao 25 Abril (publicadas e/ou censuradas)

- “Uma Entrevista que não foi publicada”, entrevista de Raul Rego para o *Diário de Lisboa*. Censurada, 03.12.1968, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00003100, imagens 66-80.
- “Entrevista”, guião de respostas para entrevista à *Vida Mundial*, Maio de 1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 001, imagens 65-69.
- “Qual é hoje o Principal Problema da Sociedade Portuguesa?”, resposta ao inquérito do *Diário de Lisboa*, 15.08.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00006 001, imagens 86,87.

- “Política Externa”, resposta ao inquérito promovido pela *Capital*, 14.10.1969, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 000032 00, imagens 51,52.
- Entrevista, *Estado de São Paulo*, 1.03.1970; in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp.17-28.
- Entrevista concedida em Paris, à agência noticiosa cubana *Prensa Latina*, Março de 1971, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, p. 72-100.
- “Sou Socialista de Formação Marxista”, entrevista de Mário Mesquita, Fevereiro, 1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 001, imagens 211-239.
- “Sou pela Europa dos Trabalhadores e não pela Europa dos Trusts”, provas tipográficas da entrevista para publicação no jornal *A República*, 30.04.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00007 001, imagens 21-25.
- “*L’Express* vai mais longe com Mário Soares”, in *L’Express*, nº 1096, 10.07.1972 e 16.07.1972, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 159-178.
- “Le Portugal Colonial est Colonise par les Societes Multinationales”, entrevista ao jornal *Combat*, 28.10.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02590 000, imagem 77.
- Resposta ao Inquérito do *Expresso*, enviada em 17.09.1973, censurada, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 254-267.
- “Portugal 73”, entrevista de Avelino Rodrigues, Outubro de 1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 185-198.
- “Entrevista ao *Dagbladet*, de Oslo, Noruega, s.d., anterior ao 25 de Abril, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00008 002, imagens 38-45.

(b) Posteriores ao 25 Abril

- Entrevista concedida ao semanário americano *Newsweek*, em 13.05.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 37-42.
- Entrevista concedida ao jornal *Portuguese Times*, de Newark, EUA, em 20.06.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp.51-56.
- Entrevista concedida a Javier Moral, para o jornal espanhol *Pueblo*, em 28.06.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 57-62.
- Entrevista concedida ao semanário alemão ocidental, *Der Spiegel*, em 19.08.1974, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 75-84.

- Mesa redonda transmitida pela televisão alemã ocidental, 9.10.1974, transcrição, in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 145-160.
- Entrevista de Mário Soares ao semanário tunisino *Dialogue*, 11.11.1974, in *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 189-202.
- Entrevista concedida a Mário Alexandre, *A Capital*, 13.12.1974; in *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 213-228.
- Entrevista concedida a *O Século Ilustrado*, em 21.12.1974, in *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 229-240.
- Entrevista concedida a Marcel Niedergang, *Le Monde*, 24.12.1974; in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 241-248.
- Entrevista concedida a Mário Mesquita, *República*, 31.01.1975; in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp.249-264.
- Entrevista concedida a André Pautard, *L'Express*, 17.02.1975; in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, p. 265-270.
- Entrevista concedida a Manuel Dias, *Jornal de Notícias*, edição do Porto, 18.02.1975; in Mário Soares, *Democratização e Descolonização, dez meses de Governo Provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 271-284.
- “Não acredito no declínio da Europa”, entrevista concedida ao *Sud-Ouest*, em 26.05.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990 p. 423-434.
- Entrevista concedida a Maria João Avillez, em 26.07.1989, in Mário Soares, *Intervenções 4*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp. 515-530.
- Entrevista concedida ao *Público*, em 9.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp. 327-358.
- Entrevista concedida ao *Diário*, em 10.03.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp. 359-393.
- Entrevista concedida à revista *Homem Magazine*, em Abril de 1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp. 395-407.
- Entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, em 6.11.1990, in Mário Soares, *Intervenções 5*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp. 507-544.
- “É a Cultura que representa o espírito de uma Nação”, entrevista concedida ao *Jornal de Letras*, conduzida por José Vasconcelos, 18.02.1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 235-246.

- Entrevista concedida ao jornal *Público*, 22 e 23 de Março de 1992, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 247-282.
- Entrevista concedida ao jornal *Público*, em 28.03.1993, in Mário Soares, *Intervenções 7*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, pp. 299-313.
- “Conservadores e Neoliberais não têm Soluções para o Futuro”, entrevista de Mário Mesquita, *Diário de Notícias*, 19.04.1993, in Mário Soares, *Intervenções 8*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994, p. 515-540.
- “Dar à Europa um contributo criador”, depoimento concedido à *Visão*, em Junho de 1995, sobre os dez anos da integração de Portugal na CEE, in Mário Soares, *Intervenções 10*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 133-136.
- “Visões da Europa”, entrevista concedida ao director do Observatório Europeu de Geopolítica de Leon, Prof. Michel Foncher, em Setembro de 1995, in Mário Soares, *Intervenções 10*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, pp. 335-246.
- “Repensar a Europa”, entrevista conduzida por Fernando de Sousa, *Diário de Notícias*, 9.05.2002 e 11.05.2002; in *Um Mundo Inquietante*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 165-184.

1.4 – Cartas

- Carta dirigida a Mário Soares, sob o pseudónimo de Carlos. Remetente desconhecido, 29.05.1963, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02600 017, imagens 3-5.
- Carta dirigida a Mário Soares, do Comité de Países Não Membros da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, 6.03.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02390 000, imagem 3.
- Carta do Conselho da Europa, dirigida a Mário Soares, 14.04.1970, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00853 002, imagens 4-6.
- “Carta aos Meus Amigos”, de Mário Soares, escrita em Agosto de 1970 e distribuída, clandestinamente em Portugal, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Bertrand, 1975, Amadora, pp. 49-54.
- Carta de Massimo Malcovati, em nome da “Le Federalista, revue de politique”, enviada a Mário Soares, anexado o discurso que Soares proferiu na reunião do Comité Central do Movimento Federalista Europeu, 27.11.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagens 4-14.
- Carta de Mário Soares a Hans Janitscheck, Secretário-geral da Internacional Socialista, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 2167 001, imagem 131.
- Carta de Fernando Piteira Santos a Mário Soares, 31.12.1972, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0535 003, imagem 95.

1.5 - Fontes bibliográficas

- Avillez, Maria João, *Soares, Ditadura e Revolução*, entrevista a Mário Soares, Público, 1996.
- , *Soares, Democracia*, entrevista a Mário Soares, Público, 1996.
- Callaghan, James, *Time and Change*, London, Collins, 1987.
- Comissão Independente sobre os Problemas do Desenvolvimento Internacional, *Norte-Sul: assegurar a sobrevivência*, Moraes Editores, Lisboa, 1981.
- Gomes, Bernardino, Sá, Tiago Moreira de, *Carlluci vs Kissinger, Os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008.
- Janitschek, Hans, *Mário Soares, Portrait of a Hero*, London, George Weidenfeld & Nicolson Limited, 1985.
- Martins, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.
- Nosty, B. Diaz, *Mário Soares, o Chanceler Português*, Queluz de Baixo, Liber, s.d.
- Soares, Mário, *A Europa Connosco – dois discursos proferidos na Cimeira Socialista do Porto*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- , *A Crise e agora?*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.
- , *Democratização e Descolonização, dez meses de governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- , *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975.
- , *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969.
- , *Intervenções*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- , *Intervenções 2*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- , *Intervenções 3*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- , *Intervenções 4*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- , *Intervenções 5*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- , *Intervenções 6*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- , *Intervenções 7*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- , *Intervenções 8*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- , *Intervenções 9*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- , *Intervenções 10*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- ; Pinto, Sérgio Sousa, *Diálogo de Gerações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- , *Porto Alegre e Nova Iorque, um mundo dividido?*, Cadernos Democráticos, 14, Colecção Fundação Mário Soares, Gradiva, 2002.
- , *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.
- , *Português e Europeu*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- ; Zaragoza, Frederico Mayor, *Um Diálogo Ibérico no Contexto Europeu e Mundial*, Lisboa, Temas e Debates, 2006.

- Pouchin, Dominique, *Memória Viva*, Entrevista a Mário Soares, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2003.
- Rego, Vítor Cunha; Merz, Friedhelm, com a colaboração de Mário Soares, Willy Brandt e Bruno Kreisky, *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
- Resendes, Mário Bettencourt, *A Incerteza dos Tempos*, entrevista a Mário Soares, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.
- Sousa, Teresa, *Os Grandes Líderes, Mário Soares*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988.
- Yastrzhembskiy, Sergei, *Mário Soares e a Democracia Portuguesa Vistos da Rússia*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

1.6 - Textos da Comunidade Europeia

- “Criação da Comunidade Política Europeia, Resolução Adoptada pelos Seis, em 10.09.1952, no Luxemburgo, in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982”, Parlement européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo, p. 45, in *50 Anos de Europa, os grandes textos da construção europeia*, Parlamento Europeu, Portugal, Lisboa, 2ª edição, 1997, p. 29.
- Churchill, Winston, discurso pronunciado em Zurique, em 19.09.1946, in *50 Anos de Europa – os grandes textos da construção europeia*, Parlamento Europeu, Portugal, 2ª edição, 2001, p. 15.
- Schuman, Robert, “Declaração Schuman”, 9.05.1950, in *50 Anos de Europa – os grandes textos da construção europeia*, Parlamento Europeu, Portugal, 2ª edição, 2001, pp. 23,24.

1.7 – Diversas

- “Cinco de Outubro de 1910. Cinco de Outubro de 1956”, comunicado da Resistência Republicana, 1956, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 2243 009, imagem 27.
- “Aos Portugueses Patriotas”, comunicado assinado por um Grupo de Patriotas, 1957, Arquivo Fundação Mário Soares, Pasta 0005 001, imagens 72-77.
- Acta da Reunião da Fundação da ASP em Portugal, 22.11.1964, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0524 000, imagem 39.
- *Programa para a Democratização da República*, 31 de Janeiro, 1961, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 323.2 (469) PRO.
- “Nos 40 Anos do Estado Novo, um Projecto para Portugal”, abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, redigido por Mário Soares, Março, 1966, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 71-97.
- “A Oposição e o Governo em Portugal”, de Mário Soares. 11.06.1967 (sem referência de publicação ou discurso), Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00002 00, imagens 113-117.
- “À Nação” (Dezembro de 1968), in Mário Soares, *Escritos Políticos*, Editorial Inquérito, 4ª Edição, Lisboa, 1969, pp. 209-228.

- “Ao País” (Maio de 1969), in Mário Soares, *Escritos Políticos*, 4ª edição, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, pp. 229-242.
- “Declaração de Princípios da ASP”, in *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC, pp. 5-10.
- “A Situação Política Portuguesa e a ASP”, in *Para Uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP, 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.
- “Bases orgânicas da ASP”, in *Para uma Democracia Socialista em Portugal, Textos ASP 1970*, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.
- “Para Uma Democracia Socialista em Portugal – Textos ASP, 1970”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469) “1960/1970” ACC.
- Comunicado de Imprensa do Movimento Federalista Europeu, 29.10.1971, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 002, imagem 162.
- Acta da reunião de 6 e 7 de Novembro de 1971, do Comité Central do Movimento Federalista Europeu, anexa na Carta enviada a Mário Soares, 2.2.1972. Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 9-27.
- “Avis Des Socialistes Portugais (ASP) sur les Négociations en Cours entre le Gouvernement Portugais e la Communauté Européenne (CEE)”, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 330 (469) « 1971 » ACC.
- Declaração do Congresso do Movimento Federalista Europeu, de 7 a 9 de Abril de 1972, enviada a Mário Soares, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 02518 001, imagens 28-33.
- “Rapport Confidentiel”, Relatório do Comité Directivo da ASP, de Mário Soares (na qualidade de Secretário-geral), Ramos da Costa e Tito de Morais, sobre o quadro político português em 1972, 9.01.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 00517 001, imagens 23-31.
- “Documento Proposto à Reflexão dos Portugueses”, projecto de documento elaborado em 1972, com o fim de ser subscrito e divulgado por personalidades da corrente socialista”, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, pp. 185-196.
- Acta da reunião de fundação do PS, 19.04.1973, Arquivo Fundação Mário Soares, pasta 0022 0000, imagem 3.
- *Destruir o Sistema, Construir uma Nova Vida*, Relatório do Secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado em Maio de 1973, Centro 25 de Abril, Universidade de Coimbra, 329 (469), pp. 31,32.
- “Há 50 anos no Café Portugal – Fundação do MUD recordada por Gustavo Soromenho”, *Público Magazine*, nº 291, 1995.
- Diário da Assembleia da República, nº 78, 18.02.1977, I Legislatura, I Sessão Legislativa.
- Programa do I Governo Provisório, in http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Provisorios/GP01/Programa/,
acedido em 16.04.2008.

2 – Bibliografia

(a) - Sobre a Europa

- Barjot, Dominique et alia, *Penser et construire l'Europe: L'idée et la construction européenne de Versailles à Maastricht (1919-1992)*, Editions Sedes, 2007.
- Cardoso, C. P.; Ramos, C. Leite, I. C. et alia, *A União Europeia , História, Instituições, e Políticas*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- *Compreender Maastricht. O Tratado da União Europeia*, Secretariado Europa 1992, Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias.
- Dedman, Martin, *The origins and development of the European Union 1945-2008: A history of European Integration*, Routledge, 2 edition, 2009.
- Dinan, Desmond, *Origins and Evolution of the European Union*, Oxford University Press, 2006.
- Espada, João Carlos (coord), *Desafio europeu, passado, presente e futuro*, Principia, 1999.
- Ferreira, José Medeiros, “A estratégia para a adesão às instituições europeias”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Barbosa de Melo e Manuel Lopes Porto (Org.), *Portugal e a Construção Europeia*, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 165,166.
- Gomes, António Júlio Leitão Ferreira, *Os Pais fundadores da Comunidade Europeia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- Medina, João, “Os Estados Unidos da Europa: história da unidade europeia desde o final da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias”, in Telo, António José (coord), *O Fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, Actas, Lisboa, IHC da FLUC/Edições Cosmos, 1996.
- Molinier, Joel, *Les principes fondateurs de l'Union européenne*, Presses Universitaires de France, 2005.
- Pinto, António Costa, Teixeira, Nuno Severiano (org.), *Portugal e a Unificação Europeia*, Penélope, nº 18, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- Fontaine, Pascal, *A Construção Europeia, de 1945 aos nossos dias*”, Gradiva, Lisboa, 1998.
- Fulbrook, Mary, *A Europa desde 1945*, Fio da Palavra, 2009.
- Lobo-Fernandes, Luís; e Camisão, Isabel, *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*, Estoril, Principia, 2005.
- Lopes, Ernâni Rodrigues, “O Processo de Integração de Portugal nas Comunidades”, in Norberto Cunha (coord), *Europa: Globalização e Multiculturalismo*, Editora Ausência, Vila Nova de Gaia, 2006.
- Nouschi, Marc, *Em busca da Europa, construção europeia e legitimidade nacional*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- Pires, Jacinto Lucas, *Europa*, 5ª ed., Lisboa, Difusão Cultural, 1994.

- Ribeiro, Maria Manuela Tavares (dir.), *Ideias de Europa: que fronteiras?*, Coimbra, Quarteto Editora, 2004.
- Sande, Paulo, *O sistema político da União Europeia*, Cascais, Principia, 2000.
- Sidjanski, Dusan, *O Futuro Federalista da Europa: A comunidade Europeia, das origens ao Tratado de Maastricht*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- Silva, António Martins, “A Europa do Futuro e o Futuro de Portugal”, in Ribeiro, Maria Manuel Tavares (coord.) e outros, *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, Coimbra, Quarteto, 2004, pp. 357-389.
- , *História da Unificação Europeia – integração comunitária (1945-2010)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.
- , “Portugal no Caminho da Europa: atitudes e posicionamento perante a opção e o modelo institucional europeus no pós 25 de Abril (1974-2004)”, in Norberto Cunha (coord), *Europa: Globalização e Multiculturalismo*, Editora Ausência, Vila Nova de Gaia, 2006.
- , “Portugal e a Europa. O Discurso Europeu Federalista da Monarquia à República”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 3, 2003, pp. 197-253.
- , *Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage Editores, 2005.
- , *Portugal entre a Europa e o Além-Mar*, Série História e Cadernos da Língua e Cultura Portuguesas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.
- , “Portugal e a Ideia Federal Europeia – da República ao Fim do Estado Novo”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Barbosa de Melo e Manuel Lopes Porto (Org.), *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 69-99.
- Vasconcelos, Álvaro de, “Europa Política ou potência civil”, in Telo, António José (coord), *O Fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, Actas, Lisboa, IHC da FLUC/Edições Cosmos, 1996.
- Verofstadt, Guy, *Os Estados Unidos da Europa*, Lisboa, Gradiva, 2006.

(b) Geral e Diversa

- Almeida, João Marques de; Rato, Vasco, *A Encruzilhada, Portugal, a Europa e os Estados Unidos*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004.
- Carvalho, António Carlos Mimoso e, “Os Açores numa Perspectiva Histórica do Poder Aéreo”, in Rodrigues, Luís, Nuno (coord), *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*, Lisboa, ISCTE, 2005, pp. 159-180.
- Carvalho, Floriano, *Camões, o mestre do universalismo num século não lusíada*, Lisboa, Conferência proferida na Sociedade de Língua Portuguesa, em 14.06.1972.
- Catroga, Fernando, *Antero de Quental, História, Socialismo, Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- Costa, Eduardo Freitas da, *Spínola, o anti-general*, Lisboa, FP, 1979.
- Cruz, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986.

- Engel, Jeffrey, “A política de bases norte-americana no imediato pós-guerra”, in Nuno Luís Rodrigues, (coord) *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*, Lisboa, ISCTE, pp. 115-127.
- Farinha, Luís, *O Revirvalho – Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- Ferreira, José Medeiros, “As Ilhas e a Política Externa”, in Luís Nuno Rodrigues e outros (coord), *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*, Lisboa, ISCTE, 2005, pp. 139-158.
- *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia,
- Garcia, José Manuel, *O Essencial sobre Jaime Cortesão*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987
- Koestler, Arthur, *O Zero e o Infinito*, CELIDIS, Companhia Editora de Livros e Discos, Portalegre, Brasil, 1961.
- *Le Petit Robert de Noms Propres, Dictionnaire illustré*, Paris, Dictionnaire Le Robert, 2ª ed. revista, 1994, 2001.
- Lourenço, Eduardo, *Labirinto da Saudade*”, Lisboa Gradiva, 2004.
- , *A Europa Desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- Madeira, João, “O PCP e o MUD Juvenil”, *História*, Lisboa, Nova Série, nº 28, 1997.
- Mattoso, José (dir.), Ferreira, José Medeiros (coord.), *História de Portugal, Portugal em transe*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- Rodrigues, Luís Nunes, “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, in Rodrigues, Luís Nuno e outros (coord), *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos acordos dos Açores*, Lisboa, ISCTE, 2005, pp. 75-99.
- Rosas; Fernando; Brito, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- Rosas; Fernando; Brito, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- Santos, Alfredo Ribeiro, “A Oposição Democrática e a Política Colonial do Estado Novo”, *Nova Renascença*, nº 52/53, 1994.
- Santos, Rui Manuel Amaro dos, *Ideia de Europa na Geração de 70 (1870-1890)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, (dissertação de mestrado em História Económica e Social Contemporânea, edição policopiada).
- Telo, António José; Gomez, Hipólito de la Torre, *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- , *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à Actualidade*. Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2007.
- , *História Contemporânea – do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

----- -----, *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 131.

- Torgal, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 2ª edição revista.

- Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando,

Pessoa, Fernando, *Mensagem, prefácio de Richard Zenith*, Oficina do Livro, Cruz Quebrada, 2006.